

ALEMANHA:PORTUGAL

Aspectos e Momentos em Revista

Organização

Fernando Ribeiro



Título: *Alemanha:Portugal – Aspectos e Momentos em Revista*

Organização: Fernando Ribeiro

Arbitragem Científica: Adriano Moreira / Margarida Acciaiuoli de Brito /

Maria João Castro / Luísa Cymbron / Antonio Cardiello

Tradução da Introdução: Vanessa Boutefeu e Maria Adelaide Nunes

Revisão: Adriana Passarinho

Capa: Edições Húmus

Imagem da capa: © Paulo A. M. Oliveira e CHAM

© Edições Húmus, Lda., 2015

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

© Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Universidade dos Açores

Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa

cham@fcsh.unl.pt

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Outubro de 2015

Depósito legal n.º 400022/15

ISBN: 978-989-755-097-3

ALEMANHA:PORTUGAL

Aspectos e Momentos em Revista

Organização

Fernando Ribeiro



Nota Prévia

1.

Alemanha-Portugal Aspectos e Momentos em Revista é título de obra, organizada por Fernando Ribeiro, que amplia e inova temas e teses apresentados em conferências e palestras havidas em *II Colóquio Alemanha-Portugal XIX-XXI: Aspectos e Momentos* ocorrido em Auditório I da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, o qual foi presidido por Senhor Professor Doutor Esteves Pereira, presidente da Assembleia Geral de Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM – FCSH/NOVA, UAc) cujo director: Professor Doutor João Costa abriu os trabalhos, dando as boas vindas a conferencistas, convidados, respectivas entidades académicas e demais auditório. Assinale-se ainda a valiosa presença de vice-director do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar: Professor Doutor João Luís Lisboa e ainda de Professor Doutor João Figueirôa-Rêgo, coordenador grupo de investigação: Configurações Políticas e Institucionais, do qual faz parte o organizador desta II edição do respectivo Colóquio: Professor Doutor Fernando Ribeiro.

Esta obra replica obra anteriormente publicada por editora Húmus e intitulada *Alemanha-Portugal Aspectos em Revista* com organização de Fernando Ribeiro, que igualmente ampliou e inovou temas e teses apresentadas em *I Colóquio Nacional Alemanha-Portugal XIX-XXI: Aspectos* o qual ocorreu a 11 de Dezembro de 2013 no Auditório I da FCSH/NOVA e que teve como anfitrião o senhor vice-reitor da NOVA: Professor Doutor J. Esteves Pereira, o Senhor vice-director da FCSH/NOVA: Professor Doutor J. Costa – em representação dos respectivos reitor: Professor Doutor A. Bensabat Rendas e director da FCSH/NOVA: Professor Doutor João Sãágua e pelo director do Centro de História da Cultura: Professor Doutor João Luís Lisboa e respectivo vice-director: Professor Doutor Luís Ventura Bernardo e ainda por Professor Doutor Júlio Silva, coordenador de grupo de investigação: Estudos Políticos e Internacionais, do qual fazia parte o organizador da I edição do Colóquio: Professor Doutor Fernando Ribeiro.

2.

O *Colóquio Alemanha-Portugal: Aspectos* ocorre como espaço para reflexão sobre o papel que os dois países, suas nações e respectivas culturas têm vindo a desempenhar na procura da realização de objectivo fulcral comum: Europa para o Século XXI.

Este Colóquio primará também pela apresentação de resultados objectivos das estratégias emergentes e bilaterais cultivadas por estes dois estados em função dos benefícios a colher pelas respectivas nações e constante empenho na construção de uma Europa segundo:

- a paz,
- os valores,
- a consolidação internacional pela cooperação.

Centrando-se na apresentação de dados de cariz económico, político, histórico-diplomático, este Colóquio pretende igualmente enunciar outros aspectos culturais que ilustrem bem constância e perseverança, sob as quais se tem revestido a relação avisada entre a Alemanha e Portugal.

3.

Esta organização e publicação dual:

- colóquio,
- volume de ensaios ,

pretende, ao convocar conferencistas e oradores externos e internos à Universidade Nova de Lisboa, deixar registados suas conferências, palestras e ensaios tanto em livro quanto em suporte audio-visual – já que se trata de contribuições originais destinadas a públicos diversos também no espaço temporal – para estudo e investigação académica e/ou outra constituindo-se unidade de consulta registada e disponibilizada em acervo bibliográfico de FCSH/NOVA.

4.

Ideias de Colóquio e Obra nasceram em 2011 – Páscoa – da necessidade humilde de construir espaço de produção académico-científica vivo sobre registro de «encontro» entre Alemanha e Portugal à luz de compreensão prática de entendimento entre nações e culturas destes dois povos, quer sincrónica, quer diacronicamente.

Foram as mesmas apresentadas ulteriormente a colegas distintos que as acolheram: destacamos Professor Doutor Severiano Teixeira que logo se

disponibilizou generosamente para diligenciar convites a investigadores de Instituto Português de Relações Internacionais, de que é director, e que logo haveriam de integrar painel de I Colóquio.

E também a amigos generosos ligados a meio económico-diplomático alemão em Portugal cuja disponibilidade pródiga nos faz com prazer reconhecer publicamente o valor de Doutor Hans Jürgen Müller: CFO de ATEC.

Quer director de Centro de História da Cultura: Professor Doutor João Luís Lisboa, quer, à época, vice-reitor da UNL: Professor Doutor José Esteves Pereira foram, por esta ordem, os mais imediatos apoiantes institucionais desta vontade de fazer também em prol da juventude e demais estudantes que procuram a FCSH/NOVA para estudar e aprender Portugal, a Europa e a Alemanha.

5.

A ocasião fez-se menção: quer CHC, quer CHAM, quer FCSH/NOVA e respectivo auditório beneficiaram da generosidade havida pelo então presidente da Academia das Ciências: Senhor Professor Doutor Adriano Moreira ao dar-nos a honra de aceitar convite para proferir conferência de abertura de I Colóquio.

Economista distinto, Senhor Professor Doutor José Manuel Félix Ribeiro, pródigo em luz da liberal ciência económica abriu segunda parte de I Colóquio.

De mencionar, colegas insígnies, como Professoras Doutoradas Ana Mónica Fonseca e Patricia Daehnhardt e Professor Doutor José Lúcio e Mestre Bruno Marques por saberem conferir lustre desfrutado por assinalável auditório que também apreciou palestra proferida por Fernando Ribeiro.

Honra nossa, enquanto privilegiados organizadores, por havermos recebido magna presença e colaboração de Senhor Encarregado de Negócios – sumo representante diplomática à época da RFA – Senhor Doutor Robert Weber por haver acedido a fechar em mesa redonda I Colóquio.

6.

A ocasião continuou-se menção: o actual Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da FCSH/NOVA e da UAc continuou acolhendo *II Colóquio Alemanha-Portugal: XIX-XXI: Aspectos & Momentos*, assim intitulado nesta sua edição.

Auditório beneficiou nesta II edição de conferência de abertura proferida por individualidade, cara e querida – também à Universidade Portuguesa e em particular à Universidade Nova de Lisboa – da cultura portuguesa: Senhor Professor Doutor Eduardo Lourenço.

A 12 de Dezembro de 2014, em nossa FCSH/NOVA, aconteceu mesa redonda final, durante a qual Dr. Mário Soares – concedendo-nos honra *sui generis* de ler sua conferência – recordava hora solidária protagonizada nos anos 60 e 70 do Século XX por SPD e personalidades quer do Socialismo Democrático quer da República Federal da Alemanha cujo actual mais alto representante diplomático em Portugal Sua Excelência Senhor Embaixador Doutor Ulrich Brandenburg – desde o primeiro momento presente ao Colóquio – proferiu com singular generosidade conferência, na qual aproximou valor de Portugal, sob crise, ao de RFA, em momento dúctil *post* Queda-do-Muro vivido por seu país, vindo assim a selar ocasião histórica para os presentes.

Mencionamos igualmente palestras originais e de dedicação exclusiva proferidas, quer por Doutor J. M. Martins Carneiro, conservador em Museu Nacional de Arte Antiga, quer por Paulo Ferreira de Castro, musicólogo e professor doutor de Musicologia, quer por Teresa Balté –, professora universitária, poetisa e artista plástica –, quer por Paulo Henriques, museólogo, Eduardo Sousa Ferreira, professor doutor em Economia e Fernando Ribeiro, professor de Literatura e Cultura alemãs.

7.

Registamos agradecimento público a:

a) Editora Doutora Maria Luíza Rolim – Colares Editora – por nos haver alertado para a oportunidade destas breves notas por, segundo sua sabedoria amiga, concorrerem para a compreensão do escopo desta iniciativa académico-científica acolhendo da Fundação para a Ciência e Tecnologia apoio digno.

b) Doutora Teresa Fragata Correia, Serviço de Educação e Bolsas da FCG – por conselhos não menos atentos e pertinentes à edição de presente obra.

8.

Assinalamos dedicação e apoio técnico na edição audiovisual por parte de director de Media Lab da FCSH/NOVA: Professor Doutor Francisco Rui Cádima e em livro por diligência de Professores Doutores João Lisboa e Luís Ventura Bernardo, João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa e João Figueirôa-Rêgo cujo eco foi pertinentemente interpretado pela direcção da chancela: Húmus.

Natal, 2014
Fernando Ribeiro

Foreword

1.

Germany:Portugal – A Review of Aspects and Moments is the title of this work organized by Fernando Ribeiro, which expands on and develops the topics and themes presented in the papers and talks given at the 2nd *Germany-Portugal Colloquium XIX-XXI: Aspects & Moments*, held in Auditorium I at the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Faculty of Social Sciences and Humanities) of the Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA) and presided over by Professor Esteves Pereira, President of the General Assembly of the Portuguese Centre for Global History (CHAM – FCSH/NOVA, UAc). The session was opened by the dean of the faculty, Professor João Costa, who welcomed the speakers, guests, respective academic entities and the conference participants. We would also like to note the esteemed presence of the vice director of the Portuguese Centre for Global History, Professor João Luís Lisboa, and Professor João Figueirôa-Rêgo, coordinator of the Political and Institutional Configurations research group, of which Professor Fernando Ribeiro, organizer of this second edition of the Colloquium, is a member.

This volume follows on from the previous work published by Húmus Publishers entitled *Germany:Portugal – A Review of Aspects*, also organized by Fernando Ribeiro, which expanded on the topics and themes presented at the 1st *National Colloquium Germany-Portugal XIX-XXI: Aspects*, which took place on 11 December 2013 in Auditorium I at FCSH/NOVA. This event was hosted by the vice-rector of Universidade Nova de Lisboa, Professor José Esteves Pereira, the deputy dean of FCSH/NOVA, Professor João Costa, representing respectively the rector, Professor António Bensabat Rendas, and the Dean, Professor João Sáàgua, and the director of the Centre for the History of Culture, Professor João Luís Lisboa, the vice-director, Professor Luís Ventura Bernardo, and Professor Júlio Silva, coordinator of the Political and International Studies research group, to which Professor Fernando Ribeiro, organizer of the first edition of the Colloquium, belonged.

2.

The Colloquium *Germany-Portugal XIX-XXI: Aspects* is a place for reflection on the role these two countries, their nations and their respective cultures, have played in the search for a shared core objective: a Europe for the 21st century.

This Colloquium also aims to present the results of the objectives of the emergent bilateral strategies that have been cultivated by these two countries according to the benefits to be accrued and their constant commitment to the construction of a Europe in terms of:

- peace,
- values,
- international consolidation through cooperation.

While focusing on presenting data of an economic, political and historical-diplomatic nature, the Colloquium also seeks to focus on other cultural aspects which clearly illustrate the constancy and perseverance that have surrounded Germany's judicious stance towards Portugal.

3.

By calling upon speakers and participants both belonging to and external to the Universidade Nova de Lisboa, this dual feat – organization of the Colloquium and publication of this volume of essays – seeks to preserve a record of their lectures, talks and essays in both book and audiovisual format. Since we are dealing with original contributions aimed at diverse audiences, also in terms of time, we wish to bequeath a work that will serve for further study and academic or other research and become a reference work registered with the FCSH/NOVA archive and thus publicly available.

4.

Easter 2011: ideas for the Colloquium and the Book were born, born out of the humble need to build a lively space for reflection on the «encounters» between Germany and Portugal in light of a practical comprehension of the understanding between these two nations and cultures both synchronically and diachronically.

The ideas were later presented to distinguished colleagues, such as Professor Nuno Severiano Teixeira, who accepted them and then generously agreed to address invitations to researchers of the Portuguese Institute of

International Relations, of which he is director. These would later be on the panel of the 1st Colloquium.

In addition, we presented the idea to sympathetic friends connected to German economic and diplomatic circles in Portugal whose generous willingness to help leads us with great pleasure to publicly recognize the valuable contribution of Doctor Hans Jürgen Müller, CFO of ATEC.

Both the director of the Centre for the History of Culture, Professor João Luís Lisboa, and the vice-rector of the Universidade Nova de Lisboa at the time, Professor José Esteves Pereira, were, in this order, the most direct institutional supporters of this additional desire to do something for those young people and students who come to FCSH/NOVA to study and learn about Portugal, Europe and Germany.

5.

The occasion demands we mention that CHC, CHAM, FCSH/NOVA and the whole audience benefitted from the generosity of the then president of the Academy of Sciences, Professor Adriano Moreira, who did us the honour of accepting our invitation to deliver the opening lecture of the 1st Colloquium.

The distinguished economist, Professor José Manuel Félix Ribeiro, an impressive figure in liberal economic sciences, opened the second part of the 1st Colloquium.

We must also mention such notable colleagues as Professor Ana Mónica Fonseca, Professor Patricia Daehnhardt, Professor José Lúcio and Bruno Marques for knowing how to provide such an enjoyable and enlightening experience to the many members of the audience, who also appreciated the talk given by Professor Fernando Ribeiro.

It was also the organizers' honour and privilege to welcome the presence and the important collaboration of Doctor Robert Weber – the Federal Republic of Germany's top diplomatic representative at the time in Lisbon – who agreed to chair a round-table discussion and close the 1st Colloquium.

6.

The occasion further demands we mention that the Portuguese Centre for Global History (CHAM) continued to be the host for the 2nd edition of the Colloquium, now entitled *Germany-Portugal XIX-XXI: Aspects & Moments*.

The audience attending this 2nd edition enjoyed the benefits of the opening talk given by Professor Eduardo Lourenço, a senior leading figure who is much beloved by and dear to Portuguese universities in general, the Universidade Nova de Lisboa in particular and to Portuguese culture.

On 12 December 2014, there was a final round-table discussion during which Dr. Mário Soares – paying us the honour of reading his paper – recalled the solidarity shown by the SPD in the 1960s and 1970s as well as by various personalities from Democratic Socialism and the Federal Republic of Germany.

Germany's current top diplomatic representative in Portugal, His Excellency the German Ambassador, Doctor Ulrich Brandenburg, made a point of being present from the first moment of the Colloquium and very kindly gave a talk in which he likened the value of Portugal, undergoing a crisis, to that of Germany in the ductile moment experienced by his country after the fall of the Berlin Wall, thus making a historic mark on those present.

In addition, we would like to mention the original and exclusive papers delivered by José Manuel Martins Carneiro, museologist, Paulo Ferreira de Castro, musicologist, Teresa Balté, university lecturer, poetess and artist, Paulo Henriques, museologist, Eduardo Sousa Ferreira, professor of Economics, and Fernando Ribeiro, professor of German Literature and Culture.

7.

We would also like to publicly thank:

A) Dr^a Maria Luíza Rolim of Colares Editora, for her helpful and wise advice and, given her understanding of the aim of this academic-scientific initiative, for having alerted us to the possibility these brief notes might have were we to apply to receive some valuable support from the Foundation for Science and Technology;

b) Dr^a Teresa Fragata Correia from the Education and Scholarship Services of the Calouste Gulbenkian Foundation for her attentive and pertinent advice on the publishing of this volume.

8.

Finally, we would like to gratefully acknowledge the dedication and technical support given by Professor Francisco Rui Cádima, director of the Media Lab at FCSH/NOVA, for the audiovisual editing, and the endeavours undertaken by Professor João Lisboa and Professor Luís Ventura Bernardo on behalf of the book which received such a positive response from the editorial board of our publisher, Húmus.

Christmas, 2014
Fernando Ribeiro

Prefácio

Temos por certo que Luís de Camões deve ser considerado um dos primeiros poetas europeístas, ao identificar a Europa pela cristandade e vaticinar Portugal como cabeça da Europa toda. Todavia, o pensamento da longa teoria de projectistas da paz, em que Kant viria a ser a referência mais destacada, do que principalmente se ocuparam foi da conflitualidade política que, por duas vezes na mesma geração, fez eclodir duas guerras mundiais – 1914-1918 e 1939-1945 – que atingiram não apenas a validade dos ideais articulados na ideia da unidade cultural europeia, que levou a difundir o conceito de «Europa luz do mundo», para tomar mais referidas as linhas de fratura, quer de raiz religiosa – católicos, protestantes, ortodoxos – quer de origem ideológica – monárquicos, republicanos, conservadores, liberais, democratas, anarquistas, totalitários, comunistas – e sobretudo identificando países concretos como sendo a fonte e tendo a responsabilidade de algumas fraturas mais destruidoras. A Alemanha foi identificada, nesse sentido, pela responsabilidade de cada uma das guerras mundiais do Século XX, nos dois casos vista como uma soberania com vocação imperial, mas, sobretudo, na segunda, como um povo que consentiu o na ismo racial de Hitler e deu nome a uma criminalidade internacional, que tinha precedentes vários no passado, mas apenas no Tribunal de Nuremberg recebeu conceito e definição jurídica e punição. Para o Século XXI em que nos encontramos, um «século sem bússola», a memória da tragédia ainda afetará longamente a percepção da história próxima, o conflito entre o inventário da parte que lhe cabe no património imaterial da cultura europeia e os desvarios das intervenções militares, serão recordados e significativos na data em que a União Europeia se encontra enfraquecida, em parte porque não decidiu se terá uma Alemanha europeia ou uma Europa alemã. Talvez um livro que parece esquecido, as *Memórias* de Cabral de Moncada, que deixou escrito que apenas seriam publicadas depois da sua morte, terá assim decidido, na autenticidade que sempre cultivou, levado pelo desejo de evitar

que o seu apreço pela dimensão da contribuição alemã para o património cultural e científico europeu parecesse articulado pela crítica leviana com o nazismo que no seu tempo ensombrou a Europa. Justamente este trabalho, organizado na data em que a crise global financeira e económica desafia, mais uma vez, o projecto da unidade política europeia que os fundadores da União assumiram, parece apoiado na certeza de que, tal como nas Nações, a identidade mais vasta que Camões reconheceu não pode ser recebido pelos vivos a «benefício de inventário», isto é, repudiando, com o passivo da história, aquilo que é a emergência dos valores preservados e alicerces de um futuro partilhado.

O embaixador Manuel Homem de Melo, nas suas memórias intituladas – *Eu vi morrer o III Reich*, organizadas por João Aguiar, lembra que o próprio Salazar, em 26 de Maio de 1934, no I Congresso da União Nacional, afirmara: «É preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado Totalitário. O Estado que subordina tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça que ele representa, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia com ser onipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederá os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano. Tal Estado seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã...» Infelizmente, no património histórico da unidade europeia não faltam pecados repartidos, incluindo as guerras internas pelo poder, as guerras religiosas, a expulsão dos judeus, a conquista colonial, os genocídios da apropriação dos territórios, a escravatura e o transporte. Foi o toque da santidade que revelaram os fundadores da actual União, Robert Schuman, Konrad Adenauer, e Aldo Moro, apoiados no guia Jean Monnet e alentados pelo grito de Winston Churchill – «que l'Europe se lève» – que encaminhou no sentido de organizar a Europa em termos de solidariedade, com total repúdio de uma retaliação, ou de que um desastre militar se repetisse no futuro. Não pode ser ignorado que, no espírito dos tratados, organizando a unidade e solidariedade europeia estava a memória, que se procurava amenizar, de que a Alemanha era a titular de uma tendência hegemónica a controlar. A metodologia diplomática abria caminho à valorização da parte que lhe cabe no património imaterial da Europa em particular, do Ocidente em comum e, finalmente, global, um objectivo que teria a UNESCO como responsável por uma visão estratégica

inclusiva, da terra casa comum dos homens. Nesta percepção do futuro se inscreveram os *Colóquios Alemanha-Portugal XIX-XXI*, agora enriquecidos com os estudos que «constituem o cerne do II volume de ensaios intitulado *Alemanha-Portugal*» sobre o mesmo universo de aspectos históricos, culturais, diplomáticos, com a designação de «Aspectos e Momentos». A própria designação lembra imediatamente a perplexidade com que se desenvolve a investigação sobre o panorama do globalismo, que mais vamos conhecendo pelos efeitos do que pela estrutura, designadamente redes, interligações, processo casual, centros de decisão, valores, uma busca que já foi chamada «a quarta dimensão da Universidade». Não é evidentemente uma tarefa sem exigência e fundamento aprofundar o conhecimento do relacionamento entre Portugal e a Alemanha, identificando aspectos e momentos que articulam o país responsável pelo início da globalização, com a acção baseada nos pressupostos do saber e valores europeus de então, e o país que tanto contribuiu pacificamente para a modelação dessa contribuição do património imaterial da humanidade, hoje globalizada, ambos com os acertos e erros inerentes ao desafio de estar no mundo. O método é condicionado pela fragmentação das vias de acesso ao trajecto, nem sempre documentado, que conduziu ao complexo e mal sabido globalismo em que nos encontramos, porque não parece fácil articular as marcas intervaladas deixadas pelos passos na areia dos interventores no processo.

É claro que o objectivo de identificar o papel que ambos os países, suas nações e respectivas culturas têm vindo a desempenhar na procura da realização do objectivo fulcral comum que será a «Europa para o Século XXI», implica uma definição que parece enriquecer, para este século sem bussola, a articulação que se verificou entre os projectos de D. Manuel de Portugal e Carlos V imperador, ambos conduzindo a Ibéria, sem projecto articulado pelo saber e previsão, pelos caminhos que conduziram ao globalismo, uma evidência devida à observação de Large Gruzinski. A interacção entre a Alemanha e Portugal que unifique o sentido da marcha para obter uma Europa da paz, valores comuns e cooperação responsável. Por isso, para além das encontradas e confessadas influências de germanos com portugueses, no seu pensamento ou obras, que são enumerados pelos colaboradores da investigação, é oportuno lembrar algumas das marcas deixadas pelos alemães no património imaterial da Humanidade, como Lutero, Hegel, Marx, Goethe, Kant, Wagner, Meyerbeer, Mozart, Beethoven. Mas como a memória dos povos luta frequentemente com os avanços da ética e do direito, que somos formalmente obrigados a aceitar nesta viragem para o Século XXI,

talvez convenha lembrar, como marco de divisão de águas, e em oposição às memórias de Bismarck, de Clausewitz, entre nós sempre referenciados, o movimento Rosa Branca, orientado pelo Professor Huber e estudantes, entre os quais se destacaram Hans e Sophie Scholl, da Universidade de Munique, que durante o nazismo apelaram a uma Alemanha federal dentro de uma Europa federada e foram todos decapitados. Não esquecemos a guerra de 1914-1918, o esmagamento do exército português na Flandres, a invasão de Moçambique e de Angola, a gesta africana do general Paul von Lettow – Vorbeck, em cujas *Memórias* (1920) eternizou estas palavras: «todas as nossas tropas, indígenas e europeias, tiveram sempre a convicção de que a Alemanha não podia ser vencida na guerra e estavam determinados a combater até ao fim.» Por isso, entre os fragmentos das relações entre Portugal e a Alemanha, salientamos a corrente que tem um passado de origem no referido movimento Rosa Branca, e consagrados nomes como os de Willy Brandt ou Helmut Schmidt, fieis ao pacifismo, solidariedade e, finalmente, unidade da Europa. Com a visão persistente do futuro que Adenauer assumiu e partilhou, no sentido de, finalmente, neste Século XXI sem bússola, se definir um válido conceito estratégico europeu.

10 de Junho de 2015
Adriano Moreira

Introdução

Impromptus. F. Schubert / Murray Perahia

0.

A presente obra *Alemanha: Portugal – Aspectos e Momentos em Revista* apresenta reflexões sobre aspectos e momentos relativos à interacção entre Alemanha e Portugal; tem por escopo contribuir para o entendimento do respectivo valor no seio das relações económicas, políticas, culturais, históricas entre as nações e os povos alemães e portugueses.

Acolhe ensaios sobre Ciência Política: Eduardo Lourenço, Fundação Calouste Gulbenkian; Diplomacia: Ulrich Brandenburg, embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal; História das Relações Luso-Alemãs: Mário Soares, presidente da Fundação Mário Soares; História de Arte: Teresa Balté, FCSH/NOVA e Paulo Henriques, Secretaria de Estado da Cultura; História da Economia: Eduardo Sousa Ferreira, ISEG-UL; Museologia: José Manuel Martins Carneiro, Museu Nacional de Arte Antiga; Musicologia: Paulo Ferreira de Castro, FCSH/NOVA; História da Cultura: Fernando Ribeiro, FCSH/NOVA.

Contempla em todos a voz unânime do apreço pela cultura – enquanto manifestação plena pela paz e pela solidariedade – qual testemunho justamente potenciável pela arte da Diplomacia, na edificação de futuros em humanidade e concórdia.

1.

Professor Eduardo Lourenço revela-os em «Da Alemanha» o trilho palmilhado pela desperta «bela» adormecida rediviva em palco europeu. Porquanto à nação germânica reconhece a determinação da «famosa alma alemã». Eivada de sonho cuja forma de realização buscará incessantemente: pela observação, como com os humildes; pelo trabalho, como com os lídimos; pela ambição, como com os álares.

Sublinha quanto, logo nação, a Germania imperial concebeu consolidação, também geo-estrategicamente, de respectivo lugar no quadro europeu

e mundial, aquando da fundação do II Império Romano-Germânico gradualmente conseguida pelo dinamismo de um Reino: Prússia, do saber de um Chanceler: Otto von Bismarck, da confiança de um imperador: Wilhem I com vontade de, a partir de uma «Pequena Alemanha», transformar uma nação e seu estado, assente em economia agrária, em «federação» gradualmente fundada em economia industrial durante lapso temporal: Século XIX – decisivo para a sua afirmação nacional, europeia e transcontinental.

Verdadeiramente, pela fundação do II Império Romano-Germânico em 1871, 50% da respectiva população trabalhadora estimava-se trabalhasse na agricultura, enquanto em inícios do Século XX, 60% dependia já de actividade industrial e 35% de trabalho artesanal.¹

Virtudes, prussianas, como trabalho sob ritmo constante e ponderado por objectivos, pontualidade, poupança, auto-disciplina, cultivadas desde a escola primária, explicarão esta potenciação ocorrida sobremodo no último quartel do Século XIX.

Precisamente entre 1871 e 1914, a Alemanha sextuplicou a sua capacidade de produção industrial (Lemo) ocupando até dealbar da Primeira Grande Guerra a segunda posição mundial (15%) logo a seguir aos EUA (32%). (Lemo)

«Sancionada» seria a sua capacidade exportadora para a Grã-Bretanha, quando esta, à luz de medidas proteccionistas, determinou se identificasse produto importado alemão com: *Made in Germany*. (Lemo)

A Alemanha detinha, à época: Século XIX, forte burguesia, média e alta com cultura e responsabilidade – (*Bildungsbürgertum*)² – que soube gerir a cidade, a cultura, a produção industrial, a administração política e a financeira (Deutsche Bank co-fundado em 1870 por Georg von Siemens (1839-1901) (Lemo), a investigação científica-aplicada sob visão para além dos seus tempo e espaço.

Não perdendo consciência dos confrontos políticos e sociais advenientes – associados a industrialização veloz – e modos de superação dos mesmos. Mas sempre com forte sentido de gestão, em espaço e em tempo úteis, das energias sociais em função de objectivos que elite desenhava para que

¹ Todas as referências e dados estatísticos ou outros de precisão histórica em uso encontram-se disponíveis em capítulo intitulado: *Kaisereich* – Império – e respectivos subcapítulos – consultável em site de utilização profícua: <https://www.dhm.de/lemo/kapitel/kaisereich/aussenpolitik/bismarcks-buendnissystem.html> e doravante referido entre parêntesis pelo acrónimo (Lemo) – Lebendiges Museum Online divulgado por Deutsches Historisches Museum.

² AAVV, *Kleine Deutsche Geschichte*, Stuttgart, Reclam 1995, p.279-281.

sua nação ganhasse densidade e coesão social sem nunca perder lugar de destaque em contexto internacional.

À indústria de mineração, por exemplo, cujas capacidades extractivas foram então incrementadas e que convocaram aos milhares mão-de-obra para as regiões de Berlim, Aquisgrana (Aachen), Saxónia-Turingia, Lorena-Sarre, Reno-Meno, Alta-Silésia e Ruhr, associou-se a siderúrgica que teve em Alfred Krupp e respectivo cartel um dos maiores empresários alemães que no seu universo industrial empregava 80.000 operários em 1914 (Lemo) – oriundos dos mais distantes reinos do Império que assim «contribuíam» arduamente (antes de 1871: 16 horas de trabalho diário, como no caso da indústria têxtil; 85 a 90 horas de trabalho semanais para um salário de subsistência; 1872: 72 horas de trabalho semanais; 1900: 62 horas de trabalho semanais; 1914: 57 horas de trabalho semanais) (Lemo; AAVV 1995: 283), também por via de incremento dos meios de transporte ferroviário, fluvial e marítimo, para consolidação de mercados interno e externo e respectiva maior acessibilidade a bens produzidos – bem como mobilidade social mais efectiva.

Atesta-se prosperidade – a par de exploração profunda e repressão por via de lei contra os socialistas (1878-1890) e respectivas medidas de ajustamento social: leis de protecção do trabalhador na doença (1883), contra acidentes de trabalho (1884), na velhice e invalidez (1889), ambas exemplo da era política sob administração de chanceler Otto von Bismarck -, mas também solidez na investigação científica: até 1914 um em cada três Prémios Nobel na área das ciências exactas era atribuído a um cientista alemão. (Lemo)

Ao longo da segunda metade do Século XIX, o II Império Germânico desbravava novos caminhos tecnológicos revolucionando a indústria: até 1914 uma em cada duas centrais ou instalações eléctricas, no mundo, eram oriundas das firmas alemãs Siemens (1847) ou AEG (1883). Os gigantes internacionais da indústria química e da farmacêutica, como a BASF (1865), Bayer (1863) e Hoechst (1863), nascem nesta época, assim como a indústria óptica e de mecânica de precisão (1847) – Carl Zeiss (1816-1888). (Lemo)

A vontade desta nova «Pequena Alemanha» em ingressar com a «seriedade» própria dos mais novos no «concerto das nações» é assim vista como imperativo secular que Eduardo Lourenço distingue na comunidade pátria – germânica de: Lessing e Kant, Hegel, Schopenhauer, Wagner, Nietzsche, Brecht, Mann, Grass e Handke – que, em busca do respectivo «devir», «desaruma» o «tabuleiro político da Europa».

Em Europa, apenas pela voz e mão americanas, capaz de trazer:

1 – num primeiro andamento, democracia parlamentar moderna à Alemanha, consignada em respectiva Constituição de Weimar (1919);

2 – num segundo, enquadramento em «espaço geoestratégico mais baixo» – não sem deixar de proporcionar espaço de afirmação científico-cultural, político-industrial moderno;

3 – acolhimento de retracção espontânea.

Eduardo Lourenço, professor, afirma ser a resolução da «questão alemã» da vontade de, também natural à, nação em «confrontar-se» com «compreender-se», «situar-se», porquanto genuinamente essencial à vontade «exemplar» de «construção da futura União Europeia» em amadurecimento, o qual apenas tempo-de-serenidade cultivado por ex-combatentes francos sabe preservar.

Em comunidade: Europa – mais alargada, tendencialmente mais democrática, almejando prosperidade germânica – «mais complexa» e, por isso, sujeita a «grau de imprevisão» tão mais contingente quanto mais indomável; a tentar, também, em cuidada exegese de augúrio, na qual «destino», agora «democrático, mas não menos dinâmico», «alemão», não poderá deixar de ocupar lugar próprio em concerto internacional com toda a gente para toda a gente boa como os «bons alemães», Hans e Sophie Scholl do «Weißer Rose» (Rosa Branca), escreve Eduardo Lourenço.

Em Europa, formada embora por nações de difícil e longa coesão.

Partilhando, embora, com os EUA – de cuja missão omninterveniente em destino planetário continua carecendo – da necessidade de preservar «peregridade», como referia Eduardo Lourenço em ensaio intitulado «Da América e da Europa» (2006)³ – face a ameaça interna, de «caoticidade», e externa, oriunda de império como o da China ou do Japão desreguladores do seu modelo de sociedade. (Lourenço 2009: 161-162) Seria ponderado, assevera Eduardo Lourenço, tomar «o Ocidente como um todo e [...] uma ilusão de nação adolescente pensar que a mera supremacia militar, financeira e económica, assegurará à mais optimista criatura da velha Europa o domínio do mundo» (Lourenço 2009: 162) e cultivar entendimento profícuo para ambos.

Sem deixar de atender a quanto «universalização do liberalismo utópico»⁴, desregulado continua desequilibrando ideal de competição entre quaisquer concorrentes cujo estatuto incompreensivelmente se inverterá: passando num ápice o ganhador a perdedor – ou perdendo mesmo estatuto consignado – por mercado deixar de garantir competição em moldes universalmente conhecidos. Porque «exclusão e precariedade» de qualquer espreitarão sem-

³ Eduardo Lourenço, 2009. «A Esquerda na Encruzilhada ou fora da História? – Ensaio Político», in *Finisterra*. Lisboa, Gradiva.

⁴ Eduardo Lourenço, 2005. «A Máquina Infernal ou do Liberalismo na Era da Mundialização» in *Finisterra*.

pre que se aperfeiçoam até à exaustão racionalização de ritmo e ganho – escravos – de actividade produtiva (Lourenço 2009: 166) justamente porque segundo estratificação planificada de mercado de consumo inerme e ingente de bens tornados atrozmente obsoletos.

Logo em 2005, Eduardo Lourenço em «A máquina infernal ou do liberalismo na era da mundialização» pretenderia apenas atentássemos em momento-de-implosão provocado por engenheiros e «manajeiros» cuja consciência se iluminará com mercados cada vez mais subterraneamente regulados. (Lourenço 2009: 167)

Porque, adverte ainda – agora em «O fim da política?» (1995: *Finisterra*) – embora passada haja sido a grande «deriva» autoritária e cidadão hodierno se «conceba» co-autor e co-gestor de Poder – de tal modo a Democracia persiste em modo, praticamente, universal – impende contínuo requintado perigo sobre a Democracia, anunciado por «rejeição» ou «asténias» pretéritas, transformação ultra-racional e autoritário – positiva do mundo material, «relativização do Político e da Política». (Lourenço 2009: 114) Democracia acompanhada de «hiperpoliticismo» (114) inatento a «todo da vida social» (Lourenço 2009: 116), porque igualmente consciente de realidade do poder «opaco», «incontornável», «transpartidário», «mesmo transnacional» (Lourenço 2009: 114): «[...] qualquer coisa de opaco e quase onisciente, sob cobertura legal ou forma de poderes ocultos, paralelos desligados de todo o institucionalismo [...] ou forças transversais aos universos políticos [...]» (Lourenço 2009: 117)

Eis sistema, ou forma, de poder, para o qual Eduardo Lourenço em «O fim da política» já em 1993 coloca de sobreaviso cidadão coevo à beira da desmotivação política – também de país pequeno como Portugal, ao qual importa em consciência não correr o risco de querer tornar-se «dono imaginário» do seu destino e objectivo virtual da «vontade de poder dos outros» agora logo em «Uma década paradoxal» no ano de 1995 (Lourenço 2009: 125) – cuja ilusão de viver sob Império da Lei tanto mais se consolidará quanto menos se cultivar interacção política entendida como rede de interacções em solidariedade em meio comunitário, transnacional – perenemente dinâmico –; haverá que não perder esperança em fora como a ONU, no qual defesa de «direitos da Política enquanto gestão democrática do Poder subsistem» ainda. (Lourenço 2009: 117)

Tratar-se-á de persistir nos vários patamares de reflexão sobre princípios que às «gentes» dizem respeito como Jürgen Habermas deixou dito em conferência intitulada «Democracy in Europe Today» proferida a 28 de Outubro de 2013 em Fundação Calouste Gulbenkian:

[...]

The most seriously affected sectors of society in each country will recognize their shared fate across national boundaries — aside from all differences — only when the media in all of the national arenas break down the fatal linkage between questions of distribution («who gets what») and questions of identity («who we are»)

[...]

If we only distinguish neatly obligations to show solidarity from moral and legal duties, we can prove, that showing solidarity is a political act that by no means calls for a form of moral selflessness that would be misplaced in political contexts.

2.

Ulrich Brandenburg, embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal desde Janeiro de 2014, escreve igualmente sobre Alemanha e Portugal: «Alemanha, Portugal e a Crise – Deutschland, Portugal und die Krise». Prossegue na senda dos aspectos comuns a vivência histórica protagonizada por ambas as nações. Destaca importância da partilha de ideais comuns e constantes em seio de Europa: tanto mais sólida quanto atenta à superação das contrariedades em serenidade.

E, a propósito da crise vivida em épocas distintas por ambas as nações, sugere-lhe sigamos reflexão – sábia – acerca do sentido de responsabilidade assumido perante gerações hodiernas e vindouras na apreciação de vivência imposta pela História:

– um quarto de século passado sobre a queda do Muro de Berlim (Novembro de 1989):

– quatro decénios passados sobre a Revolução dos Cravos (Abril, 1974).

Reportando-se a experiência havida como estudante de visita a Portugal no ano de 1975, evoca os «esforços de consolidação [...] em direcção à Europa» então por si constatados em hora de «viragem positiva» num Portugal ciente do peso retardador provocado por atraso económico e guerra colonial, do acesso ao «mundo moderno» – apenas mais próximo após derrube da ditadura.

Também assinala o júbilo vivido por sua nação e, também, por toda a Europa, ao celebrar um quarto de século de unificação, pela qual mundivisão mais atinente à realidade dos cidadãos ganhou verdadeira expressão. Não olvida dificuldades inerentes a tal determinação do, sobretudo germânico, Ocidente, canalizando estoicamente, ano após ano, 4% do seu PIB, a fim de construir paridade entre nação germânica a oeste e a leste. Alerta-nos

para a necessidade de se reforçar união e respectiva superação de divisões no seio da Europa e, bem assim, de se manter convergência, pretérita a 12 e actual a 28, via reforço de moeda e política económico-fiscal comuns em direcção a União Política, para a qual nação germânica, como um todo, afirma, continua subscrevendo «princípio da solidariedade».

Relembra-nos Ulrich Brandenburg as dificuldades enfrentadas por seu país aquando do levar a cabo das reformas estruturais consignadas por «Agenda 2010» visando fazer face a aumento de esperança de vida, descida da taxa de natalidade e subsequentes ajustamentos dos sistemas de segurança social – e bem assim implementar maior competitividade, apesar da diminuição da protecção contra o despedimento. Ulrich Brandenburg salienta o quão importava tornar a Alemanha mais atraente para o investimento privado, fazendo-a cumprir os critérios de Maastricht: «relação entre o défice público anual e o produto interno bruto (PIB) não deve exceder 3% e a relação entre a dívida pública bruta e o PIB não deve exceder 60 %» sem deixar de igualmente sublinhar dureza sentida logo em 2002-2003 decorrente da Unificação causadora do insucesso experimentado pela Alemanha ao falhar tais objectivos, pois desempregados registar-se-iam, à época, seis milhões. E se nos traz à memória a derrota eleitoral estrondosa de SPD (G.Shröder) em 2005, não menos relembra o quanto tal não impediu a demanda do consenso necessário para obter nacional e pluripartidária concordância com regra de ouro da constituição alemã – travão da dívida (Schuldenbremse): 0,35% do PIB – tendo sempre em vista a «sustentabilidade das finanças públicas».

Sabendo das dificuldades sentidas pelo seu país (2013, endividamento público: 78,4% PIB) e ciente das fragilidades do sistema europeu enfrentando grave crise da dívida soberana, Ulrich Brandenburg destaca mecanismos da UE como «Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, FEEF, Mecanismo Europeu de Estabilidade, MEE, e União Bancária» para enfrentar imponderável maior: globalização.

Em Portugal, distingue vontades para aperfeiçoar louvada posição em Índice do Fórum Económico Mundial fazendo justo eco de louvores tecidos por investidores alemães em Portugal – seguramente não só relativos a tecnologias de informação ou esforços bem-sucedidos relativos a consolidação orçamental – concordantes com equilíbrio a ser mantido entre modelo de estado social europeu e incremento da competitividade no plano internacional.

Ulrich Brandenburg acredita na democracia em respeito pelo culto dos «valores conjuntos», pelos quais na sua Alemanha Unificada, desde 1989, e no Portugal democrático, desde o ano de 1974, se vem lutando para serem criadas «melhores condições de vida» para todos.

3.

Mário Soares intrépido, resistente à «democracia orgânica» de Salazar, em 1967, ciente do «argumento fundamental do Governo (1967) contra a oposição [...] o comunismo ou o caos», tal como deixou registado em artigo intitulado em «Oposição e governo em Portugal»⁵ e sem deixar de reconhecer o respeito devido à resistência comunista, mas também à oposição levada a cabo por republicanos liberais, católicos da Acção Democrática e igualmente por socialistas da Acção Socialista Portuguesa, assim como por «Maçons», sabia bem estar o país imbuído de um «ser contra o Governo» também manifesto em acções revolucionárias como «o assalto ao barco Santa Maria» (1961) por Henrique Galvão ou os golpes organizados pela LUAR contra a delegação da Figueira da Foz do Banco de Portugal e o comando da 3ª Região Militar em Évora (1967). Daí a convicção expressa neste artigo escrito para «Government and opposition, a quarterly of comparative politics», a pedido de Professor Leonard Schapiro, da London School of Economics and Politics, cuja publicação ficou suspensa devido a prisão do seu autor em Dezembro de 1967 – acerca da necessária mudança de condição, pois considerava urgente transformarem-se estas formações para-partidárias em partidos políticos vinculados a respectivos congéneres europeus, a fim de conseguirem existência legal e instituírem regime democrático em Portugal de tal modo o via mergulhado em crise: económica-política, de «adaptação ao mundo moderno» centrado que estava no mercado único em espaço continental, insular e ultramarino. Indignou-se com consequência contra a política de baixos salários na indústria e na agricultura e consequente desigualdade e imobilismo social que levava à emigração legal e clandestina de seus concidadãos que, fugindo à miséria, à perseguição, à guerra colonial, eram integrados nos exércitos industriais indispensáveis ao progresso económico da restante Europa. Denunciava a opção do regime de então em despende, em 1966, «40% das despesas públicas» com «encargos improdutivos com a defesa» (Soares 1969: 94), penhorando riqueza nacional e futuro de geração com incipiente, mas crescente opinião pública. Cumpru tradição oposicionista e histórica na defesa de «reforma profunda das estruturas» e «indispensável auto-determinação do Ultramar», porquanto acreditava em «via democrática e parlamentar» para levar Portugal «à integração no mundo dos nossos dias». (Soares 1969:97)

⁵ Mário Soares, 1969. «Oposição e governo em Portugal» in *Escritos Políticos*. Lisboa, edição do autor, p. 84 .

Actualmente presidente da Fundação Mário Soares, oferece-nos em «Breve Testemunho» factos históricos em primeira mão resultantes de conhecimento político e pessoal cultivado com outros dois marcos, históricos, da História da Europa destes dois séculos últimos – XX e XXI – Willy Brandt e Helmut Schmidt; insignes social-democratas germânicos: «no sentido que damos ao socialismo democrático», por considerá-los determinantes para a consolidação do regime democrático e parlamentar em Portugal *post* Abril de 74.

Assevera-o por palavra sua: larga e generosa, portuguesa, realçando valor de Helmut Schmidt, com quem, sobremodo enquanto chanceler da RFA entre 1974 e 1984, teve oportunidade de lidar política e pessoalmente, desde logo, na qualidade de primeiro-ministro de I Governo Constitucional de Portugal. Para além do salientar das marcas de carácter: austeridade e integridade; de proficiência: rigor e competência; de cultura: cidadão-do-mundo; e cidadão da-Europa – músico exímio também –, Mário Soares relembra o decisivo papel de H. Schmidt – e ainda de J. Carter, H. Wilson, J. Callaghan e Carlos A. Perez entre outros presidentes e primeiros-ministros – na concessão do grande empréstimo (1978) a Portugal, sem o qual a grave situação financeira do país não teria sido ultrapassada com sucesso, lembrando ainda o apoio da RFA à democratização em Portugal, cuja fragilidade aumentava na razão directa das carências sentidas pela população portuguesa sob ciclo económico-social desfavorável agravado por descolonização imperiosa. Leva-nos a, consigo, saudar Helmut Schmidt com a naturalidade devida a um dos construtores de referência da União Europeia e anfitriões da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia vivos.

Evoca ainda Mário Soares, enquanto, à época, porta-voz da incipiente e clandestina Acção Socialista Portuguesa, com reconhecimento, o primeiro encontro com proeminente socialista democrático e líder de SPD, Willy Brandt, ocorrido há quase meio século: aquando do Congresso da Internacional Socialista em Eastbourne (1969) de tal modo sentiu pessoalmente quão valioso era o encorajamento declarado por Brandt à fundação de Partido Socialista, opositor ao regime político em Portugal e à estratégia política seguida pelo Partido Comunista Português para derrubar a ditadura vigente. Enaltece visão determinada e avisada de Brandt, intentando quer o derrube das ditaduras peninsulares a Oeste quer a construção de brechas a Leste do continente europeu sob os desígnios da defesa dos Direitos do Homem. Ilustra palavra solidária e cumpridora de chanceler Willy Brandt quando desfrutou, em Abril de 1973, em Bad Münstereifel, e por parte do SPD, dos apoios necessários à realização do congresso-berço de Partido Socialista Português para assim melhor ser preparada a «transição democrática», quer

em Portugal, quer nas remanescentes nações sob regime ditatorial na Europa Mediterrânica: Grécia e Espanha.

A memória, também histórica, de Mário Soares faz-nos acompanhar não só o empenhamento solidário da Social-Democracia na Europa quando, em 2 de Agosto de 1975, e sob a organização de W. Brandt – secundado por O. Palme, B. Kreisky, H. Wilson, F. Mitterrand, entre outros – foi decidido, em Estocolmo, auxiliar a periclitante Democracia Portuguesa. Também o cidadão europeu, alemão-patriota, apoiante da integração europeia de Portugal, presidente da Internacional Socialista (1976) – de quem Mário Soares foi vice – idealista generoso e solidário para com exilados e perseguidos em seus países, a quem o Nobel da Paz e a queda do Muro de Berlim só poderiam ser oferecidos, é enaltecido enquanto obreiro do fortalecimento do diálogo entre povos ricos a norte e pobres a sul.

A História terá feito jus a Mário Soares: derradeira personalidade política a ser recebida por Willy Brandt enquanto chanceler da RFA em 2 Maio 1974, que, cordialmente, anuiu a imperiosa ajuda «moral e material» a Portugal.

Testemunho igualmente histórico deixado por Brandt faz prova da recepção concedida semanas antes de Abril de '74 a «nosso amigo Mário Soares», no exílio, por quem tomara consciência da possibilidade de golpe de estado em Portugal⁶.

Por seu lado, seria em Bona que Mário Soares receberia, via SPD, notícia acerca do 25 Abril '74, pois se encontrava desde a véspera nessa cidade.

Nesta mesma obra, Mário Soares também sublinha relevância da abertura de Portugal «à modernidade e ao progresso» (AAVV 1976: 11), quer para o respectivo povo, quer para a Europa. A par do erigir de estado democrático e do pôr cobro a guerra colonial, sabia estar Portugal – por, em 1976, se encontrar no centro de «competições e rivalidades que nos são alheias» (AAVV 1976: 12) – sob observação porquanto tida como «laboratório revolucionário da Europa» (AAVV 1976: 11) também, em parte, adepta de «teoria da vacina» (AAVV 1976: 20). Sem nunca perder a noção de realidade económica em contra ciclo: queda nas receitas provenientes do turismo, da emigração, do Ultramar com agravamento de *deficit* comercial, baixa produtividade, desemprego crescente e aumento da despesa pública, Mário Soares e o PS persistem na luta contra a miséria e subdesenvolvimento e na reconstrução económica do país comprometendo-se a «fomentar a produção pública e privada, racionalizar os mecanismos de distribuição, mobilizar e pôr o país a trabalhar». (AAVV 1976: 23)

⁶ AAVV, 1976. *Liberdade para Portugal*. Lisboa, Bertrand, pp. 27-28.

Brandt, aquando da visita a Portugal em Setembro de '74 na qualidade de dirigente do SPD, recorda em '76 dois dos mais determinantes feitos políticos de Mário Soares cujo mérito decisivo as democracias europeias nunca mais poderiam esquecer:

– a resolução da questão colonial , no que de determinante foi para a RFA enquanto defensora de tradições anti-racistas e anti-colonialistas, pois desde então poderia passar a contar, nas organizações internacionais, com aliado de maior peso por haver devolvido «às democracias ocidentais a sua autenticidade [...] dando-lhes novos impulsos». (AAVV 1976: 29)

– a superação da «situação política interna [...] difícil» à luz dos princípios do socialismo democrático cuja solidariedade antes e depois de '74 a Internacional Socialista ajudou a consolidar. (AAVV 1976: 32)

E relembra-nos que, com a criação do Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal, cuja constituição ocorreu sob seu patrocínio em Londres, a 5 de Setembro '75, Portugal em modernização, para o qual o Partido Socialista dirigido por Mário Soares muito tinha contribuído, deveria colher entre outros estes esforços do comité:

1 – Aproximação e colaboração prática com Partido Socialista Português dirigido por M. Soares;

2 – Visitas e contactos com numerosas altas individualidades com responsabilidade política e militar;

3 – Influência junto de governos europeus e forças da política internacional no sentido de os dissuadir de ideias erradas sobre Portugal, convencendo-os a tomar atitudes construtivas em relação ao país;

4 – Apoio da colaboração europeia e internacional às forças do movimento sindicalista democrático português;

5 – Recomendação de medidas tendentes a ajudar Portugal na solução dos seus difíceis problemas económicos [...]. (AAVV 1976:33)

Como se não bastasse, Brandt foi inequívoco ao afirmar: «O povo português como membro respeitado da família dos povos livres e democráticos da Europa pode contar connosco». (AAVV 1976: 35)

4.

«Um alemão em Lisboa: Hein Semke (1899-1995)» é título de ensaio sobre artista germânico criativa e ininterruptamente activo em Portugal por mais de seis décadas sobre o qual Lima de Carvalho acreditava estaria seguramente para nascer o dia da «análise crítica profunda da obra de Semke e da interpenetração luso-alemã que nela está patente» tal qual deixou escrito

em 1978 no catálogo da Exposição *A vida nas formas* que teve lugar na Galeria de Arte do Casino Estoril, na qual foram expostas peças criadas por Hein Semke desde 1934, assim se constata em *Hein Semke*.⁷

O rosto de Hein Semke, artista germânico nascido em Hamburgo em 1899, nunca deixou de ser igual a si próprio mesmo havendo vivido e criado, quase ininterruptamente entre 1932 e 1995, obra plástica e também literária, em Portugal, como ilustram Teresa Balté e Paulo Henriques.

Teresa Balté, sua mulher, professora universitária, também artista plástica, poetisa e escritora, e Paulo Henriques, igualmente formado em artes plásticas e museólogo, apresentam-nos homem e escultor, mas também escritor, aquarelista e ceramista representado em coleções como as do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian – em cujos jardins se encontra escultura intitulada *A dor* (Semke 2009: 38) –, Fundação Mário Soares, Museu do Chiado, Museu José Malhoa, Museu de Évora, Museu Nacional do Azulejo, Casa Museu João Soares – «Cristo dos Pescadores» 1962 – (Semke 2009: 225) – Reitoria da Universidade de Lisboa: «Portugal de Além – Mar», 1957 (Semke 2009: 202) – cuja mestria também se pode fruir em outros espaços (público) como «Mural» de 1957 na Figueira da Foz (Semke 2009:183) (privado) Hotel da Baleeira – Sagres «Mural» (1962) (Semke 2009: 153) e cujo acervo de obras deixadas e legadas é possível estudar por definitivamente inventariado por Teresa Balté, complementando inventários parciais, e anteriores, da responsabilidade de Manuela Oliveira Martins e Pedro Aboim Borges (cerâmica), Paulo Henriques (escultura), e Ana Isabel Ribeiro e Catarina Rosendo (livros de artista).

A educação luterana, destacada por Paulo Henriques, a dureza experimentada, quer como órfão de mãe quer como voluntário (tropas especiais) (Semke 2009: 286) – durante a Grande Guerra (mobilizado para Rússia, Ucrânia, França, Flandres) – bem como a prisão por seis anos devido a activismo político, enquanto jovem anarco-sindicalista, trouxeram-no a Lisboa após ser posto em liberdade (1928) por amnistia decretada por marechal Paul von Hindenburg (Semke 2009:12). Primeiro, para trabalhar em fábrica Magalhães e Filho Ltd propriedade de Richard Reinhardt (Lisboa-Chelas) (1929) (Semke 2009:15) depois, definitivamente (1932) como artista, desagradoado com o crescendo nacional-socialista em sua terra natal – não sem antes ter passado por academias como as de Hamburgo e Estugarda para estudar escultura e cerâmica.

⁷ Teresa Balté, 2009. *Hein Semke A Coragem de Ser Rosto*. Lisboa INCM, p. 261.

O seu «amor: à luz, à paisagem, à cidade de Lisboa, à maneira de ser portuguesa» compensariam «menorização e instrumentalização da cultura por parte da instituição política» sentida no Portugal provinciano e desprovido de frontalidade dos anos 50, durante os quais viveu penosamente, tendo embora podido triunfar na Paris de 1957 como lhe assegurou Vieira da Silva (Semke 2009: 185). Registadas em diário, estas impressões reflectem alguma da indispensável tranquilidade, salientada por Teresa Balté, a par da também expressa indignação de Semke acerca do modo como Portugal acometia, em vida, contra os «seus verdadeiros grandes» como Pessoa, Camilo, Mário Eloy, Raúl Leal ou Soares dos Reis e Antero de Quental.

Saudando Abril de '74 em «Apocalipse à portuguesa» por prometer «a todo o povo português, sem distinção de classes Liberdade (política, social, económica) em autodeterminação e democracia» (Semke 2009: 258), não deixa Semke de prenunciar que, para compreender «significado real e verdadeiro do 25 de Abril de 1974», haveria que aceitar-se «partir da base primeira, das necessidades de todo o povo, rumo a uma democracia onde reinem a liberdade e a justiça social». (Semke 2009: 258)

A sua arte evitava máscara que encobrisse rosto em amabilidades, mas que fosse «oração pela compreensão das coisas que ainda não conseguimos compreender até agora. O artista é de certa maneira um mágico [...]» (Semke 2009: 265) confessará a Margarida Botelho em 1978; desde a primeira participação em exposição (colectiva a par de Almada Negreiros, Sarah Afonso, Carlos Botelho, Abel Manta, Jorge Barradas, Diogo Macedo, Altberg) a sua escultura sobressaiu pela «inocência primitiva», «sinceridade pura de intenções», «forte poder de comunicação», segundo Manuel Mendes citado por Paulo Henriques, armas com que chocava «mestres» coevos por se alinhar com independentes e modernistas de vanguarda portugueses como também foram Amadeo e Santa-Rita (1936). A curiosidade, perseguida e cultivada no dia a dia, pautava o perscrutar psicológico e anímico da humanidade sentida no outro que retratava com prazer, enquanto artista e Homem-de-Deus – em demanda da expressão da espiritualidade admirada por exemplo nos «santeiros de Coimbra», como afirmou a Gaspar Simões, em 1955 (Semke 2009: 177) – com religião: esculpindo *Camaradagem na derrota* e *A dor* para a Igreja Evangélica Alemã (1934) e interpretação da História, lusa, com esculturas na Exposição do Mundo Português (1940) como *O drama colonial*, *Santo António*, *S. Francisco Xavier*; e universal, com cerâmica vidrada como *Quo vadis? Victor* (1942) sobre o desastre da II Grande Guerra; sem se afastar, embora, de veio expressionista peculiar, o qual viria a culminar com a sua «primeira» «Individual» de escultura

e cerâmica (1947) e a publicação de artigo sobre Ernst Barlach – vulto da escultura alemã e mundial – e a dar início a década de carência e posicionamento teórico perante neorrealismo, surrealismo e abstracção em vigor em Portugal, à luz dos seus propósitos como ceramista moderno expendidos em *Renovação cerâmica* (1950). Silicose, detectada em 1963 fê-lo dedicar-se a xilogravura, monotipia, aquarela, pintura sobre madeira bem como à produção de livros de autor (1958-83) e literários (1950-75: poemas, aforismos, novelas, diário, narrativa fantástica, manifesto político), não o impedindo de criar baixo-relevo *O eterno reverso* sobre «dualidade estrutural do ser humano» tal qual Paulo Henriques interpreta em obra de artista, perene, agraciado em 1978 com Ordem de Mérito pelo presidente da República Federal da Alemanha, Walter Scheel (Semke 2009:261), e em 1990, igualmente agraciado, com Ordem do Infante D. Henrique por presidente da República de Portugal: Mário Soares.

5.

É da natureza do e no Homem: o Reconhecimento.

Também o reconhecer na realidade do Lugar o que busca na realidade do Ideal.

Será da natureza de todo o viajante observar lugares em mira.

Assim aconteceu com Conde Felix Lichnowsky cujo périplo por Portugal ocorreu entre 24 de Junho e 5 de Agosto de 1842, o que lhe permitiu assistir à abertura das Cortes em Julho deste ano, justamente quando D. Maria II anunciou Carta Constitucional da Monarquia como «lei fundamental do Estado».⁸ Exactamente o ano, durante o qual o reino da Prússia encetaria as relações diplomáticas com o reino de Portugal.⁹

O relato deixado em obra, publicada um ano mais tarde (1843), permite-nos hoje perceber como, na época, o Norte da Europa via Portugal e respectivo atraso, de que era objecto, e qual o tipo de ajuda, de que careceria, para poder acompanhar Europa cujo andamento moderno se pretendia estender a maior número da população sem excluir burguesia de negócios, aristocracia terra-tenente, capitães de indústria. Viajante e diplomata, ilustra-nos seu ponto de vista à medida que alude a usos, factos, relações diplomático-comerciais entre Portugal e Grã-Bretanha, como assinalámos em

⁸ Felix Lichnowsky, 1890. *Portugal Recordações do Ano 1842*. Lisboa, Alfa, p.84.

⁹ E. A. Strasen, Alfredo Gândara, 1944. *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Berlim: Instituto Ibero-Americano, p.362.

«Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexos e Conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)».¹⁰ Deixa entrever o quanto o Congresso de Viena se mantinha atento a Península Ibérica e respectivos movimentos liberais, porquanto, em plena segunda metade do Século XIX, Portugal, na perspectiva de vários tipos de viajantes, apresenta singularidade: «A nobreza é falha em distinção e liderança, o povo é pródigo em nobreza e destreza».¹¹ Todavia, fiel à sua condição histórica de «se haver lançado em África e por “dizer” África em Português», atrai atenções sobre estes mesmos, civilizacionalmente, indistintos além mar.

A figura de D.Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha deixa inscrito, no seu sonhado e realizado Palácio da Pena, marca histórica indelével, à qual aludimos já:

Ein breiter Weg, teils gemauert, teils in den Fels gesprengt, führt in vielen Krümmungen über eine Zugbrücke zum äusseren Schloßtor, über dem die königlichen Wappen von Portugal und Sachsen in erhabener Arbeit so fest angebracht sind, daß wohl allen Stürmen auf diese luftigen Höhe Widerstehen und durch Jahrhunderte vereint auf Land und Meer herabschauen werden. (Lichnowsky 1843: 276) (Um caminho largo, em parte murado em parte rasgado na rocha, conduz-nos por entre muitas curvas e através de ponte levadiça até às portas do palácio sobre as quais impendem as armas reais de Portugal e da Saxónia, executadas tão solidamente que não haverá nestes cumes ventosos borrasca a que não resistirão deveras enquanto unidas vigiarem ao longo dos séculos por terra e por mar).¹²

Pelo olhar de José Manuel Martins Carneiro, antigo director do Palácio da Pena, por quase três décadas, «acompanhamos» em «Contributos germânicos para a obra de Pena em Sintra» intervenção – reconstrução, restauro e ampliação: «palácio novo» – intentada por D. Fernando II no conventinho Jerónimo da Pena – em ruínas desde 1755 e inactivo desde a extinção das ordens religiosas – desde a vista primeira em 1836, o ano da sua aquisição (1838) e o da aquisição das «ruínas medievais do Castelo dos Mouros e [...] propriedades envolventes» (1839) (cuja intervenção ocorreu sobretudo entre 1841-1846) – até à conclusão do Palácio como o conhecemos hoje e cuja influência faz prova de ter sido acolhida por arquitecto Víctor A. Mazyrine,

¹⁰ AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: nexos e conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)» in *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. V.N.Famalicão, Húmus, pp. 88-91.

¹¹ AAVV, 2004. *Arte & Discursos*. Lisboa, FCSH-UNL, p.117.

¹² AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: nexos e conexos – (XVIII,XIX XX,XXI)» in *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. V.N.Famalicão, Húmus, p. 90.

autor do projecto de Palácio Morozov mandado construir por Arseniy Morozov, herdeiro de fabulosa fortuna familiar de industriais russos, o qual, na companhia de respectivo arquitecto, viajou por Portugal e Espanha em 1897.

Desde logo, registamos intenção de monarca consorte delinear espaço romântico ao estilo paisagista inglês arborizando em serra calva para, tirando partido «du ha!-ha!» – «saut du loup» arquitectado compreendido no jardim Le Nôtre – quiçá desfrutar melhor de lonjura plana, proporcionada pelo oceano apenas; e convocar (1839-1853) general Wilhelm Ludwig, Barão de Eschwege, sumidade em engenharia de minas e estabilidade de solos, empossado intendente geral das minas e metais do Reino de Portugal pela segunda vez em 1835, igualmente conhecedor do quadro português de primeira metade do Século XIX e de proficiência indispensável não só à consecução de projecto de estabilidade em obra-de-arte total, e inédita, «real» em Portugal, porquanto visava o rei equilíbrio entre palácio, parque-jardim-quinta e castelo mourisco. D. Fernando II proporcionou para tanto, nos anos 40, viagem do Barão por Inglaterra, França, Itália, Prússia (palácios: Glienicke – sudoeste de Berlim, Charlottenhof e Babelsberg – Berlim Potsdam), Magreb (Argélia), Espanha (Córdova, Sevilha) a fim de familiarizá-lo com volumetrias, espaços exteriores e, possivelmente, condução e jogo de águas, que traduzissem sensibilidade, quer respeitadora da tradição, quer dialogante com os elementos, a alma individual, a universal – como era apanágio de mundivisão romântica.

Martins Carneiro não deixa de salientar papel decisivo quer de Nicolau Pires, colaborador em levantamento tipográfico, projecto de arquitectura, plantas de pormenor, quer de mestre-pedreiro João Henriques na gestão de obra e de estaleiro especialmente em ausência (1847) do Barão, para prosseguir esclarecendo linha arquitectónica mestra: neo-gótico patente em palácio de Babelsberg, cuja imitação D. Fernando II perfilhava e, por exemplo, cuja «Torre principal inspirara[m] o rei para “chegar” ao Torreão da Pena ou cujas “bow-windows” o rei soubera fazer diluir em “figura escultórica do tritão” [...] transformando a outra janela em balcão-varanda» para- ver-o-mar; também destaca influência do Castelo – em margem esquerda do Reno – Stolzenfels sobre, quer fachadas principal e a tardo do Palácio da Pena – «amaciada» por estilo árabe e oriental-indiano com minaretes, remates de chaminés, cúpulas em azulejo, terraços múltiplos –, quer «Torre do Relógio», quer caminho da ronda propiciando «magnífico belvedere». Descreve igualmente cronologia seguida por construção de portas e pórticos e vias de acesso ao Palácio e demais edificações de apoio, referindo igualmente o ano de 1848 como o do início das plantações quer do Jardim Novo quer do Jardim Inglês – após trabalhos de limpeza iniciados em 1846 e de construção dos tanques e

lagos entre 1844-1848 – e os entre 1849-1854 como os das obras relativas ao Palácio Novo, cujos caminhos de acesso foram construídos e asfaltados entre 1848 e 1854.

Munindo-se de memórias de 1941, nas quais a autora Peggy Guggenheim anota toque surrealista sentido ao imaginar igualmente fantasma de Hamlet deambulando à vontade por tal espaço, Martins Carneiro, conservador distinto, enaltece bem sucedida interpretação do «espírito-do-lugar» por monarca fiel quer a «linhas mestras do novo movimento artístico e [...] inteligente [quer a] correlação com os valores culturais da história do povo português».

6.

Na verdade, trata-se de promover união de esforços, de congregar a «energia»¹³ de que cada nação será expoente; potenciá-la com conspiciência e proficiência para si e demais nações suas consociadas.

Friedrich List (1789-1946), em *Das nationale System der politischen Ökonomie*¹⁴ denunciando perspicácia inglesa causadora de atrofia da indústria portuguesa desde o Século XVIII por obra da ratificação por ambos os estados do Tratado de Methuen (1703), apela à ponderação do comércio livre e da livre concorrência atendendo a tempo e lugar de sua aplicação, apresentando, em alternativa, modelos de países ambiciosos como a Alemanha, Holanda, América do Norte, aos quais aconselha Portugal a associar-se – logo em 1841 – para corroborar equilíbrio e paz em Europa liberal, a fim de contrabalançar supremacia inglesa vigente à época.

Eduardo Sousa Ferreira, doutor em Economia e professor jubilado do ISEG – Universidade de Lisboa, verte em breve ensaio, intitulado: «A dimensão internacional de List e sua recepção em Portugal», saber sobre economista germânico, Friedrich List, de visão europeia, o qual nos é apresentado como havendo, logo em inícios do Século XIX, criado relevante noção de «forças produtivas» enquanto fonte de riqueza perene de toda a nação.

Co-autor da tradução da obra de Friedrich List publicada em 2006 por Fundação Calouste Gulbenkian, que prefaciou, Eduardo Sousa Ferreira salienta o apoio incondicional de List ao incremento levado a cabo por indústria pesada e rede ferroviária germânicas potenciadas e potenciadoras por/de União Aduaneira (*Zollverein*: 1834) com vista a consolidação de II

¹³ Eugen Wendler (org.), 2008. *Friedrich List – Das Nationale System der Politischen Ökonomie*. Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, p.392.

¹⁴ Friedrich List, 2006. *Sistema nacional da economia política*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Império Romano-Germânico, cuja aclamação ocorreria em 1871 sob acção decisiva de chanceler Otto von Bismarck na figura de imperador Wilhelm I – avô de Wilhelm II: o último dos imperadores germânicos.

Assevera Sousa Ferreira haver nota de nome e teoria económica de List serem conhecidos em Portugal, porém, por cidadão alemão de nome C. Schuster, comerciante com actividade em Lisboa, que, pelo ano de 1844, em missiva dirigida ao economista, lhe solicita se preste «atenção a Portugal e suas Colónias» e bem assim a «estratégia» viária para potenciar comércio entre os reinos da Ibéria e da Prússia e outros integrando a respectiva União Aduaneira (*Zollverein*). E confirma chegada, a Portugal, de obra de autoria de List a partir de 1857 via tradução francesa; salienta início do estudo de respectiva teoria sobre economia política na Universidade, em Coimbra, em finais de Século XIX por José Frederico Laranjo, apresentando-o como autor de estudos entre 1881 e 1884 sobre contemporâneos de Friedrich List, Francisco Solano Constâncio (1877-1846) e José Acúrsio das Neves (1766-1834) cuja defesa da industrialização em Portugal souberam propagar como via única para o progresso do país, obtendo aplauso de Friedrich List e chegando o primeiro a ser tido por alguns como o precursor do próprio economista germânico. Segundo Sousa Ferreira, terá sido Marnouco e Souza quem se ocupou «da Escola Histórica e das teses de Política Económica de List»; pese embora o facto de ter sido o economista monárquico e apoiante das teses republicanistas A. Oliveira Marreca (1805-1889) quem, ao longo de «34 ensaios sobre “Interesses Industriais” publicados entre 1848 e 1849 no periódico *A Revolução de Setembro*», melhor pugnou pela produção industrial em Portugal contra inglesa, defendendo protecção à alemã e atacando o Tratado de Methuen (1703), o qual também List, em capítulo V de sua obra, denunciava por considerá-lo nocivo à economia de Portugal como nação pequena e incapaz de enfrentar avalanche industrial-comercial oriunda de Inglaterra; também contra a agressiva política comercial e industrial se insurgiu empresário têxtil portuense, António Pereira Magalhães, defensor, para o Portugal de 1871, de resistência prática e germânica segundo teoria de List, pela qual impostos alfandegários seriam de canalizar para apoio à indústria nacional.

Sousa Ferreira destaca ainda Francisco A Corrêa e António Lino Neto, professores do antigo ISCEF, como adeptos da bem sucedida política económica alemã baseada nas ideias de List e tomadas por este como precursoras do imperialismo alemão; relembra referência a «Sistema de Economia Nacional tal como desenvolvido por List» em *Pequena história das doutrinas económicas* (1945), escrita por Oliveira Salazar.

Conclui acerca da impossibilidade de escamotear proteccionismo – naquele tempo estrategicamente propalado por List – continuado ainda em dias de hoje.

7.

Sempre a premência em promover as melhores proto-capacidades nacionais obviando às atitudes ou costumes coevos cujos fins não consolidassem consciência nacional em contexto também europeu.

O jovem Eça de Queiroz, também em *As Farpas*, assinalava – pelos inícios da década de 70 do Século XIX – existência inambiciosa do Portugal em Lisboa, cuja população paradigmaticamente feminina e burguesa ilustrava bem atraso português face à Europa moderna.¹⁵

Também o jovem Antero de Quental (1842-1891), com não menos sentido de «realismo», critica em «Carta ao Ex^o Sr. António José d'Avila – Marquez d'Avila, Presidente do Conselho de Ministros» (s/l,s/d),¹⁶ decreto exarado por este proibindo «suas» «Conferências Democráticas» (1871) – em organização com Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão entre outros – porque «acto atentatório de pensamento, da liberdade e da liberdade de reunião».

Antero de Quental, almejando assim sociedade humana justa e liberal (Quental s/d: 4), admoestava José d'Avila a seguir exemplo de liberais ingleses do Século XIX, ao tomá-los como exemplo para político moderno ouvinte do século e respectivos «espírito» e «opinião»: «A política é o instrumento da justiça social. [...] Que diz à verdade fala! Que diz à consciência revela-te! Que diz às almas emancipai-vos! Que sobretudo diz aos costumes moralizai-vos!...» (Quental s/d: 5). Cultor de «discussão serena» esclarece o Marquês d'Avila ter sido apenas o «pensamento de amor» aquele que presidiu à convocação de «todas as vontades leais» presentes em público formado por «conservadores inteligentes» e composto por «magistrados, proprietários, oficiais do exército, deputados, funcionários, capitalistas» para combater a «decadência política e das letras» e denunciada causa: «a corrupção dos costumes». (Quental s/d: 7)

Antero de Quental, em carta de 1885, confessa igualmente a D.^a Carolina Michäelis de Vasconcelos nunca ter «pretendi[do] ser poeta»¹⁷, apesar de reconhecer papel de tal postura «no decurso de [sua] evolução moral» que teve como marcos «Homero e os Nibelungen em traduções francesas: Goethe e Heine, Dante e Shakespeare, Byron e os romancieiros espanhóis no

¹⁵ Eça de Queiroz, 2004. *As Farpas*. Cascais, Principia, pp. 413, 415, 417.

¹⁶ Consultável em: Biblioteca Museu República e Resistência.

¹⁷ Antero de Quental, 1921. *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 324.

original» (Quental 1921: 325) cujo fundo – o atraía mais devido a interesse pessoal maior e a «novo símbolo [...] e novos ideais» (Quental 1921: 327) aguardados – mais que a forma o levava a acolher ideias filosóficas como as de Hegel (Quental 1921: 326), por, para o mundo, tomar como indispensáveis: «ideias e filosofia» (Quental 1921: 327) para fazer despoletar a «renascença moral» agora em carta a tradutor Tomazzo Canizzarro do ano de 1888 (Quental 1921: 310) no seio de «forma social estável»: Democracia.

Este regimen político pugnado por A. Quental em sociedade explicada como organismo vivo cujo progresso económico tanto mais se compreendia «cientificamente» quanto contributos da História e da Psicologia fossem igualmente atendidos como constatava exemplificadamente em *História da Civilização Ibérica* de Oliveira Martins – por si comparado aos «Katheder-Socialisten» da Alemanha como refere em Carta de 2 de Outubro de 1886 a seu tradutor italiano Tomazzo Canizzarro. (Quental 1921: 310)

Em 1887, carta de 14 de Maio, endereçada a W. Storck, tradutor dos seus sonetos para língua alemã, declara-se, enquanto «discípulo da Alemanha filosófica e poética» (Quental 1921: 2), «definitivamente conquistado para o germanismo» (Quental 1921:3) após leitura de obras em língua francesa de Goethe: *Fausto*; de «Rémusat sobre a nova filosofia alemã» (Quental 1921: 3); de Hegel – mais tarde de Kant e Leibniz enquanto «origens do pensamento alemão» (Quental 1921:11); e de Marx e Engels – à medida que propugnava «União Ibérica por meio da república federal» (Quental 1921: 6), fundava associações de operários e introduzia Associação Internacional de Trabalhadores em Portugal – o que lhe granjeou a fama «durante uns sete ou oito anos [...] de pequeno Lassalle». (Quental 1921: 3-4)

A. de Quental assume-se inclusivamente caso factual da história do Germanismo na Europa justamente por perceber «tendência do espírito moderno». (Quental 1921: 12-13)

Apresenta-se como adepto convicto do papel preponderante do espírito sobre a natureza – que identifica como «símbolo obscuro e imperfeito do espírito» -, pela única razão de ser a suprema lei do universo a «essência do espírito»: o bem; tendência cujos «claros sintomas» constata «sobretudo na Alemanha». (Quental 1921: 11-12)

Paulo Ferreira de Castro, musicólogo, professor e investigador integrado em CESEM, FCSH/NOVA, atesta o valor de «germanismo» em «Visto de Portugal: Verdi, Wagner e o teatro das nações».

Destaca como Eça de Queiroz, em «palavras muito duras para com a política cultural do país», critica em *As Farpas* a vida cultural lisboeta denunciando «ópera [como] um lupanar» para responsabilizar Teatro S. Carlos pela

decadência moral via cultura nacional do Século XIX cujas consequências para a educação da juventude tomava por sobremodo «nefastas», em virtude de exagerada preferência por obra de compositores italianos, impedindo realizasse a música «o seu ideal de masculinidade heróica e impoluta».

E continua mostrando como Eça de Queiroz se apoia em: «visão redentora da (boa) música alemã» proporcionável por obra de compositores como Wagner, Meyerbeer, Gluck, Mozart, Beethoven, porque pensadores cujas ideias cantariam vasto «Ideal».

Contrariamente ao que aconteceria com obra de compositores italianos cultores de sentimentalismos, a ópera de origem germânica, segundo agora Ramalho Ortigão, em muito se distinguiria como «verdadeiro agente do progresso e da história em marcha».

O próprio jovem Antero de Quental, Paulo Ferreira de Castro mostra-o, terá em 1866, em artigo intitulado «O futuro da música» apontado à música a «necessidade de expressão da face obscura e contraditória dessa mesma modernidade; enquanto arte romântica por excelência, voz do lirismo nocturno e da fantasia dolorosa».

À época, intelectuais-reformadores, insignes apoiantes, como os de Geração de 70 – justamente em último quartel do Século XIX português – das «Conferências do Casino» insistiam, como defende A. Quental em Carta dirigida a Teófilo Braga, em mostrar «como o socialismo não é uma agitação superficial e subversiva, mas uma natural evolução histórica, fatal e justa, como a missão de Estado é não contrariar estas tendências espontâneas de uma sociedade que se renova». (Quental 1921: 286)

A música italiana carecia de lastro germânico: por imposição de progresso histórico; todavia a influência sobremodo dominante da cultura francesa, constatada 22 anos mais tarde por Quental, que responderia pelo facto de «Portugal literariamente quase uma província de França¹⁸ (Quental 1921: 311), nos anos 90, não ofuscará a sua importância como tendência «propedêutica» à educação músico-cultural da burguesia urbana portuguesa. Aliás, Antero de Quental via com bons olhos a aliança entre o «naturalismo hegeliano» e o «humanitarismo radical francês¹⁹ (Quental 1921: 9). Ferreira de Castro acaba brindando-nos com facto precioso, ao referir poema sinfónico *Antero de Quental* (1907-1908) de autoria de Luís de Freitas Branco, (1890-1955) enquanto «testemunho eloquente e quase sem paralelo na música orquestral portuguesa da época da influência explícita de Wagner».

¹⁸ Cf. carta de A.Quental a T.Canizzarro, 29 Maio 1888.

¹⁹ Cf. carta a W. Storck de 14 de Maio 1887.

8.

Mesmo os factos, sendo apenas argumentos, como sublinha Fernando Ribeiro em «Portugal-Alemanha: Fernando Pessoa?» com o objectivo de destacar o pensamento de Fernando Pessoa com «visão prática do mundo» – como se define este poeta – não deixam de se integrar em matéria constitutiva de «organismo vivo de funções complexas» que ganham expressão inteligente por via de linguagem translata comunicando verdade-resposta pertinente ao momento sociológico coetâneo. Re-vemos F. Pessoa prático o bastante para querer fazer de Portugal – e seu vindouro «povo [o] mais civilizado da Europa» – espaço para desenvolver «cultura germânica à Portuguesa» (1919), atendes-se ao «organizar também os organizadores», para que, com o distanciamento devido de régimen, quer monárquico, quer republicano, se fizesse jus ao destino – organicamente – imperial de Portugal cujo escol teria por missão fazer cumpri-lo.

Sublinhando o quanto Pessoa enaltece passado, presente e futuro de Portugal à luz da sua condição de Nação-sujeito-de-descobrimentos, Nação-sujeito-de-imperialismo-de-cultura e Nação-sujeito-de-civilização-ibérica face ao passado, somos levados a recordar a oportunidade de regressar a matriz nacional: «ideia de descoberta» – no que esta apresenta como ingente contributo para a modernidade do mundo – para que compreendamos, como Pessoa, o quanto de organização, método e orientação científica estava em tal empreendimento implícito, a fim de aceitarmos quanto a sua admiração pela organização e disciplina observadas em e por germânicos durante a sua existência os tornava modelo para Portugal – porquanto haviam sabido realizar com Bismarck a Liberdade pela Unidade e elevar «a disciplina social [...] a um sistema de estudo e de governo». Não nos surpreenderemos por Pessoa salientar a necessidade de Portugal ganhar consciência civilizacional de si próprio, como a Alemanha a ganhou, e de a sua alma se dever aliar à germânica. Por Fernando Ribeiro, atendemos ao valor enaltificado por Fernando Pessoa no exemplo realizado pela nação alemã para melhor recordarmos a coerência da crítica contundente à inépcia em «burguesismo» abundante na Primeira República, o qual, segundo o poeta-sociólogo, seria superável, desde que relacionamento estreito entre «forças intelectuais e activas» contribuisse para sociedade civil comercial e industrialmente organizada; por sua vez, coordenadas por estado não menos organizado cujo reflexo se repercutiria em existência individual pela vida com alegria e esforço, à medida que se perseguisse ideal de obra social «anticristã, antidemocrática, anticatólica, antimonárquica».

Contudo, somos igualmente levados a atender a condição presbite em Pessoa: culto da língua e cultura portuguesa. Será a sul da Europa que perscrutará valores mesclados oriundos de cultura mediterrânica e atlântica vivos em Ibéria também acolhedora de tradição árabe. O Imperialismo de Cultura vislumbrado por Pessoa e a ser perpetrado na potenciável Confederação Ibérica – e por si tão acarinhado grupo civilizacional -, corroboraria a já por si propalada aristocracia, matutina, de cultura e carácter agente de gestão avisada de culturas e «potencialidades» patentes e emergentes n/das Américas Central e Sul e n/do Norte de África.

Percebemos melhor o escopo na mira de Pessoa: fortalecer a nação portuguesa e também respectiva cultura mediterrânica sem se eximir ao papel indisciplinador de ideias morais e patrióticas em trânsito para literatura e filosofia «originalizantes», tal como em Álvaro de Campos foram respigados na Língua Portuguesa:

«[...]

Merda!

A Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!»

9.

Língua Portuguesa: a da preferência de Moçambique, membro da Commonwealth, como língua oficial e cuja escolha poderá, segundo embaixador José Cutileiro, ser iluminada por observação franca de presidente Machel citada por sabedoria deste diplomata – «Vocês tratavam-nos como pretos, mas estes gajos [e estes gajos eram russos, suecos, americanos, franceses] tratam-nos como macacos»²⁰. Durante a sua missão em Maputo Embaixador Cutileiro repararia quanto, ao contrário do que acontecia sob regímen de Salazar, a indústria portuguesa tinha cada vez maior implantação naquele país da costa oriental de África.

Língua: «pulmão para Portugal»; peremptório, embaixador Cutileiro defende justamente incomensurável valor de tal órgão de Nação para afectação da respeitabilidade ingénita devida por Alemanha – o que o faz precisar «por experiência própria, por ter trabalhado em organizações intergovernamentais europeias que os alemães são ainda hoje, de longe, o grande país que trata com mais decência os pequenos» (Cutileiro 2009: 54) – ainda que convicta, apesar de tudo, da sua condição de potência mais económica que política, mas promotora do poder de decisão por colégio com sede em Bru-

²⁰ José Cutileiro, Ricardo Alexandre, 2009. *Visão global – conversas para entender o mundo*, Lisboa, Prime Books, p.158.

xelas, em cujas instituições todos os países estão representados não deixando de ser indispensáveis a tal «tecido enorme» europeu (Cutileiro 2009: 51-53), o qual sobreviverá tanto melhor quanto souber obviar, em terra própria ou estrangeira, a tentação proteccionista (Cutileiro 2009: 52) sob pena de se pôr em causa «[...] o mundo livre, a Aliança Atlântica [...] a Europa Unida [...]» como continua defendendo (Cutileiro 2009: 50) sem esquecer a «Declaração do Milénio» adoptada em 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, alertando assim para a clareza do Objectivo 8 quanto à criação de «parceria global para o desenvolvimento para o Século XXI», o que nos permitirá destacar justamente as metas 12^a: «Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório»; e 13^a: «Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados». (*apud* Cutileiro 2009: 64-65)

Atentemos em visão ponderada frontalmente oferecida por embaixador Cutileiro, porquanto a Portugal bastaria: «portar-se com a maior decência possível nas relações internacionais» (Cutileiro 2009: 235) tirar partido da sua condição de membro fundador da NATO e da condição de membro da União Europeia (Cutileiro 2009: 234-235), continuar a gerir com maior proficiência fundos estruturais e a potenciar respeito granjeado por nossos concidadãos em missão pelas instituições internacionais, sem nunca esquecer sua vocação, quer a norte, quer a sul de ambas as costas do Atlântico, nem tão pouco o aprofundamento das relações com a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). (Cutileiro 2009: 236-39)

10.

Da Nação portuguesa procurando-se:

– «opção europeia» através de I Governo Constitucional liderado por Mário Soares, cujo ministro de Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, logo em Março de 1977, encetou processo de adesão, o qual veio a culminar em Janeiro de 1986.

Da Nação portuguesa procurando-se:

– superar «história das aventuras comerciais internacionais com ciclos exógenos de especiarias, mineração, comércio de escravos» e comércio algo legal com potências beligerantes em conflitos internacionais, dos quais sabia tirar partido económico em guerras: Anglo-Boer, Civil de Espanha, Primeira e II Mundiais como explicitou José Medeiros Ferreira.²¹

²¹ José Medeiros Ferreira, 2014. *Não há mapa cor-de-rosa. A história (mal) dita da integração europeia*, Lisboa Edições 70, p.105..

Da Nação portuguesa procurando-se:

– regímen republicano em busca de eterno financiamento externo (Medeiros Ferreira 2014: 112-113), havendo-o obtido em Janeiro de 1977 junto de um consórcio de países liderados pelos EUA: RFA e também da França, Japão, Itália, Bélgica, Holanda, Suécia, Suíça, Dinamarca, Noruega, Áustria, Irlanda e Venezuela. (Medeiros Ferreira 2014: 114)

Da Nação portuguesa procurando-se:

– o conseguir aceder a «progresso e modernização» em momento histórico, durante o qual a Comunidade Económica Europeia vivia já em prosperidade – o Muro de Berlim ainda não fora derrubado –, a qual almejava transferi-la para sociedade portuguesa, que por sua vez tardava em manter vigoroso o bastante «pensamento estratégico» (Medeiros Ferreira 2014: 112) necessário a períodos de aflição ulteriores.

E José Medeiros Ferreira ilustra como entre passado regressivo e presente prenhe de ansiedade neoriquista com «muita banca, muito cimento, muito comércio alimentar» e pouca indústria transformadora (Medeiros Ferreira 2014: 142), Portugal se deixou enredar em teia de modernização ao colocar-se como «país devedor» (Medeiros Ferreira 2014: 139) quase «imobilizado» por governança económica europeia centralizadora e burocrática (Medeiros Ferreira 2014: 141-142) cuja consequência mais dura estaria à «vista» com retoma da «mobilidade do factor trabalho»: a demanda da sobrevivência de uma nação corre de par com a perseguição da moeda pelo lado humano (Medeiros Ferreira 2014: 144). A democratização e a modernização da sociedade e nação portuguesas sob assimilação veloz terão obviado à ponderação necessária à capacidade negocial para que Portugal não se perdesse tanto no seio de globalização, instalando-se e consolidando-se ainda mais a partir de 1989.

Todavia, Medeiros Ferreira não desconhece corresponder esta fase da vida da EU – cuja produção-a-ritmo de Tratados, qual pretensão de legitimação de federalismo ainda distante do pretendido e a ser sentido pelas diversas nações europeias – e da República Portuguesa – à beira de fragilidade singular ou ibérica – à assunção do alertar para consciência do momento histórico hodierno (Medeiros Ferreira 2014: 112) que deverá suscitar intervenção portuguesa à luz de conceito já encontrado em Pessoa-sociólogo: a ideia-de-descobrir.

Imporá o futuro que Portugal, propõe Medeiros Ferreira, tenha da integração na EU a percepção, segundo a qual terá de ser mais «activo» (Medeiros Ferreira 2014: 113) e interventivo na esfera global, integrando-se em estratégia mais vasta (Medeiros Ferreira 2014: 147), simultaneamente desvanecendo hierarquias intra Europa, através de:

– consolidação de política externa nacional própria e activa capaz de magnetizar investimento estrangeiro em território quer continental, quer insular, quer oceânico; (Medeiros Ferreira 2014: 154)

– «interdependência» com «CPLP para a defesa e promoção da Língua Portuguesa no mundo nacional e internacional»; (Medeiros Ferreira 2014: 153)

– interdependência com os «EUA para a inovação tecnológica, científica e universitária e para o futuro da racionalidade internacional de segurança»; (Medeiros Ferreira 2014: 153)

– interdependência com «Brasil, Angola e Moçambique, entre outros países, para restabelecimento das relações comerciais e financeiras suplementares ao espaço europeu». (Medeiros Ferreira 2014: 153)

A Portugal, a recordação da sua missão de redescobrir o seu papel adentro da EU, procurando-se missões em organizações de governança internacional financeira, militar, humanitária (Medeiros Ferreira 2014: 153), pugnando, por exemplo, em seio da EU por criação de «Senado – câmara representativa dos Estados-membros» – (Medeiros Ferreira 2014: 141) capaz de cooperar na criação de instrumentos para obviar ao «dumping social» estimulando a EU a promover o diálogo entre a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Trabalho, a fim de, em contexto de globalização económica, tornar «regras de concorrência internacional» fundadoras de «comércio justo» (Medeiros Ferreira 2014: 135) sob distribuição mais equitativa de rendimentos – por «todos» defendida.

11.

Momento histórico, também o actual, aquele no qual a EU seria também alvo de fraccionamento segundo estados: beneficiadores e beneficiários; sendo que a diferença entre ambos se mediria quer pela alta taxa de industrialização quer pela baixa taxa de desemprego (a Norte e em comparação com o Sul);

Não despreciando o facto de mesmo assim qualquer dos grupos não estar livre de alta taxa de desemprego se comparada com as décadas de 50-60 do Século XX, como refere Tony Judt²².

Quanto mais para fora de zonas industrial e comercialmente ricas – Baden-Württemberg, Rhône, Lombardia, Catalunha – e de outras próximas de centro de decisão: Luxemburgo, Saarbrücken, Metz – nas quais as condições traduzem o modelo de bem-estar europeu contrastante com zonas perifé-

²² Tony Judt, 2013. *Uma Grande ilusão? Um Ensaio Sobre a Europa*, Lisboa Edições 70, pp.93-94.

ricas e/ou menos industrialmente favorecidas – mais se constatará elevada taxa de desemprego conducente a maior dependência de apoio social. E a maior aumento da dependência e dos custos de recursos energéticos fósseis, porquanto a mais baixa taxa de crescimento demográfico corresponderá maior esforço de sistema de segurança social para apoio prolongado no desemprego e na doença, na reforma e também a «aceitação» de mão-de-obra imigrada a assimilar pelo sistema, porque indispensável e vantajosa à subsistência respectiva – embora hoje em dia apenas «sazonal». (Judt 2013: 104-105)

As grandes urbes serão funcionais, as correspondentes áreas suburbanas sustentáveis – ainda que vivendo sob desolação, sendo que a maioria dos estados da periferia, a sul e a leste, só partilha de rendimentos que os tornam predominantemente beneficiários (Judt 2013: 102;109) – por a EU continuar a aperfeiçoar instituições em toda a extensão da sua geografia para minorar pobreza e degradação das condições de vida, por ser a EU iluminada por padrões de apoio social atingidos entre 1941 e 1951. (Judt 2013: 98-100)

Pouco tem podido a EU contra o facto de também no mercado de trabalho comandar a lei da oferta e da procura (Judt 2013: 108) – como assevera Tony Judt –; por muito que respeite o «multiculturalismo» e institucionalize medidas de apoio à economia-social (Judt 2013: 109), é facto que o mercado global tem mostrado inoperância de partidos e organizações de trabalhadores (Judt 2013:119), o que, acrescentado à incapacidade de FMI para contribuir para o equilíbrio das contas públicas de estado sem moeda própria, leva à procura de novas soluções para estas questões sociais como referiu Medeiros Ferreira. (Medeiros Ferreira 2014: 151)

A concentração da propriedade fundiária, da riqueza industrial, da propriedade intelectual, das competências técnicas, da distribuição da riqueza, não equilibra da melhor maneira o egoísmo social, do qual a Europa parece (Judt 2013: 107) não tirar conclusões práticas quando resultados eleitorais denunciam opções surpreendentemente extremas.

Poderá também aqui ser o conceito de Imperialismo-de-cultura aventado por Pessoa suficientemente iluminante? Não coincidirá com a vontade de regresso a uma solução integrando gestão por um lado de proximidade-regional segundo as particularidades de região, por outro, e em respeito pelo princípio básico, de observância de uma cultura que será sempre local-regional e não global distante do cidadão? Afinal, ao encontro do que afirma Judt, segundo o qual este modelo de Europa recuperaria o de estado-nação esclarecido por iluministas implementadores de via pelo progresso, em reforma, pela proximidade em serviço ao desenvolvimento de cidadão a

tornar mais culto. Aventariamos, segundo, valores (de) Partilha, (de) Produtividade (em) Paz. Conjugação-triádica, sem a qual a produção e comércio de bens facilmente redundariam em negócio sem Humanidade, de que a guerra seria corolário, cujos efeitos conhecemos cabalmente. A Pátria, como lábaro de comunidade cosmopolita em formação, não provocaria cizânia em seio de estados-nação confederados, porquanto tornar-se-ia pedra-de-toque de quaisquer laivos de des-União sob liderança conjuntural.

Levará gerações, como no seio de nações europeias mais vetustas, a realizar-se. Será, por certo, a única alternativa a vazio-institucional que actualmente europeus rejeitam sempre que, conscientes da necessidade de sua indispensabilidade, atendem apenas à paz entre os povos.

À EU: necessária a consciência sobre visão que povos e culturas em busca de seu bem-estar e condição geo-estratégica cultivam para saber transformar-lhes respectiva energia em riqueza. (Judt 2013: 123)

O momento urge e os estados-membros vão identificando o desafio: potenciando oportunidade de solução região a região.

12.

Por evidência oferecida por Félix Ribeiro²³, a Portugal caberia tomar consciência da sua dimensão «periférica» (Félix Ribeiro 2014: 214) a partir ou não do centro da Europa. Como referiu Pessoa, a Portugal a consciência da respectiva dimensão: Atlântica, Mediterrânica, Europeia e Africana.

A Portugal, o aprender com exemplo de D.Fernando II ao identificar oportunidade de, com disciplina e método e estudo de tendências estéticas autóctones, europeias e antigo-portuguesas, deixar para a posteridade mais-valia ao colocar mais valor em ruína sobre chão deserto e ermo, mas geoestrategicamente-com-visão. Ou com o de Hein Semke que, do amor inabdicado a Terra que o acolheu, persistiu também pelo inédito esculpido ou ganho em peças-cerâmicas, traduzir «compreensão das coisas que ainda não conseguimos compreender até agora». [nós, em Portugal]

Afinal, também identificar e interpretar oportunidades de desenvolvimento económico em Século XXI pelo estudo: competências, conhecimentos, criatividade, convocando a «energia», como F. List afirmou, nacional, para melhor atrair IDE (Félix Ribeiro 2014: 214) ao identificar «vagas "mundiais" de investimento e inovação» (Félix Ribeiro 2014: 127), tirando também partido de localização geoestratégica (Félix Ribeiro 2014: 216) e da capacidade de

²³ Félix Ribeiro, 2014. *Portugal – A economia de uma nação rebelde*, Lisboa, Guerra e Paz.

fixar ganhos que geração qualificada e em actividade em laboratórios de investigação em rede e credenciados internacionalmente detêm e a torna competitiva globalmente (Félix Ribeiro 2014: 110; 216), também em função de coesão nacional a reforçar (Félix Ribeiro 2014: 130), potenciando afinal as «forças produtivas» – conceito enaltecido em F. List por Eduardo Sousa Ferreira – do Portugal de Século XXI.

Continuando produzindo e exportando bens de primeira necessidade. Aceitando investimento e parcerias em indústria pesada, extractiva, de recursos energéticos pela mão de multinacionais oriundas ou não do continente europeu, mas apostando ainda no turismo e serviços e em indústria ligeira, em parceria ou não, de base nacional, sem esquecer a sua dimensão de especialização em nichos como os da inteligência artificial, aeronáutica, mobilidade eléctrica sempre tendo em vista a redução de *deficit* nacional via exportação para mercado global: seja em que oceano este se situar reafirmando presença em rotas «há séculos» em carteira. Sob a «disciplina» e «organização» – admiradas em nação industrial alemã enaltecida por estes mesmos aspectos por Pessoa no primeiro quartel do Século XX – necessárias à competitividade no Século XXI.

A primar por «Volume» com a contribuição de multinacionais presentes em Portugal e por «Variedade» por PME e/ou *start-up's* portuguesas a operar para estas e/ou em mercado global (Félix Ribeiro 2014: 210-211; 226-227) e, na medida do possível, potenciar a capacidade industrial que Solano Constâncio e Acúrsio das Neves logo identificaram imperiosas ao desenvolvimento de Portugal desde a primeira metade do Século XIX, como referiu Eduardo Sousa Ferreira.

Até porque parcerias estratégicas com empresas e/ou estados oriundos de Ásia ou América do Sul, procurando via de entrada em mercado europeu, poderão ser via a ponderar pelo Estado-membro: Portugal.

A incrementar afinal valor «aprendido» e potenciado e a potenciar, ainda mais, com parcerias europeias com, por exemplo, a Alemanha – sobremodo oriundas de Estados como Baden-Württemberg, Baviera, Noruega, Suécia; ou de parcerias estratégicas com os EUA, mas também Israel, China, Índia ou Japão; e, sempre, com universo de estados integrando a CPLP (Félix Ribeiro 2014: 227-228), ao reconhecer a «ambição» em nações do Século XXI – realizando-se assim o conceito de «nações ambiciosas» por F. List em meados do Século XIX.

Ao Estado-Português o continuar identificando a competição e promovendo estratégias, para navegar em mar de oportunidades pelos:

- melhores talentos,
- maiores poupanças,
- mais competitivas energias,

como adverte Félix Ribeiro quanto às megatendências e focos de competição (Félix Ribeiro 2014: 103) em oceano de economia global em oferta a Portugal, com missão de também explorar respectiva rica Plataforma Continental Portuguesa, revelando o sentido prático que o industrial têxtil portuense, Pereira Magalhães, apontava como objectivo a ter em vista em 1871.

13.

A Portugal o cumprir missão republicana à luz de «passado histórico», ao longo do qual a existente organização comunitária se deveria continuar a replicar sob forma de «cooperativas», associações, «sociedades», municipalidades como forma de garantir réplica a «excessiva centralização administrativa», por vezes brutal em época de monarquia como denuncia Teófilo Braga em *História da ideias republicanas em Portugal*²⁴, aludindo a pensamento, quer de Henriques Nogueira, quer de Alexandre Herculano, reportando-se ao sempre oportuno conceito de «associação local» (Henriques Nogueira) – ou mesmo família: «o que é uma família senão mesmo uma federação de indivíduos ligados por um mesmo sentimento de interesse ou afeição?». (Braga 1880: 122)

Seria, segundo T. Braga em 1880, a forma expedita de simultaneamente reforçar:

- a «organização futura da Europa»
- a organização da Península Ibérica

sob os desígnios de «federação» tão necessária quanto natural por a mesma corresponder à «divisão histórica e provincial dos povos» oposta ao agrupar artificial de «nacionalidades robustas» alicerçado em «regime de anexação e de conquista». (Braga 1880: 125-126)

T. Braga cita republicano oestino Henriques Nogueira (1825-1858) – discípulo de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 -1846) – ao advogar emergirem os conceitos de:

1 – povo: «O que é um povo senão uma federação de municípios, ligados pela identidade de raça ou língua que vivem uma vida especial pela memória

²⁴ Teófilo Braga, 1880. *História da ideias republicanas em Portugal*. Lisboa, Nova Livraria Internacional, pp. 133-135.

dos seus grandes homens e pela história dos seus feitos, de suas vitórias e reveses de seus períodos de glória e de decadência»;

2 – nação: «O que é uma nação senão uma federação de povos companheiros ou desconhecidos, amigos ou inimigos que a ideia de conquista ou de simples ocupação fixou sobre um território, limitado por altas cordilheiras de montanhas, lagos, rios e mares ... e que pelas mesmas causas fixas e pelo trato e comércio mútuos, acabam por adquirir um carácter análogo e por falar uma linguagem comum?»;

3 – e mesmo humanidade: «A humanidade inteira nada mais deveria ser que uma comunidade de nações, mais ou menos adiantadas que o instinto de conservação e aperfeiçoamento levasse a entender-se, a aproximar-se, a amar-se enfim... (Braga 1880:123), do conceito de federação como consociação equitativa e mutuamente vantajosa entre comunidades independentes, reciprocamente protectoras de respectiva dignidade, com governo autónomo, culto de liberdade, igualdade e fraternidade (Braga 1880: 112), o qual será naturalmente acolhido pelos respectivos povos, racional e positivamente enformados em função da preservação de: estabilidade, segurança e independência republicana-nacional. (Braga 1880: 121,128)

Teófilo Braga destaca *Estudos sobre a reforma em Portugal* (1851), *Almanach democrático* (1852-1856) – e também *Almanach do cultivador* (1856-1857) – como essenciais à compreensão das «ideias societárias» de José Félix Henriques Nogueira que via na confederação, ibérica, forma profícua de sobrevivência futura, para que assim «Portugal como povo pequeno e oprimido, mas cónscio e zeloso da sua dignidade procurasse na federação com outros povos peninsulares a força, a importância e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida dignidade». (Braga 1880: 118) E faz, assim, sentir ao leitor de 1879, na obra *Soluções positivas da política portuguesa*,²⁵ quanto só régimen republicano e respectivo sufrágio universal poderia combater «mediocridade» e «decadência» gerais permitidas por régimen monárquico em território transformado em baldio nacional por «falta de cultura», «emigração para o Brasil» e subserviência a «indústria estrangeira» superior. (Braga, 1879: 57)

Teófilo Braga apenas pretendia homem português e cidadão de «povo livre» com conhecimento científico cabalmente aplicado em indústria potenciadora de riqueza nacional e espírito moderno (Braga 1879: 72,75), senhor

²⁵ Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa*, Vol I. Lisboa, Nova Livraria Internacional.

de opinião política proficiente e fortalecedora de soberania legítima. (Braga 1879: 80)

Na II parte de *Soluções positivas da política portuguesa*,²⁶ desafia Portugal a forjar «classe média industrial e produtora»: «burguesia activa e produtora» – sem descurar «aristocracia rica e digna» – para que «homens das classes operárias» não mais fossem «privados dos socorros mais urgentes de moralidade, ciência e economia e trabalho». (Braga 1880: 114)

14.

Retomamos sagesa de E. Lourenço reavivando palavras suas, elementais, sementais, dos anos: 1961-1963; escritas em Grenoble, extraídas de ensaio intitulado «As contradições da mitologia colonialista portuguesa», editado em volume *Do colonialismo como nosso impensado*,²⁷ reportando-se – em contexto de «presença» portuguesa em África (1961) e respectiva forma – a valores «absolutamente positivos e enquanto tais indispensáveis ao homem africano», veiculados pela «civilização portuguesa» parte dos quais adoptáveis por «parte da população africana»:

«Quanto à totalidade [desses valores] uma simbiose cultural similar daquela que se criou no Brasil já não parece possível. Mas é-o talvez ainda uma coabitação fecunda, pacífica, fraterna, de imprevistos frutos, menos portugueses em sentido estritamente mitológico e nacional, mas com lugar de eleição no mesmo pé de igualdade e de liberdade que o elemento autóctone produzirá.» (Lourenço 2014: 89-90)

Stª Cruz de Benfica, Dezembro de 2014

²⁶ Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa*, Vol II. Lisboa, Nova Livraria Internacional, 15-17.

²⁷ Eduardo Lourenço, 2014. «As contradições da mitologia colonialista portuguesa». In *Do colonialismo como nosso impensado*, Lisboa, Gradiva, pp.53-91,

Introduction

Impromptus. F. Schubert / Murray Perahia

0.

The work *Germany:Portugal – A Review of Aspects and Moments* presents reflections on moments and aspects relating to the interaction between Germany and Portugal. It aims to contribute to an understanding of the value to be found within the economic, political, cultural and historical relations between the countries and peoples of Germany and Portugal.

The work includes essays on Political Science by Eduardo Lourenço (Calouste Gulbenkian Foundation), Diplomacy by Ulrich Brandenburg (Ambassador of the Federal Republic of Germany to Portugal), the History of Portuguese-German Relations by Mário Soares (President of the Mário Soares Foundation), History of Art by Teresa Balté (FCSH/NOVA) and Paulo Henriques (Secretary of State for Culture), History of Economics by Eduardo Sousa Ferreira (ISEG-UL), Museology by José Manuel Martins Carneiro (National Museum of Ancient Art), Musicology by Paulo Ferreira de Castro (FCSH/NOVA) and History of Culture by Fernando Ribeiro (FCSH/NOVA).

The voice raised unanimously in the appreciation of culture – as a key manifestation of Peace and Solidarity – can be heard in all of these essays whose testimony is justly empowered by the Art of Diplomacy in the building of a future in Humanity and Concord.

1.

Professor Eduardo Lourenço shows us in «Da Alemanha» (On Germany)) the path trodden by the sleeping «beauty» newly awakened on the European stage since he recognizes that the German nation enjoys the determination of the «famous German soul», permeated with a dream whose realization is ceaselessly sought: through observation, like the humble; through work, like the authentic; through ambition, like the zealous.

He underlines to what extent Imperial Germany, as soon as it became a nation, thought to consolidate, geo-strategically, its respective place in

the European and world arena at the time of the foundation of the Second Reich: the German Empire. This was gradually achieved through the dynamic actions of one kingdom, Prussia, the knowledge of one Chancellor, Otto von Bismarck, and the confidence of one Emperor, Wilhelm I. Beginning with «Lesser Germany», their dream was to transform a nation and a state based on an agrarian economy into a «federation» that was gradually founded on an industrial economy during the 19th century. This was decisive for its national, European and transcontinental affirmation.

In truth, at the time of the founding of the German Empire in 1871, 50 per cent of the working population were estimated to be working in agriculture whilst at the start of the 20th century, 60 per cent were already dependent on industrial activity and 35 per cent on artisanal work.¹

Prussian virtues cultivated from primary school onwards such as working at a constant rhythm, work driven by objectives, punctuality, thrift and self-discipline could explain this powerful impetus that occurred mainly in the last quarter of the 19th century.

Between 1871 and 1914, Germany multiplied its industrial production capacity six-fold (LEMO) occupying second place worldwide (15%) immediately behind the United States of America (32%) until the eve of the First World War. (LEMO)

Its export capacity to Great Britain though «suffered sanctions» when Britain decided to identify imported German goods as *Made in Germany* as a result of protectionist measures. (LEMO)

In the 19th century, Germany had a strong, educated, cultured and responsible middle- and upper-class bourgeoisie (*Bildungsbürgertum*)² who had the know-how to run cities and to manage culture, industrial production, political and financial administration – Deutsche Bank was co-founded in 1870 by Georg von Siemens (1839-1901) (LEMO) – and applied scientific research with a vision that went beyond their own time and space.

The Germans were aware of the ensuing political and social confrontations – linked to the country's rapid industrialization – and sought ways to overcome these. However, Germany always maintained a strong sense of how to manage, in due space and in timely fashion, social energies according to the

¹ All references and statistical and other historically accurate data are available in the chapter entitled *Kaiserreich* (Empire) and respective sub-chapters, available at the useful website <<https://www.dhm.de/lemo/kapitel/kaiserreich/aussenpolitik/bismarcks-buendnissystem.html>> published by the Deutsches Historisches Museum and henceforth referred to as LEMO – Lebendiges Museum Online.

² AAVV, *Kleine deutsche Geschichte*, Stuttgart, Estugarda, Reclam 279-281.

objectives set by the elite so that the nation might gain critical mass and social cohesion without ever losing its prominent place in the international context.

The mining industry, for example, whose extraction capacity increased at that time and which attracted thousands of workers to the regions of Berlin, Aquisgrana (Aachen), Saxony-Thuringia, Lorraine-Saar, Rhine-Main, Upper Silesia and the Ruhr, became associated to the iron and steel industry. In this, Alfred Krupp with his cartel was one of Germany's most important businessmen and employed 80,000 workers (LEMO) in his industries in 1914. They came from the farthest corners of the Empire and thus «contributed» with their hard labour (before 1871: 16 hours of work a day in the case of the textile industry; 85 to 90 hours a week for a subsistence wage; 1872: 72 hours a week; 1900: 62 hours a week; 1914: 57 hours a week) (LEMO; AAVV 1995: 283). Industry also expanded as a result of increased rail, river and sea transport. The ensuing greater accessibility to the goods produced, as well as more effective social mobility, helped consolidate the domestic and external markets.

There is evidence of prosperity. While there was harsh exploitation and legally enforced repression against the Socialists (1878-1890), there were measures favouring social welfare: laws to provide workers with sickness protection (1883), accident insurance (1884) and old age and disability insurance (1889), all of which are examples of the political era under Chancellor Otto von Bismarck. But they also had a solid grip on scientific research: up until 1914 one in every three Nobel Prizes in the field of the exact sciences was awarded to a German scientist. (LEMO)

Throughout the second half of the 19th century, the German Empire came up with new technological innovations that revolutionized industry – until 1914 one in every two power plants or electricity installations in the world came from the German firms of Siemens (1847) or AEG (1883). The international giants of the chemical and pharmaceutical industries such as BASF (1865), Bayer (1863) and Hoechst (1863) came into being at this time as did the optical and precision engineering industry (1847), for example, Carl Zeiss (1816-1888). (LEMO)

The desire of this new «Lesser Germany» to become part of the «concert of nations», showing the «seriousness» typical of the youngest member, is thus seen as an ancient imperative that Lourenço sees within the Germanic-Fatherland community of Lessing, Kant, Hegel, Schopenhauer, Wagner, Nietzsche, Brecht, Mann, Grass and Handke, which, in the search for this «coming-into-being», «messes up» the «political board of Europe».

In the same Europe, where it is only through the voice and hand of America that it is possible to ensure:

1 – in the first phase, modern parliamentary democracy for Germany as enshrined in the Weimar Constitution (1919);

2 – in the second phase, a position within a «lower geostrategic space» – but not without providing a space for Germany's modern scientific-cultural, political-industrial affirmation;

3 – an acceptance of a spontaneous word of apology.

Eduardo Lourenço, Professor, states that the resolution of the «German issue» belongs to the nation's natural desire to «confront itself» with itself, to «understand itself» and to «find itself» since this is truly essential for the «exemplary» desire to foment the «construction of the future of a mature [maturing] European Union», which only a time of tranquillity cultivated by generous ex-combatants knows how to preserve.

Europe as a Community, with more and more members, thereby tends to become more democratic and, desiring Germanic prosperity, becomes «more complex», and therefore subject to a «degree of unpredictability» which is the more uncertain the more uncontrollable it becomes. There will also be time to attempt a careful predictive exegesis of a future in which «German» «destiny», now «democratic but no less dynamic», cannot lose its allotted place in an international concert hall where all good people of goodwill, like the «good Germans» Hans and Sophie Scholl of the *Weißer Rose* (White Rose), will have their seat, as says Eduardo Lourenço.

We are in a Europe formed by countries that have known but a long and difficult cohesion.

We must, however, still share with the United States – whose all-intervening mission in the planet's destiny is still necessary – the need to preserve «perenniality», as Eduardo Lourenço says in an essay entitled «Da América e da Europa» (On America and on Europe) (2006)³, in the face of the internal threat of «chaoticity» and the external threat emanating from empires like those of China or Japan, deregulators of its model of society (Lourenço 2009: 161-2). It would be prudent, asserts Lourenço, to take «the West as a whole and an illusion of an adolescent nation to think that mere military, financial and economic supremacy will ensure dominance of the world to the most optimistic creature of Old Europe» (Lourenço 2009: 162) and to cultivate an understanding that would be fruitful for everyone.

³ Eduardo Lourenço, 2009. «A esquerda na encruzilhada ou fora da história? Ensaios políticos» [The left at the crossroads or out of history? Political essays]. In *Finisterra*. Lisboa, Gradiva.

He addresses the idea of how much the «universalization of utopian liberalism»,⁴ (Lourenço 2009: 167), continues to unbalance the ideal of competition between any competitors whose status can be incomprehensibly inverted: with the winner becoming the loser – or even losing their assigned status – in a flash because markets cease to guarantee competition in universally recognized moulds. This is because «exclusion and precarity» will turn up whenever rationalization of the (slave) rhythm and profit of productive activity become perfect until exhaustion is attained (Lourenço 2009: 166); precisely because this accords with the planned stratification of the enormous and defenceless consumer market for goods that have become appallingly obsolete.

As early as 2005, Eduardo Lourenço in «A máquina infernal ou do Liberalismo na era da mundialização» intended only that we might look at a moment of implosion caused by engineers and «managers» whose conscience would be enlightened with the help of a market increasingly regulated by underground forces. (Lourenço 2009: 167)

This is, he goes on warning us in «O fim da política?» [The end of politics?] (*Finisterra*, 1995), because, although the great authoritarian «drift» might have now passed and today's citizen «conceives» of himself as the co-author and co-manager of power – in such a way that democracy persists in a practically universal way – a continuous and refined danger hangs over democracy, announced by «rejection» or past «weaknesses», an ultra-rational and positive-authoritarian transformation of the material world and a «relativization of the Politician and of Politics» (Lourenço 2009: 114). This democracy is accompanied by a «hyper-politicism» (p. 114) unmindful of «everything relating to social life» (Lourenço 2009: 116) as it is equally conscious of the reality of «opaque», «unavoidable», «cross-party», «even transnational» power (Lourenço 2009: 114):

[...] something opaque and almost omniscient, under the legal cover or form of hidden parallel powers unconnected to all institutionalism [...] or forces transversal to political universes [...]. (Lourenço 2009: 117)

This system, or form, of power to which Lourenço in «O fim da política?» back in 1993 already alerts his fellow citizens who were on the verge of political demotivation and whose illusion of living under the Empire of the Law will become more firmly consolidated if less political interaction, understood as a network of interactions in solidarity within a transnational and perennially dynamic community environment, is cultivated. This also applies to a small country like Portugal where it is important to be fully aware and

⁴ Eduardo Lourenço, 2009. «A máquina infernal ou do liberalismo na era da mundialização» [The infernal machine or on liberalism in the age of globalization] in *Finisterra*.

not run the risk of wanting to become the «imaginary master» of its own destiny and the virtual objective of «others» desire for power» as he says in «Uma década paradoxal» [A paradoxical decade] in 1995 (Lourenço 2009: 125): hope must not be lost in such forums as the United Nations, where defence of the «rights of Politics as the democratic management of Power still remain». (Lourenço 2009: 117)

This means we must persist in the various stages of reflection on principles that concern «people» as Jürgen Habermas said in a lecture entitled «Democracy in Europe today» delivered on 28 October 2013 at the Calouste Gulbenkian Foundation:

[...] The most seriously affected sectors of society in each country will recognize their shared fate across national boundaries — aside from all differences — only when the media in all of the national arenas break down the fatal linkage between questions of distribution («who gets what») and questions of identity («who we are»). [...] If we only distinguish neatly obligations to show solidarity from moral and legal duties, we can prove that showing solidarity is a political act that by no means calls for a form of moral selflessness that would be misplaced in political contexts.

2.

Ulrich Brandenburg, the German Ambassador to Portugal since January 2014, also writes about Germany and Portugal: «Germany, Portugal and the Crisis – Deutschland, Portugal und die Krise». He follows the path of those aspects common to the historical experience protagonized by both nations. He highlights the importance of sharing common and constant ideas within Europe, which is even more important when mindful of overcoming setbacks to serene tranquillity.

On the subject of the crisis experienced at different times by both nations, he suggests that we continue to follow insightful reflections on the sense of responsibility assumed towards today's and future generations in an appreciation of the experience imposed by history:

- a quarter of a century after the Fall of the Berlin Wall (November 1989);
- four decades after the Carnation Revolution (April 1974).

Alluding to his experience when a student on a visit to Portugal in 1975, he evokes the «efforts at consolidation made [...] on the path to Europe» which he himself observed at the time of a «positive turning-point» in a Portugal aware of the fact that it was being held back by a heavy weight, the result of economic backwardness and the colonial war, but also aware of its access to the «modern world» – closer now following the overthrow of the dictatorship.

He also points out the jubilation his country, along with the rest of Europe, experienced when they celebrated the first quarter of a century of re-unification, through which a world view more concerned with the reality of its citizens gained true expression. He does not forget the difficulties inherent to the determination of the West and above all of Germany, which stoically channelled 4 per cent of its GDP year after year in order to build parity between the Western and the Eastern parts of the now unified German nation. He alerts us to the need to strengthen the Union and overcome the divisions within the heart of Europe, in the past a Europe of twelve and now twenty-eight, to maintain convergence via the strengthening of the shared currency and fiscal-economic policy and to move towards Political Union, for which Germany as a whole, he says, continues to subscribe to the «solidarity principle».

Ulrich Brandenburg reminds us of the difficulties faced by his country when they undertook the structural reforms known as *Agenda 2010* which sought to deal with the increase in life expectancy, the fall in the birth rate and the subsequent adjustments to social security systems –all the while seeking to implement greater competitiveness despite reduced protection against dismissal. Ulrich Brandenburg points out how important it was to make Germany more attractive for private investment, obliging it to comply with the Maastricht criteria: «the relation between the annual public deficit and the gross domestic product (GDP) should not exceed 3%, and the relation between the gross public debt and GDP should not exceed 60%». At the same time he emphasizes the hard times experienced back in 2002-2003 arising from Unification that was the cause of Germany's lack of success and failure to achieve these objectives since there were six million unemployed registered at the time. And if he reminds us of the resounding electoral defeat of the SPD and Gerhard Schröder in 2005, he further recalls how this did not prevent the new government demanding the consensus necessary to obtain a national and multiparty agreement for that golden rule of the German constitution, the *Schuldenbremse* or «debt brake» (0.35% of GDP), while always bearing in mind the «sustainability of public finances».

Knowing the difficulties experienced by his country (2013 public debt: 78.4% of GDP) and aware of the fragilities of the European system facing a serious sovereign debt crisis, Ulrich Brandenburg points to the EU's mechanisms such as the «European Fund for Financial Stability (EFFS), European Stability Mechanism (ESM) and the Banking Union» to help it face an even greater imponderable – globalization.

In relation to Portugal, he highlights the country's desire to improve its commendable position in the Economic World Forum's Index, justly echoing

the praises made by German investors in Portugal – certainly not only in relation to information technologies or successful efforts in terms of budget consolidation – who agree that the balance must be maintained between the European Social State model and an increase in competitiveness on the international level.

Ulrich Brandenburg believes in democracy with respect for the cultivation of «joint values» which his Unified Germany, since 1989, and democratic Portugal, since 1974, have been fighting for so that «better conditions of life» might be created for all.

3.

The intrepid Mário Soares, who resisted Salazar's «organic democracy» in 1967, was well aware of the «the Government's fundamental argument [1967] against the opposition [...], communism or chaos», as he stated in an article entitled «Opposition and government in Portugal»⁵. He also recognized the respect owed to both the Communist resistance and the opposition as voiced by liberal republicans, Catholics belonging to *Acção Democrática* (Democratic Action), socialists from *Acção Socialista Portuguesa* (Portuguese Socialist Action) and the Freemasons. He was well aware of how the country was imbued with the feeling of «being against the Government», a feeling that was also manifested in such revolutionary actions as «the attack on the "Santa Maria" cruise ship» (1961) by Henrique Galvão or the attacks organized by LUAR, the *Liga de Unidade e Acção Revolucionária* (Revolutionary Unity and Action League), against the Figueira da Foz branch of the Bank of Portugal and the Headquarters of the 3rd Military Region in Évora (1967).

Out of this came the convictions he expressed in an article written for *Government and opposition: a quarterly of comparative politics* at the request of Professor Leonard Schapiro of the London School of Economics and Political Science; publication of the article, however, was suspended owing to the author's being imprisoned in December 1967. The article talks about the need for a change of condition – he considered it urgent that these para-party groups turn themselves into political parties linked to their respective European counterparts in order to obtain a legal existence and to institute a democratic regime in Portugal – since he saw the country swamped by crises: an economic-political crisis and a crisis of «adaptation to the modern world» centred as the country was on the single market of the mainland, the islands

⁵ Mário Soares, 1969. «Oposição e governo em Portugal» [Opposition and government in Portugal]. In *Escritos Políticos*, Lisboa, edição de autor, p. 84.

and the overseas provinces. He was angry, with just cause, at the policy of keeping wages in industry and agriculture low, and the consequent inequality and social immobility which led to the legal and clandestine emigration of his fellow-citizens who, fleeing from poverty, persecution and the colonial war, became part of the industrial armies that were so vital to the economic progress of the rest of Europe. He denounced the regime's decision in 1966 to spend «40% of public expenditure» on «unproductive defence costs» (Soares 1969: 94), mortgaging the national wealth and the future of the next generation with its incipient but growing public voice. He complied with the historical tradition of the opposition and defended «profound structural reform» and «indispensable self-determination for the Overseas territories» since he believed in the «democratic and parliamentary path» to lead Portugal «to integration in the world of today» (Soares 1969: 97).

In «Breve Testemunho» (A brief testimony), the current president of the Mário Soares Foundation offers us first-hand historical facts that are the result of his political and personal knowledge of two other historical figures who have so greatly marked the History of Europe in the 20th and 21st centuries: Willy Brandt and Helmut Schmidt. Soares considers that these distinguished German Social Democrats, «in the sense we give to democratic socialism», played a decisive role in consolidating the democratic and parliamentary regime in post April 1974 Portugal.

He asserts this in his own words, expansive, generous and Portuguese, emphasizing the value of Helmut Schmidt with whom he had the opportunity to deal both personally and politically, especially when Schmidt was Chancellor of West Germany between 1974 and 1984 and he (Soares) was Prime Minister of Portugal's First Constitutional Government. Besides pointing out Helmut Schmidt's personal characteristics (austerity and integrity), his proficient ability (rigour and competence) and his culture (Citizen of the World, Citizen of Europe and expert musician as well), Mário Soares also recalls the decisive role he played – along with Jimmy Carter, Harold Wilson, James Callaghan and Carlos Andrés Perez among other Presidents and Prime Ministers – in granting a huge loan to Portugal (1978) without which the country's serious financial situation could not have been successfully overcome. He further reminds us of West Germany's support for the democratization process in Portugal, the fragility of which increased in direct relation to the shortages experienced by the Portuguese people in an unfavourable economic-social cycle that was made worse by decolonization and the dismantling of the Portuguese empire. He leads us to salute Helmut Schmidt with him and with all the naturalness owed to one of the leading

builders of the European Union and one of the key supporters, still living, of Portugal's integration in the European Economic Community.

Mário Soares then evokes and recognizes the import of the first meeting he, at the time spokesman for the incipient and clandestine *Acção Socialista Portuguesa*, had with the prominent democratic socialist and leader of the SPD, Willy Brandt, a meeting that took place almost fifty years ago during the International Socialist Congress in Eastbourne (1969). This meeting happened in such a way that he personally felt how valuable was the encouragement offered by Brandt for the founding of the Socialist Party which opposed the political regime in Portugal and the political strategy followed by the Portuguese Communist Party to overthrow the current dictatorship. He praises Brandt's determined and judicious vision whereby he attempted not only to bring down the peninsular dictatorships in the West of Europe but also to construct breaches in the East with the purpose of defending Human Rights. Soares describes how Chancellor Brandt stuck to his word and showed his solidarity when the SPD offered the support needed to hold the inaugural congress of the Portuguese Socialist Party in April 1973 in Bad Münstereifel so that the «democratic transition» would be better prepared in Portugal and also in the other two countries in Mediterranean Europe still living under dictatorial regimes – Greece and Spain.

Mário Soares's memories, also historic, lead us to follow the commitment and solidarity shown by European Social Democracy when, on 2 August 1975 in Stockholm, following the organization by Willy Brandt and seconded by Olof Palme, Bruno Kreisky, Harold Wilson and François Mitterrand among others, it was decided to provide help to the fragile and shaky Portuguese democracy. Brandt, the European citizen, German patriot, supporter of Portugal's integration within Europe, President of the Socialist International (1976) – of which Mário Soares was vice-president – generous idealist, supporter of those in exile or persecuted in their own countries, to whom the Nobel Peace Prize and the Fall of the Berlin Wall could be but offered, is praised as the architect responsible for strengthening the dialogue between the rich nations of the North and the poor nations of the South.

History did justice to Mário Soares: on 2 May 1974 he was the very last political personality to be received by the West German Chancellor Willy Brandt, who kindly consented to provide urgent «moral and material» aid to Portugal.

An equally historic testimony left by Brandt gives proof of the reception granted a few weeks prior to April 1974 to «our friend Mário Soares», then in exile, by one who had become aware of the possibility of a coup d'état in Portugal.⁶

⁶ AAVV, 1976. *Liberdade para Portugal*. Lisboa, Bertrand, pp. 27-28.

For his part, Mário Soares was in the German city of Bonn, where he had been since the previous day, when he received news via the SPD of the 25 April 1974 uprising.

In this same work, Mário Soares also stresses the importance for not only the Portuguese people but also Europe of opening up Portugal «to modernity and to progress». (AAVV 1976: 11) At the same time as building the democratic state and putting an end to the colonial war, he knew that Portugal was under observation – in 1976 it found itself at the centre of «competitions and rivalries that have nothing to do with us» (AAVV 1976: 12) – since it was viewed as being the «revolutionary laboratory of Europe» (AAVV 1976: 11) which was also, in part, a supporter of the «vaccine theory». (AAVV 1976: 20) Without ever losing track of the economic reality in a counter-cycle – the fall in income from tourism, from emigrants and from the Overseas territories all leading to a worsening of the trade deficit, low productivity, rising unemployment and increased public expenditure – Mário Soares and the Socialist Party persisted in their fight against poverty and underdevelopment and in the economic reconstruction of the country, undertaking to «encourage public and private sector production, rationalize distribution mechanisms, mobilize and get the country back to work». (AAVV 1976: 23)

In 1976 Brandt says that Mário Soares's laudable determination can never be forgotten by European democracies and recalls two of Soares's most decisive political feats which occurred at the time of his visit to Portugal as leader of the SPD in September 1974:

Resolution of the colonial question. This was extremely important for West Germany as defender of anti-racist and anti-colonial traditions since, from then on, it could count on an ally of greater weight in international organizations as it had given «western democracies their authenticity back [...] thereby giving them a new impetus». (AAVV 1976: 29)

Overcoming of the «internal political situation [...] difficult» in the light of the principles of democratic socialism whose solidarity before and after 1974 the Socialist International had helped to consolidate. (AAVV 1976: 32)

And he goes on to remind us that, with the creation of the Committee for Friendship and Solidarity with Democracy and Socialism in Portugal, constituted under his patronage in London on 5 September 1975, Portugal in the throes of modernization, to which the Socialist Party led by Mário Soares had greatly contributed, could count on the following measures, among others, adopted by the Committee:

1 – Approximation to and practical collaboration with the Portuguese Socialist Party led by Mário Soares;

2 – Visits and contacts with many high-ranking individuals with political and military responsibilities;

3 – To exert influence with European governments and international political forces in an effort to dissuade them from entertaining mistaken ideas about Portugal, convincing them to adopt constructive attitudes in relation to the country;

4 – Support from European and international collaborators for the forces behind the Portuguese democratic trade union movement;

5 – Recommendation of measures that could help Portugal to solve its difficult economic problems. [...] (AAVV 1976: 33)

And if that were not sufficient, Brandt was unequivocal when he stated: «The Portuguese people as a respected member of the family of free and democratic peoples of Europe can count on us». (AAVV 1976: 35)

4.

«Um alemão em Lisboa: Hein Semke (1899-1995)» (A german in Lisbon: Hein Semke (1899-1995)) is the title of the essay about the creative German artist who worked in Portugal for over sixty years without interruption. As Lima de Carvalho wrote in 1978 in the catalogue to the exhibition *A Vida nas Formas* (Life in Forms) held at the Estoril Casino Art Gallery in which works created by Hein Semke after 1934 were on show, he believed the time had certainly come for an «in-depth critical analysis of Semke's work and the Portuguese-German interpenetration that is evident in it».⁷

Hein Semke, a German artist born in Hamburg in 1899, never stopped being himself even though he lived and created both plastic works of art and literary works in Portugal almost without interruption between 1932 and 1995, as Teresa Balté and Paulo Henriques illustrate.

Teresa Balté, Semke's wife, a university professor and also an artist, poet and writer, and Paulo Henriques, a museologist with a Masters degree in the plastic arts, present us not only with the man and the sculptor, but also with the writer, watercolourist and ceramist who is represented in various collections such as those of the Centre of Modern Art (CAM) of the Calouste Gulbenkian Foundation – in whose gardens can be found a sculpture by Semke entitled *A dor* (Pain) (Semke 2009: 38) – the Mário Soares

⁷ Teresa Balté, Lisboa, 2009. *Hein Semke: A Coragem de ser rosto*, Lisboa INCM 261.

Foundation, the Chiado Museum, the José Malhoa Museum, the Museum of Évora, the National Azulejo Museum, the João Soares House Museum – *Cristo dos pescadores* (Christ of the fishermen) 1962 (Semke 2009: 225) – and the Senate House of the University of Lisbon – *Portugal de além-mar* (Portugal Over the seas) 1957 (Semke 2009: 202). His mastery can also be enjoyed in public spaces such as his 1957 *Mural* in Figueira da Foz (Semke 2009: 183), and in private spaces such as the Baleeira–Sagres Hotel, *Mural* (1962). (Semke 2009: 153) It is possible to study the collection of works he left and bequeathed to us as Teresa Balté has drawn up a complete definitive inventory, complementing partial and earlier inventories by Manuela Oliveira Martins and Pedro Aboim Borges (ceramics), Paulo Henriques (sculpture) and Ana Isabel Ribeiro and Catarina Rosendo (artist's notebooks).

The Lutheran upbringing highlighted by Paulo Henriques, the hard life he experienced both after losing his mother and as a volunteer in the special forces (Semke 2009: 286) during the Great War (when he was mobilized for Russia, Ukraine, France and Flanders) together with the fact that he spent six years in prison for his active political engagement as a young anarcho-sindicalist were all reasons that brought him to Lisbon after he was released in 1928 under an amnesty decreed by Field Marshal Paul von Hindenburg (Semke 2009: 12). On arrival, he found work in 1929 in Magalhães e Filho Lda., a factory owned by Richard Reinhardt in Chelas, Lisbon (Semke 2009: 15). Disgusted with the growing National Socialism in his home country, he returned to Portugal definitively in 1932 to work as an artist but not before he had first attended art academies such as those of Hamburg and Stuttgart where he studied sculpture and ceramics.

His «love: of the light, the landscape, the city of Lisbon, the Portuguese way of being» would compensate for the «undervaluing and instrumentalization of culture by the political institution» that was felt in provincial Portugal and which was devoid of the frontality of the 1950s. This was a period during which his life was hard although he was able to triumph in 1957 Paris as Vieira da Silva had assured him he would. (Semke 2009: 185) Recorded in his diary, these impressions reflect some of Semke's essential tranquillity, emphasized by Teresa Balté, together with the indignation he also expressed about the way in which Portugal attacked «its true great figures» like Pessoa, Camilo, Mário Eloy, Raúl Leal, Soares dos Reis or Antero de Quental during their lifetime.

Although he saluted April 1974 in *Apocalypse à portuguesa* (Apocalypse portuguese-style) for promising «all Portuguese people, without distinction of class, freedom (political, social and economic) in self-determination and democracy» (Semke 2009: 258), this did not stop him from announcing that

in order to understand «the true and real meaning of the 25th of April 1974» what had to be accepted was «to depart from the *first* basis, the needs of all the people, heading towards a democracy where freedom and social justice would reign». (Semke 2009: 258)

His art avoided masks that covered up faces with amiability, but that might be «a prayer for the understanding of the things that we have not yet managed to understand so far. The artist is in a certain way a magician [...]» (Semke 2009: 265) as he confessed to Margarida Botelho in 1978. From his first participation in an exhibition (a collective show alongside Almada Negreiros, Sarah Afonso, Carlos Botelho, Abel Manta, Jorge Barradas, Diogo Macedo and Altberg), his sculpture stood out for its «primitive innocence», «pure sincerity of intentions» and «strong communicative power», according to Manuel Mendes quoted by Paulo Henriques, weapons with which he shocked contemporary «masters» because he aligned himself with the Portuguese avant-garde independents and modernists like Amadeo and Santa-Rita (1936). Curiosity, pursued and cultivated in day-to-day life, marked the psychological and psychic scrutiny of the humanity sensed in the Other that he took pleasure in depicting as both an artist and Man of God – he was on a quest for the expression of spirituality he admired, for example, in the «saint sculptors of Coimbra», as he told Gaspar Simões in 1955 (Semke 2009: 177). He was a man of religion, sculpting *Camaradagem na derrota* (Comradeship in defeat) and *A dor* (Pain) for the German Evangelical Church (1934) and interpreting Portuguese history in the Portuguese World Exhibition (1940) with sculptures such as *O drama colonial* (The colonial drama), *Santo António* (Saint Antony) and *S. Francisco Xavier* (Saint Francis Xavier), and world history with glazed ceramics such as *Quo Vadis? Victor* (1942) about the disaster of the Second World War. He did not, however, depart from his unique expressionist vein which would culminate in his «first» «individual» show of sculpture and ceramics (1947) and the publication of an article about Ernst Barlach – an important figure in German and world sculpture – but started a decade of privation and theoretical positioning in the face of neorealism, surrealism and abstraction, currently in force in Portugal, in the light of the proposals he advanced as a modern ceramist in *Renovação cerâmica* (Ceramic renovation) (1950).

Silicosis, detected in 1963, forced him to devote himself to woodcuts, monotypes, watercolours and painting on wood as well as to producing his own books (1958-83) and literary works (1950-1975) (poems, aphorisms, novellas, a diary, a fantastic narrative, a political manifesto). However, this did not stop him from creating a bas-relief *O eterno reverso* (The eternal

reverse) about the «structural duality of the human being» as Paulo Henriques interprets in the artist's perennial work. He was honoured in 1978 with the Order of Merit by the President of the Federal Republic of Germany, Walter Scheel (Semke 2009: 261), and in 1990 he was similarly honoured with the Order of the Infante D. Henrique by the President of the Portuguese Republic, Mário Soares.

5.

Awareness is peculiar to man's nature.

So is being alert as to how ideal representations may materialize at a particular point and place in our lifetime.

Any traveller will look beyond the horizon and seek undiscovered ground there.

Such a thing happened to Baron Felix Lichnowsky, who travelled around Portugal between 24 June and 5 August 1842, during which time he attended the Court's opening ceremonies in July when the Queen Dona Maria II proclaimed the *Carta Constitucional da Monarquia* (the Constitutional Charter of the Monarchy) as «the nation's fundamental law».⁸ Of note is the fact that the year 1842 was precisely when Prussia would begin diplomatic relations with the Kingdom of Portugal.⁹

Reading his work published one year later (1843), we realize how Northern Europe saw Portugal and its backwardness at the time, with a view to providing the necessary support for it to keep up with Europe's progress intended to cover the majority of the population, be they the bourgeoisie in business and trade, be they landowning aristocrats, be they industrial entrepreneurs.

A traveller and diplomat, Baron Lichnowsky gives his views on habits, facts and the commercial and diplomatic relations between Portugal and Great Britain as was pointed out in «Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexos e conexos – (XVIII, XIX) XX, XXI»,¹⁰

⁸ Felix Lichnowsky, 1990. *Portugal recordações do ano 1842*. [Portugal – the year 1842 revisited]. Lisboa, Alfa, p. 84.

⁹ E. Strasen, Alfredo Gândara, 1944. *Oito Séculos de história luso-alemã*, [Eight years of german portuguese history]. Berlin, Instituto Ibero-Americano, p. 362.

¹⁰ AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexos e conexos – (XVIII, XIX, XX, XXI). In *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. [Germany:Portugal – A review of aspects]. V. N. Famalicão, Húmus, pp. 88-91.

Felix Lichnowsky lets us into how far the Vienna Congress kept watch over the Iberian Peninsula and its respective liberal movements, given the fact that way into the second half of the 19th century Portugal stood out among the rest in the words of different sorts of travellers: «the upper-class aristocracy are poor in distinction and leadership, the lower class are rich in character and initiative».¹¹ True to its mission overseas, «particularly in braving Africa and spreading Portuguese culture there», Portugal attracted Europe's attention to its still to be explored and exploited territories beyond the seas.

In the context of Germany and Portugal's mutual influence, particular heed must be paid to King Ferdinand II of Saxe-Coburg-Gotha, who left a lasting imprint of his creativity and genius on the walls and in the grounds of his dream turned reality, the *Palácio (Nacional) da Pena*, or Pena National Palace, a landmark we have already referred to:

Ein breiter Weg, teils gemauert, teils in den Fels gesprengt, führt in vielen Krümmungen über ein Zugbrücke zum äußeren Schloßtor, über dem die königlichen Wappen von Portugal und Sachsen in erhabener Arbeit so fest angebracht sind, daß wohl allen Stürmen auf diese luftigen Höhe widerstehen und durch Jahrhunderte vereint auf Land und Meer herabschauen werden. (Lichnowsky 1843: 276)

(A broad path, partly stone walled, partly torn from the rocks lining it, leads us from bend to bend and over a drawbridge to the palace doors over which hang the royal coats of arms of Portugal and Saxony, fastened so firmly together to the palace walls that no mighty storm on these lofty heights will succeed in tearing them off or sweeping them away and they shall keep watch together century after century over land and sea.)¹²

In «Contributos germânicos para a obra de Pena em Sintra» (German contributions to Pena palace in Sintra), José Manuel Martins Carneiro, former Director of Pena Palace for almost three decades, guides us into Ferdinand II's personal project to reconstruct, restore and enlarge (hence «the new palace») the ancient Hieronymite monastery of Our Lady of Pena which had been in ruins since 1755 and empty of people and purpose after religious orders were extinguished.

¹¹ AAVV, 2014. *Arte & Discursos*. Lisboa, FCSH/NOVA, p. 117.

¹² AAVV, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexos e conexos – (XVIII, XIX, XX, XXI). In *Alemanha:Portugal – Aspectos em revista*. [Germany:Portugal – A review of aspects]. V. N. Famalicão, Húmus, p. 90.

He leads us from the very first time Ferdinand II set eyes on it in 1836 to the year it was acquired (1838), soon followed by the King's coming into ownership of «the medieval ruins of the *Castelo dos Mouros* (the Moorish Castle) and other surrounding land and buildings» (1839), the latter being rebuilt primarily between 1841 and 1846.

And eventually we come to the conclusion of the work, the Palace, as it stands today, which clearly influenced the architect A. V. Mazyrine, who designed the Morosov Palace for Arsenii Morosov, heir to the fabulous fortune of a family of Russian industrialists, who was travelling with the architect through Portugal and Spain in 1897.

At first sight, the King tried to enact a romantic landscape by having trees planted on the barren Sintra hills in the style of English landscape artists. Taking advantage of the «ha ha!» or «*saut du loup*» that existed in Le Nôtre's gardens, he made sure he could enjoy to the utmost the flat sea view far below.

He summoned to his side General Baron Wilhelm Ludwig von Eschwege, reputed for his expertise in mining engineering and land stability. Named «Intendente das Minas e Metais do Reino de Portugal» (Superintendent of Mining and Metal Extraction in the Kingdom of Portugal) for the second time in 1835, Eschwege was well aware of Portuguese society in the first half of the 19th century and highly qualified to materialize a masterpiece of engineering and a wholly novel work of art worthy only of kings – indeed the project contemplated the equilibrium between the palace, the park (both garden and farm) and the Moorish castle.

Ferdinand II had the Baron travel to England, France, Italy and Prussia, visiting palaces in Glienicke (southwest Berlin), Charlottenhof and Babelsberg (Berlin Potsdam), the Magreb (Algeria), Spain (Cordoba and Seville), so that he could become familiar with state-of-the-art volumetric analysis, as well as open spaces and possibly water play design, which should be in harmony with tradition and nature, i.e. one's individual but also one's universal soul, as was proper to the romantic view of the world.

Martins Carneiro remarks how Nicolau Pires, assisting in the topographical survey of the grounds and in the building's architectural planning and design, and João Henriques, Master Mason, responsible for the construction site collaborated in managing the works, particularly when the Baron was away (1847).

He then goes on to describe in detail Pena Palace's main architectural lines: first, its neo-gothic style reproducing that of Babelsberg Palace as had been the Prince's intention from the start; then, Pena's Turret, inspired in Babelsberg's Main Tower, or the window changed into a balcony to enjoy

the sea view below next to the figure of the Triton in which we can recognize Babelsberg's «bow windows».

Martins Carneiro also describes the influence of Castle Stolzenfels (on the left bank of the Rhine) on the front and back façades of Pena Palace, although «softened» by Pena's Arab and Indian style minarets, chimney toppers, tiled cupolas and layered terraces, as well as on its Clock Tower and on its parapet walk, resulting in a «magnificent belvedere».

He refers to the chronological sequence to do with building doors and porticos and laying down roads, paths and walks to the palace and its outer buildings, indicating the year 1848 as the moment when both the «New Garden» and the «English Garden» started being planted – the grounds were cleared beginning in 1846 and the water tanks and lakes were built between 1844 and 1848. He adds that construction work on the «New Palace» took place between 1849 and 1854 and that roads leading to it were paved between 1848 and 1854.

Inspired by Peggy Guggenheim's vivid recollections of a visit to the Palace dating back to 1941, where she adds a surrealistic touch by having Hamlet's ghost haunt the grounds at will, Martins Carneiro, distinguished former curator at Pena Palace, praises Ferdinand II's fine sensibility in preserving «the spirit of the place» and his brilliant craftsmanship in mingling «19th century Romanticism with traditional Portuguese cultural and artistic values».

6.

In reality, the idea is to promote collective effort and «energy» into enhancing each country's best assets to help it stand out among the rest and benefit from that as much as possible.¹³

Friedrich List (1789–1846) in *Das nationale system der politischen ökonomie* (1841), (*Sistema nacional da economia política*)¹⁴, underlines British shrewdness in asphyxiating Portuguese industry through the Methuen Treaty both countries had signed (1703). He defends free trade and free competition when applied, invoking the models set forth by other more ambitious countries like Germany, the Netherlands and North America who he advises Portugal to join with (as early as 1841) to ensure peace and equilibrium in liberal Europe and counterbalance Britain's overwhelming supremacy at the time.

¹³ Eugen Wondler (org.), 2008. *Friedrich List – Das nationale system der politischen ökonomie* (National system of political economy), Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, p. 392.

¹⁴ Friedrich List, 2006. *Sistema nacional da economia política*. Lisboa, Fundação Caloust Gulbenkian.

Eduardo Sousa Ferreira, Doctor in Economics and Emeritus Professor at ISEG, Lisbon University, writes «A dimensão internacional de Friedrich List e a sua recepção em Portugal» (The international dimension of Friedrich List and his reception in Portugal), an essay on the German economist Friedrich List, a man with a European perspective who was responsible early in the 19th century for the concept of «productive forces» as a source of lasting national resources and wealth.

Co-authoring the translation of List's work published in 2006 by the Calouste Gulbenkian Foundation, Eduardo Sousa Ferreira stresses in the Preface List's unconditional support for the then ongoing development in German heavy industry and in the German railway system, facilitating the German Customs Union (*Zollverein* 1834) and vice-versa. This lay at the heart of the foundation of the Second German Empire proclaimed in 1871 under Chancellor Otto von Bismarck's strong-minded direction and ending in Emperor Wilhelm I's coronation, who was later succeeded by Wilhelm II, the last German Emperor.

Sousa Ferreira recalls that List's name and theory were first introduced in Portugal by the hand of the German tradesman C. Schuster, active in business in Lisbon, who wrote to List in 1844 suggesting «Portugal and its colonies» deserved attention in view of a common strategy to improve means of transportation and increase trade relations between the kingdoms of Iberia, Prussia and others integrating the *Zollverein*.

Sousa Ferreira reports List's work was first known in Portugal in 1857 via a French translation and emphasizes José Frederico Laranjo's contribution. The latter began studying List's theory on economic politics at Coimbra University at the end of the 19th century, also dwelling on other contemporary Portuguese authors like Francisco Solano Constâncio (1777-1846) and José Acúrsio das Neves (1766-1834), both of whom upheld Portugal's industrialization as the only viable road to progress – so much so that they deserved List's applause and recognition and Solano Constâncio is even thought by some to have himself influenced the German economist.

In Sousa Ferreira's words, Marnoco e Souza is supposed to have been the first to study List's «Historical School and Economic Politics Proposals», even though it was A. Oliveira Marreca (1805-1849), a republican sympathizer working for the king, who actually argued for Portuguese against English production in «34 essays published between 1848 and 1849 about «industrial interests» in the periodical *A Revolução de Setembro*».

Oliveira Marreca was in favour of German-inspired protectionism and against the Methuen Treaty (1703), a condition List himself denounced in

Chapter V of his book since it was very damaging to the economy of a country the size of Portugal unable to face up to the industrial and commercial avalanche coming from England.

The Oporto textile businessman A. Pereira Magalhães, another sympathizer of German opposition and initiative, who agreed with resisting English influence and channelling customs duties into supporting national industry, on the lines of List's thought, rebelled against England's aggressive industrial and commercial politics too.

Sousa Ferreira also singles out F. A. Corrêa and A. Lino Neto, both teaching at the former ISCEF, for their support of German economic politics grounded on List's thought, which in Sousa Ferreira's opinion was later to be instantiated through German Imperialism, recalling that Oliveira Salazar quoted List's *Sistema de economia nacional* in his own book *Pequena história das doutrinas económicas* (A Short History of Economic Doctrines) (1945).

In conclusion, he regards protectionism, a doctrine once strategically proclaimed by the German economist List, to be still clearly operative today.

7.

Striving to promote any particular country's best proto-capacities and avoiding what contemporary traits or customs might go against lies beneath the urge to strength its national consciousness in a European context too.

Young Eça de Queiroz signalled in *As Farpas* (Barbs) how limited contemporary Lisbon society was in the 1870s: its paradigmatic feminine and bourgeois population evidenced how far Portugal lagged behind other modern European countries.¹⁵ Young Antero de Quental (1842-1891), on the other hand, with no less an acute sense of reality, criticizes in «Carta ao Ex^o Sr. António José d'Avila – Marquez d'Avila, Presidente do Conselho de Ministros» (Letter to his Excellency António José d'Avila – Marquis of Avila, President of the Council of Ministers (n.p., n.d.),¹⁶ – the Marquis's banning of his «Conferências Democráticas» (Democratic Conferences) (1871) where Eça de Queiroz and Ramalho Ortigão, to name but two, also collaborated. In Quental's words, José d'Avila's ban constituted «an action against freedom, against freedom of thought and against freedom of reunion». (Quental n.d.: 4)

Antero de Quental, aiming at justice and freedom in human society (Quental n.d.: 4), recommended José d'Avila had best follow the example of

¹⁵ Eça de Queiroz, 2004. *As Farpas*, Cascais, Principia, pp. 413, 415, 417.

¹⁶ Housed for consultation in the Biblioteca Museu República e Resistência.

liberal Englishmen in the 19th century, in his view a good example for any modern politician aware of the 19th century's «spirit» and «ideas»: «Politics are the instrument of social justice. [...] telling truth to speak out! Telling consciousness to awake! Telling souls to break free! And above all telling morals to cleanse themselves!». (Quental n.d.: 5)

Cultivating «quiet controversy», Antero de Quental explains that what started the «Conferências Democráticas» was «sentiment», «loyalty» and «intelligence» on the part of a varied group of sympathizers of conservative ideas – «magistrates, landowners, army officers, deputies, public service officials, capitalists» – in an effort to fight against «political and cultural decadence» arising from undeniable «corruption in society». (Quental n.d.: 7)

In a letter dated 1885, Antero de Quental admits to Carolina Michäelis de Vasconcelos he had never intended to «be a poet», even if behaving like one at times when he was younger,¹⁷ despite having read «Homer and the Nibelungenlied in French; Goethe and Heine, Dante and Shakespeare, Byron and Spanish *romanceros* in the original». (Quental 1921: 325)

He felt the contents of such literary works that had helped shape his own «moral evolution» had more in common with his personal interests and his search for «new symbols and new ideals» (Quental 1921: 327) than Hegel's formal philosophy (Quental 1921: 326), even though he acknowledged the latter's fundamental impact on modern society: «moral rebirth» could only ensue from «philosophy and ideas» (Quental 1921: 327) in some form of «stable society», as he admits in a letter to his Italian translator Tomazzo Canizzarro dated 16 February 1888. (Quental 1921: 310)

That was the political regime Antero de Quental argued for: a society seen as a living organism whose economic progress would best be «scientifically» understood the more contribution there was from History and Psychology as put forward in *História da civilização ibérica* (History of iberian civilization) by Oliveira Martins, an author Antero de Quental compares to the «Kathedersocialisten» in Germany as he remarks to his translator Canizzarro. (Quental 1921: 300)

In a letter dated 14 May 1887 addressed to W. Storck, who translated his sonnets into German, Antero de Quental calls himself «a disciple of philosophical and poetical Germany» (Quental 1921: 2), admitting to «being a convicted Germanist» after having read Goethe in French («Faust»), Rémusat on modern German philosophy (Quental 1921: 3), Hegel, and later Kant and Leibniz, two «milestones in German philosophy» (Quental 1921: 11), and even Marx and

¹⁷ Antero de Quental, 1921. *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 324.

Engels, when he argued for an «Iberian Union in the form of a federal republic» (Quental 1921: 6). He also set up workers» groups and introduced the International Workers» Association into Portugal, all of which won him «the reputation of a little Lassalle for some seven or eight years». (Quental 1921: 3-4)

Antero de Quental goes as far as assuming to be himself living proof of Germanism in Europe while claiming to understand the «modern spirit» of the time. (Quental 1921: 12-13)

He sees himself as a follower of the idea that the spirit rules over nature, an entity he defines as «the spirit's flawed and dark representation». For him the supreme law of the universe is the spirit's essence: goodness, a tendency clear to all in Europe especially in Germany. (Quental 1921: 11-12)

Paulo Ferreira de Castro, a musicologist, professor and researcher at CESEM, FCSH/NOVA, confirms the influence of Germanism in «Visto de Portugal: Verdi; Wagner e o teatro das nações» (Viewed from Portugal: Verdi, Wagner and the theatre of nations).

He highlights how Eça de Queiroz criticizes «Portugal's cultural policy in very harsh terms» in *As Farpas*, qualifying «the opera as a brothel» and accusing the São Carlos Theatre of being responsible for moral decadence arising from a distorted view of Portuguese culture in the 19th century that he took to be especially damaging for young people's education, in virtue of an exaggerated preference for the work of Italian composers vis à vis «more heroic and pristine» music.

And he then goes on to say how Eça de Queiroz bases his opinion on «a redeeming vision of (good) German music», as composed by Wagner, Meyerbeer, Gluck, Mozart or Beethoven and portraying its creator as thinkers whose ideas sang a vast «Ideal».

In Ramalho Ortigão's opinion, whereas Italian music compositions were rich in sentimentalism, German opera stood out as «a true agent of progress and history's unfolding in time».

Paulo Ferreira de Castro shows that in 1866 young Antero de Quental wrote a critical review entitled «O futuro da música» (The future of music), in which he pointed out how music needed «to represent the modern age's dark contradictory face one of a fundamentally romantic expression of a gloomy lyricism and a painful phantasy».

As Antero de Quental reports in an undated letter to Teófilo Braga in the last quarter of the 19th century, reforming intellectuals known as outstanding supporters of the «Conferências do Casino», as was the case with the «Geração de 70», insisted that «socialism is not subversive superficial agitation but rather natural historical evolution, just like the state's mission

is not to fight against these spontaneous outbursts of self-restoring society». (Quental 1921: 286)

History itself dictated that Italian music lacked German substance. Yet another major influence in shaping the education of the Portuguese urban bourgeoisie as far as music and culture were concerned was the overwhelming dominance of French culture in Portuguese society at the turn of the century. In a letter dated 29 May 1888 addressed to Canizzarro, twenty-two years after he had written «The future of music», Antero de Quental would indeed confirm that «Portugal was practically France's literary protectorate». (Quental 1921: 311)

In fact, Antero de Quental sympathized with the idea that Hegel's naturalism and French radical humanitarianism would go hand in hand¹⁸. (Quental 1921: 9)

Paulo Ferreira de Castro ends his interesting brief survey by singling out the symphonic poem *Antero de Quental* (1907-08) by Luís de Freitas Branco (1890-1955) in his work: «an outstanding almost unparalleled contribution to Portuguese orchestral music clearly evidencing Wagner's ascendancy».

8.

Facts alone are but mere arguments, points out Fernando Ribeiro in «Portugal-Alemanha: Pessoa?» (Portugal-Germany: Pessoa?) when he quotes and underlines Fernando Pessoa's «practical vision of the world»; still, they make up «a complex living organism» gaining an intelligent form while being translated into a language by means of which they offer truth as a pertinent answer to the present sociological situation.

Fernando Pessoa's practical sense is then revisited. He wants to make Portugal as well as its forthcoming and «(the) most civilized people of Europe» a space to develop a «german culture by the Portuguese way» (1919); not forgetting that «organizers should themselves be organized» so that Portugal's imperial fate would be (organically) respected by an elite whose mission was to accomplish it clearly, be that under the guise of a monarchy or a republican state.

Emphasizing Pessoa's praise of Portugal's past, present and future in the light of its condition as «Nation-for-the-Discoveries», «Nation-for-the-Empire-of-Culture» and «Nation-for-the-Iberian-Civilization» (13) in what regards its past history, we cannot help but trace our steps back to that drive for discovery that lies at the heart of the Portuguese cultural matrix: «*ideia de descoberta*».

¹⁸ Cf. Antero de Quental's letter to W. Storck dated 14 May 1887.

The urge for discovery was both a powerful contribution to modernity and clear evidence of how highly organized and scientifically developed the Portuguese themselves were at the time; we can therefore understand to what extent Pessoa admired German method of «organizing» and discipline shown in his time and age by the German people which made them a model to Portugal.

Bismarck had achieved Liberty through Unity and had transmuted «social discipline into a government system as well as a system of study» – no wonder Pessoa recommended Portugal should attain the degree of civilizational consciousness Germany had itself achieved, suggesting they should unite in mind and soul .

Reading Fernando Ribeiro we realize Fernando Pessoa's admiration for the German model is coherent with his bitter criticism of widespread «bourgeois» ineptness («bourgeoisism») so abundant during the First Republic, an evil that , according to the sociologist poet, could be overcome if «active intellectual forces» were to work closely together towards a commercially and industrially well organized civil society.

In the poet's (and «sociologist's») opinion those forces would, under the guidance of a highly organized state, enable individuals to carry on with their lives more contentedly and in full consciousness of an «anti-Christian, anti-democratic, anti-Catholic, anti-monarchic» social ideal.

We are nevertheless led by Pessoa's far reaching point of view; the cult of the Portuguese language and culture. In this respect, he scrutinizes in southern Europe a miscigenation of Mediterranean and Atlantic values surviving in the Iberian Peninsula where Arabian tradition was welcomed too. The Portuguese Cultural Empire as glimpsed by Pessoa, perhaps to materialize in his sought-after Iberian Confederation – and its correspondent civilizational group pattern -, would lay the foundations for what he proclaimed to be a new kind of aristocracy, an elite built on culture and character, the herald of existing and emerging cultures and «virtualities» in Central and South America and in Northern Africa.

We thus gain a better insight into Pessoa's focus: strengthening Portugal's origins and its respective Mediterranean culture, yet not evading innovative still disorganized moral and patriotic ideas at the threshold of novel and «-originalizing» literature and philosophy, as vividly expressed by A. de Campos in the Portuguese language:

«[...]»

SHIT!

Europe thirsts for creativeness, Europe hungers for the Future!»

9.

The Portuguese language: Mozambique's preferential official language, even though the country is a member of the Commonwealth.

In Ambassador José Cutileiro's opinion, President Machel's straightforward remark may shed some light on this choice: «You Portuguese called us niggers, but these people (Russians, Swedes, Americans, French) take us for apes and the like».¹⁹

During his appointment to Maputo, Ambassador Cutileiro also commented on the rising influence of Portuguese industry in that country as opposed to during the time of Salazar's regime.

The Portuguese language: «Portugal's new breath of life». Ambassador Cutileiro upholds its major role in consolidating Germany's respect for Portugal, as he specifies «from my own experience, working in European intergovernmental organizations, the Germans are to this day the most respectful of smaller countries». (Cutileiro 2009: 54)

Conscious of its economic rather than a political power, Germany is aware of its political weight in Brussels and in European institutions as a whole, where smaller countries have nonetheless a role to play as parts of «the greater fabric» of the European Union. (Cutileiro 2009: 51-53)

The European Union will survive longer the better it manages to avoid any protectionist bent in or outside its borders (Cutileiro 2009: 52) or else «[...] the free world, the Atlantic Alliance [...] United Europe» will be at stake as the diplomat goes on to say (Cutileiro 2009: 50), bearing in mind the «Millennium Declaration» adopted in 2000 by the United Nations General Assembly.

In this way he draws our attention to how clear Goal 8 is as to the creation of «a global partnership for development» for the 21st century in the context of Target 12, i.e. «to continue to develop a multilateral open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system» and Target 13, i.e. «to address the special needs of the least developed countries». (*apud* Cutileiro 2009: 64-65)

Mindful of Ambassador Cutileiro's advice as he explicitly reflects on this subject, Portugal should only need to:

1. «be scrupulously honest in international relations»; (Cutileiro 2009: 235)
2. take the best advantage of its condition as a founding member of NATO and its condition as a European Union member; (Cutileiro 2009: 234-235)

¹⁹ José Cutileiro, Ricardo Alexandre, 2009, *Visão global – conversas para entender o mundo* [Global view – conversations to understand the world], Lisboa, Prime Books, p. 158.

3. continue managing structural funds more proficiently;
4. thrive on the respect earned by Portuguese citizens working in international institutions;
5. never let go of its mission North or South of either coast of the Atlantic Ocean (Cutileiro 2009: 236-239) and bond with non-Portuguese Portuguese-speaking communities all over the world (i.e. countries in the «Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa» (CPLP), or Community of Portuguese-Speaking Countries). (Cutileiro 2009: 236-239)

10.

On Portugal.

– Portugal was seeking to choose the «European option» by the hand of the First Constitutional Government led by Mário Soares, whose Foreign Affairs Minister, José Medeiros Ferreira, started negotiating early in March 1977 for Portugal to join the European Union, a process later concluded in January 1986;

– Portugal was seeking to improve on its history paradigm full of «past international commercial ventures characterized by exogenous cycles of dealing in spices, mining, the slave trade» and its somewhat illegal trading with warring powers in international conflicts. It knew how to take economic advantage of, in wars such as the Anglo-Boer War, the Spanish Civil War, the First and Second World Wars, as described in Medeiros Ferreira, *Não há mapa cor-de rosa. A história (mal)dita da integração europeia*, (There is no pink map. The (supposed) history of european integration)²⁰

– Portugal was seeking to establish a republican regime always relying on external financial help (Medeiros Ferreira 2014: 112-113), which Medeiros Ferreira himself managed to get in January 1977 from a consortium of countries led by the USA: the German Federal Republic, France, Japan, Italy, Belgium, the Netherlands, Sweden, Switzerland, Denmark, Norway, Austria, Ireland and Venezuela. (Medeiros Ferreira 2014: 114)

– Portugal was also seeking to attain «progress and modernity» at a historic point in time, during which the Economic European Community (EEC) already lived in great prosperity – the Berlin Wall had not come down yet – and it was desirable that Portugal would be a part of the process, though sadly it lacked zest for «strategic design» in anticipating future predicaments (Medeiros Ferreira 2014: 112).

²⁰ José Medeiros Ferreira, 2014. *Não há mapa cor-de rosa. A história (mal)dita da integração europeia*, (There is no pink map. The (supposed) history of european integration) Lisboa, Edições 70, p. 105.

Medeiros Ferreira shows how Portugal let itself be caught up in a mesh of pseudo-modernity, involving a great deal of «banking, road and building construction and food retailing» and very little «productive industry» (Medeiros Ferreira 2014: 142), torn between nostalgia for the past and anxiety for its nouveau-riche present.

Portugal ended up as a «debtor», almost «immobilized» by centralizing economic European bureaucracy (Medeiros Ferreira 2014: 141-142) that resulted in a renewed onset of «labour mobility»: a country's quest for survival depends on its population's success in the pursuit of financial stability (Medeiros Ferreira 2014: 144).

Portugal may have walked too fast in its yearning for democracy and modernity. Portugal lost out in negotiating power and this opened the way for globalization, taking it over when it was caught off guard behind unprotected borders especially after 1989.

Medeiros Ferreira is well aware that this particular stage of the European Union and of Portugal itself corresponds to their becoming more alert to and conscious of today's moment in historical reality (Medeiros Ferreira 2014: 112), the former busy thinking up treaties in its effort to win European countries over to federalism in Europe still way ahead and the latter trying to take advantage of its particular yet somewhat frail condition as an Iberian country in Europe aiming to defend in terms of Fernando Pessoa's conception as a sociologist the «Idea of Discovery».

Medeiros Ferreira thinks the future will show that Portugal will become more «active» (Medeiros Ferreira 2014: 113) and engaged in today's global world, as a result of being part of the EU and simultaneously of contributing to break down barriers inside Europe by:

1. Consolidating external politics and attracting foreign investment to the mainland, Madeira and the Azores and to the very Atlantic Ocean itself (Medeiros Ferreira 2014: 154);
2. Working closely with «the CPLP to promote and defend the Portuguese language inside and outside its borders» (Medeiros Ferreira 2014: 153);
3. Working closely with «the USA to increase technological and scientific development and strengthen the rationale of international security in the future» (Medeiros Ferreira 2014: 153);
4. Working closely with «Brazil, Angola and Mozambique, in particular, to recover its international importance in trade and economics outside European borders» (Medeiros Ferreira 2014: 153).

In this author's opinion, Portugal should rediscover its true mission as part of the EU, collaborating in international financial, military and humanitarian

organizations (Medeiros Ferreira 2014: 153) and also fighting for the creation of a «Senate» – a representative chamber for Member States – (Medeiros Ferreira 2014: 141) meant to cooperate in providing adequate instruments against «social dumping» by stimulating the EU to promote dialogue between the World Trade Organization and the International Labour Organization so as to guarantee «fair trade» based on international competition rules, thereby aiming at a more equitable distribution of means as generally argued and upheld in the present context of economic globalization.

11.

Today the EU is said to be divided into benefactor and beneficiary Member States depending on both a high industrial rate and a low unemployment rate and vice-versa, as happens in Northern and Southern Europe respectively.

Even so, from a historical perspective, both the groups show a high unemployment rate when compared to the 1950s and 1960s, as remarks Tony Judt in *Uma grande Ilusão? Um ensaio sobre a Europa* (A grand illusion? An essay on Europe).²¹ Lisboa, Edições 70, 2013, pp. 93-4.

The farther away from highly industrialized business areas like Baden-Württemberg, the Rhône, Lombardy or Catalonia, on one hand, or Luxembourg, Saarbrücken and Metz, close to major European decision centres, on the other, the higher the unemployment rate and the greater the dependency on social welfare will be – in peripheral less industrialized areas the model of European social and economic well-being could not be implemented so far – not to mention the high cost of fossil fuels everywhere.

The lower the birth rate the greater the pressure on the welfare system to support long-term unemployment and sick leave, retirement pensions or even foreign workers with a right to be subsidized by the system as they themselves subsidize it even if only «seasonally» either way (Judt 2013: 104-105).

Metropolises will be operational and their respective suburban areas will be sustainable, even if living conditions are poor and the majority of Southern and Eastern peripheral states will only become more dependent and remain the beneficiaries of European funds (Judt 2013: 102, 109). True to social support standards dating back to 1941 and 1951, it is to the EU institutions» credit that over the years particular effort has been put into fighting poverty and ensuring better living conditions everywhere across the EU. (Judt 2013: 98-100)

²¹ Tony Judt, 2013. *Uma grande Ilusão? Um ensaio sobre a Europa* (A grand illusion? An essay on Europe). Lisboa, Edições 70, pp. 93-94.

No matter how hard the EU tries though, it is still a fact that supply and demand command the labour market as pointed out by Tony Judt. (Judt 2013: 108)

Despite the EU's high regard for «multiculturalism» and its permanent backing of Member States' social economies (Judt 2013: 109), the global economy's sway has overridden any opposition coming from political parties or workers' unions. (Judt 2013: 119) Considering this together with the IMF's incapacity to sustain public accounts in the Euro Zone, new solutions must be found for any prevalent social shortcomings. (Medeiros Ferreira 2014: 151)

Social egoism may be the outcome of land ownership, industrial development, intellectual property and technical capacity not being equally distributed over Europe – so far the EU appears to be unaware this may be of relevance in understanding why radical political parties have been winning elections in several Member States in the past few years. (Judt 2013: 107)

Fernando Pessoa's proposal for an «Empire of Culture» already alluded to in this Introduction might shed some light here, as could the notion that European populations wish they could again be locally governed in local terms, on the principle that culture is originally local, at most regionally, but not globally distant.

This is basically Judt's position. In his perspective, this model would enable Europe to go back to being a nation-state under enlightened leaders guiding it on its way to progress, fostering local populations' cultural development and well-being.

«Sharing (of) Productivity (in) Peace», one might say, could be the triadic motto for this Europe : producing and trading goods relentlessly for no higher purpose than material satisfaction is bound to end in war as has been the case in European history over and over again. Instead, holding the banner of individual nation-states would be in harmony with a confederacy where any threat of dissent would immediately be sensed and adequately dealt with from the start.

It will take generations for anything like this to materialize; it did happen centuries ago in the history of older European countries though, and it seems to be the only alternative to a European Union which is generally deemed to be necessary but will not persist if empty of substance.

Peace among nations will be the original goal of today's European Union, rising above any consideration of institutionalized power; as such, the EU cannot forget individual member states' own conception of well-being or

their particular geostrategic position if it is to change their vitality into wealth. (Judt 2013: 123)

Time urges and Member States are gradually becoming more aware of the challenges at hand but, region by region, solutions are being found.

12.

According to Félix Ribeiro²² Portugal should internalize its «peripheral» condition whether from the perspective of Central Europe or not. In Fernando Pessoa's words, Portugal must not deny its simultaneously Atlantic and Mediterranean dimension or its simultaneously European and African scope.

Portugal should learn from Ferdinand II's future vision when he built the Pena Palace in a remote deserted spot to last for posterity for many centuries to come. Ferdinand II's work of art was the outcome of his methodical disciplined study of traditional European and Portuguese aesthetic trends of a singular character and is a landmark to this day and age.

Portugal might also learn with Hein Semke, the German artist who settled in Portugal in his early thirties whose love of the land that took him in lives on in his beautiful original ceramics, «translating an understanding of reality till then not apparent to the eye». (to us, in Portugal)

From another standpoint, Portugal may not neglect its strategic geo-position (Félix Ribeiro 2014: 216) or the golden opportunity provided by a highly qualified generation of Portuguese researchers enjoying international recognition everywhere for their top ongoing research results.

Identifying and interpreting opportunities which may attract research and development projects and further economic growth in the context of «international surges of innovation and investment» (Félix Ribeiro 2014: 127, 216) should be one of Portugal's main political goals in the 21st century: increasing competence, knowledge and creativity, i.e. summoning «national energy» as List put it in the past, may make Portugal competitive in global terms as already happens today with that small elite of scientists in specific terms. (Félix Ribeiro 2014: 110, 216)

But we must not forget the need to reinforce national cohesion (Félix Ribeiro 2014: 130) in sustaining present «productive forces» in Portugal, going back to the formulation Sousa Ferreira praises so much in List's proposals.

If Portugal goes on producing and exporting essential goods and accepting investment and partnership in heavy industry, of European or other origin,

²² Félix Ribeiro, 2014. *Portugal – A economia de uma nação rebelde* (Portugal – The economy of a rebel nation) Lisboa: Guerra e Paz.

in a multinational scenario, or continues to invest in tourism, the services sector and light industry within its own borders, always mindful of its privileged position in niche markets like artificial intelligence, aeronautics and electric mobility, which help reduce the national deficit via exporting to global markets, it will be actually thriving on its centuries-old «merchant portfolio».

All this should necessarily be under the «rule» and «discipline» required by 21st century competition today, but nevertheless akin to Germany in the first quarter of the 20th century as praised by Fernando Pessoa in the past.

Multinationals present in Portugal will help increase «business volume» and the growing number of small and medium-sized businesses (Pequenas e Médias Empresas (PMEs)) and/or Portuguese start-ups operating as them or on a larger scale will contribute to more «business variety» (Félix Ribeiro 2014: 210-211, 226-227) as Portugal grows in industrial capacity and capability, without which it simply will not develop – a predicament shown by Solano Constâncio and Acúrsio das Neves to be present in Portuguese society as far back as the first half of the 19th century as mentioned by Sousa Ferreira.

Strategic partnerships with Asian or South American countries looking for a way into the European market should be a matter for thought for Portugal too, given its status as a Member State of the European Union.

In this respect, apart from working towards increasing business relations with China, Japan, India, Israel or even the USA, regard should be given to raising the volume of business with European partners (Germany, especially Baden-Württemberg and Bavaria, and other states like Norway or Sweden) and, last but not least, with developing CPLP countries, acknowledging their added value in the 21st century (Félix Ribeiro 2014: 227-228) as possible examples of Friedrich List's concept of «ambitious countries» first formulated in the middle of the 19th century.

To sum up, Portugal must remain on the alert for any competitive chances and develop adequate strategies to sail on into the future looking for:

- the best talent,
- the biggest savings,
- the most competitive energies.

This is what is recommended by Félix Ribeiro, who also underlines Portugal's particular vantage point or competitive edge within global competition and large-scale market trends today: its still to be explored and exploited extremely rich continental shelf.

Immediate practical steps are required – one of the goals set by the Oporto textile businessman Pereira Magalhães back in 1871 for Portugal to get ahead was, in point of fact, to practise being practical.

13.

Portugal must also fulfil its republican mission in the light of its «history and past», in which community values played a leading role. This should persist in the form of social organizations such as «cooperatives», municipalities or localities and other different kinds of associations to balance «excessive centralizing» on the part of the administration, which rose to an unbearable level during the monarchy as Teófilo Braga reports in *História das ideias republicanas em Portugal* (History of republican ideas in Portugal).²³ He alludes to Alexandre Herculano's and Henriques Nogueira's ideas on the subject recalling the very useful concept of «local association» (Henriques Nogueira) or even that of family: «what is a family but any group of individuals bound by a mutual feeling of interest or affection joined together into a federation?». (Braga 1880: 122)

In Teófilo Braga's opinion, the concept of «local association» could provide the foundations for:

- «Europe's future organizational model»;
- The organization of the Iberian Peninsula.

A federation grounded on «local associations», which he deems necessary, would be much more natural than the artificial grouping of «virile nationalities» deriving from «annexation and conquest», since it would correspond to the actual «historical and provincial division of people». (Braga 1880: 125-126)

Teófilo Braga quotes the republican Henriques Nogueira (1825-1858), who studied with Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), when he dwells on the origin of the following concepts:

- people: «What is a people but a federation of localities (municipalities), bound by identical race or language and living in a particular way, remembering their heroes and the story of their great feats, remembering their past victories and defeats in their periods of glory or decadence»,

²³ Teófilo Bragal, 1880. *História das ideias republicanas em Portugal* (History of republican ideas in Portugal). Lisboa: Nova Livraria Internacional, pp. 133-135.

– nation: «What is a nation but a federation of neighbouring or distant peoples, friend or foe, settling on a particular piece of land, bordered by high mountains, lakes, rivers and seas ... and who share the same ideals and who through trade and proximity end up by speaking the same language and behaving in a similar fashion»,

– mankind: «mankind as a whole should be no more than a community of more or less advanced nations, whose instinct for survival and whose wish for improvement would bring them together, make them understand each other, even love each other ...». (Braga 1880: 123)

He concluded that the concepts above are in fact abstractions arising from the concept of «federation» as the result of independent communities coming together in equal and mutually advantageous terms, protecting each other's dignity, cultivating freedom, equality and fraternity (Braga 1880: 112), under autonomous government, naturally accepted by the people for it should bring stability, security and national and republican independence. (Braga 1880: 121, 128)

Teófilo Braga considers *Estudos sobre a reforma em Portugal* (Studies on the reform in Portugal) and *Almanach do cultivador* (The cultivator's almanac) (1856–1857) essential for understanding Henriques Nogueira's ideas on society. This author argued for an Iberian confederation with a view to sustaining both Spain's and Portugal's respective populations» living conditions to their best advantage:

Portugal, in its condition of being a small, likely to be oppressed country, would benefit greatly from integration into a federation with other peninsular peoples: it would gain in strength, importance and true independence and more easily be able to stand up for its often shamefully trampled on dignity. (Braga 1880: 118)

In *Soluções positivas da política portuguesa* (Positivist solutions to portuguese politics),²⁴ Teófilo Braga tries to raise awareness in his 1879 readers, arguing that only a republican regime and universal suffrage could defeat widespread «mediocrity» and «decadence» typical of a monarchy where most of the country was turning into uncultivated common land due to poor education, rising waves of «emigration to Brazil» and increasing subservience to «more developed foreign industry». (Braga 1879: 57)

²⁴ Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa* (Positivist solutions to portuguese politics). Vol I, Lisboa, Nova Livraria Internacional.

In reality, Teófilo Braga idealized a society where scientific knowledge would be wholly applied in industry, thus generating national wealth but also a modern outlook on life (Braga 1879: 72, 75). He did indeed wish for Portuguese people to be truly «free citizens», i.e. masters of their own minds in their would-be political awareness in a truly sovereign state. (Braga 1879: 80)

In *Soluções positivas da política portuguesa*,²⁵ he challenges Portugal to give birth to «an industrially productive middle class», or «an actively productive bourgeoisie», though not discarding a «rich decent upper class», so that «men of the working classes» would «no longer be deprived of the most pressing help in terms of morality, science, economy and work». (Braga 1880: 114)

14.

Recalling Eduardo Lourenço's wise seminal thinking written in Grenoble in 1961-63 in his essay «As contradições da mitologia colonialista portuguesa» (Contradictions of portuguese colonialist mythology),²⁶ in which he mentions the Portuguese «presence» in Africa (1961), we come across an extract where the author refers to values that are «absolutely positive and as such fundamental to the African» – values resulting from the influence of the «Portuguese civilization» in Africa, part of which may be adopted by «part of the African population»:

It does not seem possible that (in Africa) the totality (of such values) may result in a cultural symbiosis similar to that which was created in Brazil. But the two civilizations may co-exist peacefully in a brotherly fashion and new values may fructify when least expected, less typically Portuguese in the strictly national or mythological sense but more closely resembling native African values with which they will share the same privileged status of equality and freedom. (Lourenço 2014: 89-90)

St^a Cruz de Benfica, December 2014

Fernando Ribeiro

²⁵ Teófilo Braga, 1879. *Soluções positivas da política portuguesa*. Vol II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, pp. 15-17.

²⁶ Eduardo Lourenço, 2014. «As contradições da mitologia colonialista portuguesa» (Contradictions of portuguese colonialist mythology). In *Do colonialismo como nosso impensado* (On Colonialism as our unthinkable). Lisboa, Gradiva, pp. 53-91.

Da Alemanha

Eduardo Lourenço

ENSAÍSTA E ADMINISTRADOR FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Retomar quase dois séculos depois o título célebre daquela que apresentou, deu a conhecer e a amar a então ingénua, obscura e profunda Alemanha ao resto da Europa não é um anacronismo pedante. Madame de Staël, que, ainda no início do nosso século, o filósofo, esteta e germanista Victor Basch considerava «a alma mais apaixonada e o espírito mais compreensivo da sua época», não era propriamente uma sibila e ainda menos Cassandra. Nos princípios do século XIX, ninguém podia sonhar o que reservava à Europa essa terra de místicos, de teólogos, de filósofos incomparáveis, de poetas, que não era ainda uma «nação» e, para o ser, sob a pesada pata napoleónica, acordava num centro de uma História convulsa como a Bela Adormecida. Assim a viu Madame de Staël, assim a sonharam e pintaram os seus poetas-mitólogos, trazendo para um presente já industrioso, para um palco político sem centro, a nostalgia futurante de um Grande Reich, de que o «revolucionário» Wagner será o corifeu e mesmo o confessado redentor.

Sem Estado, a famosa «alma alemã» — o conceito é a invenção maior da cultura alemã — sempre sonhou sonhos mais poderosos do que ela, mas nunca duvidou que simbolicamente estavam ao seu alcance. Talvez o mistério do «destino alemão», cujo itinerário prodigioso até aos limites do terrífico envolveu na sua vontade de afirmação, imperiosa e vaga, toda a Europa até aos dias de hoje, a nada mais se deva senão ao facto, de consequências incalculáveis, de ter *chegado tarde* ao grande concerto das nações, entre as quais, até 1848, se jogou não só o futuro europeu como indiretamente o do mundo.

Como os indivíduos, as nações são pouco caritativas. A lei de ferro dos interesses adquiridos e a preservar é a única que, pouco inteligível mas feroz, preside às suas relações. É interessante notar que, não há muito tempo, sem dúvida exagerando um pouco, o Chanceler Helmut Kohl se referia a si mesmo, ou à sua ação, como às de um «novo Bismarck». Ao homem pacífico e bonacheirão que ele é, à imagem do «bom alemão» que com tanto sucesso e convicção foi capaz de cultivar, assenta mal esta analogia com o «chanceler de ferro». (Curioso sucesso o desta imagem que se colou à máscara impenetrável de Estaline e à mais sedutoramente enérgica da Senhora Thatcher.) Mas a pretensão de Kohl, a da Alemanha, num momento de indeterminação do destino alemão e, por conseguinte, do europeu, não é o fruto de nenhum lapso. Bismarck foi o construtor, o fundador da Alemanha na plenitude da sua soberania de Estado-nação. Bismarck é ao mesmo tempo o «mínimo» e o «máximo» da identidade alemã, mas já tendencialmente disposta a incorporar a germanidade real ou potencial que durante séculos se conservara no estado de um magma político, simbolicamente unido pela referência ao Santo Império e culturalmente à leitura bíblica como a Reforma a instituíra. Mesmo neste campo, a realidade alemã, se maioritariamente protestante, foi sempre a de uma cultura de duplo rosto, a de um espaço histórico onde a conceção do catolicismo tradicional e a do cristianismo reformado nunca deixaram de coexistir e de se refletirem uma na outra, introduzindo no coração mesmo dessa cultura uma inquietude e uma componente dramática que em nenhuma outra da Europa se encontra. A Alemanha é a pátria de Lessing e de Kant, de algum modo iluministas, mas de uma maneira diferente da tradição francesa propriamente dita. Mas é também a de Hegel, de Schopenhauer, de Wagner, de Nietzsche, de Bertolt Brecht, de Thomas Mann, de Günter Grass ou de Peter Handke.

O seu «não-lugar» estável no tabuleiro político da Europa, a sua incoercível vontade ou necessidade de o desarrumar — menos em função do hitleriano «espaço vital» do que do mais fundo equilíbrio nacional exigido pela sua massa e extraordinário dinamismo — é a matriz, sempre imprevisível, dessa consciência incomparável do seu «devir alemão», de que cada um dos seus grandes homens foi, ao mesmo tempo ou separadamente, o herói ou a vítima. A este «descentramento» histórico, compensado periodicamente com a vontade de «super-concentração», o século XX ia oferecer a mais trágica das ocasiões, que se traduziu num desafio sem precedentes, ao mundo inteiro, sob a forma apocalítica de tudo ou nada.

Meio século após o vertiginoso e quase incoercível apocalipse alemão, já não adianta epilogar. Durante mais de meio século, o meridiano histórico-

-político do mundo passou, como era previsível, precisamente no meio da antiga capital de um Reich prometido a um futuro de séculos. O «Ich bin ein Berliner», de John Kennedy, significou mais que o ponto alto do confronto entre o chamado Ocidente e o Império Soviético. Significou que, por um lado, mesmo vencida, a Alemanha continuava a ser o pesadelo ou o centro sísmico do planeta político, mas também que a «nova Alemanha» se encontrava agora enquadrada num espaço geoestratégico mais baixo, novidade absoluta na sua História e espaço simbolicamente *positivo*, mesmo se o preço a pagar era o de uma proteção nuclear ostensiva e uma não menor ostensiva dependência e interdependência entre ela e a nova potência hegemónica do Ocidente. E, todavia, passados uns anos, provavelmente a Alemanha continua a ser o país mais independente desse envolvimento, dessa muralha simbólica a que ela está ligada, porque devia ser subordinada sem o ser.

Como vencida, a Alemanha impunha o respeito aos vencedores a oeste e a leste. Sem encargos militares, apenas dez anos após uma catástrofe a que poucos povos poderiam sobreviver, os alemães reconstruíram sobre as ruínas materiais de Hamburgo, Düsseldorf, Mannheim, Munique, Dresden, uma Alemanha nova em folha que, passados 50 anos, se tornou a primeira potência financeira, económica e tecnológica da Europa e uma das primeiras do mundo. Desarmada, colaborando sem problemas de consciência e mesmo de forma exemplar na construção da futura União Europeia, sem dúvida sabendo que o tempo corria a seu favor, a nova Alemanha não parece ter-se importado muito — ao menos na aparência — com o estatuto de «anão político» que outros vizinhos, que parecem não ter aprendido nem esquecido nada, lhe desejavam reservar.

Na realidade, o problema da Alemanha no pós-guerra não foi com os outros, nem com aqueles que com tanta dificuldade a submeteram, salvaguardando ao mesmo tempo a ideia de um estatuto democrático para a Europa e o Mundo, nem com aqueles que no seu foro íntimo os alemães nunca aceitaram como vencedores. A «questão alemã», porventura sem exemplo na História Universal, ao menos desde que há «Estados de direito», foi consigo mesma, com a Alemanha enquanto sujeito e objeto de uma experiência que terminou mal, em termos militares e políticos, mas de uma maneira praticamente «impensável», sem integração fácil na sua própria memória de nação culta, operando no plano simbólico e moral.

A mais de meio século de distância, o traumatismo que, primeiro sob a forma de silêncio — apesar dos anos de consciência que, de diversa maneira, gente como Karl Jaspers e Thomas Mann exigiam aos seus compatriotas — e depois de descida ao labirinto de uma culpabilidade enfim reconhecida e,

se não aceite, pelo menos auscultada ou até masoquistamente explorada, ainda não terminou. A pressão do exterior, a fixação universal no martírio dos judeus alemães, ou não alemães, não consentiam indiferença ou esquecimento. Mas, cedo, os próprios alemães revisitaram, sem complacência e com aquela minúcia quase maníaca que caracteriza a sua prática historiográfica e científica, o seu próprio «holocausto» interior. Na literatura, no cinema, no documentário, os protagonistas da tragédia, mas sobretudo os que não podiam suportar o silêncio sobre o que acontecera, tentaram, como nenhum outro povo o fez, confrontar-se com o horror da história caseira para a compreender e poderem, de novo, compreender-se e situar-se. (Lembro-me de ter visto, no fim da guerra, um filme que se intitulava *A Alemanha, Ano Zero*, um filme que não se podia olhar sem pensar que a Europa, realmente, podia estar no fim ou podia começar a estar no fim.)

O sucesso extraordinário de *Heimat*, a sua total ausência de estetismo e exibicionismo tão característico dos exames de consciência espetaculares de certo cinema americano — não da América na sua totalidade — se não pode apagar o que é inapagável, nem o pretende, mostra até que ponto a nova Alemanha, que é, antes de mais, a dos jovens alemães, deixou de viver sufocada e imersa numa culpabilidade que começara a ter efeitos *boomerang* sobre a memória histórica alemã (reversionismo, nostalgia de tempos fortes e exaltantes para o povo alemão triunfante), para integrar a temporalidade normal de uma Europa consumista, onde, como é evidente, o povo alemão recuperou o estatuto economicamente forte que é o seu.

Locomotiva do processo de construção europeia, a par da França, se assim se pode dizer, resignada ao que só para cegos era menoridade política, a Alemanha reintegraria sem problemas o seu estatuto privilegiado no centro da Europa, com a vantagem de não se sentir, realmente, nem ameaçada nem constituir ameaça para os vizinhos, se, numa imprevisível desarrumação do contexto geopolítico criado por Yalta, não se encontrasse de novo interpelada por si própria e pelos outros.

Já se glosou com todos os tons a célebre queda do Muro de Berlim. A Alemanha Federal julgou um dever e porventura uma ocasião inesperada recuperar a «outra Alemanha» de que só se julgava separada por motivos ideológicos, mas de ideologia importada. A realidade mostrou-se e mostra-se cada dia mais complexa. Não só uma certa caoticidade se derramou impareavelmente sobre a bem ordenada e próspera Alemanha Federal, como os «novos alemães» introduziram no velho esquema «europeísta» do Oeste o mal-estar que está ainda longe de ter dado todos os seus frutos. Sobre tudo o Leste, como que arrastado pelo sentido da marcha da ex-RDA, encostou-se

simbolicamente ao que de um dia para o outro voltou a ser «a Grande Alemanha». De jogo pré-determinado, a vida política do continente tornou-se, outra vez, jogo aberto, com o seu natural grau de imprevisto.

Novamente, o «gigante» da paisagem geopolítica europeia, a Alemanha, inquieta de algum modo, atemoriza ou atemorizou os que, conscientes de uma nova debilidade, a si mesmos se atemorizam. Como de costume, o medo é mau conselheiro. A nova Alemanha não é a de Weimar, é mesmo o seu contrário. Em nome de um passado realmente inquietante, recente — mas que não é apenas de responsabilidade alemã —, uma certa imprensa hiperboliza o menor incidente de tipo racista. Na realidade, ao menos nesta altura do século, o único «perigo» que a Alemanha pode representar está ligado àquilo que é uma das constantes da famosa «alma alemã», o seu pendor idealista e romântico, de regresso — desta vez pacífico, e mesmo germanisticamente pacifista — à Natureza, quer dizer, a sua tentação de deixar que a História — que se não faz com ela — se faça agora sem ela. Um povo, como o povo alemão, não pode viver sem um «grande projeto», e não parece que a meritória conversão a um ecologismo que, para o bem e para o mal, lhe está na massa do sangue possa durante muito tempo sublimar, ou mesmo substituir o que, no seu inconsciente, se continua a designar como «destino alemão». E não se vê outro que o democrático, mas não menos dinâmico, de ocupar na construção europeia o lugar que a sua cultura e capacidade económica lhe destinam. Mas está bem de ver que é menos a Alemanha que «precisa» dos seus antigos parceiros do que todos eles dela. Se a Inglaterra — que, aliás nunca terá problemas para se entender com a Alemanha — mas sobretudo a França, tão solitariamente prisioneira da sua arma nuclear de aleatório emprego — graças aos céus, à América e à Rússia —, não se derem conta disso a tempo, a tentação alemã do «isolacionismo», primeiro grau do nacionalismo, voltará à tona desta Europa que ainda não sabe que como mera coexistência de nações, à século XVIII, está desde 1945 fora da História. Que esperam os antigos vencedores europeus para responsabilizar ao mais alto nível — o simbólico — a nova Alemanha do bom Bismark de Bona e, amanhã, de Berlim?

Foi sobre Berlim que Wim Wenders estendeu a revoada dos seus anjos partilhados entre a piedade pelos humanos e a sua não extinta fascinação pela humanidade. Também aqui, numa Berlim crepuscular como a do Ocidente (europeu) é o sentido de uma velha, de uma terrível e sempre rediviva história que se está jogando. Talvez com um excesso romântico que vai tão bem se não com a pátria idealmente helénica de Goethe e Hölderlin, ao menos com a mística e mágica de Novalis e de Kleist. Num número do jornal

Der Spiegel, o herói do filme de Spielberg *A Lista de Shindler* — representante complexo e humaníssimo da raça superior que levou milhares de judeus à morte — figura sob o título, de ressonâncias tão ardentemente estranhas para a memória ferida de um povo, como *O Bom Alemão*. Como se ele sozinho redimisse um crime inexprimível. Não há povos inteiramente inocentes, nem coletivamente culpados. Se o nazismo e os seus crimes são irremovíveis, convém não esquecer que uma resistência como a da «Rosa Branca» não tem paralelo no longo martirólogo da resistência europeia. Como milhares de outros que resistiram como quem trai, os «bons alemães» foram incontáveis. Se é com eles que a Alemanha de hoje se identifica e nós os identificamos, chegou a hora da «boa Alemanha». Como a de toda a gente.

Vence, 15 de Fevereiro de 1994

Texto publicado originalmente em *Finisterra-Revista de Reflexão e Crítica*, Lisboa, n.º 15, Inverno de 1994, pp. 7-12.

Deutschland, Portugal und die Krise

Ulrich Brandenburg

EMBAIXADOR DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA EM PORTUGAL

Vor wenigen Monaten feierte Portugal den 40. Jahrestag der Nelkenrevolution, seiner Befreiung von jahrzehntelanger Diktatur, Kolonialkriegen und wirtschaftlichem Rückstand. Der 25. April brachte einen politischen Wechsel, aber auch eine Öffnung zur modernen Welt. Ich selbst war ein Jahr später als Student zum ersten Mal in Portugal und erinnere mich noch an die Aufbruchstimmung, aber auch das Bemühen um eine Konsolidierung auf dem Weg nach Europa. Auch in Deutschland wurde in diesem Jahr ein Jubiläum begangen: vor 25 Jahren fiel die Berliner Mauer, ein Symbol für die Teilung nicht nur meines eigenen Landes, sondern des ganzen Kontinents. Mauer, Stacheldraht und Wachtürme standen für den Versuch, ein politisches und wirtschaftliches System vom Rest der Welt abzuschotten und die Bevölkerungen der betroffenen Länder in Geiselhaft zu nehmen. Die Öffnung der Grenzen leitete einen Prozess der Wiedervereinigung ein: wiederum nicht nur Deutschlands, sondern ganz Europas östlich und westlich des „Eisernen Vorhangs“.

Auch im Osten Deutschlands war der Modernisierungstau erheblich: der „Aufbau Ost“ wurde zur nationalen Aufgabe mit dem Ziel, möglichst bald in Ost und West vergleichbare Lebensverhältnisse zu schaffen. Finanziert wurde der Aufbau durch zusätzliche Steuern, Kreditaufnahme und Transfers aus den sozialen Sicherungssystemen. Über viele Jahre flossen so rd. 4% des BIP Deutschlands in dieses Projekt; die Schätzungen der Gesamtkosten (soziale Transfers und Investitionen) reichen bis zu 2 Billionen Euro.

Die Überwindung der Teilung Europas wurde zur Aufgabe auch der Europäischen Union mit damals noch 12, heute 28 Mitgliedsstaaten: eine

Integrationsleistung, die ohne ein engeres Zusammenwachsen – eine „Vertiefung“ in der Sprache der Europa-Experten – schwer zu leisten gewesen wäre. Aus derselben Zeit (dem Maastricht-Vertrag von 1991) stammen die Beschlüsse zur Einführung einer gemeinsamen Währung. Die Deutsche Mark für den Euro aufzugeben fiel uns nicht leicht; Bundeskanzler Helmut Kohl wies auch damals schon auf die Notwendigkeit hin, die gemeinsame Währung mit einer politischen Union zu verbinden, einer gemeinsamen Wirtschafts- und Fiskalpolitik. Dafür gab es jedoch keinen Konsens.

Auch heute bleiben alle maßgeblichen politischen Kräfte in Deutschland der europäischen Einigung verpflichtet; euroskeptische Bewegungen haben bisher keinen nennenswerten Einfluss gewonnen. Dabei waren die EWG, die EG und jetzt die EU für Deutschland als größter Nettozahler auf den ersten Blick schon immer ein Zuschussgeschäft: der deutsche Nettobeitrag zum Haushalt der EU (also die Differenz zwischen Einzahlungen und Rückflüssen) lag in den letzten Jahren jeweils bei ca. 12 Milliarden Euro. Er dient nicht zuletzt dazu, auch in Europa einen Beitrag zur Angleichung der Lebensverhältnisse zu leisten. Die Einführung der gemeinsamen Währung wurde politisch akzeptiert, sie sollte jedoch so stabil sein wie vorher die Deutsche Mark. Daher die bis heute geltenden Maastricht-Kriterien: eine Gesamtverschuldung von höchstens 60% und ein Haushaltsdefizit von maximal 3% des BIP. Ärgerlich war es deswegen, dass nicht zuletzt auf Grund der enormen Aufwendungen für die Wiedervereinigung ausgerechnet Deutschland in den Jahren 2002 und 2003 (gemeinsam mit Frankreich) die Marke von 3 Prozent verfehlte.

Die angespannte wirtschaftliche Lage und die Überlastung der sozialen Sicherungssysteme gaben damals Anlass zu einer grundlegenden, aber sehr unpopulären Reform, der „Agenda 2010“: bei der Bundestagswahl 2005 brachte sie der Partei des damaligen Bundeskanzlers schwere Verluste und kostete Gerhard Schröder den Wahlsieg. Ziel der Agenda waren die Wiederherstellung der Konkurrenzfähigkeit und die Anpassung der sozialen Sicherungssysteme an die Bevölkerungsentwicklung: eine auf heute 80,9 Jahre gestiegene Lebenserwartung und eine der niedrigsten (1,4) Geburtenraten in der Europäischen Union.

Zu den Einzelmaßnahmen der Agenda gehören Anreize zu verstärkten privaten Investitionen durch Deregulierung, eine Flexibilisierung des Arbeitsmarktes durch Lockerung des Kündigungsschutzes, eine Senkung der Lohnnebenkosten, verbesserte Ausbildungsangebote für Jugendliche, Einschränkungen der Zahlung von Arbeitslosengeld und eine Erhöhung der Eigenbeteiligung an den Kosten medizinischer Behandlung. Im Nachgang zu der 2003 beschlossenen Agenda einigte man sich 2007 in einem par-

teübergreifenden Konsens auf eine stufenweise Erhöhung des Rentenalters auf 67 Jahre (inzwischen wurde wieder eine frühere Verrentung nach 45 Beitragsjahren ermöglicht). 2009 wurde – jeweils mit 2/3-Mehrheit in beiden Kammern des Parlaments – die „Schuldenbremse“ in unsere Verfassung aufgenommen. Sie begrenzt die Netto-Kreditaufnahme des Bundes auf 0,35 Prozent des BIP; die der Bundesländer ab 2020 auf Null. Auch hierfür war Nachhaltigkeit der entscheidende Grund: künftige Generationen sollen nicht durch eine unkontrollierte Staatsverschuldung zusätzlich belastet werden. Diese lag in Deutschland 2013 bei 78,4 Prozent des BIP, also noch deutlich über den nach Maastricht zulässigen 60 Prozent. Sie wird inzwischen durch strikte Begrenzung der Defizite reduziert.

Dies sind viele Details, aber die Wirklichkeit besteht aus lauter Details. Die Wirtschaftskrise der Jahre 2008 und 2009, die auch Deutschland schwer getroffen hat, hat die Notwendigkeit bekräftigt, Haushalte und Sozialsysteme zukunftsfest zu machen. Die anschließende Schuldenkrise im Euro-Raum hat die Schwächen des Systems gnadenlos offengelegt. Wir sehen die Überwindung der Krise als gemeinsame Herausforderung für die EU und insbesondere die Staaten der Euro-Zone. Zwar gibt es noch immer keine gemeinsame Wirtschaftsregierung, wohl aber einige in der Krise geschaffene zusätzliche Instrumente (EFSF, ESM und Bankenunion). Die deutschen Steuerzahler – vertreten durch das Parlament – haben in diesem Rahmen Verpflichtungen von rd. 122 Mrd. Euro übernommen (etwa 40% des gesamten Bundeshaushalts), 22 Mrd. Euro wurden als Zahlung an den ESM geleistet. Von dem Rettungspaket für Portugal in Höhe von 78 Mrd. Euro entfallen 16,3 Mrd. auf Deutschland.

Deutschland wie Portugal verstehen sich als Sozialstaat. Gemeinsam mit den Partnern in der EU stehen sie vor einer Herausforderung, die mit den Umwälzungen von 1974 und 1989 vergleichbar ist, nämlich das europäische Sozialstaatsmodell zu erhalten und unter den Bedingungen der Globalisierung konkurrenzfähig zu bleiben. Solidarität hängt dabei auch davon ab, dass gemeinsam verabredete Regeln eingehalten werden. Portugal hat in den letzten Jahren auf diesem Weg erhebliche Fortschritte gemacht. Die Verbesserung seiner internationalen Wettbewerbsfähigkeit um 15 Punkte (Index des Weltwirtschaftsforums) ist keine Theorie; ich erlebe sie fast täglich, wenn ich mit den deutschen Investoren in Portugal spreche. Wachstum (gerade über Investitionen in Zukunftstechnologien) und finanzielle Konsolidierung sind kein Gegensatz. Europa ist – das wird manchmal vergessen – mehr als ein gemeinsamer Wirtschaftsraum. Es ist ein Raum gemeinsamer Werte, ganz im Sinne derer, die vor Jahrzehnten in unseren Ländern für Demokratie und ein besseres Leben auf die Straße gegangen sind.

Alemanha, Portugal e a Crise

Ulrich Brandenburg

EMBAIXADOR DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA EM PORTUGAL

Mais do que a natureza de uma crise em si, considero que o factor determinante é a forma como um povo reage a essa mesma crise. Manifesta o grau do sentido de responsabilidade que uma população detém, quer pelas gerações atuais, quer futuras. No contexto deste *II Colóquio Alemanha-Portugal*, quero estabelecer uma ponte entre os nossos países e povos, nomeadamente na forma como lidaram com dois momentos-chave das suas respectivas histórias recentes.

Este ano, Portugal comemora o quadragésimo aniversário da Revolução dos Cravos. Simultaneamente, libertou-se de três fardos do Estado Novo: da própria ditadura, das guerras coloniais e do atraso económico. O 25 de Abril trouxe uma mudança política, mas também uma abertura para o mundo moderno. Visitei Portugal pela primeira vez na qualidade de estudante, um ano após a revolução e lembro-me bem como era palpável a sensação de viragem positiva, bem como dos esforços de consolidação para o caminho em direcção à Europa.

Este ano a Alemanha também festejou um aniversário, nomeadamente os 25 anos desde a queda do Muro de Berlim, um símbolo não só da divisão do meu país, mas também de um continente inteiro. O muro, o arame farpado e as torres de vigia eram os símbolos de uma tentativa de isolar todo um sistema político e económico do resto do mundo, fazendo refém toda uma população, em nome de uma ideologia distante da realidade.

A abertura das fronteiras desencadeou um processo de reunificação: não só da Alemanha, mas de toda a Europa, a leste e a oeste da «cortina de ferro».

Também na Alemanha do Leste o atraso económico era notório. O programa «Construção do Leste» («Aufbau Ost») tornou-se uma prerrogativa nacional. O objectivo era a criação de uma paridade entre as condições de vida entre o Leste e o Oeste da Alemanha. O financiamento deste pacote de medidas fez-se por via de impostos adicionais, empréstimos e transferências do sistema de segurança social. Ao longo de vários anos, em média, cerca de 4% do PIB da Alemanha eram canalizados para este projeto. Calcula-se que os custos globais, incluindo transferências sociais e investimentos, amontam a 2 biliões de euros.

A superação da divisão da Europa tornou-se uma missão também da União Europeia e dos seus, na altura 12, hoje 28, Estados-membros. Um feito de integração que teria sido ainda mais difícil sem uma estreita convergência ou, como os especialistas referem, «aprofundamento». As decisões fundamentais relativas à introdução da moeda comum também originam nesta altura, nomeadamente a partir do Tratado de Maastricht em 1991. Não nos foi fácil abdicar do marco alemão pelo euro. Já naquela altura, o Chanceler Helmut Kohl alertou para a necessidade de acoplar uma moeda comum a uma união política, uma política económica e fiscal comum. Mas faltava o consenso europeu para tal objectivo.

Também hoje, a larga maioria das forças políticas na Alemanha está profundamente comprometida com o processo de integração europeia. Movimentos eurocéticos mantêm-se largamente na franja da arena política vigente. Isto apesar da forte componente das transferências financeiras que a CEE, CE e agora a UE sempre acarretaram para a Alemanha, cuja contribuição líquida para o orçamento comunitário ronda os 12 mil milhões de euros anuais. Existe, contudo, uma continuidade com o princípio da solidariedade, pois o orçamento da UE também tem por finalidade contribuir para a convergência das condições de vida entre os cidadãos dos diferentes Estados-membros.

A introdução da moeda comum foi aceite politicamente, mas com a condição de que fosse tão estável como o marco alemão o tinha sido. Por isso, mantêm-se os critérios de Maastricht - a relação entre o défice público anual e o produto interno bruto (PIB) não deve exceder 3% e a relação entre a dívida pública bruta e o PIB não deve exceder 60 %. Por isso, foi particularmente desconcertante ter sido precisamente a Alemanha que nos anos 2002 e 2003 (em conjunto com a França) falhou a meta dos 3%, em larga medida devido ao enorme esforço financeiro decorrente do processo de reunificação.

Foi a difícil situação económica, agravada com os, na altura, 6 milhões de desempregados e a sobrecarga dos sistemas de segurança social, que desencadeou o inicialmente impopular conjunto de reformas estruturais «Agenda 2010».

Devido a este programa de reformas, o partido do então Chanceler Gerhard Schröder (SPD) sofreu uma pesada derrota nas eleições legislativas federais de 2005. O objectivo central da «Agenda 2010» era a melhoria da competitividade e o ajustamento dos sistemas de segurança social aos desenvolvimentos demográficos, nomeadamente a esperança de vida ter subido para 80,9 anos e a apresentação de uma das mais baixas taxas de natalidade da UE (1,4).

As medidas específicas da «Agenda 2010» caracterizavam-se pelo seguinte: fomento do investimento privado através da desregulação; flexibilização do mercado de trabalho (diminuição da protecção contra os despedimentos); redução dos custos não-salariais do trabalho; melhoria da oferta de formação para jovens; limitação da atribuição do subsídio de desemprego; e um aumento dos contributos dos pacientes para tratamentos médicos.

Em consequência da Agenda acordada em 2003, chegou-se em 2007 a um consenso pluripartidário para aumentar gradualmente a idade de reforma para 67 anos (entretanto possibilitou-se a reforma após 45 anos de contribuições). Com o voto favorável de uma maioria de 2/3 de ambas Câmaras do Parlamento alemão, aprovou-se em 2009 a introdução da regra de ouro orçamental na nossa constituição (em alemão «Schuldenbremse»: *travão de dívidas*).

Esta regra limita o endividamento bruto do Governo federal a um teto máximo de 0,35% do PIB. Relativamente aos orçamentos dos Estados federais, a partir de 2020 deverão respeitar a regra de endividamento zero. Também neste caso, o argumento central prende-se com a sustentabilidade das finanças públicas. As futuras gerações não deverão ser sobrecarregadas pelos excessos decorrentes de um endividamento público descontrolado. Na Alemanha, em 2013, este indicador encontrava-se com 78,4%, ou seja, ainda bem acima do nível máximo dos critérios de Maastricht (60%). Entretanto, através de controlos rigorosos do défice, encontra-se em recta descendente.

Enunciei aqui muitos detalhes, mas «o diabo está nos detalhes». A crise económica de 2008 e 2009 – que também atingiu fortemente a Alemanha – fortaleceu a necessidade de tornar os orçamentos e os sistemas sociais mais aptos para lidar com os desafios da globalização, seja a actual, sejam os seus futuros desenvolvimentos. A subsequente crise da dívida soberana na zona do euro evidenciou de forma impiedosa as fragilidades do sistema

europeu. A superação da crise é sem dúvida uma tarefa conjunta da UE e em especial da zona euro.

Pode ainda não existir uma governação económica comum, mas já foram activados alguns instrumentos criados em resposta à crise (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, FEEF, Mecanismo Europeu de Estabilidade, MEE e União Bancária).

O contribuinte alemão, representado pelo Bundestag, aceitou comprometer-se financeiramente com estes mecanismos, na qualidade de fiador de aproximadamente 122 mil milhões de euros - o que corresponde a 40% do orçamento federal total. Para além de fiador, foram ainda canalizados 22 mil milhões de euros em espécie para o MEE. Do pacote de assistência financeira a Portugal (78 mil milhões), 16,3 mil milhões correspondem à «fatia» do contribuinte alemão.

Tanto a Alemanha como Portugal são países que se percebem como Estados sociais. Em conjunto com os restantes parceiros da UE, deparamo-nos com o desafio de simultaneamente querer manter o modelo de Estado social europeu e melhorar a competitividade a nível internacional, um contexto determinado pelas forças da globalização. A magnitude deste desafio encontra-se ao mesmo nível das respostas dadas em 1974, em Portugal, e 1989, na Alemanha. Solidariedade depende também do respeito pelas regras acordadas em conjunto. Nesse sentido, Portugal conseguiu dar importantes passos em frente nos últimos anos. A melhoria da sua competitividade – na ordem de 15 pontos do Índice do Fórum Económico Mundial – não é só no papel. Eu vivencio esta melhoria todos os dias quando troco impressões com investidores alemães em Portugal. Crescimento – especialmente nas tecnologias do futuro – e consolidação orçamental não são opostos magnéticos. Os mais recentes dados do Banco de Portugal evidenciam este ponto.

A Europa é mais que um espaço económico comum. É um espaço de valores conjuntos, nomeadamente daquele conjunto de valores que há décadas atrás motivaram os concidadãos dos nossos dois países a manifestarem-se nas ruas em prol da democracia e de melhores condições de vida. São os valores de dois povos que demonstraram, respectivamente em 1974 e 1989, estar à altura da resposta às crises. Espero que, num contexto da maior integração que hoje temos entre os Estados-membros, estejamos todos juntos à altura do desafio que se coloca conjuntamente à família europeia.

Breve Testemunho

Mário Soares

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

Quero agradecer ao organizador do Colóquio *Alemanha/Portugal XIX-XXI: Aspectos & Momentos*, Doutor Fernando Ribeiro, professor universitário e membro do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar, à Universidade Nova de Lisboa e ao Senhor Embaixador da Alemanha, aqui presente, a oportunidade que me dão de voltar a homenagear, em breves testemunhos, dois grandes estadistas, europeístas e membros do Partido Social-Democrata alemão (SPD): Helmut Schmidt e Willy Brandt.

HELMUT SCHMIDT

Tendo nascido em Hamburgo em 23 de Dezembro de 1918, Helmut Schmidt foi, como se sabe, soldado da *Wehrmacht* na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na Frente Leste, e, depois, na Ocidental, aderindo, em 1946, ao SPD, onde teve uma carreira política brilhante. Primeiro no Governo de Hamburgo, depois, sucessivamente, como ministro da Fazenda e das Finanças, de 1969 a 1972, da Defesa, de 1972 a 1974 e, finalmente, como Chanceler de 1974 a 1984, tendo sucedido ao presidente do Partido, Willy Brandt, uma personalidade humana e política excepcional.

Foi então que conheci Helmut Schmidt, após a Revolução dos Cravos, porque até então apenas tinha tido relações com Willy Brandt e com vários ministros do SPD e dirigentes da Fundação Friedrich Ebert, que tanto ajudou à criação do PS português – em especial à sua fundação no congresso clandestino que se realizou em Bad Münstereifel, em Abril de 1973.

Helmut Schmidt sucedeu a Willy Brandt, como chanceler da Alemanha, após a renúncia inesperada deste, em resultado da descoberta de um seu colaborador, acusado de espionagem. Foi um caso que se deu dias após a nossa Revolução e logo depois de eu ter visitado Brandt, em 2 de Maio de 1974, para assegurar o reconhecimento da Alemanha Federal à Revolução.

As minhas relações com Helmut Schmidt intensificaram-se depois do Verão Quente de 1975 e do 25 de Novembro do mesmo ano, quando fui investido como primeiro ministro do I Governo Constitucional. Foi nessa qualidade que visitei várias vezes Schmidt, uma – que lembro bem – já no II Governo Constitucional (1978), acompanhado por Vítor Constâncio, então ministro das Finanças. Foi ele (Schmidt) que nos ajudou na obtenção do grande empréstimo (para o qual contribuíram também os presidentes Carter, Wilson e Callaghan, o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, e alguns outros.

A reunião – almoço de trabalho – com Schmidt foi decisiva para a obtenção do “grande empréstimo” que nos salvou da bancarrota. Lembro-me bem dos elogios que fez a Vítor Constâncio e à sua preparação económica e alta competência. A partir de então as nossas relações tornaram-se extremamente cordiais e solidárias. A Alemanha contribuiu imenso para o nosso processo democrático, após o choque económico e político provocado pela nossa descolonização, feita aliás com grande atraso em relação aos outros países europeus.

Schmidt é uma personalidade de grande rigor e competência, de carácter austero e ímpoluto, keynesianista, europeísta, social-democrata, no sentido que damos ao socialismo democrático, que muito contribuiu – com Giscard d’Estaing – para o progresso da Europa, numa fase economicamente difícil. Sendo um racionalista, à prova das emoções, é uma personalidade internacionalmente reconhecida como de grande competência, económica e política. Sendo também um grande músico. Com uma experiência de governação excepcional e um conhecimento da história da Europa e do mundo absolutamente invulgar.

Desde que abandonou a política activa, tornou-se uma referência para a Alemanha e para a União Europeia. Não deixou de trabalhar, tendo publicado ainda vários livros e sido co-editor do importante semanário *Die Zeit*, onde assinou inúmeros artigos de actualidade e de memórias, descrevendo nomeadamente os seus encontros com personalidades mundiais, tais como Brezhnev, Reagan, Gorbachev e Mao Tsé Tung.

É justo que o saudemos calorosamente neste Colóquio e formulemos os melhores votos para que continue na linha de coerência, de toda a sua longa vida, como patriota alemão, socialista e europeísta, no mais amplo sentido da palavra.

WILLY BRANDT

Conheci Willy Brandt no Congresso da Internacional Socialista realizado em Inglaterra, em Eastbourne, no final dos anos 60. Willy não era ainda presidente da Internacional Socialista, mas era já uma das grandes referências do socialismo democrático europeu, como leader do poderoso SPD. Não existia ainda o PS português e eu havia sido convidado – como, aliás, Andreas Papandreou, então no exílio – para falar em nome de uma incipiente organização clandestina, a Acção Socialista Portuguesa. Era a época em que na Europa Ocidental subsistiam três ditaduras de direita, em Portugal, na Espanha e na Grécia, encorajadas pela cumplicidade das potências ocidentais que, para tanto, invocavam as exigências da «guerra fria».

Willy Brandt interessou-se pelo caso português e encorajou-me a prosseguir na estratégia autónoma que eu havia delineado ao procurar fundar, em Portugal, um partido socialista, independente dos movimentos unitários mais ou menos influenciados pelo Partido Comunista (o único partido clandestino que então havia em Portugal) e que fosse, simultaneamente, um partido de oposição frontal à ditadura.

Willy Brandt compreendeu, com muita clareza, a importância que poderia ter para o Ocidente ajudar a derrubar as ditaduras peninsulares e grega – como essa luta era interdependente e solidária – e fazia sentido o contraponto com a sua *Ostpolitik* de abertura a Leste, que conduziria, mais tarde aos Acordos de Helsínquia, que tiveram por base o respeito pelos Direitos do Homem.

Willy Brandt prometeu-me a solidariedade do SPD e não faltou à sua promessa. Antes pelo contrário. Anos mais tarde, quando eu já vivia no exílio, em França, foi o SPD que nos facultou as instalações em Bad Münstereifel para a realização do congresso, em Abril de 1973, onde seria fundado o Partido Socialista português. Justamente a tempo: um ano antes da Revolução dos Cravos, de Abril de 1974 – revolução que tanto iria influenciar a «transição democrática» em Espanha e o derrube dos coronéis gregos.

Data de então a minha respeitosa amizade com Willy Brandt, que haveria de prolongar, sem interrupções, até à sua morte. Fui o último visitante estrangeiro que Brandt recebeu, como chanceler, em 2 de Maio de 1974, quando, em nome da Junta Revolucionária, lhe fui solicitar o reconhecimento diplomático da Revolução Portuguesa.

Tendo visitado inúmeras vezes Portugal, e aqui participado em comícios, congressos e colóquios internacionais, foi durante o *Verão Quente* de 1975, quando Portugal correu o risco imenso de se transformar numa espécie de «Cuba do Ocidente» que a solidariedade de Willy Brandt nos foi mais preciosa.

Com os seus amigos Olof Palme, Bruno Kreisky, Harold Wilson e François Mitterrand, entre outros, organizou o célebre Comité de Auxílio à Democracia Portuguesa, que se reuniu em Estocolmo, em 2 de Agosto de 1975.

Willy Brandt foi eleito presidente da Internacional Socialista no Congresso de Genebra, em 1976, tendo-me proposto como um dos seus vice-presidentes. Trabalhei então em estreita cooperação com ele. Posso testemunhar a sua generosidade, o seu idealismo, a fraterna estima com que tratava os seus companheiros, sobretudo aqueles que mais precisavam da sua ajuda por estarem na clandestinidade, no exílio ou por serem simplesmente perseguidos. Era um homem humano, aberto, caloroso, que vivia intensamente os ideais em que acreditava, um homem de diálogo e, acima de tudo, de paz.

Encarregou-me de várias missões à América Latina, à África e ao Médio Oriente. Tinha uma visão universal e sendo um alemão e um patriota considerava-se um cidadão europeu. Apoiou os meus esforços para integrar Portugal na Comunidade Europeia e sempre me testemunhou uma amizade sem mácula.

A última vez que o vi foi em Madrid, num jantar que nos ofereceu Felipe González, onde informalmente se abordou a sua substituição na presidência da Internacional Socialista, por Pierre Mauroy. Eu tinha então previsto participar na homenagem que toda a Internacional desejava prestar-lhe no momento do congresso realizado em Berlim, em Setembro de 1992. A doença que entretanto se agravava tornou vão tal propósito.

Com a morte de Willy Brandt desapareceu uma das personalidades mais marcantes do nosso atormentado século passado. O resistente anti-nazi, o militante socialista que foi *maire* de Berlim, ministro dos Negócios Estrangeiros e chanceler da RFA, o protagonista da abertura a Leste, o homem de grandes convicções, que foi Prémio Nobel da Paz, o europeu, o impulsor do célebre relatório Brandt sobre o diálogo Norte-Sul – cujas conclusões continuam, infelizmente, tão actuais – teve a grande sorte de testemunhar a queda do Muro de Berlim. Mas ele sabia que outros muros ficaram por derrubar os que separam os povos ricos dos pobres e passam pelo interior das sociedades mais desenvolvidas, os que têm que ver com os grandes flagelos da Humanidade: a fome, a miséria, a doença, a ignorância, o fanatismo e as actuais guerras. E que as respostas para tais flagelos se encontram na fidelidade aos seus valores de sempre – a solidariedade, a democracia, a liberdade, o respeito pelos outros, o espírito de diálogo, a tolerância e a paz.

Um alemão em Lisboa: Hein Semke (1899-1995)

Teresa Balté e Paulo Henriques

PROFESSORA FCSH/NOVA
MUSEÓLOGO, DIRECÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

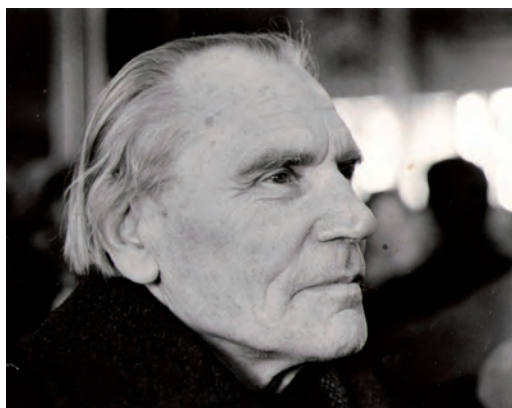


Ilustração 1

Hein Semke no café
A Brasileira do Chiado,
Lisboa, 1967. Fotografia
de Horácio Novais.

Começo citando uma pequena história publicada num jornal diário:

«... Em quarenta anos de permanência entre nós [...] Hein Semke, o nosso “Hein”, amigo de toda uma geração de artistas, alguns desaparecidos já, de Almada Negreiros a Mário Eloy, de Fred Kradolfer a António Pedro, e outros ainda felizmente vivos, como Sarah Afonso, Vieira da Silva, Árpád Szenes, Júlio, Arlindo Vicente, permanece, na sua inteireza germânica, tal qual como nos primeiros tempos da sua chegada a Portugal. A língua que a sua arte fala é a mesma que fala a sua glote. Do português aprendeu quanto basta para se fazer entender. Se é primitivo pintando, é primitivo falando. Ninguém que o ouça ou ninguém que veja os seus trabalhos terá uma hesitação: Hein não é português. Pois bem: certa noite, num extinto café de Lisboa – O Chave de Ouro – estando eu sentado a uma mesa com o escultor, apareceu um jovem poeta do Norte, de visita à capital. Aproximou-se, senta-se. Apresento-lhe – Hein Semke – que, com a sua quadratura de ombros e a sua quadratura de linguagem, enchia a mesa. E o poeta norte-

nho, depois de ouvir por algum tempo o linguajar pitorescamente bárbaro do desconhecido, inquire, reverencioso:

– É transmontano?

Semke, por momento interrompido, fita o poeta com os seus olhos azuis penetrantes e responde, com a óbvia franqueza que põe na sua arte.

– Não senhor, sou alemão!».

O episódio, relatado por quem a ele assistiu, o escritor e crítico João Gaspar Simões, numa crónica de Dezembro de 1972¹, ocasião em que o escultor tinha patente na Fundação Calouste Gulbenkian uma exposição retrospectiva dos seus *40 Anos de Actividade em Portugal*, pode bem ser um ponto de partida para tentar compreender a situação de Semke no cenário português. De um alemão que ao falar da sua origem preferia dizer que era de Hamburgo, cidade livre e hanseática, virada para o mar, na também marítima Lisboa. Trata-se de um enquadramento desenquadrado ou de um desenquadramento enquadrado, não fosse o artista além do mais um *Einzelgänger*, palavra de difícil tradução não perifrástica em português, ou seja: alguém singular, de personalidade bem individualizada, que na vida segue o seu próprio caminho e, por isso mesmo, de difícil enquadramento.

Hein Semke nasceu em Hamburgo em 1899. O pai, oriundo da zona de Bremen, era serralheiro naval. A mãe, originária das montanhas dos Erzgebirge, junto à fronteira checa, cuidava dos 8 filhos do casal e costurava para fora. Aos 10 anos, com a morte da mãe, o jovem foi internado num orfanato. Aos 17, foi combater como voluntário na I Grande Guerra, nas frentes da Ucrânia e da Flandres. Desmobilizado, regressou a Hamburgo onde frequentou círculos anarquistas. Activista político, foi preso em 1923 e amnistiado em 1928.

Em 1929, Semke viajou pela primeira vez para Lisboa, onde chegou a 9 de Abril, data que sempre recordou, e foi trabalhar numa fábrica. Um colapso físico e psíquico levou-o de regresso ao país natal, onde os médicos o declararam inválido para o trabalho. Estudou escultura e cerâmica nas academias de Hamburgo e de Estugarda. Em 1932, com a subida de Hitler ao poder, saiu da Alemanha e fixou-se em Portugal, em Linda-a-Pastora. No mesmo ano, participou na Exposição dos Independentes em Estugarda e no Salão de Inverno da SNBA em Lisboa.

Integrando-se de imediato no meio cultural português, expondo com os modernistas, viu em 1935 algumas das suas esculturas colocadas junto

1 João Gaspar Simões, 1972. «Dia-a-dia alfacinha. Hein Semke, quarenta anos em Portugal», in *Primeiro de Janeiro*, Porto.

à igreja e hospital alemães de Palhavã, destruídas por elementos nazis da colónia germânica. A partir de 1940, as medidas de protecção aos artistas portugueses, implementadas por ocasião da II Grande Guerra, impossibilitaram-no de continuar a viver da escultura. Voltou-se para a cerâmica, tornando-se um dos mais notáveis renovadores da cerâmica portuguesa. Em 1963, uma silicose, consequência do contínuo trabalho com vidrados, obrigou-o a abandonar a cerâmica. Voltou-se para a pintura, para a escultura, que nunca deixara por completo, e para a gravura, fazendo então a maior parte dos seus 34 grandes livros de artista. Morreu em Lisboa em 1995.

Com uma produção vastíssima, mais de 35 exposições individuais e participação em inúmeras colectivas, trabalhos na Igreja Evangélica Alemã, Hotel Ritz, Reitoria da Universidade de Lisboa, Faculdade de Economia da NOVA, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Mário Soares, museus e colecções particulares, agraciado pelos estados alemão e português, Hein Semke trouxe ao panorama artístico português uma vertente expressionista, onde o sintetismo formal e a força emotiva se aliam numa obra intensamente afirmativa, na qual o misticismo e a mensagem humanista surgem a par da crítica social e da celebração da mulher e da natureza.

Como outros artistas plásticos da sua época, alemães e portugueses, Semke também escreveu. Considerando, embora, a sua escrita como uma forma de expressão secundária, publicou em 1950 um pequeno livro de poemas intitulado *Und...*². Deixou, além disso, aforismos, contos, duas novelas incompletas, um diário e, associando arte e literatura, livros de artista onde o texto assume menor ou maior relevância. Refiram-se apenas os poemas de *Hüte die Blume in dir* (O pequeno livro das flores), de 1960; o conto de fadas de *Meister Silberhaar* (O mestre dos cabelos de prata), a narrativa fantástica de *Der fliegende wurm* (O verme voador), a crónica familiar de *Kreise nur Kreise* (Círculos, só círculos), o *Bestiarium-Calendarium*, todos de 1970; e ainda o manifesto político do *Apocalypse à portuguesa*, de 1974-1975.

Como o título indica, este último livro de artista, também designado por *A revolução dos cravos*, é uma reflexão sobre uma temática lusitana: o 25 de Abril. Mas a experiência portuguesa de Hein Semke ganha voz noutros textos. Emerge dispersa numa ou noutra entrevista. Surge na novela inédita *Hannes, der rammer* (Hannes, o calceteiro), de 1950-1952, onde, no decurso da acção que se situa na socialmente agitada Hamburgo de 1918-1919, localiza uma das cenas na pitoresca taberna lusitana do tio Carlos, nascido

2 Hein Semke, 1950. *Und... Gedichte*. Lisboa, Portugália Editora.

no Porto. Mas é naturalmente o diário que melhor nos revela a relação do artista com Portugal e os portugueses.

Limito-me a citar, em tradução da edição alemã³, duas passagens exemplares a este respeito. Datam ambas do ano de 1950, período particularmente duro da vida do escultor, que então lutava com sérias dificuldades económicas. A primeira vem na sequência de uma conversa com o já referido Gaspar Simões:

«6.9.1950

Falei esta tarde com o meu amigo e escritor Dr. João Gaspar Simões. Contou-me que a sua biografia de Fernando Pessoa foi mal recebida pelo sector oficial e atacada no suplemento literário do 'Diário da Manhã'. Nem as instâncias oficiais nem a família Pessoa querem agora admitir que o maior poeta português desde Camões (e Fernando Pessoa é-o) viveu com *tremendas dificuldades* e não recebeu o mais pequeno apoio por parte do governo de Salazar. A família diz que ele tinha o melhor quarto da casa e que nunca deixara que nada lhe faltasse. – É uma mentira descarada. Fácil agora, passados 15 anos sobre a morte de F. P., espalhar tais mentiras. – A verdade é o oposto. Fernando Pessoa vivia num quarto interior. [...] Às vezes comia fiado no café Martinho das Arcadas e muitas vezes nem comia. – Ele próprio contou à mesa do café que passara meses sem ter um quarto onde viver (como o Raul Leal). Testemunhas: o José Almada (que hoje não quer lembrar-se por causa do orgulho nacional) e eu. [...] Primeiro deixam o maior dos seus poetas morrer literalmente ao abandono e 15 anos depois começam a falsear a sua vida, tal como falsearam a vida de Camões. –»

E conclui:

«É comum Portugal cometer crimes contra os seus verdadeiros grandes. – O escritor Camilo Castelo Branco matou-se devido a problemas de dinheiro e foi caluniado em vida. – Com Antero do Quental sucede o mesmo. Dizem-se mentiras e calunia-se o grande sonhador social. As calúnias e as invejas da concorrência levaram o escultor Soares dos Reis ao suicídio. – Permite-se que o Mário Eloy se afunde e já há 7 anos que está internado num manicómio (dado como incurável). – O Raul Leal, embora sem a dimensão de Fernando Pessoa, é votado ao abandono. O Raul Leal – místico e mágico, maçom oculto, da estirpe dos rosa-cruzes autênticos – decai económica, mental, espiritual e fisicamente. – Tudo o que vai além da mediania tem de ser cortado até ficar mediano. Como tal não é possível, deixa-se que se destruam, apodreçam, fecham-nos em hospícios ou obrigam-nos a suicidar-se, e depois lamentam

3 Hein Semke, 2014. *Die innere Stimme*, Leipzig, Leipziger Literaturverlag.

as fraquezas desta gente. – Mas passados alguns anos, assim que se confirma o seu valor extraordinário, aí de quem ouse recordar que se deixou vergonhosamente morrer um dos verdadeiros grandes da nação. – »

A segunda citação relata um simples *fait-divers*:

«22.8.1950

Ainda agora, quando subia a Rua Garrett, assisti a uma cena divertida. – Os ardinias desciam a rua a correr, apregoando os jornais no meio de uma grande algazarra. – Um homem saiu de uma loja e assobiou para chamar um dos rapazes. Queria comprar um jornal. O homem assobiou e assobiou mas nenhum rapaz lhe ligava. – O polícia sinaleiro viu o que se passava. Aparentemente teve pena do lojista que queria comprar o jornal da tarde. – De repente, sem qualquer necessidade, mandou parar o trânsito. Foi até junto de um dos ardinias e chamou-lhe a atenção para o homem. – Depois, como se da coisa mais natural deste mundo se tratasse, voltou para o seu posto e o trânsito interrompido pôs-se de novo em movimento. E assim o homem que estava à porta da loja conseguiu o seu jornal. – Isto só pode acontecer em Lisboa. É uma daquelas pequenas coisas que, apesar de todas as agruras, me fazem gostar de Portugal.»

Esta visão de Portugal e dos portugueses, fundada na experiência quotidiana que Semke tem de uma permanência de então praticamente 21 anos no nosso país, marca o tom dominante nas entradas diárias da década de 50. Por um lado, a crítica: à menorização e instrumentalização da cultura por parte da instituição política, ao atraso e provincianismo cultural dos cidadãos, à estreiteza do meio, à falta de frontalidade da maneira ser portuguesa. Por outro lado, o amor: à luz, à paisagem, à cidade de Lisboa, à maneira de ser portuguesa: «Und doch liebe ich Portugal und die Portugiesen, besonders, weil alles hier so menschlich, sogar fast zu menschlich zugeht» (E contudo amo Portugal e os portugueses, em especial por tudo aqui acontecer de forma tão humana, até quase demasiado humana), escreve no diário, em 20.1.1959⁴.

Alemanha e Portugal em confronto. Geografias diferentes, culturas diferentes, mentalidades diferentes – filtradas pelo indivíduo Hein Semke num mundo ainda não tão globalizado como o de hoje e num país onde encontrou tranquilidade durante os piores anos do nazismo e acabou por permanecer até ao fim da vida. O enquadramento possível de um alemão num país que simultaneamente lhe facilitou e dificultou a evolução como artista – onde o escultor foi levado a seguir outros caminhos que não os da escultura –,

4 *Ibidem*.

ao longo da grande aventura que, para além de quaisquer outras viagens e migrações, é sempre a existência de cada um de nós.

Da recepção de Hein Semke em Portugal e das suas influências portuguesas, no âmbito de uma problemática estética – neste caso a mais pertinente –, não me compete a mim falar. Passo portanto a palavra a quem de tal entende, o historiador de arte Paulo Henriques, agradecendo-lhe ter aceite o desafio para esta colaboração.



Ilustração 2

Hein Semke modelando o grupo *Camaradagem na derrota*, 1934. Fotografia de Wolfgang Sievers.

A palavra tem um peso fundamental na obra plástica de Hein Semke.

Desde logo, pela sua educação luterana que o habituou a ler directa e continuamente os textos da Bíblia, a palavra de Deus; depois, pela actividade política em movimentos da esquerda anarquista em que se empenhou na sua juventude em Hamburgo e, ainda, pela produção literária que

cultivou, embora de forma esporádica como já foi referido, durante toda a vida – ficção, poesia, diários, livros de artista. Deste modo, deu corpo à palavra do Homem.

A verdade inerente à palavra, tanto a de Deus como a do Homem, foi trave mestra da sua vida e da sua obra, assumindo desde sempre, visceralmente, a força do que devia ser dito, sem amabilidades, entre a ética rigorosa da religião, os absurdos sociais e as pulsões do corpo e da natureza.

O uso literal da palavra revela-se nas suas imagens visuais, longe de qualquer vontade de ilustração, antes criando, num processo austero de sintaxe e forma, o equivalente visual de conceitos de existência, solidamente estruturados.

Hein Semke escreveu num caderno em 1931: «A arte nada tem a ver com delicadezas – amabilidades – evitar chocar. Exige uma total ausência de compromissos. Só reconhece o «sim» ou o «não». [...] Na arte há que viver sem máscara e há também que decidir diariamente.»⁵

Num país, então como agora, de brandos costumes, amabilíssimo e tívio, esta postura afirmativa das ideias próprias fez contraste e incomodou. Porventura, ainda hoje é incômoda.

Chegado a Lisboa em 1929, com projecto de partir para o Brasil, regressou, por razões de saúde, à Alemanha, de onde partiu de novo em 1932, para se radicar definitivamente em Portugal, com residência em Linda-a-Pastora e participação imediata e assídua nas exposições em Lisboa. Encontramo-lo nesse mesmo ano no Salão de Inverno, SNBA, e numa colectiva na Galeria UP (com Almada, Sarah Afonso, Bernardo e Ofélia Marques, Mário Eloy, Jorge Barradas, Diogo de Macedo, Carlos Botelho, Abel Manta, Clementina Carneiro de Moura, Rui Gameiro e Altberg); em 1933, participou numa exposição de grupo no Clube Alemão (com Fred Kradolfer, Almada e Eloy) e no Salão de Outono, SNBA.

A presença deste alemão na vida artística de Lisboa foi assinalada, então, de modos diferentes pela crítica. Manuel Mendes escreveu em 1933: «[...] o alemão Semke trabalha as suas esculturas com uma sinceridade pura de intenções, despida de preconceitos, duma inocência primitiva, senhoras de um forte poder de comunicação.»⁶

A. P. (Artur Portela) escreveu em 1934: «Na escultura o arcaísmo parece estar na moda. O escultor mais representado, Heine Smke [sic], dum construtivismo muito alemão, marca nitidamente essa tendência, que implica

5 Citado por Teresa Balté, 2009. *Hein Semke. A coragem de ser rosto*, Lisboa, INCM, p. 16.

6 *Ibidem*, p. 23.

um pouco com a nossa sensibilidade latina.»⁷ Diogo de Macedo, num artigo de 1935, assinalou as suas diferenças de atitude e de expressão plástica: «Por fora Semke é um operário; mas por dentro é um verdadeiro artista à maneira dos da estrangeira, que não têm preocupações com a sua linha nem com as suas luvas, como tantos soberbos que nos acotovelam por aí [...]», dizendo mais adiante, a propósito das esculturas expostas no Salão dos Independentes, «[...] as duas figuras de Apóstolos, expressivos e sumários, foram uma revelação plástica e violenta, de sabor popular e arcaico, e que muito chocaram os mestres do esfuminho e da graça local.»⁸

Para além destas presenças, a par dos jovens artistas da modernidade deste período, Hein Semke desenvolveu contactos electivos, evidentes na Exposição dos Artistas Modernos Independentes, na Casa Quintão, em Lisboa, 1936, acto de homenagem a protagonistas da vanguarda artística portuguesa das duas primeiras décadas do Século XX, dois pintores: Amadeo de Souza Cardoso e Guilherme Santa-Rita, e dois poetas: Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa.

O conjunto dos autores não poderia ser mais eloquente: Almada Negreiros, companheiro e amigo dos modernistas homenageados, à data todos mortos, e que procurava nestes anos de 1930 a identidade de Portugal no mapa da Europa, a Sudoeste⁹; Sarah Afonso, pintora que, através da sua estada em Paris, desenvolveu uma ingenuidade culta citando a arte popular do Minho; Arlindo Vicente, o activista de esquerda e artista autodidacta; Júlio, então pintor de realidades cruas e personagens expressionistas; depois, os pintores estrangeirados, Mário Eloy, com um expressionismo cimentado em Berlim, Maria Helena Vieira da Silva e António Pedro, ambos vindos de Paris, uma construindo espaços de pendor abstracto e outro uma figuração onírica de matriz surrealista, presente também nas pinturas dos húngaros Árpád Szenes e Geza Szobel e nas gravuras do inglês Stanley William Hayter.

O alemão Semke foi o único escultor presente, destacando-se entre o seu envio um emblemático *Abismo*, homem que caminha para a queda, ladeado por outro, a seus pés, que indica inquieto o desastre iminente, figuração austera e cenograficamente expressionista.

7 *Ibidem*, p. 30.

8 *Ibidem*, p. 38.

9 Almada Negreiros, 1992. «Portugal no mapa da Europa», in *Obras completas*, vol. V, Lisboa, INCM, p. 65.



Ilustração 3

Abismo (obra desaparecida), c. 1935, Exposição dos Artistas Modernos Independentes, Lisboa, 1936.

No contexto português, a sua escultura era extravagante, pela recusa de amabilidades formais e temáticas, arcaizante e mística, cultivando o aprofundamento do conhecimento de si próprio e da sua relação com Deus.

Produz então alguns auto-retratos, raros na escultura em Portugal, como a *Cabeça Dupla* de 1934, com uma face virada para a luz e outra fechada na escuridão, ou o sólido *Auto-Retrato* de 1937, rosto frontal e afirmativo. O retrato foi, de resto, um género muito cultivado por Hein Semke e que implicava uma profunda observação dos retratados, não só física, mas sobretudo psicológica e anímica, adequada à sua curiosidade pelo outro e pela humanidade.



Ilustração 4

*Auto-retrato, cabeça
dupla – positivo/negativo,
c. 1934, gesso. Centro
de Arte Moderna, FCG,
Lisboa. Fotografia de
Wolfgang Sievers.*



Ilustração 5

*Auto-retrato, 1937,
mármore. Coleção
particular. Fotografia de
Paulo Cintra e Laura Castro
Caldas.*



Ilustração 6

Retrato de M. Z. III
(Martha Ziegler), 1938,
gesso. Coleção particular.
Fotografia de Paulo Cintra
e Laura Castro Caldas.

Os confrontos do indivíduo com a sociedade e o mundo são abordados noutras esculturas, com recurso a personagens e episódios da *Bíblia*, escolha sem par nos imaginários dos escultores portugueses, preferencialmente ocupados com os heróis da História pátria ou com programas consagratórios da ideologia do Estado Novo.

Com desassombro, Hein Semke afirmou publicamente as suas firmes convicções religiosas, num texto autobiográfico dirigido a Diogo de Macedo, publicado em 1934, e onde concluía: «Eu, o homem, não passo de uma pequena criatura de Deus, mas nada acontece sem que Deus saiba e queira. [...] Sem Deus não há homem, sem religião como único fundamento, não há artista.»¹⁰

Durante este período, o escultor conseguiu trabalho em Portugal: uma grande encomenda da Igreja Evangélica Alemã, em 1934, para o pátio de honra consagrado aos Mortos da Grande Guerra, com surpreendentes esculturas anti-heróicas: *Camaradagem na derrota* (destruída por imposição do III Reich), *A dor* (que muito impressionou Diogo de Macedo) e o alto-relevo *Ascensão do guerreiro* (dois anjos erguendo um guerreiro morto); para o Estado português, através da Agência Geral das Colónias, realizou

¹⁰ Hein Semke, 1935. «Escultura», *Sudoeste, Europa, Portugal*, nº 3, Lisboa.

um grupo significando *O drama colonial* e as imagens de Santo António e S. Francisco Xavier, todos para a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX, em Lisboa, 1937; e para a grandiosa Exposição do Mundo Português, em 1940, realizou para o Pavilhão da Colonização, quatro baixos-relevos com episódios da expansão portuguesa no Século XV, ilustrando com literalidade e ostensivo esquematismo formal, a *Fundação do castelo da Mina, Lisboa, metrópole do novo estado marítimo*, a *Chegada dos portugueses ao Congo* e a *demanda do prestes João*.



Ilustração 7

Pátio de honra dos mortos alemães da I Guerra Mundial, Igreja Evangélica Alemã, Lisboa, 1935. Fotografia anterior ao seu desmantelamento em Outubro do mesmo ano.



Ilustração 8

A ascensão do guerreiro, c. 1934, cimento. Igreja Evangélica Alemã, Lisboa. Fotografia de Wolfgang Sievers.

As encomendas para o Estado Novo cessaram ao ser oficialmente proibido, em 1941, que estas fossem feitas a artistas estrangeiros, salvo se diplomados pela Escola de Belas Artes de Lisboa ou pela do Porto¹¹, medida nacionalista de protecção aos artistas locais, adoptada então por vários países europeus entre os quais a própria Alemanha.

Nesse mesmo ano, Hein Semke realizou no seu atelier na Av. 24 de Julho, nº 97-F, em Lisboa, a exposição *Trabalhos em Portugal, 1932-1941*, espécie de libelo afirmativo da sua actividade e presença na vida artística de Lisboa, lendo-se num cartaz, à entrada, a seguinte frase: «Esta exposição é dedicada a todos os artistas que sofreram com as intolerâncias do seu tempo.»

11 Teresa Balté, 2009. *Hein Semke. A coragem de ser rosto*, Lisboa, INCM, p. 75.



Ilustração 9

Outra vez crucificado,
1936-1939, bronze. Igreja
Evangélica Alemã, Lisboa.
Fotografia de Paulo Cintra e
Laura Castro Caldas.

Cruzeiro Seixas, então jovem artista de 20 anos e um admirador da sua obra, guardou uma impressionante memória da exposição: a de um grande espaço povoado com retratos e figuras austeras, gesticulados contidos mas eloquentes e rostos dramáticos, iluminados pela luz de velas¹².

Diogo de Macedo, no seu comentário à exposição, volta a colocar o artista no contexto português: «Hein Semke é um artista alemão – de origem nórdica? – que há anos vive em Portugal. Por simpatia adaptou-se ao nosso lírico ambiente, aqui produzindo e sonhando, não havendo igreja românica, cruzeiro de aldeia ou manifestações de arte moderna que desconheça. Tem estudado mais a escultura portuguesa que os nativos.»¹³

Perante a decisão política, o artista vê a sua criação limitada por falta de circunstâncias e meios para produzir escultura de escala monumental que era, de facto, a vocação própria do seu talento de escultor.

12 Conversa do autor com o pintor Cruzeiro Seixas.

13 Diogo Macedo, 1941. *Ocidente*, nº 36, vol. XIII, Lisboa.

Apesar de estar presente com esculturas nos Salões de Arte Moderna, SPN, Lisboa, entre 1942 e 1944, a escultura de grande formato desapareceu em cerca de 1942, data em que realizou um relevo em cerâmica vidrada, *Quo vadis ? Victor*, violento comentário ao desastre da guerra. Dá então início a uma riquíssima produção cerâmica de objectos decorativos, bustos, cabeças e máscaras onde aplicou os seus talentos de escultor – a exuberante concepção volumétrica e espacial e a poderosa modelação das formas – a que acrescia os talentos de pintor colorista – através das poderosas matérias e tonalidades dos vidrados, de forte marcação expressionista.



Ilustração 10

Quo vadis? Victor, c.
1942, cerâmica vidrada.
Colecção particular.
Fotografia de Paulo
Cintra e Laura Castro
Caldas.

Cinco anos mais tarde, em 1947, expôs no 11º Salão de Arte Moderna, SNI, duas esculturas cerâmicas vidradas, o busto de *Nina* e a máscara de *Menina dos olhos verdes*, e realizou a primeira e grande exposição individual de escultura e cerâmica, no Estúdio do SNI, em Lisboa.



Ilustração 11

Máscara de mulher,
1939, cerâmica vidrada.
Colecção particular.
Fotografia de Paulo
Cintra e Laura Castro
Caldas.

Nesse mesmo ano, publicou um artigo sobre Ernst Barlach, como se, no momento em que fora forçado a abdicar do seu trabalho de escultor monumental, o tornasse agora presente pela escrita do único texto em português sobre um dos escultores modernos de referência para si e para a cultura alemã e ocidental.

A obra cerâmica de Hein Semke inscreveu uma expressão única na cerâmica em Portugal, porventura sem seguidores (estes existiriam em torno de Jorge Barradas, ceramista). As suas peças foram alvo da melhor atenção dos críticos e mostradas com frequência nos Salões do SNI, entidade que lhe havia propiciado a primeira exposição individual de cerâmicas e que teve grande responsabilidade, entre muitas outras, na renovação da cerâmica artística entre nós.

A pulsão expressiva, de uma empolgante vitalidade, manifesta-se agora na desmesura e na organicidade forte das formas, rodadas na olaria em barro vermelho, e no trabalho dos vidrados, numa exploração de acasos controlados, matérias e cores extraordinárias, certas já com estéticas modernas internacionais, do pós-guerra. Os temas recorrentes no seu imaginário – apóstolos, santos, mulheres, animais e plantas – regressavam nesta arte, academicamente dita decorativa, nela encontrando outro suporte para as suas narrativas fundamentais.



Ilustração 12

O poeta, 1949,
cerâmica vidrada.
Colecção particular.
Fotografia de Paulo
Cintra e Laura Castro
Caldas.



Ilustração 13 *Família*, c. 1950, cerâmica vidrada. Colecção particular.

Semke deixou a sua casa de Linda-a-Pastora em 1949, terminada a sua relação longa com Martha Ziegler. Outra relação se firmou com a escultora Margarida Schimmelpfennig que o acompanhou neste início da década de 1950, um dos mais difíceis da vida do artista, como já foi referido, sem trabalho e produzindo um grande número de cerâmicas que não encontravam compradores.

Numa entrevista feita por João Gaspar Simões em 1955, a propósito da viagem que fez a Hamburgo e a Munique, cerca de 20 anos depois de ter deixado a Alemanha, disse: «O entusiasmo que a arte desperta em toda a parte [...] forma um contraste desanimador com a indiferença que em Portugal rodeia as criações artísticas.» E, ao lhe ser perguntado se pensava regressar ao seu país, respondeu: «É muito tarde. Criei raízes aqui. E depois estou numa situação muito delicada. Na Alemanha, a minha arte é considerada exótica. Achem que eu não exprimo o sentimento nacional. Tenho muita luz, muita cor... [...] Exótico no meu país, sou alemão em Portugal: duro e místico, bárbaro até dizem alguns. Quer dizer que a minha arte perdeu, por um lado, a nacionalidade alemã, e, pelo outro, não se integrou numa tradição alheia...»¹⁴

No imediato pós-guerra em Portugal, as modernidades artísticas definiam-se em três eixos fortes: o do neo-realismo, com figura cimeira em Júlio Pomar; o do surrealismo, polarizado pela figura de António Pedro e o da abstracção, com cultor de referência em Fernando Lanhas.

Sem se reconhecer em nenhum deles e avesso, pelo seu atávico individualismo, ao alinhamento em grupos, Hein Semke conhecia já os diferentes caminhos então apontados. Desde sempre assumiu a arte como responsabilidade política, defendendo princípios de ética e justiça social e criticando desigualdades, para tal apoiando-se na *Bíblia* e não em teorias marxistas; por outro lado, a sua vertente expressionista deixava em aberto todos os caminhos para a revelação do *eu* profundo e das pulsões eróticas, servida por um automatismo não programático do registo; finalmente, o dilema figuração/abstracção não existiu para o artista que sempre se preocupou mais com a eficácia da imagem no respeito pelo impulso expressivo.

Notícias directas de uma linguagem internacionalista, afirmada ao longo da década de 1950, chegaram a Portugal com a radicação, a partir de 1946, da húngara Hansi Stäel que aqui produziu obra de pintura e desenho, mas sobretudo de cerâmica, disciplina que ocupava então, quase em exclusividade, Hein Semke. Com ela partilhou interesses e algumas exposições.

¹⁴ *Ibidem*, p. 178.

Novamente, o artista sentiu a necessidade de reflectir teoricamente sobre a produção artística e, ocupado agora com a cerâmica, escreveu em 1950, um notável artigo «Renovação da cerâmica»¹⁵, colocando questões importantes sobre o que poderia ser modernamente uma cerâmica nacional, quais os estudos necessários para a sua renovação e quais as estratégias para os desenvolver. Sem consequências práticas, apesar da sua evidente pertinência, o texto é, ainda hoje, um solitário documento teórico sobre a possibilidade de uma cerâmica artística em Portugal.

Na cerâmica da década de 1950, verifica-se o acerto de Hein Semke com sensibilidades internacionais, em registos informalistas e experimentais onde a eloquência abstracta das formas e dos materiais é potenciada. Explorou então novas formas rodadas e seccionadas e técnicas de colagens cerâmicas, fragmentos aleatórios de objectos encontrados na oficina, cerâmicos e não, e potenciou a revelação casual das cores e matérias vítreas.

São profusas as narrativas hedónicas – mulheres, casais, peixes e flores – a par das fantásticas – sereias, demónios –, mas ocupou-se também de um tema agudo deste período, as metrópoles funcionalistas do pós-guerra, numa série de vistas aéreas e num Cristo como premente tema actual, apontando com lucidez o risco de desumanização das cidades.



Ilustração 14

Jarra, 1953, cerâmica
vidrada. Colecção
particular.

15 Hein Semke, 1950. «Renovação da Cerâmica», in *Cidade Nova*, Coimbra.

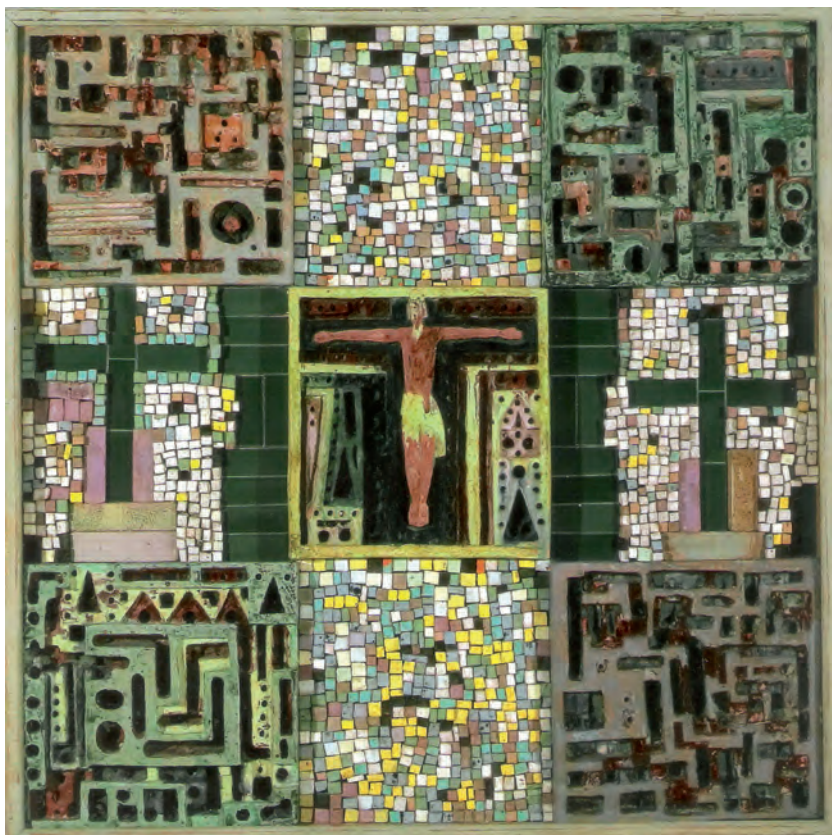


Ilustração 15

Composição actual, 1960,
cerâmica vidrada. Centro
de Arte Moderna, FCG,
Lisboa.

Uma silicose impediu-o, em 1963, de prosseguir este trabalho de escultor ceramista e aplicou-se, então, com continuidade, à pintura sobre madeira, à xilogravura, à monotipia e à aguarela, suporte este que lhe propiciou uma produção imensa, de registos imediatistas na definição das formas e fluidos no gesto e na cor violenta, contudo capaz de profundo lirismo.

Hein Semke deixou outra singularidade na criação artística em Portugal, através da sua longa e continuada produção de livros, iniciada em Janeiro de 1958 com *Blume – Unbekannt* (Flor desconhecida) e concluída em 1986 com o projecto inacabado do seu trigésimo quinto livro, *Máscaras grotescas*.

Rara é, desde logo, a escolha do livro como suporte artístico, objecto que deve ser manuseado e folheado, diferente das imagens emolduradas. Esta circunstância dificultava a sua venda, também pelo carácter pessoal e autobiográfico de muitos deles. Lembram os livros iluminados da Idade Média e integraram a prática moderna dos livros de autor que os artistas desenvolveram internacionalmente na primeira metade do Século XX, como Sonia Delaunay, Calder, Miró, Picasso e Max Ernst e, entre nós, Amadeo de Souza Cardoso ou, já com o Surrealismo, Alexandre O’Neil ou Eurico Gonçalves.

Nos livros de Hein Semke, a imagem impera e a escrita é residual, por vezes apenas de identificação e data, podendo, em alguns casos de textos mais longos, ter suplementar valia estética, pela exploração visual da caligrafia e da paginação.

Como é próprio ao seu temperamento, os livros são grandes, o que contraria o uso confortável, doméstico, de um qualquer folhear. Deste modo, obriga o leitor a um olhar de distância e a um confronto amplo com o corpo. Reencontramos aqui o escultor que, ao criar um livro, concebe-o, mesmo que involuntariamente, como presença espacial e cenográfica, como os grandes antifonários no centro dos coros das antigas igrejas.



Ilustração 16

Livro de Karin, 1965, fl. 30,
monotipia. Biblioteca de Arte,
FCG, Lisboa.

Nos livros encontramos, grosso modo, pesquisas de valores de introspecção – *Blume – Unbekannt* (Flor desconhecida), 1958, *Hüte die Blume in dir* (Guarda a flor que há em ti), 1960, *Innere Landschaft* (Paisagem interior), 1970; de memória pessoal – *Das Karin-Buch* (O livro de Karin), 1965, *Das Dorle-Buch* (O livro de Dorle), 1965-1968, *Das langeweile-buch* (O livro do tédio), *Kreise nur Kreise* (Círculos, só círculos), 1970, *Der Halleysche Komet* (O cometa Halley), 1986; de celebração da natureza – *Das grosse blumenbuch* (O grande livro das flores), *Fische und Fische* (Peixes e peixes), 1969, *Blumen und andre Blumen* (Flores e flores), 1970, *'N Vogel haben wir alle* (Manias todos nós temos ou O livro dos pássaros), 1971, *Ein Versuch: Baum – Bäume* (O livro da árvore), 1978; de comentário social e político – *Der Gekreuzigte und ich* (O Crucificado e eu), 1967-1969, *Fische – ja – Fische* (O pequeno livro dos peixes), 1969, *Cyrano von Barnabé spricht* (As sentenças de Cyrano de Barnabé), *Bestiarium-Calendarium* (Bestiário-calendário), 1970, *Carnaval*, 1971, *Apocalypse à portuguesa*, 1974-1975, *Gesicht, Gesichte, Gesichtetes* (Rosto, visões, coisas vistas), 1975, *Súcia(dade)*, 1975-1976; não deixando nunca de celebrar a imagem como entidade absoluta – *Zeichen, keine Symbole* (Sinais, não símbolos), 1968-1969, *Bewegung – Formen u. Farben* (Movimento – formas e cores), 1978, *Arabesken* (Arabescos), 1978-1983, *Das Buch ohne Worte* (O livro sem palavras), 1979, *8 Zeichen des Zufalls* (8 sinais do acaso), 1981, *Symbole – Zeichen?* (Símbolos – sinais?), 1981-1983, e *Kontraste: Form – Farbe – Idee* (Contrastes: forma – cor – ideia), 1983.



Ilustração 17

Apocalypse à portuguesa, 1974-1975, fl. 45, xilogravura. Biblioteca de Arte, FCG, Lisboa.

A ordem das palavras deste último título parece sintetizar o seu processo de trabalho gerado desde logo pelo contraste, veja-se a relação verdadeira do sim e do não, que se constrói com a forma, estrutura primeira da escultura, e do desenho, com a cor, matéria abstracta da emoção, e com a ideia, os modelos mentais gerados pelo conhecimento do indivíduo e do mundo.



Ilustração 18

Kontraste: Form-Farbe-Idee,
1983, fl. 20, monotipia.
Biblioteca de Arte, FCG,
Lisboa.

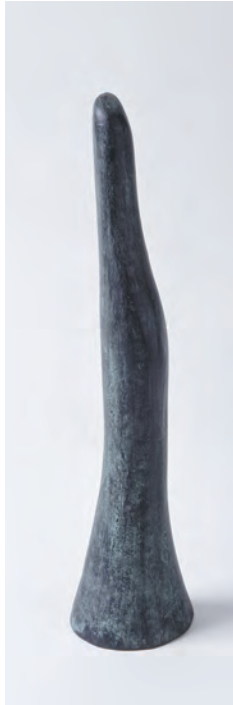
O trabalho de modelação da escultura regressou em 1974 com uma obra de síntese, *O eterno reverso*, baixo-relevo em que Cristo crucificado é mostrado a par de Judas enforcado, sob o olho de Deus, ciprestes em confronto com a figueira. Longe de qualquer juízo maniqueísta, reafirmou aqui o escultor, com grandeza e generosidade, o seu entendimento da dualidade estrutural do ser humano.



Ilustração 19

O eterno reverso, 1974,
bronze. Colecção particular.
Fotografia de Paulo Cintra e
Laura Castro Caldas.

Em 1982, modelou uma longa série de esculturas de pequeno formato, ajustada não só à sua força física, mas também ao seu lugar de trabalho. São objectos meditativos, tanto pela modelação lenta e sensualmente táctil das formas (muitas com desenho preparatório) como pela sua força e desenvoltura espacial. A eloquência destas esculturas, abstracções orgânicas de máxima simplicidade, previa a sua passagem a uma escala monumental, intenção presente na sua concepção e explicitada pelo escultor.



Ilustrações 20 e 21

Estudos para grandes formas, 1982 e 1983, bronze. Colecção particular. Fotografias de Paulo Cintra e Laura Castro Caldas.

De facto, se algumas delas tivessem encontrado encomendador, a escultura pública em Portugal ficaria enriquecida com magníficas formas passadas a bronze, directamente assentes no chão, sem soco ou pedestal, grandes signos inscritos na paisagem, como que irrompendo da terra, três ou quatro vezes a escala do corpo humano. Seriam uma forte afirmação pública da vida e do gosto intenso de a sentir e de o dizer, atitude tão envergonhada entre nós. Magna lição que Hein Semke tentou comunicar a todos, mas, em especial, por força do seu destino pessoal, aos portugueses.

A propósito da cerâmica, um historiador e crítico de geração mais recente, João Pinharanda, escreveu em 1997: «É esta predominante valorização decorativa que resume uma autonomia [um alargamento] dos conteúdos capaz de preencher todas as possibilidades da alegria que Semke, através da sua arte, procurava para si e procurava para os outros.»¹⁶

¹⁶ João Pinharanda, 1997. «Todas as possibilidades da alegria», in *Hein Semke, 1899-1995. Esculturas*, Lisboa, IPM, p. 15.



Ilustração 22

Sem título, 1994, aguarela
sobre papel. Coleção
particular.

Findo o ciclo da vida do artista, falecido em 1995, e passadas quase duas décadas sobre essa data, é útil observar o modo como Portugal o considerou e vai lembrando.

Foi condecorado com a Ordem do Infante D. Henrique, Grau de Comendador, pelo presidente da República, Dr. Mário Soares, em 1990.

Uma grande retrospectiva de toda a sua obra foi realizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1972, tendo-se feito retrospectivas parcelares, da cerâmica, no Museu Nacional do Azulejo, em 1991, e da escultura, Museu de José Malhoa, em 1997.

Dez anos após a sua morte, em 2005, cinco museus de Lisboa, em simultâneo, voltaram a dar visibilidade pública ao conjunto da sua obra: retratos esculpidos e desenho no Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea, cerâmica, no Museu Nacional do Azulejo, escultura e desenho, na Fundação Árpád Szenes – Vieira da Silva, gravuras e monotípias,

no Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, e xilogravuras, na Biblioteca Nacional de Portugal.

As suas obras existem em várias colecções, destacando-se as do Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea, Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão, Museu Nacional do Azulejo, Museu Nacional Soares dos Reis, Museu de Évora, Museu de José Malhoa e Casa-Museu João Soares.

Desde 1995, todo o acervo que deixou – escultura, cerâmica, obra gráfica, pintura, aguarelas e documentação pessoal – foi conservado, mantido indiviso e inventariado sistematicamente, aí se incluindo as obras em colecções públicas e privadas, garantindo assim a memória da obra de Hein Semke.

De facto, foi a partir de anteriores inventários parciais da cerâmica, elaborado por Manuela Oliveira Martins e João Pedro Aboim Borges, da escultura, por Paulo Henriques, e dos livros, por Ana Isabel Ribeiro e Catarina Rosendo, que Teresa Balté, mulher de Hein Semke, realizou, com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o trabalho imenso de fazer o inventário total e muito documentado das obras conhecidas, disponibilizando-o aos investigadores.

Fez doação, respeitando os critérios de aceitação dos responsáveis pelas instituições, de todos os livros de autor, trabalhos de projecto sobre papel e documentação pessoal à Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian e de núcleos importantes de escultura, desenho, aguarela e gravura ao Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea e ao Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão.

Ocupa-se agora dos escritos de Hein Semke, com alguns originais já publicados por editoras alemãs, e da sua tradução para português, nomeadamente dos diários que nos comunicam com clareza a vida e a personalidade do autor e, inevitavelmente, os mecanismos da sociedade e da elite artística portuguesa deste período.

Nenhuma autoridade fez parar o trânsito para que este património fosse tratado e entregue a Portugal, porque a cultura artística continua a ser aqui, como Hein Semke constatou com pesar, uma necessidade social considerada muito secundária. Talvez menos relevante que um jornal diário, cuja grande importância um polícia sinaleiro de Lisboa, nos anos de 1950, pareceu ter compreendido de forma tão natural.

Lisboa, 27 de Agosto de 2014

Contributos germânicos para a obra da Pena em Sintra

José Manuel Martins Carneiro

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA (ANTIGO CONSERVADOR DO PALÁCIO DA PENA)

1. D. Fernando II e a compra do conventinho da Pena

Há um desenho inacabado num *carnet de dessin* de D. Fernando, que se encontra no Palácio da Pena e apresentamos pela primeira vez neste trabalho¹, que mostra o conventinho da Pena como o príncipe o viu pela primeira vez, em 1836, na sua primeira visita à serra escarpada de Sintra, muito semelhante à gravura reproduzida em 1855 e que se encontra na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

As ruínas conventuais, os penedos e rochedos da serra, a proximidade do castelo medieval, a aridez da serra sem qualquer vegetação, a não ser a autóctone, e a lonjura do horizonte onde se avista o mar são condimentos essenciais para uma mente romântica como a do mecenas. Repensar um espaço amplo onde todos estes elementos se interpenetram dera a D. Fernando a ideia ou sugestão para levar a cabo um conjunto inédito e único entre nós.

A sua bagagem cultural e a vivência de espaços com ruínas e rochas, onde jardins se desenvolviam segundo um paisagismo inglês, tão à moda, delinearão, desde o início, um programa romântico para um espaço perfeito.

O conventinho jerónimo de Nossa Senhora da Pena, de fundação quinhentista, encontrava-se em ruínas pelo Terramoto de 1755 e desabitado em consequência da extinção das ordens religiosas. Era, de facto, uma cenografia fantástica para uma qualquer cena operática onde o sonhador poderia cantar, com a sua voz de barítono, áreas da *Lucia* ou da *Sonâmbula*.

¹ Caderno de desenho do D. Fernando II, PNP, Inv.º n.º 394, Folha nº 17.

Em fins de 1838, dois anos após o encontro com tão espantoso local, vai o príncipe adquiri-lo por 716.000 réis, anexando, por aforamento, um ano depois, as ruínas medievais do Castelo dos Mouros e as propriedades envolventes.

«Por condição de venda, D. Fernando ficava obrigado a “cuidar da boa conservação (do convento), visto ser um monumento nacional”. A sua ideia era então reconstruir as ruínas, restaurando as celas para uma habitação provisória de Verão.»² Mas a ideia ganhou asas e transformou-se num projecto maior e, decididamente, muito mais significativo.

2. A amizade do rei-artista com o barão von Eschwege

Trabalhava em Portugal um mineralogista e engenheiro de minas, o general Wilhelm Ludwig, Barão von Eschwege, que além de falar a mesma língua do príncipe, convinha, naquele momento, o mecenas conhecer. Este engenheiro tinha um excelente conhecimento de minas, túneis, estabilidade dos solos... como também era indicado para inspecionar o estado das coberturas, a preparação estrutural dos túneis que se pretendia implantar, a análise criteriosa dos terrenos e respectiva estabilidade. Igualmente, o parque e a nova residência necessitavam de ser providas de uma exemplar rede de água e esgotos, como, ainda, de caminhos viários e pedonais.

«O barão nascido em Que, perto de Eschwege, no estado de Hesse, a 15 de Novembro de 1777, tinha concluído os seus estudos de filosofia, matemática e ciências montanhísticas em 1800. Chegou a Portugal em 1803, contratado por José Bonifácio de Andrade e Silva, então Intendente Geral de Minas e Metais do Reino, para dirigir as minas de ferro e as ferrarias da foz do Alge, perto de Figueiró dos Vinhos», diz-nos Fernando d’Orey no estudo que realizou sobre este engenheiro e mineralogista.³

Em 1809, vai trabalhar nas minas do Brasil, por convite do príncipe regente, tendo residido aí até 1823. Ao regressar a Lisboa e depois da queda do governo vintista, consegue que Palmela o nomeie intendente geral das minas e metais do Reino. Volta à Alemanha, em 1829, fixando-se em Kassel. Retorna a Portugal em 1835, sendo, novamente, empossado como intendente, demitindo-se uns meses mais tarde. Porém, de 1839 a 1853, irá

² José-Augusto França, 1981. *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. I. Lisboa, Livraria Bertrand, p. 298.

³ Fernando d’Orey, 1988. “O Barão de Eschwege, autor do primeiro estudo geológico da serra de Sintra”, in *Romantismo - Figuras e factos da época de D. Fernando II*. Sintra, Instituto de Sintra, p. 80.

dirigir a construção, tanto do Palácio, como das vastíssimas obras no Parque, sendo igualmente precisas as suas sugestões para o restauro do Castelo.

Conhecedor dos hábitos portugueses, Eschwege publica, em 1837, em Hamburgo, a obra *Portugal. Ein Staats — und Sitteng Malde*, sobre o nosso país, o seu quadro estatístico-moral, com bosquejos e cenas do quotidiano⁴, que o mecenas leu certamente, pois vai dar-lhe carta branca para traçar as reformas da Pena.

Torna-se claro que, para uma obra tão complexa e vasta, com a introdução de inúmeras novidades técnicas, como os abobadados dos túneis e a leveza estrutural necessária para os suportes dos múltiplos pátios e terraços, Possidónio da Silva, então arquitecto da Casa Real, não era a figura indicada para as «empreitadas» de construção civil. Foi utilíssimo nas obras das Necessidades e em algumas decorações de interiores na Pena, como na casa de jantar privada do rei.⁵

Como estudo para as medições das estruturas das abóbadas e terraços, é interessante consultar o artigo que o barão publicou na imprensa lisboeta, intitulado «Novo methodo de construcção de abobadados com manilhas de barro, aplicado por edificios do real palácio da Pena» onde indica dimensões em polegadas para o uso de diferentes tamanhos de «manilhas de barro». É bem visível, no Palácio e em várias construções do parque, a forma como esta nova técnica foi introduzida e aplicada.

Já em 1826, o barão faz editar, em Lisboa, o *Relatório abreviado sobre o estado actual da administração das minas de Portugal* [...], trabalho utilíssimo para a vasta rede de minas e canalizações que projecta e executa para toda a área.⁶ Este trabalho será completado e modernizado com a *Memória sobre a história moderna da administração das minas em Portugal*, que edita em 1838, utilíssimo para a compreensão dos trabalhos nestas áreas na Pena.⁷

Se, para o Palácio, o programa tem tradução bem visível nos belíssimos projectos e alçados que integram as colecções, o mesmo não acontece para o Parque, já que ainda não foram encontrados em arquivo ou biblioteca.

É evidente que tais projectos existiram não só para o zonamento dos múltiplos espaços verdes, jardins, lagos,..., como para as construções do

⁴ Barão de Eschwege, 1837. *Portugal. Ein Staats - und Sittenge Malde*. Hamburgo, Hoffmann und Camp.

⁵ AHCB/NUC. D.F. II, NG 266/100.

⁶ Barão de Eschwege, 1826. *Relatório abreviado sobre o estado actual da administração das minas de Portugal* (...). Lisboa, Typographia Carvalho.

⁷ Barão de Eschwege, 1838. *Memória sobre a história moderna da administração das minas em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

Parque que se devem a D. Fernando. Não perdemos ainda a esperança de os encontrar, pois é impensável a construção de tão vasto projecto sem este material de estudo e trabalho.

É, todavia, de algum modo desconcertante que tenha sido um engenheiro de minas e não um arquitecto de formação a levar a cabo esta importante obra. Não é, no entanto, extravagante pensar no contributo do próprio Rei-Artista, o «sonhador» deste projecto tão amplo, interligando três tipos de espaços tão distintos, tanto na forma como na função, contribuindo para essa ideia plena de obra de arte total romântica: palácio, parque-jardim-quinta e castelo mourisco.

3. As influências e os contributos germânicos

Sobre os projectos para o Palácio, escreveu França que «Eschwege começou por traçar um plano coerente dentro dum estilo neogótico, que em 36 se oficializara em Inglaterra, com a encomenda do novo Parlamento — mas D. Fernando queria “outra coisa” menos programática, mais aberta à fantasia, capaz de assimilar os restos renascentistas do velho mosteiro e de se inspirar em mais variadas fontes».⁸

É por isso que, na década de 40, o mecenas promove a viagem do Barão num périplo com programação de *grand-tour* romântico, na óptica do próprio príncipe. Essa viagem levou Eschwege a Inglaterra, França e Berlim, tendo regressado pelo Magreb (Argélia, Córdova, Sevilha e, muito provavelmente, Granada).

As ruínas do conventinho exigiam um tratamento cuidado, segundo um critério de construção e restauro, uma postura nova entre nós, já que praticamente grande parte do património nacional foi D. Fernando encontrar arruinada, delapidada, não havendo, entre nós, para além de uns *happy fews*, quem pensasse em defendê-lo e valorizá-lo.

Esta postura, neste objecto de trabalho, deve ser considerada, antes de mais, um programa de ensino pedagógico do próprio Rei-Artista, em relação à forma como se deve valorizar o arruinado e enriquecê-lo sempre que possível.

Na Pena tudo era propício. Passa-se do conventinho em ruínas para um espaço habitacional para se pernoitar. As celas dão lugar a dependências cujas pequenas dimensões vão convidar a um futuro intimismo numa aristocracia que se vai aburguesando. A urgência de novos aposentos para transformar o espaço em agradável residência de veraneio vai exigir uma

⁸ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 300.

nova edificação, mas, contrariamente à construção monástica, prefere-se a contemporaneidade. É neste contexto que o Barão é obrigado a viajar para se actualizar quanto às novas linguagens formais da arquitectura e quanto à respectiva decoratividade espacial.

D. Fernando, ao promover esta viagem, sabia das limitações de Eschwege. Este dominava bem a construção civil de túneis, contrafortes, abobadados, pela sua formação geológica, mas as volumetrias exteriores e o vocabulário decorativo parietal escapavam-lhe. (*Fig. 1*)

Para a Pena, o mecenas queria o melhor, o mais actual, mas que viesse a ser, talvez, o evocar de uma nova epopeia, aos olhos de uma sensibilidade profundamente romântica. Daí que os elementos orientalizantes, árabes e indianos teriam de estar presentes, como um novo «Venturoso» da contemporaneidade. A reabilitação do conventinho jerónimo e do castelo mouro eram insuficientes para o projecto idealizado: a Pena teria de representar a peregrinação exterior e interior do cruzado pelo património. Nas Necessidades, D. Fernando de Coburgo estava limitado pelo espaço e pela arquitectura edificada já existente. Aqui, o espaço era suficiente para erguer o sonho. (*Fig. 2*)

José-Augusto França refere que na viagem do Barão von Eschwege à Alemanha, este «esteve convidado pelo rei prussiano e admirou trabalhos de Schinkel, falecido poucos anos antes».⁹ Eschwege visitou, certamente, os três palácios que Frederico-Guilherme mandou construir para os seus três filhos na vasta paisagem de Potsdam.

Le règne de Frédéric-Guillaume III correspond aussi à la seconde grande phase de travaux de Potsdam. Le monarque autorisa en effet ses enfants, le futur roi Frédéric-Guillaume IV, son autre fils, Guillaume, qui sera le premier empereur allemand de la lignée des Hohenzollern, et Carl à se faire bâtir des résidences d'été à Potsdam même ou aux alentours. C'est ainsi que se sont créés les domaines de Charlottenhof, de Glienicke et de Babelsberg, et bien d'autres édifices encore qui ont marqué de leur empreinte le paysage environnant.¹⁰

Vão ser construídos os palácios de Glienicke, Charlottenhof e de Babelsberg, cada um com os seus jardins paisagistas, estando todos os espaços mobilados com lagos, rede de caminhos, pavilhões, templos, fontes, esculturas, construções de apoio, num todo de perfeito casamento entre arquitectura e natureza. Schinkel e Lenné encontraram em Potsdam condições ideais

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Gert Streidt, Klaus Frahm, 1996. *Potsdam – Die Schlösser und Gärten der Hohenzollern*. Köln, Könemann, p. 300..

para erguer as suas ideias. A cidade encontrava-se anichada na paisagem de lagos formados pelo rio Havel, contribuindo para um trabalho de equipa entre arquitecto e paisagista.

É do maior interesse vermos como o futuro Frederico-Guilherme IV dizia a Lenné as suas intenções:

Le duc de Dessau a fait de sa terre un grand jardin. La mienne est trop vaste pour que je fasse de même. Mais petit à petit je pourrais transformer des alentours de Berlin et de Potsdam en un grand jardin. Peut-être ai-je encore vingt ans à vivre, un laps de temps suffisant pour réussir quelque chose. Ebauchez-moi un plan en considération des mots que je viens de prononcer devant vous.¹¹

Também, e tendo em conta as respectivas proporções, o nosso príncipe vivenciou as transformações paisagistas realizadas em Coburgo e, sobretudo, no tão querido Rosenau, onde um magnífico parque paisagista foi criado para deleite da família.

Na verdade, o plano de embelezamento de Potsdam, que data de 1833, revela a vastidão de um projecto que, à escala de Sintra, Fernando de Coburgo levou também a cabo.

Quanto aos três palácios, devemos deter-nos no de Babelsberg, pois será esta construção e seu conjunto paisagista que irão interessar para a Pena, ligados, também, à reabilitação do Castelo de Stolzefels, bem mais a sul, nas margens do Reno, e que sendo também propriedade de Frederico-Guilherme IV da Prússia, o manda restaurar a Schinkel, em 1836. (*Fig.3*)

D. Fernando conhecia esta velha construção medieval em ruínas e, ao abandonar Coburgo em Janeiro desse ano, ainda não sabia da decisão do monarca prussiano. Mas, ao conhecer a Pena, na sua lua-de-mel em Sintra, em Abril de 1836, encontrou semelhanças entre as ruínas jerónimas e as de Stolzenfels, velho castelo medieval de meados do Século XIII, na margem direita do Reno, junto a Koblenz. (*Fig. 4*)

Vai ser a viagem de Eschwege que trará notícias mais detalhadas sobre os projectos de restauro de Schinkel para esta obra, onde algumas semelhanças com a Pena são óbvias, como se verá. Deverei mencionar, igualmente, a importância da necessidade do mecenas em associar, ao Palácio, o Castelo dos Mouros. Esta edificação integra-se plenamente na paisagem a construir, através do jardim paisagista que, desde o início, brilha na mente do príncipe.

Em 1839, meses depois da aquisição do Convento, D. Fernando requereu, à Câmara Municipal, o aforamento do Castelo, adquirindo-o a 16 de

¹¹ *Ibidem*, pp. 142-144.

Dezembro de 1839, por 240 réis, com a condição de construir um passeio público, conservar todas as muralhas e vestígios antigos sem alterar a sua estrutura, efectuar plantações de árvores e arbustos, devendo permitir a entrada franca e pública.¹²

A medievalidade da construção evocadora da Idade Média é condimento fundamental do imaginário romântico, traduzido neste vivo interesse do mecenas pela sua reabilitação e melhoramento. Também nos *Livros de ponto da real obra da Pena*, nas folhas de Maio de 1841, temos notícia de que são enviados seis trabalhadores e dois pedreiros para o Castelo dos Mouros. «Em Novembro de 41 faz-se menção a Castelo Paredes e, em Abril e Maio de 43, a Concertos das paredes do castelo».¹³

De 1844 a 46, desenvolveu-se com maior intensidade a maior parte dos trabalhos no Castelo com a construção de caminhos (Junho, 1844), escadas (Janeiro, 1845), arranjo de paredes (Julho, 1845), construção de casa para o guarda (Julho, Agosto e Setembro, 1845), entre outros.

De facto, o paralelismo dos trabalhos de vária ordem no Castelo, no Palácio e no Parque surge simultaneamente, mostrando bem a filosofia global que preside ao conjunto.

A necessidade de se pensar em aumentar a área construtiva do palácio tinha que ver com a notória insuficiência da reabilitação do convento. Era necessário criar uma nova ala para instalar a rainha e os príncipes, que iam nascendo ao ritmo de um por ano... Não é de estranhar que o novo espaço, o «palácio novo», fosse projectado nos modelos mais vanguardistas da Europa. Não era no Sul que o romantismo tinha surgido, por isso mesmo, demandar a Alemanha e a Prússia convinha ao mecenas.

Que Fernando II encontre afinidades com a germanidade de Eschwege e lhe tenha entregue a direcção de todas as obras da Pena não é de estranhar; porém, a presença do gosto do mecenas esteve sempre bem patente em cada momento construtivo da obra.

Tendo em conta todo o espólio gráfico original do projecto da Pena e a documentação existente, é lícito pensar que Eschwege se tenha rodeado por outros elementos da equipa técnica, para superar algumas carências. Vamos encontrar, envolvidos nos projectos e nas obras, Nicolau Pires — desenhador de plantas e provável colaborador dos magníficos alçados — e o mestre-

¹² Tude de Sousa, 1851. *Mosteiro, palácio e parque da Pena na serra de Sintra*, Sintra, Sintra-Gráfica, p. 59.

¹³ Constança Moreira Rato Azevedo Lima, 1998. *Os livros de ponto da real obra da Pena 1839-1855*. Sintra, p. 18, não publicado.

-pedreiro João Henriques, que foi o adjunto efectivo do Barão, a quem coube a tarefa de vigiar os trabalhos de construção, o que fez com evidente eficácia, ao ponto de ficar a gerir o mapa de trabalhos que o engenheiro germânico lhe confiou, quando se ausentou temporariamente para a Alemanha, em 1847. Nicolau Pires serviria na frente relativa aos levantamentos, desenhos e pormenores técnicos do projecto, em que adquirira prática noutras empreitadas reais; João Henriques, no acompanhamento dos trabalhos de construção civil e de coordenação de estaleiro.

Quanto ao Barão von Eschwege, deve-se evidenciar as suas grandes qualidades como geólogo e um notável engenheiro. Como geólogo são vários os seus trabalhos e relatórios. Fernando d'Orey reafirma que é a obra *Nachrichten aus Portugal und dessen Colonien, mineralogischen und bergmännischen Inhalten* (Notícias de Portugal e suas colónias respeitantes à mineralogia e minas), publicada em 1820, e noutros artigos, que «ele descreve com imenso pormenor as formações antigas do Norte de Portugal e mais tarde lamentava não ter tido tempo de reunir todas as suas observações sobre as províncias da Beira, Minho e Trás-os-Montes».¹⁴

Em 1830, o Barão redigiu um conjunto de trabalhos eminentemente geológicos, destacando-se, indubitavelmente, o que publicou sobre os arredores de Lisboa, enfatizando a serra de Sintra e terrenos afins, cujo título é *Memória geognóstica ou golpe de vista do perfil das estratificações das diferentes rochas de que é composto o terreno desde a serra de Cintra, na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa atravessando o Tejo até à serra da Arrábida e sobre a sua idade relativa*.¹⁵ Obra de grande importância para o estudo da implantação do «palácio novo», atendendo às características dos solos e subsolos. Por outro lado, estes estudos estavam associados, nessa altura, a teorias gnósticas que o próprio Novalis, poeta contemporâneo de Eschwege, igualmente defendia e, como vamos ver, tiveram grande afinidade com a própria formação do nosso mecenas.

4. Legados de Schinkel

A ligação do nosso projecto a Babelsberg torna-se evidente, já que a estrutura orgânica da construção e respectiva volumetria influenciou a Pena. A assimetria do edifício e o delinear do Torreão principal da construção de

¹⁴ *Idem*, p. 82.

¹⁵ *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1831. Lisboa. Typographia da Academia Real das Sciencias. 253-271.

Potsdam evocam o projecto inicial da Pena e da torre que lhe está anexa para receber a escadaria em caracol.

Schinkel encarrega o seu discípulo Ludwig Persius de elaborar os primeiros planos, optando, desde 1831, por um *château* de aparência gótica, já que na Alemanha o neo-gótico inglês era digno de ser imitado. Gert Streidt e Klaus Frahm informam que

«[e]n Allemagne, cette influence se mélangea avec une vision transfigurée du moyen-Âge, perçu alors comme une ère de grandeur allemande. Les Châteaux forts furent considérés comme le symbole de la nation allemande unie, et devinrent le modèle d'un courant architectural appelé plus tard 'Burgenstil' (style château fort).»¹⁶

Igualmente, as *bow-windows* que aparecem sobre os dois arcos da fachada principal do projecto do «palácio novo» inspiram-se em Babelsberg, mas D. Fernando vai dar à fachada da Pena uma outra decoração, diluindo a *bow-window* na figura escultórica do tritão e transformando a outra janela em balcão-varanda para se poder «beber» o mar.

É também notória a ligação do Torreão, inicialmente projectado sem cobertura semi-esférica, com a Torre principal de Babelsberg. Comparando o projecto inicial da Pena com a construção prussiana, facilmente verificamos a relação e a inspiração da Torre Prussa para a Pena. (Fig. 5.1.)

Por seu turno, a Torre do Galo, projectada e inicialmente começada a sua construção no Pátio dos Arcos, foi beber a sua inspiração à Torre de Flatow, no parque de Babelsberg. Há, também, semelhanças volumétricas e estruturais da Gerichlaube (Galeria das Arcadas do Tribunal) com a construção da Nora no parque sintrense, esta de muito menor dimensão.

Outro modelo de inspiração da Pena foi o Castelo de Stolzenfels, nas margens do Reno.

O movimento da fachada que dá para o Reno deu o mote, quer para a fachada principal, quer para a de tardo da Pena, tendo o nosso príncipe amaciado o estilo, casando-o com influências árabes e orientais. (Fig. 5.2.)

Muito se tem falado da «Torre do Relógio» que substituiu a torre sineira joanina e que França julga ser a construção menos feliz do conjunto. Porém, a sua inspiração vem do modelo de uma das torres de Stolzenfels, a «Castle Keep»¹⁷, tendo o gosto fernandino criado linguagem mais exuberante e evocativa da Torre de Belém. Também o caminho da ronda de Stolzenfels

¹⁶ Gert Streidt, Klaus Frahm, *op. cit.*, p. 199.

¹⁷ Werner Bornheim, 1999. *Stolzenfels Castle*. Mainz, Landesamt für Denkmalpflege, Burgen, Schlösser, Altertümer, pp. 42-43.

é repetido na Pena, pegando-se num equipamento de inspiração das fortificações medievais, transformando-o, tanto lá como aqui, num magnífico belvedere que permite a leitura da paisagem circundante. No nosso caso, a ligação visual ao castelo é elemento a ter em grande conta.

Outros modelos de inspiração vieram definitivamente do vocabulário da arquitectura árabe, do Sul de Espanha (Granada e Sevilha), do Magreb e do Oriente Indiano. O revestimento a azulejo amarelo das cúpulas, os remates de chaminés, as formas a sugerir minaretes, os reflexos azulejares das fachadas, a multiplicidade de terraços e terracinhos, os elementos decorativos das cantarias evocam a sabedoria arquitectónica árabe, dando movimento e distanciamentos volumétricos extraordinários.

5. As três frentes do projecto: palácio, parque e castelo dos mouros

A construção do túnel de acesso ao Palácio iniciou-se em 1840, com a casa do túnel, o fosso à entrada do túnel, o arco da ponte, torre de reforço e casa redonda. Igualmente se constrói um curro, a cavalaria, a casa de jardineiro.¹⁸

No Parque, surge a informação que em Janeiro de 1840 executaram-se plantações que continuaram nos anos seguintes. De 1841 a 1844, desenvolveu-se o plantio de canas; em 1842 e 1843, o buxo; pinhal, de 1844 a 1846; as plantações no jardim novo deram-se em 1848, sendo, também, nesse ano que avançou o jardim inglês.¹⁹

Quanto ao Castelo dos Mouros, o primeiro registo surge em Maio de 1841, continuando os restauros em Novembro. Mais concertos das paredes realizam-se em Abril e Maio de 1843, tendo-se intensificado os restantes trabalhos, de 1844 a 1846.²⁰

Se realizarmos o estudo comparativo relativamente ao chamado «Palácio Novo», encontramos, do mesmo modo, dados curiosos nos *Livros de ponto da real obra da Pena*.

Nas folhas referentes aos anos de 1845 e 1846, informa-se quanto às novas frentes de obra. Assim, são construídos os pórticos laterais da porta nova que corresponde à «porta» do Arco do Tritão. Em 1849, a frente de trabalho concentra-se no palácio novo e no palheiro da cavalaria, continuando as obras no palácio novo até 1854.

¹⁸ Constança Moreira Rato Azevedo Lima, *op. cit.*, p. 7-8.

¹⁹ *Idem*, p. 1-12.

²⁰ *Ibidem*, p. 15.

No Parque, o ano de 1846 foi dedicado a limpezas várias: limpar os castanheiros, limpar o viveiro; de 1848 a 1852, há inúmeras referências aos pinhais: Desbastar os Pinhais; e em 49 refere-se limpar o pinhal manso. Por seu turno, em 1844/1845 constrói-se um tanque nos sete pinheiros e há trabalhos na lagoa grande; o segundo e o terceiro tanque são asfaltados. Realiza-se, em 1847/1848, um trabalho notável integrado no programa do espaço verde, prosseguindo as obras na Lagoa Grande, concretamente a construção de paredes da ilha e trabalho de asfalto. Por outro lado, nesta altura, intensifica-se e desenvolve-se a rede de caminhos no Parque, desenvolvendo-se a asfaltagem até 1854. As Plantações no Jardim Novo do Castelo ocorrem durante os três primeiros meses de 1848, já que em 1847 se deram por findos todos os trabalhos relacionados com paredes no Castelo.

Tem-se questionado a existência de mais projectos para o Palácio. José-Augusto França afirma que «Eschwege começou por traçar um plano coerente dentro dum estilo neogótico [...] mas D. Fernando queria “outra coisa”, menos programática, mais aberta à fantasia, capaz de assimilar os restos renascentistas do velho mosteiro e de se inspirar em mais variadas fontes».²¹ Marion Ehrhardt defende que D. Fernando «recusou os primeiros planos de erigir em cima do convento um castelo em estilo neogótico, mais em harmonia com a história e a natureza do sítio, donde outrora D. Manuel tinha espreitado a frota de Vasco da Gama no regresso da Índia».²² Consentânea com estas opiniões é a de Rio-Carvalho, quando escreveu que «[a] profunda sensibilidade de D. Fernando reprovou este projecto, e foi neste ponto que ele se revelou um artista com uma intuição extraordinária, que compreendeu Sintra, a magia da serra e todo um passado artístico português. Não era um castelo das regiões dos Lagos ou da Escócia que poderia coroar a serra de Sintra, teria de ser um castelo-palácio que se integrasse no ambiente, que se conjugasse com as ruínas quinhentistas e que fosse profundamente português».²³ Todavia, Regina Anacleto apresenta outra opinião quando afirma: “É bem provável que esta posição não seja consentânea com a realidade e o que aconteceu, na verdade, resume-se, apenas e só, à existência de modificações pontuais e de carácter decorativo, executadas sobre esses mesmos planos, porque, formalmente, a sua estrutura permanece».²⁴ (Fig. 6)

²¹ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 299.

²² Marion Ehrhardt, 1985. *D. Fernando II, Um Mecenas Alemão Regente de Portugal*. Porto, Paisagem, p. 17.

²³ Manuel Rio-Carvalho, 1972. “O Castelo da Pena”, in *Palácios Portugueses*. Lisboa, SEJT.

²⁴ Regina Anacleto, *op. cit.*, p. 78.

Quando se comemorou o centenário da morte de D. Fernando II, em 1985, afirmei em texto do catálogo da exposição levada a cabo no Palácio da Pena que «não me parece correcto que se fale em dois ou mais projectos. O projecto inicial, a meu ver, o único, foi sofrendo inúmeras alterações à medida que se ia erguendo no topo da serra de Sintra».²⁵

Na verdade, a qualidade dos desenhos e, sobretudo, a estrutura volumétrica do edifício, sua inserção no terreno e desenvolvimento orgânico não sofreram qualquer alteração se seguirmos, atentamente, quer alçados quer plantas. O que se verificou, e aí D. Fernando foi genial, foi a introdução de nova gramática decorativa integrada num programa maior e mais vasto, já que necessita dos jardins do Parque e do Castelo para uma possível leitura total. A ligação perfeita entre imaginação e cultura fernandina com elementos concretos da História de Portugal contribuiu para uma apresentação invulgar de um único exemplar nacional de palácio romântico. Se ao Barão von Eschwege devemos o saber técnico expresso na construção civil, ao príncipe de Coburgo teremos de elogiar a genialidade, fruto de uma cultura muito sólida e de um gosto requintadíssimo. Não é de estranhar, por isso, que os seus contemporâneos não tenham compreendido ou, melhor dizendo, não tenham tido capacidade para, nessa altura, compreender tão extraordinária obra.

A administração directa dos trabalhos e a influência do monarca no efectivo avanço da obra determinaram a rápida leitura do edifício, criando-se uma invulgarmente feliz articulação entre a antiga construção conventual e a nova ala, designada na época por «Palácio Novo».

«...o rei, que vinha fazer longas estadas ao palácio da vila, para contactar directamente com a obra, examinar, criticar e fazer emendar os desenhos — ou emendá-los ele próprio.»²⁶

O inédito da construção, a assimetria construtivística, a movimentação volumétrica dão ao conjunto edificado uma novidade e um ineditismo a que, entre nós, há muito não se estava habituado. O desconhecimento dos modelos inspiradores e a tecnologia de engenharia usada deram à Pena as qualidades que fizeram dela o nosso *ex-libris* romântico.

Falar-se em *pastiche* ou em amontoado de estilos sem sentido é opinião de ignorante desconhecedor das linhas mestras do novo movimento artís-

²⁵ José Manuel Martins Carneiro, 1985. "O Erguer de um ideal. O Ideal romântico", in *D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha, Comemorações do 1.º centenário da morte do rei-artista*. Sintra, Palácio Nacional da Pena, p. 10.

²⁶ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 300.

tico e da inteligente correlação com os valores culturais da história do povo português que, desde muito cedo, esteve ligado a um cosmopolitismo e a uma miscigenação artística significativa.

Por isso, a arquitectura revivalista que ali se encontra parece constituir um compromisso entre três linhas estilísticas: o neogótico germânico; a interpretação conjuntural do manuelino; e a introdução de constantes elementos orientalizantes. Todas elas sinalizavam, em suma, a gesta dos Descobrimentos, mediante a sua tradução romântica oitocentista.

6. A Pena como modelo

Quando se fala de Sintra e do seu «Glorious Eden», não é possível, hoje, esquecer o caso da Pena como paradigma do romantismo nacional.

Barbara Borngässer afirma que «[e]l edificio más emblemático del siglo XIX en Sintra es, sin embargo, el Palacio da Pena, que Fernando de Sajonia-Coburgo encargó al arquitecto y naturalista barón Wilhem von Eschwege en 1839. Representó, un intento, aunque no el primero, de unir estilos de distintas épocas y países»²⁷. Certamente, por isso, Peggy Guggenheim, quando visita Sintra em 1941, escreve nas suas memórias que «we often went to Cintra, a Wonderful palace built high up on a hill and surrounded by incredible boulders, which looked as if they had been brought there on purpose. The gardens had tropical flowers and trees of every description. The castle itself was more like a dream than a reality. It had a Surrealist quality, as it was all covered with fantastic sculptures. Apart from this it had terraces and ramparts like Elsinore. Hamlet's ghost might well have walked there and felt quite at home».²⁸

A grande colecionadora intuiu o espírito do lugar e não foi por acaso que relacionou o romantismo com o surrealismo, já que este movimento artístico do Século XX deve muito da sua agitação e inspiração ao movimento de oitocentos.

José-Augusto França diz que «Sintra, com a Pena ao princípio, deve ser considerada uma espécie de agente catalisador do ramo exótico do gosto romântico, com as suas propostas góticas, manuelinas e orientais — e foi a partir de lá que puderam desenvolver-se certos programas lisboetas.»²⁹ Não

²⁷ AAVV, 2000. *Neoclasicismo y romanticismo, arquitectura, pintura, escultura, dibujo, 1750-1848*. Colónia, 144.

²⁸ Peggy Guggenheim, 1979. *Out of This Century*. Londres, 244.

²⁹ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 380.

foi só em Lisboa que se criou alguma descendência (como quase sempre e neste caso o é) mais pobre e sem o rasgo genial do que se vê na serra de Sintra, mas também por outras regiões do país.³⁰

É neste sentido que se torna da maior relevância referir o caso da casa Morozov, em Moscovo, como modelo cuja influência é atribuída ao Palácio da Pena, o que até hoje não foi referido por estudiosos nacionais sobre a temática envolvida neste trabalho.

Para Oleg Pavlov³¹, a Casa Morosov, localizada no n.º 16 da Rua Vozdvizhenka, em Moscovo, deve-se ao impacto que o Castelo da Pena teve, aquando da viagem de Arseniy Morosov a Portugal e Espanha, em 1897, acompanhado do arquitecto Victor Mazyrine.

Segundo Oleg Pavlov, «V. A. Morozova était la fille d'Aleksis Khloudov, grand industriel, propriétaire d'une fabrique de coton à Yégorievsk, également célèbre grâce à ses collections de manuscrits moyenâgeux et de livres. Mariée à un représentant de la dynastie des industriels Morozov, Abram Morosov, elle devenait la copropriétaire de la manufacture de Tver, une des plus grandes en Russie. Après la mort de son père et de son mari (les deux décédés en 1882) elle est devenue maîtresse d'une fortune fabuleuse.»

A senhora Morozova registou, em 1897, o terreno da rua Vozdvizhenka em nome de seu filho mais novo, Arseniy Morosov. Vai ser com a visita a Portugal e Espanha que, acompanhado pelo seu arquitecto, Arsenii Morozov fica fascinado pela arquitectura árabe, o que fará com que os projectos para a sua casa de Moscovo venham a ser completamente alterados.

Oleg Pavlov acrescenta que «[l]a façade de l'hôtel rue Vozdvijenka est la copie de la partie centrale du château de Sintra, près de Lisbonne. Elle a été exécutée à l'ainsi dit style 'espagnol-mauritanien', dans l'esprit de l'architecture portugaise «manuelino». De là viennent les détails pittoresques du décor — des coquillages, des amarres des navires, etc. Ce qui manque — ce sont les vignes grimpantes — la décoration traditionnelle des châteaux portugais; or, le climat moscovite leur est interdit. Mazirine s'est tiré de la situation, en décorant un des murs des vignes en pierre, que nous voyons à présent sur la rotonde Est de l'édifice.»

Olhando para a fachada principal da casa, vemos que a escadaria da porta principal da habitação inscreve-se em estrutura que reinterpreta o arco das

³⁰ Regina Anacleto, 1997. *Arquitectura neomedieval portuguesa - 1780-1924*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

³¹ Texto dactilografado, que me foi enviado pelo embaixador de Portugal em Moscovo, José Manuel Villas-Boas, em 1996.

colunas torças da fachada Sul do Palácio da Pena, suportando igualmente um balcão, mas com outro tipo de decoração. É notório o fascínio pela diferente tipologia das janelas do «palácio novo», havendo, no primeiro piso, a tentativa de evocar o movimento do terraço da Rainha no corpo da direita. Deve-se referir que a janela central que dá para o balcão da varanda repensa os arcos do claustro de Alcobaça. O rendilhado da banda superior e remate recriam o receituário de outros elementos. No todo, o *châteaux* Morozov interpreta e reinventa o modelo da Pena, mas num contexto urbano, sem haver, aí, qualquer ligação à filosofia proposta pelo monumento português e com uma dimensionalidade limitada ao terreno disponível. A decoração de interiores presente não tem semelhança com o intimismo criado na Pena, se bem que, como O. Pavlov diz, cada dependência seja decorada em estilos diferentes.

Interessante é referir ainda que, em todas as publicações turísticas de Moscovo, a Casa Morozov seja referida como residência privada dos finais do Século XIX, considerada a mais célebre e mais bizarra.³²

Até onde nos leva o património, poder-se-á demandar, tendo presente como a judia e multimilionária Peggy Guggenheim interpretou a Pena quando, por volta de 1940, nos visitou acompanhada do seu marido, daquela altura, o pintor Max Ernst. Por outro lado, como chegou até à capital moscovita, nos finais de oitocentos, o modelo da Pena, reinterpretado pelo arquitecto do magnata Morozov, que se havia fascinado com aquele tipo de gosto? Nem a americana nem, tão pouco, o russo, tiveram, por certo, a consciência de quem fora o príncipe germânico a quem se ficou a dever os fascínios e os mistérios da Pena, mas o diferente ou inédito fascinou-os, ao ponto de darem, de formas diferentes, testemunho disso.

José Manuel Martins Carneiro
Julho de 2014

³² Consulte-se, a título de exemplo, Eduard Zhigailov, *Moscow 850, Komsornolskaya Pravda*, Publishing House, Moscow, 1996.



Fig. 1

Projecto do Palácio Acastellado da Pena, tinta-da-china e aguada cinzenta sobre papel, Col. PNP.

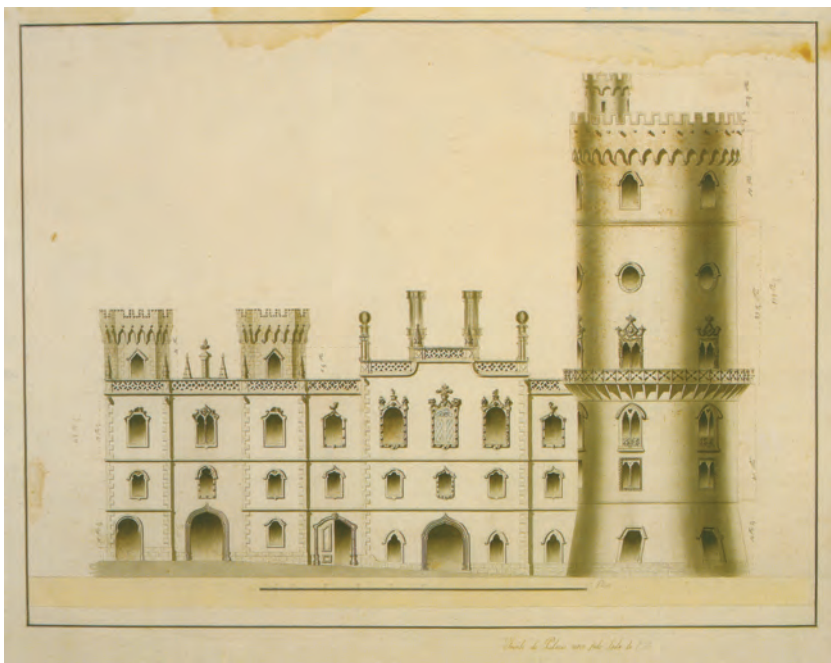


Fig. 2

Fronte do palácio novo pelo lado do Este, tinta-da-china e aguada cinzenta sobre papel, Col. PNP.



Fig. 3
Schloss Babelsberg,
projecto de Karl
Friedrich Schinkel,
1833.

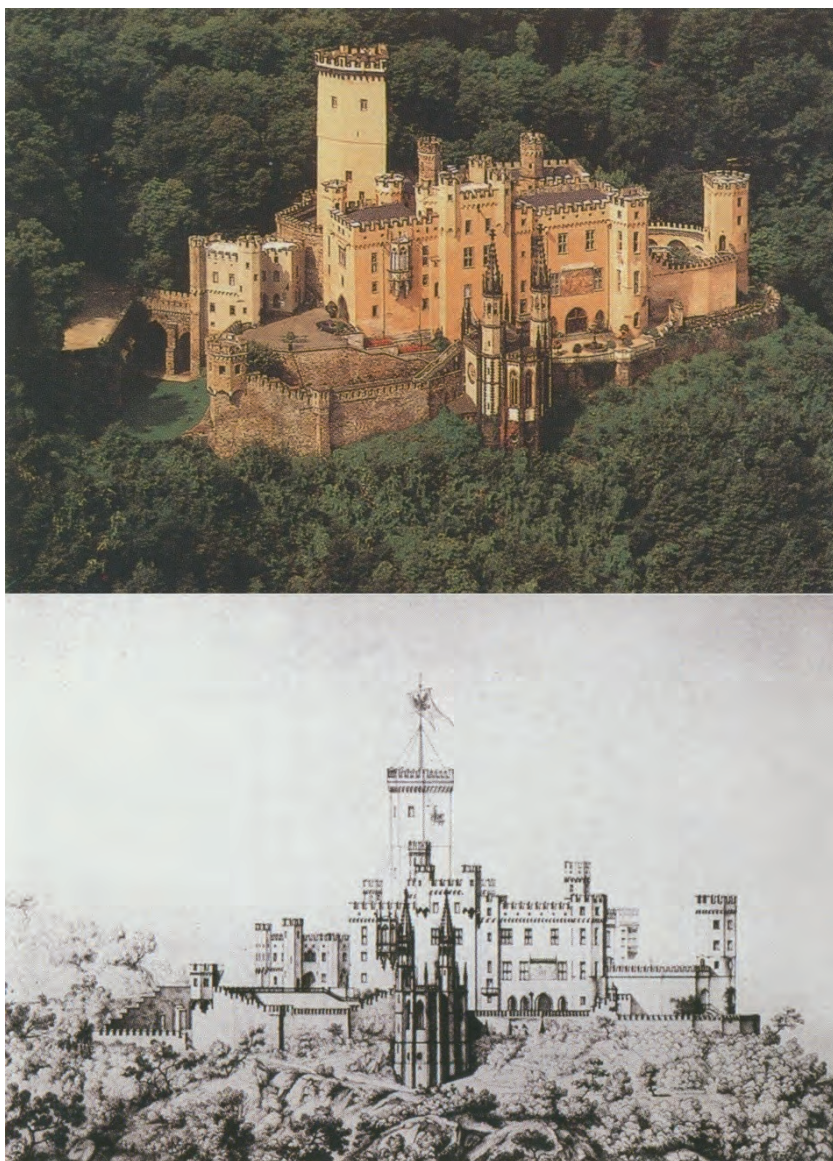


Fig. 4

Schloss Stolzenfels, projecto de Karl Friedrich Schinkel. Vista geral e alçado Nascente.

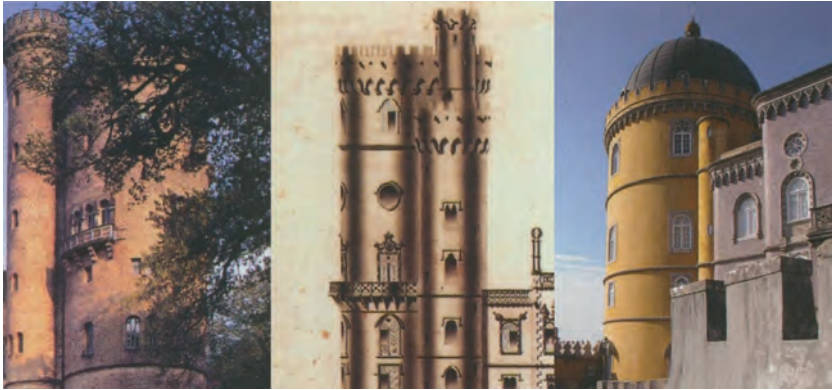


Fig. 5.1

Torreão de Babelsberg. Projecto inicial para o Torreão da Pena.
Torreão do Palácio da Pena, resultado final da obra.



Fig.5.2

Bow-window do Palácio de Babelsberg. Proposta inicial para o Palácio da Pena. A janela do Tritão, resultado final.



Fig. 6
Palácio da Pena, fase
final de construção.
Tisseron, Col.
Biblioteca da Ajuda.

Referências Bibliográficas

- AAVV. 1831. *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Typographia da Academia Real das Sciencias.
- AAVV. 2000. *Neoclassicismo y romanticismo, arquitectura, pintura, escultura, dibujo, 1750-1848*. Colónia. Kömemann.
- ANACLETO, Regina. 1997. *Arquitectura neomedieval portuguesa - 1780-1924*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BORNHEIM, Werner. 1999. *Stolzenfels Castle*. Mainz, Landesamt für Denkmalpflege, Burgen, Schlösser, Altertümer.
- CARNEIRO, José Manuel Martins. 1985. "O Erguer de um ideal. O Ideal romântico", in *D. Fernando de Saxe-Coburgo Gotha, comemorações do 1.º centenário da morte do rei-artista*. Sintra, Palácio Nacional da Pena.
- EHRHARDT, Marion. 1985. *D. Fernando II, um mecenas alemão regente de Portugal*. Porto, Paisagem.
- ESCHWEGE, Barão de. 1826. *Relatório abreviado sobre o estado actual da administração das minas de Portugal (...)*. Lisboa, Typographia Carvalho.
- ESCHWEGE, Barão de. 1837. *Portugal. Ein Staats - und Sittenge Malde*. Hamburgo, Hoffmann und Campe.
- ESCHWEGE, Barão de. 1838. *Memória sobre a história moderna da administração das minas em Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- FERNANDO II. 1836. *Caderno de desenho do D. Fernando II*, PNP, Inv.º n.º 394, Folha nº 17.
- FRANÇA, José-Augusto. 1981. *A arte em Portugal no Século XIX*, vol. I. Lisboa, Livraria Bertrand.
- GUGGENHEIM, REGGY. 1979. *OUT OF THIS CENTURY*. LONDRES
- LIMA, Constança Moreira Rato Azevedo. 1998. *Os livros de ponto da real obra da Pena 1839-1855*. Sintra, Palácio Nacional da Pena. Não publicado.
- OREY, Fernando d'. 1988. "O Barão de Eschwege, autor do primeiro estudo geológico da serra de Sintra", in *Romantismo - Figuras e factos da época de D. Fernando II*. Sintra, Instituto de Sintra.
- RIO-CARVALHO, Manuel. 1972. "O Castelo da Pena", in *Palácios Portugueses*. Lisboa, SEJT.
- SOUSA, Tude de. 1851. *Mosteiro, palácio e parque da Pena na serra de Sintra*, Sintra, Sintra-Gráfica.
- STREIDT, Gert, Klaus Frahm. 1996, *Postdam – Die Schlösser und Gärten der Hohenzollern*. Colónia, Könnemann.
- VILLAS-BOAS, José Manuel . 1996. Texto dactilografado, pessoalmente cedido por embaixador de Portugal em Moscovo, José Manuel Villas-Boas. Não publicado.
- ZHIGAILOV, Eduard. 1996. *Moscow 1850, Komsomolskaya Pravda*. Moscow, Publishing House.

A dimensão internacional de List e sua recepção em Portugal

Eduardo de Sousa Ferreira

PROFESSOR JUBILADO
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO (ISEG) DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Friedrich List (1789-1846) é, ao lado de Karl Marx, o mais célebre economista alemão e o primeiro visionário de uma Europa unida. Acresce a sua criação da noção de «forças produtivas» que considera mais relevantes do que a riqueza presente num país por serem elas uma fonte permanente de riqueza.

Em termos de economia política contribuía List de forma decisiva para a rede de caminhos de ferro da Alemanha e para a criação do *Zollverein* (União Aduaneira) e, com isso, para a consolidação do *Deutsches Reich* (União dos Estados Alemães).

A sua obra *Sistema nacional da política económica* encontrou imediatamente grande eco para além da Alemanha, ao nível internacional. Uma obra que teve o prazer de traduzir para a Fundação Calouste Gulbenkian.¹

O impacto da recepção da obra de List nos múltiplos países da Europa conduziu à publicação do livro *Die Vereinigung des europäischen Kontinents* (A união do continente europeu) em 1996² que consiste na reunião de contribuições de autores de praticamente todos os países da Europa.

Portugal contribuiu com um estudo da recepção de List neste país, da autoria de Carlos Bastian e Eduardo de Sousa Ferreira, ambos do Instituto

¹ Tradução de Eduardo de Sousa Ferreira e Karin Paul Ferreira; Prefácio de Eduardo de Sousa Ferreira, 2006. Prefácio de Eduardo de Sousa Ferreira. Lisboa.

² Eugen Wendler (Ed.), 1996. *Die Vereinigung des europäischen Kontinents*, Estugarda. Schäffer-Poeschel Verlag.

Superior de Economia e Gestão (ISEG)³, um trabalho que me foi útil para a presente contribuição.

Ainda em vida, o nome de List chegou a Portugal. O comerciante alemão C. Schuster, que vivia em Lisboa, dirigiu-se por carta ao próprio List: «Caro Senhor! Sem ter o prazer de o conhecer, tomo a liberdade de lhe solicitar que preste a sua atenção a Portugal e suas Colónias; isto é, em geral, de pôr a questão: “Que vantagens podia a Alemanha tirar de Portugal e suas Colonias; e por onde começar?”» A carta continua explicando a má situação em que Portugal continuava a estar, mas «tempestades e trovoadas não contribuem também para a fertilidade da terra?». E sugere que o Dr. Dethier, em Berlim lhe pode dar informação sobre a criação de uma ligação marítima directa entre a Alemanha e a Península Ibérica, que podia ligar-se com os caminhos de ferro e navegação fluvial da Alemanha, Holanda e Bélgica de forma a ligar-se ao *Zollverein*.⁴

Contudo, esta carta foi uma excepção. A cultura económica em Portugal era, na altura, acentuadamente fraca. Os conhecimentos nesta área chegavam ao país quase exclusivamente pela França, o que foi também válido para as ideias de List, que ao nosso país chegaram só através da tradução francesa do «Sistema Nacional» feita por Richelot em 1857.

Foi em fins do Século XIX que surgiu na Universidade de Coimbra o ensino da Economia Política, nomeadamente através de José Frederico Laranjo, passando o «Sistema Nacional» de List a ser considerado em Portugal.⁵

Entre 1881 e 1884 Laranjo publicou no periódico *O Instituto* estudos sobre os economistas portugueses Francisco Solano Constâncio e José Acúrsio das Neves, dois apoiantes da industrialização próxima de List, tendo as suas perspectivas mais tarde sido defendidas com sucesso por List. Marnoco e Souza⁶ – sucessor de Laranjo – num texto sobre a Faculdade de Direito escreve: «ficou demonstrada a grande força e intensidade duma doutrina que quer dar à economia um cunho nacional. Esta corrente desenvolveu-se na Alemanha sob a influência de List.»⁷

³ Carlos Bastien e Eduardo de Sousa Ferreira, «Die List-Rezeption in Portugal», in E. Wendler (Hrsg), 1996. *Die Vereinigung des europäischen Kontinents*, Estugarda. Schäffer-Poeschel Verlag.

⁴ Ver C. Schuster, *Brief an F. List vom 25.4.1844*; original em List-Archiv Reutlingen 25.45

⁵ Para esta evolução e consequências toma-se aqui em consideração a citada contribuição sobre a recepção de List em Portugal de Carlos Bastien e Eduardo de Sousa Ferreira in E. Wendler (Hrsg), 1996. *Die Vereinigung des europäischen Kontinents*, Estugarda. Schäffer-Poeschel Verlag.

⁶ Marnoco e Souza e Alberto dos Reis, 1907. *A Faculdade de Direito e o seu Destino*, Coimbra.

⁷ Marnoco e Souza e Alberto dos Reis, *op.cit.*, p. 80.

Nas suas aulas, Marnoco e Souza ocupou-se da Escola Histórica e das teses de Política Económica de List.

Constâncio, na opinião de Laranjo, elaborou de antemão algumas posições teóricas e políticas de List, de onde alguns economistas deduziram ser Constâncio um precursor daquele economista alemão.

Quem mais se aproximou de posições tipo List (que ele só mais tarde conheceu através da tradução francesa do «Sistema Nacional») foi António de Oliveira Marreca, um grande defensor da industrialização. Numa série de 34 ensaios sobre «Interesses Industriais» que publicou em 1848-49 no periódico *A Revolução de Setembro* defendeu a indústria nacional em especial contra mercadoria inglesa⁸ louvando o protecçãoismo alemão, mas essencialmente criticando de forma intensiva o Tratado de Methuen de 1703.

Mas não se pode dizer que as perspectivas de List tenham tido um valor relevante no ponto de vista português. Não é por acaso que o estudo de Armando de Castro sobre o pensamento económico português nos Séculos XIX e XX⁹ não toma em consideração a doutrina de List.

Isto apesar de ter List dedicado, de forma crítica, boa parte do 5º capítulo do seu *Sistema nacional da economia política* à política económica de Portugal. Começa o capítulo dizendo que «os portugueses, através das suas descobertas, conseguiram uma sorte rápida, atingindo grande riqueza em pouco tempo. Mas era a riqueza de um esbanjador que ganhou a sorte grande ...» Louva o Conde de Ericeira que elaborou, em 1681, um plano de instalação no país de manufacturas têxteis. Mas em 1703, depois da morte do Conde de Ericeira, «o famoso ministro inglês Methuen conseguiu convencer o Governo português de que Portugal ganharia incomensuravelmente se Inglaterra permitisse a importação de vinhos portugueses mediante um imposto, que seria por um terço inferior ao imposto para vinhos de outras nações, e que, em contrapartida, Portugal permitisse a importação de tecidos ingleses mediante um imposto de importação, como o que tinha existido antes de 1684 (23 por cento) quando fora possível proibir a importação de tecidos estrangeiros ... «Imediatamente após a consumação deste contrato comercial, Portugal foi inundado de manufacturas inglesas.»¹⁰

⁸ p. 444

⁹ Armando Castro, 1980. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*, Lisboa.

¹⁰ Friedrich List, 2006. *Sistema nacional da economia política*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 190 e seguintes.

Apesar da diminuta influência de List em Portugal, não deixa de ser interessante de a mais antiga citação de List ser de 1871, feita por António da Silva Pereira Magalhães, um fabricante de têxteis no Porto, que para apoiar a sua tese de industrialização defendida por impostos alfandegários se refere às condições económicas na Alemanha.¹¹

Já nos anos 30 do Século XX, alguns professores do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (hoje ISEG) ocuparam-se com F. List. Foi o caso de Francisco António Corrêa que concluiu que «as ideias de List triunfaram sobre a política económica alemã tal como as de Adam Smith sobre a inglesa e de outros países do continente europeu. As duas doutrinas são diametralmente diferentes, o que é válido também para a realidade dos países onde foram praticadas.»¹²

Outro professor do mesmo Instituto, A. Lino Neto, dedica-se também a List nas suas aulas, focando a disputa entre comércio livre e protecçãoismo e colocando o seu nome como precursor do imperialismo alemão, ao lado de Bismarck.

Também António Oliveira Salazar se ocupa de List, não nas suas aulas em Coimbra publicadas por Alberto Menano, mas sim na sua *Pequena história das doutrinas económicas* publicada em 1945 pela União Nacional¹³, onde expõe um resumo da posição de List, concluindo que «em duas épocas históricas damos com o protecçãoismo; primeiro nos Séculos XVI e XVII na forma de Mercantilismo e mais tarde, no Século XIX, no Sistema de Economia Nacional tal como desenvolvido por List. Na confrontação não puderam ambas as ofensivas vencer o liberalismo económico. O mercantilismo foi vencido por Smith e a grande maioria dos economistas alinhou por esta posição. Além disso List tinha poucos seguidores. Mas se passarmos da teoria à prática, o resultado é completamente diferente. Nos últimos 50 anos quase por todo o lado triunfou – mais ou menos pronunciado – o protecçãoismo.»¹⁴

¹¹ António da Silva Pereira de Magalhães, 1871. *O proteccionista e os livre-cambistas*, Porto, p. 6

¹² F. A. Corrêa, 1935. *Estudos de política económica internacional*, Lisboa, p.9.

¹³ António de Oliveira Salazar, 1945. *Pequena história das doutrinas económicas*. Lisboa. União Nacional.

¹⁴ *Idem*, p. 48.

Referências Bibliográficas

- BASTIEN, Carlos, Eduardo de Sousa Ferreira, 1996. «Die List-Rezeption in Portugal», in: Eugen Wendler (Hrsg.), *Die Vereinigung des europäischen Kontinents. Friedrich List – Gesamteuropäische Wirkungsgeschichte seines ökonomischen Denkens*. Estugarda, Schäffer-Poeschel, Verlag.
- CASTRO, Armando, 1980. *O pensamento económico no Portugal moderno*, Lisboa.
- CORRÊA, Francisco António, 1935. *Estudos de política económica internacional*, Lisboa.
- LIST, FRIEDRICH, 2006. *Sistema nacional da economia política*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAGALHÃES, ANTÓNIO SILVA PEREIRA. 1871. *O proteccionista e os livre-cambistas*. Porto.
- MARNOCO E SOUZA, Alberto dos Reis, 1907. *A faculdade de direito e o seu destino*. Coimbra.
- SALAZAR, António de Oliveira, 1945. *Pequena história das doutrinas económicas*. Lisboa, União Nacional.
- SCHUSTER, C. 1844. *Brief an F. List vom 25.4.1844*, Original no List-Archiv Reutlingen, 25.45.

Visto de Portugal: Verdi, Wagner e o teatro das nações

Paulo Ferreira de Castro

CESEM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

Numa passagem bem conhecida de *Os Maias* (1888), romance cuja acção se desenrola, no essencial, na Lisboa dos anos 1875-1876, Eça de Queirós (1845-1900) situa uma conversa entre o protagonista, Carlos da Maia, e o seu amigo Cruges, músico, a quem a aproximação de Sintra – cenário da suposta aventura galante do primeiro, mas sobretudo fonte inesgotável de clichés românticos – desperta o desejo de viagens por paragens bem mais remotas. Eis a passagem em questão:

É que o maestro, desde que saíra as portas, estava cheio de ideias de viagens e de paisagens; queria ver as grandes montanhas onde há neve, os rios de que se fala na História. O seu ideal seria ir à Alemanha, percorrer a pé, com uma mochila, aquela pátria sagrada dos seus deuses, de Beethoven, de Mozart, de Wagner...

– Não te apetecia mais ir à Itália? – perguntou Carlos acendendo o charuto.

O maestro esboçou um gesto de desdém, teve uma das suas frases sibilinas:

– Tudo contradanças!...¹

A conversa decorre por ocasião de uma paragem na Porcalhota, onde, não obstante as recorrentes invocações ao «Ideal», o músico (que aliás não visitara Sintra desde a infância) devora com um apetite feroz uma «pratada» de ovos com chouriço, iguaria que se lhe afigura aliás «deliciosamente campestre». Com evidente ironia, o romancista sublinha deste modo a desproporção

¹ José Maria Eça de Queirós, «Os Maias», in *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s. d., p. 155.

entre a aparente elevação dos propósitos e a mediocridade do vivido, a qual constitui, consabidamente, uma das componentes fulcrais da sua estratégia literária; como frequentemente acontecerá ao longo do romance, as palavras parecem desajustadas aos gestos e comportamentos dos protagonistas. Fiel às raízes naturalistas do seu estilo e ao gosto pronunciado pela caricatura, mas sobretudo demonstrando uma sensibilidade na captação dos matizes linguísticos digna de um grande dramaturgo, Eça empreende também por esta via uma crítica impiedosa à inconsistência e ao imobilismo da sociedade portuguesa do tempo em todos os domínios: social, político, cultural.

Como tem sido notado, as referências musicais desempenham um papel relativamente importante no romance (como de resto no conjunto da obra do escritor), a título de elementos do *décor* da vida quotidiana, mas também – de modo mais significativo no que nos diz respeito – enquanto elementos simbólicos ou alegóricos, reveladores de valores existenciais e ideológicos que é lícito considerar representativos da situação cultural portuguesa das últimas décadas do Século XIX. Sem pretender retomar aqui os traços gerais de uma contextualização amplamente desenvolvida no campo dos estudos literários, recordemos apenas o papel das leituras cosmopolitas de Victor Hugo, Michelet, Renan, Quinet, Taine, Proudhon, Heine, e mesmo de um hegelianismo de segunda ou terceira mão, na formação da plêiade de jovens intelectuais animados por ambições reformistas, mais tarde designada por Geração de 70, em que se integra o grande romancista. É particularmente interessante, do nosso ponto de vista, observar que no imaginário da época essa ânsia de renovação surgia frequentemente associada a um «germanismo» de incerta definição, através de um conjunto de transferências culturais mediadas aliás, maioritariamente, por fontes francesas. Tais tendências iriam irromper de forma explícita na esfera pública com a realização das célebres *Conferências Democráticas*, organizadas no Casino Lisboense a partir de 22 de Maio de 1871 pelos membros do assim chamado Cenáculo (activo desde 1867-1868), de que faziam parte, ao lado de Eça, várias personalidades com interesses musicais: o jovem agrónomo e futuro diplomata Jaime Batalha Reis (também futuro wagneriano «militante»), o poeta-filósofo Antero de Quental, a que nos referiremos mais adiante, e mesmo um músico profissional, o pianista e compositor Augusto Machado (o qual viria a ser director do Conservatório de Lisboa), recém-regressado de uma primeira estadia de estudos em Paris em 1867². Este grupo de jovens agitadores propunha-se declaradamente

² Tem-se afirmado que Augusto Machado (1845-1924) teria constituído o original da personagem de Cruges n'Os *Maias*, mas seria seguramente mais pertinente ver na figura

examinar «as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa», através de uma visão do «progresso» como razão da história, ligada à exaltação do republicanismo, do socialismo, do laicismo, e, no caso particular de Eça, do realismo enquanto «nova expressão da arte»³. Pode dizer-se que a questão primordial que mobilizava toda esta «Geração» era a obsessão pelo tema da decadência dos povos ibéricos, tornada mais gritante pelos progressos crescentes dos meios de comunicação e pela concomitante tomada de consciência da distância económica, tecnológica e «civilizacional» separando Portugal das grandes nações europeias, ideia que permaneceria como *Leitmotiv* de boa parte do discurso reformador português muito para além da implantação da República em 1910; recorde-se, de passagem, que dois destacados representantes do futuro regime republicano, Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, haviam participado directamente nas actividades do grupo⁴.

romanesca do músico um retrato compósito inspirado por diversas personalidades da vida musical portuguesa da época. Numa comunicação ao Colóquio *Eça de Queiroz e os valores de fim de Século* (Fórum da Maia, 03.06.2000), Manuel Ivo Cruz sugeriu a hipótese de a personagem queirosiana ser (pelo menos parcialmente) modelada em Alfredo Krus (1854-1905), cunhado de Eça de Queirós pelo casamento com Henriqueta, irmã do escritor, hipótese especialmente plausível dada a afinidade dos nomes. Sobre esta figura de músico dileitante (aliás, aparentada com a família de Ivo Cruz), escreve o autor: «Estudou comércio e música na Alemanha e dedicou-se à composição de obras de câmara e religiosas, sendo especialmente interessantes os seus cadernos de lieder. Como músico nunca teve uma vida profissional activa, exerceu apenas durante vários anos as funções de crítico musical do *Jornal do Comércio*, de Lisboa» («Krus e Cruces. O maestro Cruces, de *Os Maias*», texto policopiado, p. 4).

³ Carlos Reis, 1990. «Programa das conferências democráticas», in, *As conferências do casino*, Lisboa, Alfa, p. 92; «A literatura nova (O realismo como nova expressão da arte)», *ibid.*, p. 135.

⁴ Sobre as Conferências Democráticas, ver, entre outros, António Salgado Júnior, 1930. *História das Conferências do Casino (1871)*, Lisboa; Óscar Lopes, 1963. «Conferências democráticas», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais pp. 666-667; e Carlos Reis, *op. cit.*. Sobre a Geração de 70 em geral, v. também Vitorino Nemésio et al., *Regards sur la génération portugaise de 1870*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1971; Álvaro Manuel Machado, *A geração de 70 – Uma revolução cultural e literária*, Lisboa, Presença, 1998, 4ª ed.; António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega, 1992, 2ª ed.; os capítulos relevantes em António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1996, 17.ª ed.; além dos numerosos contributos de Eduardo Lourenço, incluídos em obras como *O labirinto da saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1978, e *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999.

Regressando a *Os Maias*, note-se o modo como prossegue o diálogo entre as duas personagens:

– Ninguém faz nada – disse Carlos espreguiçando-se. – Tu, por exemplo, que fazes?

Cruges, depois de um silêncio, rosnou encolhendo os ombros:

– Se eu fizesse uma boa ópera, quem é que ma representava?

– E se o Ega fizesse um belo livro, quem é que lho lia?

O maestro terminou por dizer:

– Isto é um país impossível... Parece-me que também vou tomar café⁵.

Note-se que a personagem de João da Ega (ausente da cena) é um pouco o *alter ego* do próprio romancista (como o deixa entrever a quase identidade dos nomes); o diálogo reveste assim uma dimensão tendencialmente auto-referencial que ultrapassa largamente o quadro diegético em sentido restrito, conferindo à cena a ressonância de uma denúncia mais ampla dos múltiplos constrangimentos impostos à acção renovadora por um meio de mentalidade estreita e pouco inclinado à mudança. Do ponto de vista que nos interessa aqui particularmente, essa tomada de consciência ver-se-á frequentemente acompanhada de um protesto contra o papel dominante exercido sobre a cena musical e teatral do país pelo Teatro de São Carlos, enquanto teatro italiano e fulcro da vida mundana da capital, no qual, apesar do subsídio estatal, só excepcionalmente as obras dos compositores nacionais encontravam acolhimento. O jovem Ega terá ele próprio palavras muito duras para com a política cultural do país, ao assinar uma crónica da vida teatral lisboeta em Dezembro de 1871 n' *As Farpas*, na qual declarava sem rodeios que o Teatro de São Carlos não constituía um elemento de civilização, mas sim de decadência, acrescentando de modo peremptório: «Se alguma cousa debilita o carácter, desafina o pundonor, desabotoa a dignidade, enfraquece o espírito, – é a influência da música italiana, sentimental, amorosa, trémula, langorosa, expirante, mórbida», um ponto de vista que haveria de resumir, na versão refundida das mesmas crónicas (publicada cerca de vinte anos mais tarde sob o título *Uma campanha alegre*), por meio da sentença: «Uma ópera é um lupanar»⁶. Não é indiferente, a meu ver, que a

⁵ *Os Maias*, p. 156.

⁶ Ega de Queirós e José Duarte Ramalho Ortigão, 2004. *As farpas. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes* (ed. Maria Filomena Mónica), Parede, Princípiã, p. 308; Ega de Queirós, *Uma campanha alegre. De «As farpas»*, in *Obras de Ega de Queiroz*, vol. III,

sequência de adjectivos usados na descrição queirosiana da ópera italiana surja dominada pela imagem da cortesã, incarnada implicitamente pela personagem de Violetta Valéry de *La Traviata*, e promovida a representante alegórica de todo um género por meio de uma sinédoque muito difundida, desde a conhecida passagem de *Ópera e drama* em que Wagner assimilava a ópera italiana à figura da prostituta – um precedente de que, no entanto, o escritor português poderá não ter tido conhecimento.

Se o papel de Eça de Queirós como crítico cultural tem sido frequentemente evidenciado pela musicologia portuguesa – nomeadamente graças aos trabalhos de Mário Vieira de Carvalho⁷ – muito menor atenção tem sido prestada, a meu ver, aos fundamentos propriamente moralistas e às ressonâncias simbólicas da sua crítica da ópera em estreita correlação com as figuras, sempre instáveis, da oposição masculino/feminino, intimamente ligadas, por sua vez, a um certo imaginário das nacionalidades, o qual nos pode proporcionar uma chave para a melhor compreensão do papel da música enquanto objecto de reflexão nos meios intelectuais portugueses de finais do Século XIX e inícios do XX. Segundo a referida crónica queirosiana, cada dueto operático, cada allegro, não passavam de uma «excitação erótica», de consequências particularmente nefastas para a parte feminina do público, mais vulnerável, segundo o autor, aos riscos da sensualidade desenfreada⁸. Eça não hesitava mesmo em pôr de sobreaviso os educadores nos seguintes termos:

Porto, Lello & Irmão, s. d., p. 1130. Uma parte da argumentação de Eça sobre o cosmopolitismo frívolo do Teatro de São Carlos – tornada um *topos* da crítica «progressista» – reencontra-se sob a pena de vários intelectuais e escritores portugueses de finais do Século XIX, nomeadamente numa crónica assinada por Fialho de Almeida (1857-1911) por ocasião do centenário do Teatro (1893); cf. José Valentim Fialho de Almeida, *Os gatos. Publicação mensal, de inquérito à vida portuguesa*, vol. VI, Lisboa, Livraria Clássica Editora – A. M. Teixeira & C^a, 1933, 6^a ed., pp. 265-70.

⁷ Ver em particular Mário Vieira de Carvalho, *Eça de Queirós e Offenbach. A ácida gargalhada de Mefistófeles*, Lisboa, Colibri, 1999. Cf. também as entradas «Música» e «Teatro de São Carlos», in A. Campos Matos (dir.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1988, 2^a ed.; e, de um ponto de vista essencialmente literário, Robert M. Fedorchek, «The Opera Motif in Eça's Lisbon Novels», *Luso-Brazilian Review*, vol. XVI, n^o 1 (1979), pp. 34-40; Daniel-Henri Pageaux, «Os Maías, Eça et la musique», in *Eça de Queirós et la culture de son temps. Actes du Colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1988, pp. 147-60; e Álvaro Manuel Machado, «A música em Eça de Queirós: modelos literários e referências culturais», in Carlos Reis (dir.), *Leituras d'Os Maías. Semana de Estudos Queirosianos*, Coimbra, Minerva, 1990, pp. 111-21.

⁸ *Uma campanha alegre*, p. 1130.

Imagine-se uma menina ouvindo um ano aquela ladainha de sensualidades que se chama uma ópera – *Lucia, Norma, Traviata, Marie de Rohan, Favorita, Baile de Máscaras*, etc.!... O adultério idealizado, o amor como a coisa superior e fina da existência, o dever considerado burguês, a honestidade *mal portée*, e toda aquela moral suspirada, gemida, arrastada na dilacerante agonia da rebecca, assobiada irritantemente na flauta, modulada aereamente na harpa, soluçada de um soluço inteiro pelo demónio invisível que habita o violoncelo, tornada acre e triunfante nos instrumentos de metal, roncada no rabecão; e sobre esta massa de sensualidade instrumentada, – no palco, a adúltera, os galãs, os amourosos, todo aquele mundo melodioso e devasso, que geme, arqueia os braços languidamente, torce-se nos êxtases da paixão, veste o veludo para os contactos macios, entra pelas portas das alcovas, semeia tudo de beijos e morre de amor, romanescamente, numa ária dolente!⁹

No seu requisitório contra a ópera italiana enquanto estimulante mórbido da sensualidade e agente de feminização do público, senão como escola do adultério *tout court*, o jovem Eça assumia-se afinal como defensor intransigente de uma certa moralidade patriarcal burguesa, contra aquilo que considerava a frivolidade pseudo-aristocrática de uma estética do puro prazer¹⁰. Difícil será pois, deste ponto de vista, discordar da observação genérica de António Coimbra Martins a propósito dos homens de 70: «[O] n venait d'enchaîner Eros, afin de libérer Prométhée.»¹¹

A postura anti-operática adoptada por Eça difere, contudo, da pura e simples musicofobia, na medida em que o escritor fundamenta a sua crítica numa visão redentora da (boa) música alemã oposta à (má) ópera italiana – um esquema que em larga medida precede (e antecipa) o entusiasmo generalizado por Wagner, cujos dramas musicais só serão representados no Teatro de São Carlos a partir de 1883, mas cujos «excertos sinfónicos» vinham sendo executados em concerto, com sucesso crescente, desde a década de 60. Wagner tornar-se-á, de resto, objecto privilegiado das paixões

⁹ *As Farpas*, pp. 308-309.

¹⁰ Ecos desta visão reencontram-se na literatura romanesca da época, ilustrada não apenas pela obra do próprio Eça, mas também por autores naturalistas mais doutrinários, como Júlio Lourenço Pinto (1842-1907), cujo romance *Margarida* (1879-80), nomeadamente, oferece exemplos flagrantes de uma correlação estereotipada entre tipologias musicais e diferentes figuras da feminidade – com a ópera italiana também aí, previsivelmente, associada à degradação moral.

¹¹ António Coimbra Martins, «Un poète des couleurs: Gomes Leal», in *Vitorino Nemésio et al., op. cit.*, p. 113.

musicais do público português por alturas da viragem do Século, ao longo de uma evolução coroada pela representação integral da tetralogia *O anel do Nibelungo* (em língua alemã, o que constituía uma inovação considerável) em Abril de 1909¹². Veja-se a continuação do texto d'*As farpas*: «Ah! nós não somos bárbaros. Estimamos a música. Meyerbeer, Glu[c]k, Mozart, Beethoven, são verdadeiros pensadores». Estes compositores eram contudo ignorados na programação do Teatro de São Carlos, com a excepção pontual de Meyerbeer (ainda que raramente representado), em contraste com aqueles que o autor qualificava pejorativamente de «amorosos» no texto de 1871, e de «sensualistas» no de 1890. E prosseguia: «Ora aqueles [isto é, os «alemães»], respeitamo-los, como ideias que cantam – estes [os italianos] detestamo-los, como erotismos que arrulham.»¹³

Há que admitir que a imagem da música germânica revelada por Eça neste documento (e que nada tem a ver, note-se, com uma apologia da «música absoluta») seria mais propriamente fruto de referências literárias do que de audições musicais específicas, ainda demasiado raras na época em Portugal. A esse respeito, poder-se-ia falar de algo como uma recepção

¹² A cronologia das representações dos dramas wagnerianos no Teatro de São Carlos é a seguinte (unicamente datas das estreias): *Lohengrin*, 14.03.1883; *Der fliegende Holländer* (*O navio fantasma*), 04.03.1893; *Tannhäuser*, 19.03.1893; *Die Meistersinger von Nürnberg* (*Os mestres-cantores de Nuremberga*), 21.01.1902; *Tristan und Isolde* (*Tristão e Isolda*), 10.02.1908; *Der Ring des Nibelungen* (*O anel do Nibelungo*), 03-20.04. (*Das Rheingold* (*O ouro do Reno*), 03.04.1909; *Die Walküre* (*A valquíria*), 04.04.1909; *Siegfried*, 13.04.1909; *Götterdämmerung* (*O crepúsculo dos deuses*), 20.04.1909; *Parsifal*, 30.01.1921 (a estreia tardia de *Parsifal* explica-se pela interrupção da actividade regular do Teatro durante o período 1912-1920; a obra iria aliás usufruir de uma recepção bastante positiva em Portugal, favorecida pela sua inspiração pseudo-cristã). Para uma visão de conjunto da recepção de Wagner em Portugal, ver Mário Vieira de Carvalho, *Pensar é morrer ou o Teatro de São Carlos na mudança de sistemas sociocomunicativos desde fins do séc. XVIII aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993, pp. 131-212 (versão alemã, «*Denken ist Sterben*». *Sozialgeschichte des Opernhauses Lissabon*, Kassel/Basel, Bärenreiter, 1999); cf. também João de Freitas Branco, «Como e quanto se tem conhecido Wagner em Portugal?», *Colóquio-Artes*, 2ª série, vol. XVIII, nº 27 (Abril 1976), pp. 54-59; e Paulo F.[erreira] de Castro, «Wagnerism at the Edge: Some Aspects of Richard Wagner's Impact on Portuguese *Fin-de-siècle* Culture», in Luca Sala (dir.), *The Legacy of Richard Wagner: Convergences and Dissonances in Aesthetics and Reception*, Turnhout, Brepols, 2012, pp. 417-32.

¹³ *As farpas*, p. 309; *Uma campanha alegre*, p. 1130. É interessante notar, no entanto, que a ideia de uma «música filosófica» (representada na ocasião pelos *Huguenotes* de Meyerbeer) é já explicitamente apresentada n'*Os Maias* como um cliché ideológico; cf. *Os Maias*, p. 102.

imaginária da música alemã enquanto projecção de fantasias e aspirações várias entre os nossos escritores e intelectuais. É curioso notar, no entanto, que entre as duas versões do texto em questão, a lista dos compositores proscritos sofreria uma alteração significativa, uma vez que a tríade Verdi, Donizetti, Bellini, presente na primeira versão, se veria reduzida na segunda aos dois últimos nomes. Esta mudança poderia constituir o indício de uma certa reconciliação do escritor (ou da intelectualidade portuguesa em geral) com a figura de Verdi, ainda que as referências às obras do compositor subsistam na segunda versão. É de supor que a imagem de Verdi tenha de facto sofrido uma sensível inflexão após a estreia lisboeta de *Aida*, ocorrida a 6 de Fevereiro de 1878 (senão já antes, dado que a obra terá penetrado em Portugal sob a forma das habituais paráfrases pianísticas), como o deixa entender Ramalho Ortigão (1836-1915), ex-colaborador d'As *Farpas*, numa crítica em que afirmava que «[a] nova ópera de Verdi [...] marca a transição do talento do maestro para uma nova concepção da arte», deixando para trás as pinturas do amor «furioso mas fraco», «o filho enfezado das perversões modernas», e os falsos «paraísos da arte sentimental», directamente responsáveis, segundo o crítico, pela desgraça de muitas mulheres e pela desonra de muitos homens [sic]. Para o escritor, «[a] Aida mostra que o autor deixou de ser o sentimentalista que se abandona para ser o artista severo que se critica», à maneira, acrescentava, de Meyerbeer (sempre identificado com o «germanismo») e (já então) de Wagner; porque «[r]aciocinar a sua obra, criticar os seus próprios processos, impor-se uma acção progressiva na convergência comum de todos os esforços do espírito humano, é hoje a primeira condição fundamental da superioridade de um artista»¹⁴. Ramalho dava assim crédito ao mito de um primeiro Verdi, compositor naïf, contrastando com a imagem do artista crítico e reflectido, verdadeiro agente do progresso e da história em marcha, imagem que haveria de proporcionar um dos fundamentos do entusiasmo wagneriano entre os partidários portugueses do evolucionismo sociocultural na década seguinte¹⁵. Mesmo permanecendo algo céptico relativamente ao lugar

¹⁴ «A Aida», in *O Ocidente*, 1878, nº 4, vol. I, pp. 30-31. Sobre a recepção da obra de Verdi em Portugal, é útil a consulta do catálogo *Verdi em Portugal 1843-2001. Exposição comemorativa do centenário da morte do compositor*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Teatro Nacional de São Carlos.

¹⁵ Uma expressão plena dessa concepção pode ser encontrada em escritos do historiador e crítico de tendências republicanas José de Arriaga (1848-1921), e especialmente na série de artigos publicada no periódico *Perfis artísticos* entre 1881 e 1883, onde se pode ler, por exemplo: «Wagner, poeta, pensador e músico, personifica, e nisto está a imensidade do

destinado à música no mundo moderno (evocando a propósito os pontos de vista pessimistas do crítico francês Blaze de Bury¹⁶), Ramalho sublinhava, numa imagem muito prometaica, a peculiar energia revelada pelo novo Verdi «sinfonista» na sua partitura, cujos próprios excessos lhe traziam à mente a faísca eléctrica acompanhando o trovão. Tratava-se assim de uma verdadeira inversão dos domínios metafóricos tradicionais, no contraste entre a potência masculina da orquestra e dos coros verdianos – marca, poder-se-ia dizer, de um certo sublime político – e o delírio neurótico de Lucia ou a morbidez estéril de Violetta.

A ideia de uma relação privilegiada entre a música e a susceptibilidade nervosa, no limite da patologia, sempre mais ou menos ligada a uma construção da feminidade, não constituía, de resto, novidade em Portugal. Alguns anos antes, um outro intelectual germanizante e melómano, Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), num artigo para a revista *A Arte Musical*, havia invocado a metáfora da tempestade num espírito muito diferente, dado que aí se denunciavam os efeitos considerados devastadores daquilo a que chamava a «febre verdiana», a qual, por via de uma «agitação nervosa» e «constante», teria comprometido de modo talvez irreversível as «cordas do sentimento», senão mesmo as «condições acústicas» do homem moderno, tornando porventura impossível o regresso à «castidade» e à «verdade» do sentimento. E Joaquim de Vasconcelos concluía, no mesmo registo moralizador: «O efeito sensual e vulgar e a sua influência despótica e teimosa tornou o público incapaz de sentir a beleza ideal, que é sempre pura, e só se revela a quem puro se conservou» – deixando bem evidente a íntima aliança entre o ético e o estético no discurso oitocentista que a si mesmo se via como «progressista.»¹⁷ Pode aliás constatar-se que a crítica ao efeito corruptor da ópera italiana sobre os costumes tinha acompanhado a afirmação do género em Portugal pelo menos desde o início do Século, uma vez que desde cedo nos deparamos com denúncias da imoralidade e da efeminação inerentes a

seu génio único e raro, não só a revolução artística, mas a revolução literária, a revolução moral, política e o próprio movimento nacional do seu tempo! É o Século, em todas as suas manifestações, encarnado na música! Ele pretende pôr esta ao serviço não só da arte, como da pátria, da humanidade e do futuro!» (José de Arriaga, 1881. «Wagner e a sua escola», *Perfis artísticos*, nº 7, vol. I, pp. 3-4).

¹⁶ Cf. Henri Blaze de Bury, «La musique et ses destinées», 1875. *Revue des deux mondes*, vol. XI, pp. 811-841. A *Revue des deux mondes* era bem conhecida em Portugal nos meios intelectuais.

¹⁷ Joaquim de Vasconcelos, 1875. «A arte musical em Lisboa no Século XIX. 1800-1825», *A arte musical*, nº 54, vol. II, p. 1.

esse género de espectáculo. A título de exemplo, cite-se a seguinte tirada de um empolgado articulista anónimo num jornal de tendência liberal em Janeiro de 1822, a respeito da actividade da companhia italiana do Teatro de São Carlos:

[O]ra, pergunto eu, poderá um tal espectáculo formar o génio, o carácter de um povo Rei; ou antes tende ele a mudar um povo de heróis num bando de alambicados maricas? Portugueses, acreditai-me, a liberdade não medra nos braços da lascívia; ela quer para seu encosto costumes austeros, frugalidade e virtude; por isso, bom era que o governo pusesse no andar da rua esta canalha, e em seu lugar, estabelecesse um teatro, que fosse a escola da moral e da sã filosofia¹⁸.

Descontada a ênfase panfletária, Eça de Queirós era ele próprio herdeiro desta tendência ideológica anti-hedonista, para não dizer abertamente puritana, cujos traços são já detectáveis nos textos consagrados à música pelo escritor na época da sua estreia literária, nomeadamente nos folhetins para a *Gazeta de Portugal*, incluindo o texto musicalmente intitulado «Sinfonia de abertura» e uma crítica ao *Macbeth* de Verdi, publicados com uma semana de intervalo em Outubro de 1866¹⁹. Sem pretender entrar em detalhes que nos levariam demasiado longe, note-se ainda assim o esquema estereotipado que presidia uma vez mais à comparação entre as músicas italiana e alemã naquela «Sinfonia» literária, sobre o pano de fundo de uma concepção da música como a voz daqueles que, como Don Juan (assinale-se o contágio hoffmaniano), «andam curvados, esfomeados de ideal, nocturnos, empalidecidos pela lua»²⁰ – a aparente dualidade geográfica Itália/Alemanha espelhando de forma patente outras dualidades, como a do corpo e da alma, ou a de feminino e masculino. O autor desenvolve mesmo a sua metáfora sobre a essência por assim dizer gasosa da música («o vapor da arte», numa fórmula

¹⁸ «Teatro de S. Carlos», in *Martelo político*. 1822. Cit. in Francesco Esposito, 2000. «Lisbona 1822: la vita musicale attraverso la stampa periodica», in *Revista portuguesa de musicologia*, nº 10, pp. 50-51.

¹⁹ Respectivamente a 7 e 14.10.1866. Eça de Queirós, 2004. «Sinfonia de abertura», in *Textos de imprensa I (da Gazeta de Portugal)*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 65-74; «O Macbeth», *ibid.*, pp. 75-83. De notar que os textos da *Gazeta de Portugal* foram objecto de publicação apenas parcelar na edição das *Prosas bárbaras* de 1903, comprometendo o ulterior conhecimento não só da primeira fase da escrita queirosiana, mas também do interesse do escritor pelas temáticas musicais.

²⁰ «Sinfonia de abertura», p. 72.

tomada de empréstimo a Victor Hugo) de um modo bastante peculiar, afirmando que «[a] música italiana, essa tem o que quer que seja de palpável, de luminoso, de ondeante, como seda invisível: sente-se que, por pouco que se condensasse, as mãos encontrariam como que um tecido de sol, uma moleza viva que se poderia vestir»²¹, o que nos remete para a concepção por assim dizer *táctil* de uma música capaz de aderir tão perfeitamente ao corpo que constituiria como que uma segunda pele. A imagem adequava-se, aliás, plenamente à sequência do artigo, em que o autor declarava ser a música dos «maestros do Sul» sobretudo de natureza «voluptuosa», parecendo emanar «dos movimentos melódicos dum corpo feminino e lascivo» para exprimir os «desfalecimentos e sobressaltos» do desejo libidinoso. Apesar de terminar o artigo num tom conciliador e mesmo pacifista, apelando à desejável fusão da paixão italiana e do idealismo (ou «iluminismo») germânico²², Eça permanecia céptico quanto à possibilidade de uma música que realizasse plenamente o seu ideal de masculinidade heróica e impoluta, como ressalta da crítica de *Macbeth*, na qual constata o suposto fracasso de Verdi na adaptação musical da tragédia shakespeariana: reconhecendo embora o talento «vigoroso» e «apaixonado» do compositor, o qual havia inspirado à Itália o amor das liberdades, Eça sustentava que «as imaginações terríveis e ferozes dos poetas não podem ser nobremente transportadas para a música» e que os músicos estavam à partida condenados a perder o fôlego na tentativa de escalar essa «montanha sagrada», recuperando a sua força natural unicamente na expressão dos sentimentos femininos²³. A «vaga Ofélia, que se chama a música» é de resto uma fórmula expressamente utilizada na «Sinfonia»²⁴; e não é certamente por acaso que a ária de Ophélie do *Hamlet* de Ambroise Thomas seria chamada a desempenhar um papel n'Os *Maias*, retomando um esquema previamente esboçado n'A *tragédia da rua das Flores* (numa clara demonstração da persistência da imagem da feminidade musical no imaginário queirosiano)²⁵. Eça, contudo, achava a música de Verdi «profundamente materialista», colorida e pesada, com qualquer coisa mesmo de rígido e de metálico na sua sonoridade sensual, capaz de excitar

²¹ *Ibid.*.

²² *Ibid.*, p. 74.

²³ «O Macbeth», pp. 79-80.

²⁴ «Sinfonia de abertura», p. 68.

²⁵ É interessante notar que, na conclusão da sua «Sinfonia», Eça fora levado a inverter o dispositivo metafórico habitual: enquanto objecto de desejo, a Alemanha era agora representada sob a forma de uma figura feminina, a de Margarida, por contraste com o Romeu italiano; v. *ibid.*, p. 74.

«as sensibilidades materiais» mas não de «arrancar a alma do seu vestido de carne e levá-la, nua, e possuída de infinito pelas regiões das surpresas radiosas»²⁶. Em última análise, sente-se que para o jovem escritor, marcado por uma concepção eminentemente teleológica, senão hegeliana, da história, esta mesma sublimidade não era senão o signo de uma aspiração humana mais vasta ao «Ideal» e que a arte, tal como os deuses e os tiranos de outrora, estava ela própria votada à morte inexorável; de um modo pouco habitual para uma crítica de ópera, o artigo terminava aliás com a evocação visionária do despertar do «povo imenso» cantando «a alvorada do trabalho.»²⁷

Na época, o tema da morte da música na era da modernidade haveria de encontrar uma expressão ainda mais pungente e explícita sob a pena de um outro membro do Cenáculo, Antero de Quental (1842-1891), poeta metafísico por excelência e cantor frustrado da revolução como realização da «Ideia», num ensaio intitulado *O futuro da música*, praticamente contemporâneo dos folhetins queirosianos, dado que a sua publicação (na revista *O Instituto* de Coimbra) data de Outubro de 1866²⁸. O seguinte excerto permite avaliar o teor estético-ideológico do pensamento do autor sobre a natureza ambivalente da música:

A música, só essa fada poderia achar essa linguagem de puros espíritos. Os seus dois caracteres mais salientes são feitos para reproduzirem inteiramente aquelas duas grandes expressões, a incerteza audaciosa e a mórbida melancolia. Esses dois caracteres são dum lado, o vago, a ilimitada liberdade que não imitando forma nenhuma determinada da natureza, mas só uma relação ideal pode por isso interpretar-se num sem-número de sentidos, subir, descer, oscilar entre mil sentimentos, e a todos satisfazer. Nenhuma expressão diria melhor o estado flutuante, incerto dos pensamentos, das crenças modernas, a cheia de ideias, de desejos desordenados, mas vagos, que transborda desses corações ambiciosos – por outro lado, a elevação extraordinária de seus gritos, o contraste da melodia e do choro, uma harmonia feita de suspiros, a medida que volta e se repete, como vão e tornam a vir as lembranças num coração saudoso, tudo isto acorda e desenvolve com uma força imensa o mal secreto das almas, a tristeza, os longos cismas, a melancolia enfim. Só esses ais, que sobem até se perderem

²⁶ *O Macbeth*, p. 80.

²⁷ *Ibid.*, p. 83.

²⁸ Antero de Quental, 1989. «O futuro da música», in *Obras completas*, vol. III: *Filosofia*, Lisboa, Comunicação, pp. 51-64; sobre a datação do texto, que alguns autores situam no ano anterior, ver as notas no final do volume, pp. 192-193.

no vago do espaço, dariam a medida da queixa dolorosa duma humanidade órfã de seus deuses, da cortante lamentação dum mundo que se esvai, como se fora uma sombra leve²⁹.

A tese do poeta, marcada principalmente por leituras de Michelet e de Taine, poderia ser resumidamente enunciada da seguinte forma: a música, arte essencial e caracteristicamente moderna, nascera da necessidade de expressão da face obscura e contraditória dessa mesma modernidade; enquanto arte romântica por excelência, voz do lirismo nocturno e da fantasia dolorosa, fiel companheira do espírito tumultuoso da transformação social, a música estaria fadada a atingir o seu paroxismo com a aproximação da nova era, a era do triunfo da razão e da liberdade, personificada pela figura austera e masculina do «herói» consagrado ao «grave e forte pensamento» – herói esse, aparentemente, com pouca inclinação para o canto. A música dos tempos modernos, segundo Antero, entrara pois em convulsão para morrer; segundo o poeta – bastante melómano, por sinal – o futuro da música implicava pois, mais do que uma «música do futuro» (fórmula de ressonâncias potencialmente wagnerianas), um futuro sem música³⁰.

O triunfo ulterior do wagnerismo em Portugal, como de resto um pouco por toda a parte (um fenómeno largamente desaperecebido por Antero e subestimado por Eça), haveria evidentemente de desmentir tais profecias. Mas esse triunfo, sensível sobretudo a partir da década de 1890, havia sido indirectamente preparado pelas sucessivas invocações ao «germanismo» redentor e àquilo que era então tomado por uma inelutável necessidade histórica (o «progresso»), mesmo se, afinal, seria ainda uma última vaga do romantismo julgado ultrapassado (e com ela, uma avassaladora feminização simbólica, amplamente glosada por Nietzsche e pelos pensadores decadenistas) a exercer o seu fascínio sobre o imaginário «fim de Século»³¹. Não é, de resto, indiferente neste contexto lembrar que o próprio Antero, vítima de graves distúrbios psicossomáticos, tinha procurado tratamento em Paris, em 1877, junto do célebre Charcot, o qual acabaria por lhe diagnosticar nada menos do que uma patologia histerica («uma doença feminina transplantada

²⁹ *Ibid.*, p. 57.

³⁰ *Ibid.*, pp. 56-57 e 63-64.

³¹ O mesmo dispositivo ideológico manter-se-ia actuante em autores mais tardios, como Manuel Teixeira-Gomes (1860-1941), como se pode testemunhar no seu relato «Colónia», o qual gira em torno de uma récita de *Lohengrin* a que o autor (ou antes, o seu *alter ego* ficcional) terá assistido em França, e à qual dediquei anteriormente um estudo mais aprofundado (ver «Wagnerism at the Edge», atrás citado).

num corpo masculino»), prescrevendo-lhe – sem qualquer sucesso, como se sabe – a hidroterapia³². Vítima das suas obsessões, o poeta acabaria por se suicidar na ilha natal de São Miguel, aos 49 anos, culminação trágica de um estranho destino messiânico.

Forçoso é reconhecer (mas seria necessário abrir aqui um novo capítulo) que a dualidade italianismo/germanismo, verdadeiro cavalo de batalha ideológico entre os intelectuais da Geração de 70, se havia de revelar bastante improdutivo para a criação musical propriamente dita, suscitando, como frequentemente acontece no caso de outros dilemas intratáveis, a emergência de um terceiro termo, a saber, a importante função propedêutica atribuída à música francesa por um grupo de artistas e pensadores ávidos de modelos cosmopolitas; isto porque, no dizer de um crítico dos anos 90, «[a] música francesa, a boa música francesa de Berlioz, Gounod, Saint-Saëns, Guiraud, Lalo, Bizet, preenche como nenhuma outra o papel educativo que se foi buscar à música alemã, pelas suas qualidades de clareza, graça e equilíbrio». E acrescentava o mesmo crítico: «Não tem as profundezas da música germânica, os seus amplos voos, a sua vasta envergadura e por essa razão estava destinada a uma função preparatória que era indispensável entre nós»³³. A história subsequente da música portuguesa parece confirmar maioritariamente tal vaticínio.

A título de epílogo, impor-se-ia pelo menos uma breve menção ao caso singular do compositor Luís de Freitas Branco (1890-1955), cujo poema sinfónico *Antero de Quental* (1907-1908)³⁴ viria a constituir um testemunho eloquente e quase sem paralelo na música orquestral portuguesa da época da influência explícita de Wagner – em particular do universo de Tristão – no âmbito da produção de um jovem compositor em busca da sua própria voz no limiar do Século XX³⁵. Há sem dúvida alguma ironia no facto de a partitura (intitulada originalmente *Depois de uma leitura de Antero de Quental*, à maneira de Liszt) tomar como fonte de inspiração a figura e a obra do

³² José Bruno Carreiro, 1981. *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*, vol. I, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 2ª ed., p. 68.

³³ Manuel Ramos, 1892. *A música portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, p. 16.

³⁴ O manuscrito da obra é datado de 1 de Janeiro de 1908; a instrumentação foi revista em 1910. A estreia ocorreu nos concertos do Teatro Politeama sob a direcção de David de Sousa, a 11 de Abril de 1915.

³⁵ Sobre o compositor e a sua obra, ver, em especial: Alexandre Delgado *et al.*, 2007. *Luís de Freitas Branco*, Lisboa, Caminho. Uma gravação do poema sinfónico *Antero de Quental* pela Orquestra Filarmónica de Budapeste, dirigida por András Kórodi, encontra-se disponível em CD da etiqueta PortugalSom (870004/PS ou SP 4314).

poeta que a seu tempo havia, e portanto, a visão paradoxal de uma arte votada à contemplação um tanto masoquista do seu próprio fim – visão que, de resto, não deixaria de encontrar eco na postura decadentista típica do compositor nos seus anos de juventude. Mesmo que a fonte imediata da composição musical fosse constituída pelos sonetos, mais do que pelas prosas doutrinárias do poeta, os temas do desejo permaneciam no cerne do imaginário anterior, ao qual o jovem Freitas Branco (então com apenas 17 anos) se mostrava particularmente sensível. Não seria este o menor atractivo dessa transposição musical da inquietude metafísica finissecular sobre fundo de erotismo sublimado, na qual se confundiam a inefável saudade portuguesa e uma *Sehnsucht* exemplarmente germânica. A obra mereceria sem dúvida uma mais ampla difusão.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, José Valentim Fialho de, 1933. *Os gatos. Publicação mensal, de inquérito à vida portuguesa*. Vol. VI. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- ARRIAGA, José de, 1881. «Wagner e a sua escola». *Perfis artísticos*, nº 7, vol. I.
- BRANCO, João de Freitas, 1976. «Como e quanto se tem conhecido Wagner em Portugal?». In *Colóquio-Artes*, 2ª série, n.º 27, vol. XVIII.
- BURY, Henri Blaze de, 1875. «La musique et ses destinées». In *Revue des deux mondes*, vol. XI.
- CARREIRO, José Bruno, 1981. *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*, vol. I. Ponta Delgada, Instituto Cultural.
- CARVALHO, Mário Vieira de, 1993. *Pensar é morrer ou o Teatro de São Carlos na mudança de sistemas sociocomunicativos desde fins do séc. XVIII aos nossos dias*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CARVALHO, Mário Vieira de, 1999. *Eça de Queirós e Offenbach. A ácida gargalhada de Mefistófeles*. Lisboa, Colibri.
- CASTRO, Paulo Ferreira de, 2012. «Wagnerism at the edge: some aspects of Richard Wagner's impact on portuguese fin-de-siècle culture». In Luca Sala (dir.), *The legacy of Richard Wagner: convergences and dissonances in aesthetics and reception*. Turnhout, Brepols.
- DELGADO, Alexandre et al., 2007. *Luís de Freitas Branco*. Lisboa, Caminho.
- ESPOSITO, Francesco, 2000. «Lisbona 1822: la vita musicale attraverso la stampa periodica», in *Revista portuguesa de musicologia*, nº 10.
- FEDORCHEK, Robert M., 1979. «The Opera Motif in Eça's Lisbon Novels», in *Luso-Brazilian Review*, nº 1, vol. XVI.
- JÚNIOR, António Salgado, 1930. *História das conferências do casino (1871)*. Lisboa.
- LOPES, Óscar, 1963. «Conferências democráticas», in Joel Serrão (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- LOURENÇO, Eduardo, 1978. *O labirinto da saudade*. Lisboa, Dom Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo, 1999. *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*. Lisboa, Gradiva.
- MACHADO, Álvaro Manuel, 1990. «A música em Eça de Queirós: modelos literários e referências culturais», in Carlos Reis (dir.), *Leituras d'Os Maias. Semana de Estudos Queirosianos*. Coimbra, Minerva.
- MACHADO, Álvaro Manuel, 1998. *A geração de 70 – Uma revolução cultural e literária*. Lisboa, Presença.
- MARTINS, António Coimbra, 1971. «Un poète des couleurs: Gomes Leal», in Vitorino Nemésio et al., *Regards sur la génération portugaise de 1870*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.

- NEMÉSIO, Vitorino *et al.*, 1971. *Regards sur la génération portugaise de 1870*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.
- PAGEAUX, Daniel-Henri, 1988. «Os Maías, Eça et la musique», in *Eça de Queirós et la culture de son temps. Actes du colloque*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.
- PIRES, António Machado, 1992. *A ideia de decadência na Geração de 70*. Lisboa, Vega.
- QUEIRÓS, Eça de, «Uma campanha alegre. De *As farpas*», in *Obras de Eça de Queiroz*, vol. III,. Porto, Lello & Irmão.
- QUEIRÓS, Eça de, «Os Maías», in *Obras de Eça de Queiroz*, vol. II. Porto, Lello & Irmão.
- QUEIRÓS, Eça de, 2004. «Sinfonia de abertura», in *Textos de imprensa I (da Gazeta de Portugal)*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, Eça de, José Duarte Ramalho Ortigão, 2004. *As Farpas. Crónica mensal da política, das letras e dos costumes*. Parede, Príncipeia.
- QUENTAL, Antero de, 1989. «O futuro da música», in *Obras completas*, vol. III: *Filosofia*. Lisboa, Comunicação.
- RAMOS, Manuel, 1892. *A música portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa.
- REIS, Carlos, 1990. «Programa das conferências democráticas». In *As conferências do casino*. Lisboa, Alfa.
- SARAIVA, António José e Óscar Lopes, 1996. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, Porto Editora.
- VASCONCELOS, Joaquim de, 1875. «A arte musical em Lisboa no Século XIX. 1800-1825», in *Arte Musical*, nº 54, vol. II.

Portugal-Alemanha: Fernando Pessoa?

Fernando Ribeiro

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

I

E na memória, a frase batida: «Minha Pátria é a língua portuguesa» (Pessoa 1995: 141), ilustra o quanto Pessoa advogou a Língua Portuguesa em «linguagem simples» como via única – como elucida em «Os preceitos práticos em geral e os de Henry Ford em particular» – da verdade:

A verdade não vale menos dita com um sorriso do que dita com um ar severo. Pela mesma razão que não pesa mais um argumento exposto em linguagem erudita do que um argumento exposto em linguagem simples. É tudo ma questão de modo de dizer, e mais nada.

(Pessoa 1986 a: 121)

Ilustrando ainda no mesmo artigo¹, quanto a cada homem cabia utilizar razão respectiva para elaborar «preceitos, máximas ou normas intelectuais, para a condução, geral ou particular, da vida.» (Pessoa 1986 a: 122)

Naturalmente, Pessoa pretendia unicamente encaminhar Portugal para o seu próprio trilho – o do «povo mais civilizado da Europa» – no qual a «essência da civilização» (Pessoa 1986 b: 84, 116) fosse objectivo primordial, porquanto só pelo «desenvolvimento da largueza de consciência» (segundo o

¹ Fernando Pessoa, 1926. «Preceitos práticos em geral e os de H. Ford em particular», in *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 6,

historiador Lamprecht citado por Pessoa)² (Pessoa 2000: 373), poderia Portugal distanciar-se das más influências em seio da Europa e fortalecer genuína «mentalidade portuguesa»: «uma cultura germânica à portuguesa», qual «um *weltanschauung*» próprio do «universo português», assim o declara, em 26 de Abril de 1919, ao médico Francisco Fernandes Lopes (Pessoa 1986c: 134)

Bastaria atentar na «tendência moderna para a organização», exercitando a «inteligência»³ (Pessoa 1986: 120) a qual, uma vez aplicada à poesia faria com que esta evidenciasse condição respectiva de «organismo artificial [o qual] só por metáfora, ou em linguagem translata» se pode dizer que tem vida, assim se tornando «remodelável» e «possível a preparação para o inesperado, digamos mesmo a preparação para o imprevisível» (Pessoa 1986: 118), pois como objecto, no qual o «organizar» – «fenómeno intelectual» – é função para «aceder à coesão e vitalidade do conjunto», o qual, pleno de vida natural, é espaço de complexidade de funções». Referindo-se embora em «Princípios gerais de organização em especial económica» – (Pessoa 1986a: 117,116), Pessoa permite-nos pensar na poesia moderna como momento de linguagem perspicua e simples, rendida porém à realidade sociológica portuguesa, capaz de criar nova «verdade» desde se predispu- ssesse interpretar-«explicar», por linguagem translata, em vez de narrar factos, políticos – não passando estes, para si-próprio, de «impressões », sobre as quais apenas se pode argumentar (Pessoa 1979 a: 242). Porque, como Pessoa afirma em «Introdução» a «O sentido do sidonismo»: «Não há factos, há só interpretação dos factos. [...] Certos argumentos são bem feitos, porque os factos são apenas os argumentos.» (Pessoa 1979a: 242).

E para quê pretenderia Pessoa sublinhar a importância da organização quando, preto no branco, afirma a necessidade de «organiza[re]m-se organizações de modo a organizar também organizadores» (Pessoa 1986a: 118) ?

O visar tão singularmente que Portugal soubesse dotar-se de escol com capacidade para, e condição de, tal, i.e., apto a usar inteligência prática e, por isso, sabendo «adaptar-se à vida», emulá-la e simultaneamente organizá-la (Pessoa 1986a: 117-119).

Em função deste seu princípio, praticava exímio arte pelo «*detachment* – o poder de afastar-se de si mesmo» (Pessoa 1986 b: 116), havendo já pela voz de semi-heterónimo, Bernardo Soares, -presumivelmente, segundo António Quadros, após 1929 – afirmando não alimentar, face a tal, ilusões, porquanto, a poetas e filósofos atribuía «visão prática do mundo.» (Pessoa 1995: 247)

² Fernando Pessoa, 1928. «O Provincianismo português», in *Notícias Ilustrado* n.º 9. Lisboa.

³ Fernando Pessoa, 1926. «O verdadeiro processo é pensar». In *Revista de Comércio* n.º 4.

II.

Nunca renunciaria ao patriotismo, que o fazia declarar-se com «Pátria para amar» (Pessoa 1986: 95), para a qual vislumbrava «muitos maiores destinos» (Pessoa 1986: 96) que os inexistentes em «gente inteiramente desprezível e antipatriótica», que integrava o grosso dos radicais «Democráticos» da I República, – como afirmou em «Carta a um herói estúpido» (1915-1916) (Pessoa 1986: 95) – ou o conjunto de «ladrões e incompetentes» seguidores de «tradições (...) de gatunagem e incompetência» como denunciava haver sido o regime monárquico. (Pessoa 1986: 92)

Persistia e insistia na resistência à «sucata ideológica», com que via estar a República portuguesa, recentemente implantada, enformada, o que levava a apelidá-la de «pré-república» apoiante dos Aliados e sem ideias de «Portugal Novo», porque vazia de qualquer «conceito de nacionalidade»; o que assim o levava a pugnar por «Nova Alma Portuguesa» (Pessoa 1986: 96,95,92-94).

Considerava, embora, terem os republicanos posto termo aos abusos da Monarquia em Portugal, mas sem haverem demonstrado ter sabido resolver «o problema da ordem» – *Considerações pós-revolucionárias* (provavelmente de 1910-1911-1912) (Pessoa 1986: 59) – nem se terem dado conta do quão imprescindível seria formar «partido prático e apto a governar» consciente e inteiramente capaz de «uma administração sã», novo, com sentido de futuro e modernidade, mal fosse ultrapassada a fase do «período revolucionário». (Pessoa 1986: 48-49,60)

No fundo, Pessoa duvidava da adequação das instituições republicanas ao estado de amadurecimento do Portugal coetâneo (Pessoa 1986: 49-50; 59-60), durante o qual a «intranquilidade permanente», a «conspuração espiritual» e a anarquia eram timbre de régimen administrado por partido republicano suporte da República: «demasiado socializante, demasiado não nacional e demasiado político». (Pessoa 1986: 51,60)

Pugnava, isso sim, pelo esclarecimento das diferenças entre o «espírito monárquico» e o «espírito republicano» para que mais facilmente se acesse ao «verdadeiro caminho» da «democracia portuguesa», refere-o em «República e religião» (Pessoa 1979a: 157-158)

Não poderia defender regime político, no qual organização do poder nacional acontecesse, quer por tirania, quer por democracia: domínio de partidos ou minorias – como assinala em acervo de textos sobre república aristocrática intitulado *Para uma república aristocrática-prolegómenos teóricos* coligidos por António Quadros (Pessoa 1986a: 101-102), mas antes e sempre enquanto forma, adequado aos tipos de nação e época. Regime

político cuja doutrina não prejudicasse «a existência das sociedades e o bem-estar social» (Pessoa 1986a: 98,101,102).

Achava imperioso apenas os «mais competentes» exercessem o poder (Pessoa, 1986a: 98-99) não para governar, mas antes, sob forma colegial, para seleccionar governo (Pessoa 1986 a: 98-99). Tal colégio de elite, defendeu Pessoa enquanto escudo contra oligarquia corrupta e absolutista: este «escol do escol» ou «oligarquia dos melhores» consolidaria o mais perfeito dos sistemas políticos – o mesmo que designava por «república aristocrática» (Pessoa, 1986a: 103).

III.

Pessoa almeja elevar o nível da «opinião pública» e contribuir, deste modo, para o apuramento da educação em Portugal e correspondente criação de uma «cultura portuguesa», aumento de mundividência – «um “Weltanschauung”, um conceito do universo português [...] um *Weltanschauung* português no sentido estreito de uma “cultura germânica”» (Pessoa 1999: 275) – para que, em vez da barbárie totalitarista, se acesse à «essência da civilização» (Pessoa 1986b: 116) e se constituísse «uma cultura universal portuguesa» com o objectivo de «aliviar de más influências a mentalidade portuguesa» (Pessoa 1999: 275). Declara, por isso, guerra ao provincianismo como deixa patente em «O Provincianismo português»⁴ e, sobretudo, em «O Caso mental português»⁵ (Pessoa 1986b: 117-122).

Contrário a regimes, nos quais grassasse «a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania» (Pessoa 1986 c: 253), pugnava pela defesa da sua Pátria (Pessoa 1986c: 253), considerando o sistema monárquico acima referido, como o mais ajustado à sua Nação, porque tomava Portugal como «organicamente imperial» – assim declara em «Nota Biográfica», Lisboa, 30 de Março de 1935, (distanciando-se rigorosamente de folheto publicado em 1928 e intitulado «O interregno». (Pessoa 1986c: 253)

Em mente, sempre a questão nacional: «Como pois se reforma uma sociedade?», assim se interroga em 1927-1928, – como patente em «esboço do que será opúsculo intitulado *O interregno* e que surgiu, segundo A. Quadros, como «primeira reacção [...] ao movimento militar do 28 de Maio» em obra que este intitulou «Toda a revolução é essencialmente inútil» (1927-1928) – sem isolá-la da questão europeia nem tão pouco deixar de sublinhar quanto

⁴ Fernando Pessoa, 1928. «O Provincianismo português», in *Notícias Ilustrado* n.º 9. Lisboa.

⁵ Fernando Pessoa, 1932. «O caso mental português», in *Fama* n.º 1. Lisboa.

qualquer «indivíduo é um produto de dois factores – a hereditariedade e o meio». (Pessoa 1986 a: 40-41)

A Europa moderna carecia de unificação, decorrente embora da sua condição de união de várias pequenas forças, nas quais a existência, quer de cidades-estado – «dos antigos» – autónomas, quer a consolidação organizada das suas almas individuais cabia perfeitamente. (Pessoa 1993: 273)

Se porventura concedia estar naquele tempo, I Grande Guerra, a Europa sob domínio esmagador de cultura e povo fortes, o alemão, não menos vislumbra o nascimento de outra Europa, mais unida, disciplinada e fecunda dentro do espírito pagão, suficientemente pujante para aniquilar «o espírito da igreja», o cristismo-cristianismo que considerava responsáveis por decadência e cosmopolitismo grassando em seu continente. (Pessoa 1993: 273-274)

À Alemanha reconhecia o mérito de ter unificado «civilização europeia em torno do lema: «Freiheit durch Einheit» – (Liberdade pela Unidade) – e assim favorecido o dilecto recrudescimento de individualismo pagão. (Pessoa 1993: 273)

Considerava tão somente a cultura alemã como via para «se poder chegar, dolorosamente e castigadamente, outra vez à cultura clássica» (Pessoa 1993: 273), tomando-a por indispensável à «repaganização do mundo moderno» (Pessoa 1993: 273), o qual tinha por falho «na subordinação do espírito individual à fenomenologia geral da Natureza» (Pessoa 1993: 273) – ainda que tomasse igualmente a Alemanha como representante da moderna corrente europeia que, por tender a afastar o homem da sua individualidade, apenas realizou «missão imperialista nacional» (Pessoa 1993: 273-4) apesar de lhe reconhecer, sobremodo, valor enquanto estímulo para afirmação de «vitalidades nacionais». (Pessoa 1993: 273-274) Momento delicado porquanto considerava «o grande problema do estado futuro»: «organizar sem oprimir» e sem ferir a liberdade. (Pessoa 1980: 237)

Pessoa enaltecia a Alemanha por considerá-la como «talvez a maior das nações “distribuidoras” de civilização» (Pessoa 1980: 242); defendia-a enquanto essencial ao «varrer dos ideais democráticos, humanitários e utilitários» presentes durante a I República (Pessoa 1980: 240), porquanto via na nação alemã paradigma, quer de forte disciplinar, organizar, civilizar, quer de «carácter de estado hegemónico e guerreiro «a Prússia, “Kriegsstaat” (Estado pela Guerra), como diz Treitschke » (Pessoa 1980: 237),- «estado com consciência civilizacional de si próprio» e de «tendência universalista da sua cultura» (Pessoa 1980: 238; 237) – demonstrados cabalmente no momento histórico coevo. Acrescia defender liderança de «aristocracia forte», de escol, que combatesse «a podridão humanitária, democrática» e a traição à fortaleza

«da nossa alma nacional» perpetradas por mão de «burguesismo nacional» e alienado de acção civilizacional de Portugal, enquanto ia renegando o «nosso grande papel na construção do novo mundo». (Pessoa 1980: 239)

Atinha-se Pessoa, afinal, à defesa de objectivos motivadores do louvor à condição imperialista-militarista alemã de então (Pessoa 1980: 238-239), por tomar como urgente acabar com a decadência em seio de Europa cujas ambições imperialistas e comerciais praticadas radicavam ora na teoria igualitária, esgotada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e oriunda da Revolução Francesa, ora nas teorias do individualismo, segundo as quais a alma humana aspirava ao divino, à imortalidade desfrutando de livre-arbítrio – quais causas de agudização da turbulência e complexidade nacionais. (Pessoa 1986: 137)

Em vez dos «princípios emanados da Revolução Francesa» suporte de democracia igualitário-humanitarista, Pessoa perfilha o princípio anti-cristão suporte de regime republicanista, individualista, liberalista, inédito – «É escusado acentuar que esse regime variará de nação para nação e, em cada nação, de época para época» –, assim refere em texto intitulado por A.Quadros «O melhor regime político» (Pessoa 1986a: 98) –, no qual fosse respeitada a «mais fundamental das liberdades, que é a de viver.» (Pessoa 1986a: 93), tal qual escreve em «O nacionalismo liberal», provavelmente dos anos trinta (Pessoa 1986a: 93); a sua condição de apoiante do liberalismo leva-o a condenar toda a restrição dos direitos e liberdades individuais por não conceber sociedade e nação livres sem a «segurança», i.e., o garante da respectiva «Ordem interna do país, como sociedade» e do prestígio interno ou externo do país, como nação (Pessoa 1986a: 92-93).

Pessoa assume tão-somente «dizer alto e claro ao povo português qual é a verdade portuguesa sobre a guerra» – tal qual assevera em resposta a artigo escrito por João de Barros e publicado em *O Mundo* a 10 de Julho 1915 (Pessoa 1980: 198-199) -: a forma de aliança da alma portuguesa com a sua congénere alemã durante a Grande Guerra; para si «a alma portuguesa deve estar com a sua irmã, a alma germânica, na guerra presente» (Pessoa 1980: 200), assim o entendia, por lhe ser indispensável «aclara um pouco ao povo português qual deva ser [...] o sentido do seu destino». (Pessoa 1980: 199)

Pretende reconstruir o imperialismo português em consociação com a Alemanha sob a forma de associação espiritual.

Advogava Portugal emulasse a Alemanha tendo em conta:

1. a «nítida obra civilizacional alemã do passado [...] a Reforma» (Pessoa 1980: 202),
2. o «desenvolvimento organizado do actual Império Germânico. (Pessoa 1980: 202)

Noções, das quais Portugal não deixaria de ter consciência uma vez que no passado havia já experimentado com as Descobertas «a ideação científica delas, a construção do conjunto das descobertas como obra civilizacional» (Pessoa 1980: 220) – sendo por isso exequível «construção da nacionalidade futura» – in «Resposta ao apelo de J. de Barros» (Pessoa 1980: 203) – como deixou escrito em «A guerra alemã.- Investigação Sociológica da sua Origem e Sentido», Fundamentos da Civilização Europeia. A Guerra Alemã) – para se restituísse à Pátria alemã a nítida individualidade do país conforme toda a sua grandeza imperial (tal como foi iniciado no caso alemão a partir de 1871). (Pessoa 1980: 203,202,223-225)

Salientava em «A Europa moderna sociologicamente considerada – Alemanha e a guerra» residir o valor da nação alemã no facto de o seu estado ter tomado «consciência civilizacional de si próprio» (Pessoa 1980: 238) mais do que qualquer outro estado europeu – inclusive o inglês que apenas soube criar um imperialismo expandindo-se sem «civilizar» o «espírito de expansão» (Pessoa 1980: 238) – e por ter sabido «organizar o império» (Pessoa 1980: 238): eis o que considerava igualmente urgente para Portugal carente dessa «orientação metódica e científica» hodierna, mas já patente aquando da realização do espírito das Descobertas (Pessoa 1980: 202). Acerca desta nação, constata Pessoa – sob voz de Álvaro de Campos, assinando «Como organizar Portugal»⁶ – respectiva «aplicação inteligente e estudada dos princípios de organização» (Pessoa 1979b: 98) motivo bastante de inveja dos seus inimigos, os aliados. Contudo, em vez de enaltecer as forças e valentia demonstradas pelos germânicos durante a Guerra, destaca antes o carácter próprio e manifesto em qualquer situação: «[...] não da perícia especial dos seus chefes militares, mas de ser na guerra o que era na paz, e na disciplina particular da vida guerreira o que era no geral de toda a sua vida»⁷ in Álvaro de Campos: «Como organizar Portugal», in *Acção* nº1 – Maio 1919) (Pessoa 1979 b: 98).

A admiração de Pessoa pela Alemanha nasce do facto de Portugal não ter sabido quer ultrapassar a decadência, implantando, aquando da revolução, «uma coisa igual ao que já estava» – como profere em «Crónica da vida que passa...» publicada em *O Jornal* de 8 Abril 1915 (Pessoa 2000: 110) –, quer preservar «nação de gente com existências individuais» (Pessoa 2000: 109), mas alimentando no português:

⁶ Fernando Pessoa, 1919. «Como organizar Portugal». In *Acção* n.º 1.

⁷ *Ibid.* 98

1. agir e pensar «sempre em grupo» (Pessoa 2000: 109)
2. submissão de individualidade à autoridade do chefe: «Como os alemães, nós esperamos sempre pela voz de comando. Como eles sofremos da doença da Autoridade [...]». (Pessoa 2000: 109)

Apesar de encontrar estas mesmas características no povo alemão, anota que este último soube, ao contrário do português, elevar «a disciplina social (...) a um sistema de estado e de governo» (Pessoa 1979b: 76).

A Alemanha ilustra, segundo Pessoa – ainda em «A Europa moderna sociologicamente considerada – A Alemanha e a guerra» -, o modelo a seguir por Portugal: «Realizemos em nossa alma a vinda de D. Sebastião [...] seguindo as pisadas da Alemanha, e levando a obra mais além – obra pagã, obra anti-humanitária, obra de transcendência e de elevação, feita através daquela crueldade para com nós próprios que o espírito de Nietzsche [...] viu ser a base de todo o sentimento do Império». (Pessoa 1980: 239)

IV.

Atentemos em paradigma de «adaptação ao meio» indispensável a sobrevivência económica ou comercial em ambiente adverso apresentado por Pessoa, em artigo intitulado «Essência do comércio – Estudo económico, psicológico e social dos mercados»⁸ (Pessoa 1986a: 141,142) quando anota haverem casas exportadoras alemãs à compita com firmas exportadoras inglesas, arrasando o tradicionalmente garantido mercado de taças para ovos quentes (*egg-cups*) na Índia apesar de preço e qualidade não inferiores aos ingleses:

Os ovos das galinhas indianas eram [...] ligeiramente maiores que os das galinhas da Europa, ou, pelo menos das da Grã-Bretanha [...] Os Alemães notaram isto e fizeram taças ligeiramente maiores, próprias para receberem esses ovos. [...] Os alemães [...] tinham resolvido o problema de comer o ovo de Colombo. (Pessoa 1986a: 142)

A Portugal caberia no futuro:

– «construção de um imperialismo português» segundo o princípio da organização (Pessoa 1980: 238,237 – retomando «A Alemanha e a guerra»),

⁸ Fernando Pessoa, 1919. «Essência do comércio – Estudo económico, psicológico e social dos mercados», in *Revista do Comércio e Contabilidade* n.º 3.

recuperando o espírito das Descobertas (Pessoa 1980: 202-203) – destruir a individualidade atrofiada, perseguindo missão «mais civilizada e a mais moderna» e «a mais moral e a mais patriótica» – ainda na supracitada «Crónica da vida que passa»⁹ – (Pessoa 2000: 110); tratava-se da renovação de «grande mito nacional» – conforme em inquérito: «Portugal – Vasto Império, resposta ao inquérito realizado por Augusto Costa para *Jornal do Comércio e das Colónias*», publicada em 28-5-1926 e 5-6-1926 (Pessoa 1986 x: 165) – potência grande no futuro – «Portugal tem pois condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um Império» (Pessoa 1986x: 164), porque «terceira potência colonial» no presente. (Pessoa 1986 x: 164)

Agora em pleno Século XX, Portugal teria por missão a conquista, já não de novas terras, mas a «conquista das almas» (Pessoa 1986: 142); através da «Língua»: havia que lutar com denodo pelo novo «imperialismo de poetas [que] dura e domina» – superior ao de qualquer outro criado por políticos – porque «nem passaria nem esqueceria»¹⁰. (Pessoa 1986x: 179-80)

Esta sua estratégia, baseada no princípio segundo o qual está ao alcance de «povo, pequeno ou grande» a realização de um imperialismo, não pela força ou pelo domínio, mas pela «influenciação civilizacional» – à sua Pátria impunha-se a «construção de um imperialismo português». (Pessoa 1980: 238)

A unidade nacional recuperaria lugar em andamento civilizacional, ao voltar a conferir modernidade ao mundo como outrora acontecera, pois voltava a des-cobrir a «ideia de descoberta»¹¹. (Pessoa 1986x: 177-8)

Compromisso com as «colónias», – as quais «não sendo uma necessidade, são contudo uma vantagem» – permitiria a Portugal potenciar suas prerrogativas como Império» tal como deu provas na sua relação com o Brasil¹². (Pessoa 1986x: 165,163-164)

A lição da História leva Pessoa a desviar-se quer do modelo de «Imperialismo de Expansão» – colonização por territórios e raças, típico do Século XIX –, quer de «Imperialismo de Domínio» – conquista por campanhas militares típicas como as protagonizadas por César ou Bismarck e a eleger o

⁹ Fernando Pessoa, 1919. «Crónica da vida que passa», in *O Jornal*.

¹⁰ Fernando Pessoa, 1986x. «Império Português – Justificação do Império Cultural Português», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

¹¹ Fernando Pessoa, 1986x. «O Império Português – Tem Portugal Condições para ser uma potência espiritual?», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

¹² Fernando Pessoa, 1986x. «Inquérito: “Portugal Vasto Império”», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

Imperialismo de Cultura cujo escopo civilizacional se cumpre pela «absorção psíquica», porquanto a cultura produzida «domina desde o passado, *fica*» – como momento, no qual a nação realiza o seu respectivo império específico¹³. (Pessoa 1986x: 171-172)

Destaca, por isso, a Renascença enquanto propulsor do espírito em expansão pela Europa através daquele vórtice de cultura¹⁴.

A pertinência do Império de Cultura, realização cabal do «imperialismo da influência»¹⁵ (Pessoa 1986: 139-141), deve-se à recusa dos padrões do burguesismo apoiados pelos Republicanos e sua «teoria política» em Portugal e à formação do novo mundo a edificar externamente na senda de uma «aliança espiritual com a Alemanha que, por ser nossa análoga psíquica, nos deve legar a continuação espiritual daquele imperialismo, daquela atitude anticristã»¹⁶. (Pessoa 1986: 141)

V.

No entender de Pessoa, a missão espiritual de Portugal esgotar-se-ia na realização da grande «obra»:

1. «anti-cristã, anti-democrática, anti-católica, anti-monárquica»,
2. à luz de modelo político – contrário ao da Revolução Francesa e à desintegração social próprios das sociedades modernas: o do Estado Alemão¹⁷. (Pessoa 1986: 140-141)

Porque, neste estado, Pessoa vislumbrava o estado-regente hegemónico, de tradições guerreiras e imperialistas, de cultura com tendências universalistas, consciente da sua missão civilizacional cujo valor para Portugal era tanto mais paradigmático quanto soubesse distanciar-se da realização pela

¹³ Fernando Pessoa, 1986x. «Império português – um império de cultura, um império de espírito – os três imperialismos de domínio, de expansão, de cultura», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

¹⁴ Ibid. 174-176

¹⁵ Fernando Pessoa, 1986. «A Alemanha e a Guerra», in *A Europa moderna sociologicamente considerada*, in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

¹⁶ Fernando Pessoa, 1986. «A Alemanha e a Guerra – Do Estado militarista Alemão à Construção do Imperialismo Português», in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

¹⁷ Ibid. 140-141.

força do modelo de Imperialismo e perseguisse a aproximação ao espírito germânico (Pessoa 1986: 140-1).

Para Pessoa, a Alemanha dava não só mostras de saber conciliar a organização comercial com a industrial como também «aplicar a actividade às coisas materiais e urgentes da vida», sobretudo por a forte organização do seu estado se fundar em educação baseada na disciplina e no trabalho e a sua ânsia de imperialismo denotar forte componente individual sustentada em «alegria, pelo esforço e pela vida»¹⁸. (Pessoa 1986: 131)

Do modelo alemão dever-se-ia Portugal apropriar, opondo-se, quer ao francês, quer ao inglês, no seu combate contra as forças cristãs, decadentes; adaptando-se às «condições fundamentais da vida social»¹⁹ (Pessoa 1986: 136) – (apesar de campos ter invectivado contra Imperador W.II) – ciente, embora, estivesse Pessoa da pujança comercial associada ao predomínio financeiro e gritante necessidade de expansão como causas da Grande Guerra, bem como do ódio ocorrido nas grandes nações. (Pessoa 1986: 131)

Portugal, reconhecendo o valor do estado alemão, mais perto estaria da consolidação do espírito do paganismo ao despoletar a prevalência de princípios europeus como:

1. «Pátria acima da Civilização»;
2. O Estado acima do Indivíduo;
3. Cultura acima da disciplina;
4. Culto do patriotismo em todas as nações;
5. Criação de indivíduos edificadores de Estados fortes;
6. Cultura forte edificadora de disciplina forte;
7. Edificação de civilização grande.²⁰ (Pessoa 1986: 133-134)

O paradigma alemão leva, assim, Pessoa a enaltecer a mais-valia de civilização nova emergindo com as forças pagãs renascentes, na qual génios, sábios, criadores, inventores poderiam muito bem ter origem em Ibéria angular – berço de Portugal e Espanha²¹. (Pessoa 1986: 135)

Afinal, enquanto «grupo civilizacional», a Alemanha pautava-se, segundo Pessoa, pelo «desenvolvimento organizado» cujo estado conseguia manter

¹⁸ Fernando Pessoa, 1986. «A Guerra Alemã.Causas», in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

¹⁹ Ibid. 136

²⁰ Ibid. 133-134.

²¹ Ibid. 135.

as forças sociais sob disciplina e de acordo com um relacionamento estreito e consciente entre as «forças intelectuais e as activas»²². (Pessoa 1986 x: 80). Pessoa via contradição entre os povos latinos e o alemão; Portugal não seria de integrar no seio dos povos latinos – entrando antes em colisão com nações incluíveis em tal grupo civilizacional europeu: o de povos latinos movidos a inércia e paixão favorecidas pelo clima quente – tal qual acontecia com o francês que herdara do romano «a lucidez, o brilho, a lógica simplificador» algo superficial cuja organização se baseava em «centralização indisciplinada»²³. (Pessoa 1986x: 79-80)

Naturalmente, não assumia Pessoa a Alemanha como inimiga de Portugal; daí acabasse por defender a neutralidade de Portugal face ao conflito mundial. No entanto, desvalorizava afinal o papel, quer da Alemanha, quer da França –, quer também de Castela – em virtude de considerá-las meros distribuidores militares de civilização, distinguindo-as apenas como veículo de aperfeiçoamento – «nacionalização» – de criações alheias²⁴. (Pessoa 1986 x: 90-91).

Preteria, quer a germanofilia de Castela, quer a francofilia portuguesa, preferindo Portugal emulasse, quer Itália, quer Inglaterra por considerá-las criadores de civilização, em virtude de terem potenciado harmonicamente os elementos fornecidos pela época e oferecido «síntese» da cultura recebida²⁵. (Pessoa 1986x: 86)

Face a grau de civilização franco-germânico em conflito na I Grande Guerra, Pessoa apontava para modelo de «civilização ibérica», no qual o espírito «mediterrânico» se fundiria com o do «atlântico» criando um «grupo civilizacional ibérico» – «confederação ibérica» – promovendo a «ocidentalização» da Europa²⁶. (Pessoa 1986 x: 82-4). Acreditava na complexidade e fecundidade necessárias ao favorecimento do ideário republicano independentemente de vir ou não a ser reimplantada a monarquia – nova – em Portugal e a ser mantida em Espanha, pois era-lhe cara a fundação de uma «união ibérica» compreendendo estados em situação de igualdade em referência à unidade constitucional²⁷. (Pessoa 1986x: 81)

²² Fernando Pessoa, 1986x. «Ibéria. Presumivelmente de 1916-18. Fragmentos para um ensaio. A não latinidade da Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

²³ Ibid. 79-80.

²⁴ Ibid. 90-91.

²⁵ Ibid. 86.

²⁶ Ibid. 82-84.

²⁷ Ibid. 81.

Distintivo dessa futura civilização: a respectiva «maioridade civilizacional» – (Pessoa 1986x: 87), porque capaz de afrontar a Europa à medida que prescindisse da democracia de invenção francesa, em vigor em Portugal, da agitação laboral catalã de inspiração parisiense, da influência imperial da Santa-Sé e da germânica sobre Castela²⁸. (Pessoa 1986 x: 87) Entendia, afinal, o grupo civilizacional Ibéria – cujas nações catalã, castelhana e galaico-portuguesa (Pessoa 1986x: 82-83) constituiriam a «Confederação Ibérica» à luz da reconstrução de período áureo pretérito, a fim de erigir uma «ibericidade espiritual» qual lábaro de «imperialismo de cultura» aglutinador dos territórios na América Central e Sul e magnetizador dos territórios do Norte de África²⁹. (Pessoa 1986 x: 84)

No Estado Ibérico, dissolver-se-iam Portugal e Espanha após reformas internas urgentes para consumir, quer a:

1. destruição militar de França e Itália, quer
2. o estatuto da Península Ibérica como grande potência.

A futura civilização na «nova península» testemunharia a assimilação do «espírito árabe»³⁰ (Pessoa 1986x: 83-84) em harmonia com o romano, em função da desejada defesa no Novo Mundo – «larga extensão da América» – da «da tradição civilizacional ibérica» (Pessoa 1986 x: 94), desde que não deixasse de se fomentar a aliança com Inglaterra – «único país civilizado da Europa» – uma vez ser do maior alcance o reconhecimento além-Pirinéus³¹. (Pessoa 1986x: 90)

Pessoa entendia assim a urgente sinergia de espaços, porquanto via no cosmopolitismo o modo mais directo de resolver as fraquezas ibéricas: a frágil educação cuja reforma levaria à criação de novas literatura e filosofia de consolidação capital, à edificação de civilização moderna, da qual só um regímen político liderado por aristocracia de cultura e carácter poderia ser o insigne rosto politicamente republicanista.

²⁸ Fernando Pessoa, 1986x. «Para Construir a Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

²⁹ Fernando Pessoa, 1986x. «O Problema Ibérico», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

³⁰ Ibid. 83-84.

³¹ Fernando Pessoa, 1986x. «Ibéria. Presumivelmente de 1916-18. Fragmentos para um ensaio. A não latinidade da Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

Aplaudia afinal todo o esforço de harmonia disposto a superar cizânia cultivada entre estas duas nações:

- reconhecimento de personalidade política de ambas,
- assumpção da condição única de síntese entre a cultura ibérica-romana-árabe³². Pessoa 1986 x: 90)

Notáveis, a volubilidade e determinação na defesa de princípios políticos que Pessoa-sociólogo denuncia e pelas quais simultaneamente revela aparentes contradições.

A defesa de Imperialismo de Cultura em consociação com Espanha como forma de afirmação internacional, corroborando regímen republicanista liderado por elite aristocrática «matutina», sem menosprezar o apoio de Inglaterra nem deixar de enaltecer as capacidades disciplinadamente organizadoras ingénitas da nação alemã, denunciam obsessão maior:

1. criação de Supra-Portugal, após
2. superação da corrupção aceite pela Monarquia, seguida da
3. superação da desordem permitida pela República em Portugal.

Como intelectual, mas homem prático, Pessoa giza equilibrado plano-fiel entre liberais e conservadores sem deixar de ter em conta o passado da nação portuguesa.

A sua postura teórica como «perscrutador cultural» (Pessoa 1966: 76) não surpreende quando em «Nota» – presumivelmente do ano de 1935 – confessa estarem sempre, no alvo das suas intenções, as suas Pátria e Nação portuguesas, apesar de logo em (1908) manter o propósito de melhorar «o estado de Portugal» (Pessoa 1966: 437).

Mas como homem prático, Pessoa lutava assim contra a «morte da nacionalidade» e o «aluir anárquico e impotente da nacionalidade geralmente pela intervenção de outros países» tal qual declara em opúsculo, provavelmente de 1915, «A oligarquia das bestas» (Pessoa 1986: 74).

³² Ibid. 90.

VII.

Em «Considerações pós-revolucionárias» (de 1910-1911-1912), Pessoa assume como imprescindível a revolução em função do «ressurgimento nacional» acontecido (Pessoa 1986: 39-40).

Acredita, assim, no papel de destaque a ser desempenhado pela literatura com vista a consecução deste objectivo: lutar efectivamente contra a «morte da nacionalidade» – afirmou-o, provavelmente em 1915, no opúsculo intitulado «A oligarquia das bestas», no qual denunciou a «intervenção de outros países» naquele «aluir anárquico e impotente da nacionalidade» (Pessoa 1986: 74), não sem deixar de reconhecer à Nação Portuguesa a letargia causada por «tão pavorosa decadência moral». (Pessoa 1986: 39)

Moderno, não desdenha apontar o «grande mal dos modernos»:

1. «ter perdido o senso comum sem ter aprendido a raciocinar»
2. «o termo-nos desligado do passado sem nos termos adaptado ainda ao futuro.» (Pessoa 1986: 48)

Enquanto síntese de tudo, a literatura seria objecto de criação, no qual o universo – espaço por definição de sensações, acção, verdade e valores – estaria vivo pela via da sua densidade organizadora. Pessoa dá, consequentemente, primazia ao sentir-compreender como via própria a sua poesia socialmente «útil» (Pessoa 1966: 74-76), pois como bem esclareceu:

1. corresponderia à natureza das sociedades o serem «conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias» (Pessoa 1966: 76);
2. comportaria toda a ideia apenas a verdade-matéria para «um belo argumento» (Pessoa 1966: 76);
3. cumpriria a toda a obra de investigação em matéria social ser apenas socialmente útil em forma de arte³³. (Pessoa 1966: 76)

Da natureza do acto de comunicação: o sentir; não concebendo Pessoa qualquer relação com o universo, caso não actuem os sentidos, pois sem sentir não reconhece poder existir comunicação³⁴ (Pessoa 1966: 216-217) e só a partir desta poderá ser veiculada, quer a interpretação, quer a oposi-

³³ Fernando Pessoa, 1966. «Nota», in *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa, Ática.

³⁴ Fernando Pessoa, 1966. «Para Orpheu», in *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa, Ática.

ção «à realidade social sua coeva» como expressa em «Os fundamentos do sensacionismo» (ca.1916). (Pessoa 1966: 167)

O poeta sensacionista artifice da emoção – como artista e homem igual a qualquer cientista, político, comerciante, apenas – deveria levar em conta, o quanto bastasse, o fim social da arte e respectiva função adentro da vida social (ao sociólogo, a especulação sobre a vida social; ao cientista, a verdade; ao político, atento à vida prática, a moral). (Pessoa 1966: 201-202)

Na realidade, pela voz de Pessoa-Caeiro, sobretudo pelo «valor dos versos» que nascem com a naturalidade de uma realidade auto-imposta ao poeta, porque é «independente da sua vontade», a poesia representa-se como discurso símplice, porque fruto de «pensar sem esforço», i.e., fruto de não pretender o poeta traduzir teses, ideias, teorias prévias e dirigistas e ilustração de quaisquer utopismos.

O discurso poético de Pessoa, por Caeiro, comunicaria por palavras enquanto estas representassem dramaticamente o existir plácido, abnegado, concreto e criado à luz da «sinceridade» maior, a ser transmitida pelo discurso poético:

Eu vejo ausência de significação em todas as coisas; (p.79)
 [...]

Ser uma coisa é não ser susceptível de interpretação (p.79)
 [...]

É a minha descoberta de todos os dias.(p.81)
 Cada coisa é o que é, (p.81)
 [...]

Se o que escrevo tem valor, (p.82)
 [...]

O valor está ali, nos meus versos.(p.82)
 Tudo isso é absolutamente independente da minha vontade.(p.82)
 (Pessoa/Caeiro 1978: 79-82)

O vento falará mentira. Mas dirá verdade, se apenas falar enquanto vento e não projecção emocional de sujeito:

Nunca ouviste passar o vento
 O vento só fala do vento
 O que lhe ouviste foi mentira
 E a mentira está em ti.
 (Pessoa 1978: 39)

Pessoa-Bernardo Soares deixa claro pretender ensinar não só aos mortos «as verdadeiras regras do viver». (Pessoa 1998: 198)

«Pseudonimamente», também pela «obra Caeiro-Reis-Campos» (Pessoa 1986c: 97) – o «se outrar» (Pessoa 1986b: 185) fá-lo ciente de estar erigindo não só «corrente com influência possível» como também «influência possível benéfica [...] nas almas dos outros.» (Pessoa 1986c: 97)

Ou como Bernardo Soares disse no fragmento 191 do «Livro do desassossego», por Richard Zenith (Pessoa 1998: 198): «Um dia talvez compreendam que cumpri, como nenhum outro, o meu dever-nato de intérprete de uma parte do nosso século».

VIII.

1. Pessoa vive, acima de tudo, a questão: Portugal e seu estado que nem considera «português» nem «decente», antes durante e após proclamação da República e entrada na I Grande Guerra; não se exime a denunciar a «imoralidade, apadrinhamento, desvergonha nos negócios escuros e crimes políticos» como declara, referindo-se ao período, durante o qual Sidónio Pais regeu o país. (Pessoa 1979 b: 129) Com amargura, sublinha ainda em «Relatório ao grémio de cultura portuguesa» não haver «em Portugal nenhum grupo ou partido, nenhuma reunião de homens duradoura ou ocasional capaz de gerir o país³⁵» (Pessoa 1979b: 129)

No chefe místico da nação, não detectou capacidades para «romper com a cercadura de ladrões e assassinos» (Pessoa 1979b: 129); na sua nação, apesar de sabê-la de gente inteligente e erudita, não lhe encontrava a parte culta, contradição pela qual explicava a «tragédia de Portugal»³⁶. (Pessoa 1979b: 80-82)

Afinal, entendia valiosa a «mobilização do espírito» e a soberana atitude sua manifesta: a cultura (Pessoa 1979b: 80-81), tomando por culto todo aquele que potencia «seu estado de alma» e «sente» (Pessoa 1979b: 81): para a salvação da sua Pátria atribuía soberba influência ao desenvolvimento da cultura, não da erudição. Como escreveu em *O Jornal*,³⁷: Portugal precisava de «indisciplinador» para que a missão «fosse a mais moral e a mais patriótica» (Pessoa 1979b: 76-77), assente em educação da juventude carregada pelo

³⁵ Fernando Pessoa, 1979b. «Relatório ao Grémio de Cultura Portuguesa», in *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*. Lisboa, Ática.

³⁶ Fernando Pessoa, 1979b. «Ecolalia Interior», in *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*. Lisboa, Ática.

³⁷ Fernando Pessoa, 1915. *O Jornal* n.º 6.

« culto prolixo e doentio da vida interior» para torná-la aberta para a «civilização e para a vida»³⁸; e assim se evitando decadência vivida aquando da implantação da República por excesso de veneração de ideais revolucionários franceses e «crististas» e sem precipitações nem violências enérgicas e apenas aplicando a sua «faculdade de experienciar, se soubesse tirar de tudo quanto se vê ou lê «elementos de originalização». (Pessoa 1979b: 81)

2. De Álvaro de Campos, 1917:

[...]

Homens, nações, intuits, está tudo nulo!

Falência de tudo por causa de todos!

Falência de todos por causa de tudo!

De um modo completo, de um modo total, de um modo integral:

Merda!

A Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!

A Europa quer grandes Poetas, quer Grandes Estadistas, quer grandes Generais!

Quer o Político que construa conscientemente os destinos do seu Povo!

(Pessoa1986b: 91-92)

3. Pelo «império cultural», Portugal conduzirá à «paz em todo mundo» sustentada na «fraternidade» com «meio de comunicação igual – uma língua». (Pessoa 1986x: 179)

Lisboa, Tróia, Vimeiro
Setembro de 2014

³⁸ Fernando Pessoa, 1915. *O Jornal* n.º 8.

Referências Bibliográficas

- PESSOA, Fernando, 1966. *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*. Lisboa, Ática.
- , 1973b. *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*. Lisboa, Ática.
- , 1978. *Poemas de Alberto Caeiro*, Lisboa, Ática.
- , 1978a. *Poemas de Álvaro de Campos*. Lisboa, Ática.
- , 1979a. *Da República (1910-1935)*. Lisboa, Ática.
- , 1979b. *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa, Ática.
- , 1979c. *Mensagem*, Lisboa, Ática.
- , 1980. *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Lisboa: Ática,
- , 1982. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, vol. I. Lisboa, Ática.
- , 1982a. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, vol. II. Lisboa, Ática.
- , 1986. *Páginas de pensamento Político I (1910-1919)*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986a. *Páginas de pensamento Político II (1925-1935)*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986b. *Textos de Intervenção social e cultural. A Ficção dos Heterónimos*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986c. *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986x. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1989. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares II*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1993. *Pessoa Inédito*. Lisboa, Livros Horizonte.
- , 1995. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares I*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1998. *Bernardo Soares – Livro do Desassossego*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- , 1999. *Correspondência 1905-1922*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- , 2000. *Crítica- Ensaios, Artigos e Entrevistas*. Lisboa, Assírio e Alvim.

Notas Biográficas

EDUARDO LOURENÇO



(N. 1923) é ensaísta e professor universitário. Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras de Coimbra, aí leccionou entre 1947 e 1953. Foi leitor nas Universidades de Hamburgo, Heidelberg, Montpellier e Grenoble e professor convidado na Universidade da Baía e na Universidade Nova de Lisboa. Fixou residência em Vence (França) em 1965, leccionando na Universidade de Nice (de 1965 até à jubilação em 1989). Foi conselheiro cultural da Embaixada Portuguesa em Roma entre 1989 e 1991 e é administrador não executivo da Fundação Calouste Gulbenkian desde 1999. Doutorado *Honoris Causa* pelas Universidades do Rio de Janeiro (1995), de Coimbra (1996), Universidade Nova de Lisboa (1998) e de Bolonha (2007). *Prémio Europeu do Ensaio Charles Veillon* 1988, *Prémio António Sérgio* 1992, *Prémio Camões* 1996, *Prémio Extremadura para a Criação* 2006, na categoria de “Melhor trajectória literária de um autor Ibero-Americano”. *Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique* (1992), *Officier de L’Ordre de Mérite* (1996), *Chevalier de l’Ordre des Arts et des Lettres* (2000), *Legião de Honra, no grau de Cavaleiro* (2002). Em 2007 foi criada a Cátedra Eduardo Lourenço de História da Cultura Portuguesa na Faculdade de Línguas e Literaturas Estrangeiras da Universidade de Bolonha (Itália).

Da sua vasta obra ensaística destacam-se *Heterodoxia I* (1949) e *II* (1967), *Sentido e forma da poesia neo-realista* (1968), *Fernando Pessoa revisitado* (1973), *Tempo e poesia* (1974), *O labirinto da saudade* (1978), *Poesia e metafísica* (1983), *Fernando, rei da nossa Baviera* (1986), *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988), *L’Europe introuvable* (1991), *O canto do signo* (1994), *O esplendor do caos* (1998), *Portugal como destino, seguido de Mitologia da saudade* (1999), *A noite intacta. (I)recuperável Antero* (2000), *A morte de Colombo. Metamorfose e fim do Ocidente como mito* (2005).

ULRICH BRANDENBURG



Embaixador da República Federal da Alemanha em Portugal desde Janeiro de 2014, nasceu a 12 de Outubro de 1950 em Münster, na Renânia do Norte Vestefália, na Alemanha.

Licenciou-se em estudos Românicos e Eslovacos em 1977. Em 1980, deu início à sua carreira diplomática.

Subsequentemente, foi transferido para Bagdad, Leníngrado e Moscovo, passou um ano na Universidade de Harvard e, durante quatro anos, ocupou o cargo de chefe da divisão no Secretariado Internacional da NATO.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocupou vários cargos relativos à política de segurança e à Europa de Leste, mais recentemente como director-geral adjunto dos Assuntos Políticos.

De 2007 a 2010, foi representante permanente da República Federal da Alemanha no Conselho da NATO, em Bruxelas.

De 2010 a 2014, foi embaixador da Alemanha na Federação Russa em Moscovo e, desde 2014, é embaixador da Alemanha em Lisboa.

MARIO SOARES



Mário Soares (1924), formado em Ciências Histórico-Filosóficas (1951) e em Direito pela Universidade de Lisboa veio a exercer advocacia em defesa de presos políticos e da família do General Humberto Delgado.

Desde cedo, opositor democrático ao salazarismo enquanto membro da MUNAF, fundou o MUD Juvenil; foi (1949) secretário da Comissão Central da candidatura do General Norton de Matos à presidência da República e integrou Directório Democrático-Social (1955) - dirigido por António Sérgio, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes - e Comissão da candidatura do General Humberto Delgado à presidência da República (1958). Mais tarde foi membro da Resistência Republicana e Socialista, candidato a deputado pela Oposição Democrática (1965) e pela CEUD (1969), foi preso pela PIDE, deportado para S. Tomé (1968) e forçado ao exílio em França (1970).

Co-fundador do PS (1973) foi seu secretário-geral, eleito, por mais de uma década. Ministro de I, II, III e IV Governos Provisórios, após o 25 Abril de 1974, combateu durante o «Verão Quente» pela reposição do espírito original e democrático da Revolução de Abril. Primeiro primeiro-ministro de I Governo Constitucional (1976-77), negociou com FMI «Grande Empréstimo» para a retoma da economia nacional; com partidos africanos a descolonização das ex-colónias portuguesas; com os nacionais os instrumentos jurídico-legais conducentes ao funcionamento de novo Estado de Direito em Portugal. Entre 1978 e 1983, na oposição, lutou pela constituição de primeiro Conselho de Estado, no qual tomou assento eleito pelo Parlamento. Primeiro-ministro de IX Governo Constitucional ultimou processo de adesão de Portugal à CEE, cujo tratado de Adesão assinou em 1985. Primeiro presidente da República, civil, eleito pelo povo em 1986, voltou a sê-lo em 1991. Integrou em 1996, por inerência, Conselho de Estado. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 1999-2004. Professor Catedrático Convidado de «Relações Internacionais» da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1996-1998), recebeu, entre outras distinções, Doutor *Honoris Causa* por 40 universidades nacionais e estrangeiras e *Prémio Together for Peace Foundation*

(Roma, 1997); *Prémio Louise Weiss* (Paris, 1997); *Prémio Adolph Bentinck* (Bruxelas, 1997); *Prémio Internacional Simón Bolívar* (Paris, 1998); *Medalha de Honra da Universidade George Washington* (Washington, 1998); *Medalha de Ouro do Instituto Stresemann* (Mainz, 1999); *Medalha de Honra da Fundação Robert Schuman* (Paris, 2000); *Medalha de Ouro da Universidade de Berkeley* (S. Francisco, 2000).

Sócio honorário da Academia de Ciências de Lisboa, da SPA, da SPE e membro do júri *Prémio Pessoa* também é vice-presidente da Academia da Latinidade (Brasil) e membro de, entre outras instituições, Académie de Marine (França); Comité Europeu de Orientação «Notre Europe» (fundado por Jacques Delors), desde 1997; Fundação Gorbachev, desde 1997; Instituto Shimon Peres para a Paz, desde 1997; Fundação para uma Cultura de Paz, UNESCO, (presidida por Federico Mayor Zaragoza), desde 1998; Clube de Roma, desde 1998; Clube do Mónaco para o Diálogo Mediterrânico (presidido por Boutros-Boutros Ghali), desde 2001; New Policy Forum (antigo World Political Forum), presidido por Mikhail Gorbachev, desde 2010; Grupo EU-Turkey Relations, Centre for the Study of Global Governance and the Open Society Institute, desde 2007; International Board of Trustees da Inter-Press Service (IPS), desde 2008; Global Advisory Board for a new project «Global Climate Change, Human

Security and Democracy», Universidade da Califórnia, desde 2010.

Às mais de quarenta condecorações oficiais estrangeiras recebidas acrescentam-se as portuguesas: Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1981); Grande Colar da Ordem Militar Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (1991); Ordem da Liberdade (1996).

Entre outras obras, escreveu: *Le Portugal baillonné* (1972); *Portugal amordaçado* (1974); *Escritos do exílio* (1975); *Democratização e descolonização* (1975); *Resposta socialista para o mundo em crise* (1983); *Mário Soares e Fernando Henrique Cardoso. O mundo em português – um diálogo* (1998); *Um diálogo ibérico no contexto europeu e mundial* (com Federico Mayor Zaragoza) (2004-2006); *Um Político assume-se – ensaio autobiográfico, político e ideológico* (2011-2013); *Portugal-État d'Urgence* (2013); *Cartas e intervenções políticas no exílio*, (2014); *Mário Soares na construção da democracia* (2015).

Vice-presidente da Internacional Socialista (IS), eleito no Congresso de Genebra (1976) e reeleito até à sua nomeação como presidente honorário (1986). Foi presidente das Comissões da IS para o Médio-Oriente e para a América Latina. Também participou em numerosas negociações, encontros, colóquios, congressos e missões no quadro da Internacional Socialista e fora dele.

TERESA BALTÉ

(N. 1942). Licenciada em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bolseira nas Universität Hamburg e Chicago University. Em 1979 foi leitora de português na ELTE, de Budapeste. Entre 1980-2005 foi assistente convidada no Departamento de Estudos Alemães da FCSH da UNL. Publicou traduções de autores alemães e húngaros e livros de poesia e para crianças. Coordenou o volume *Hein Semke. A coragem de ser rosto*.

PAULO HENRIQUES

(N. 1957). Licenciado em Pintura, pela Escola de Belas Artes de Lisboa, e mestre em História da Arte, pela FCSH da UNL. Foi director do Museu de José Malhoa, Museu Nacional do Azulejo, Museu Nacional de Arte Antiga e Museu do Chiado-Museu Nacional de Arte Contemporânea. Comissariou exposições no âmbito da Arte e da Cerâmica em Portugal nos Séculos XIX e XX, entre as quais a exposição *Hein Semke, 1899-1995. Esculturas* no Museu de José Malhoa nas Caldas da Rainha em 1997.

JOSÉ MANUEL MARTINS CARNEIRO



- Licenciado em Filosofia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1977.
- Curso de Conservador de Museus, promovido pelo Instituto Português de Património Cultural, em 1983.
- Mestre em Arte, Património e Restauro, pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2004.
- Doutorando no Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Diversos cursos na área da museologia, gestão económica das artes e políticas culturais, promovidas pelo The British Council, INA, Fundação Marcel Hicter/Conselho da Europa, Royal Collection Studies, entre outros.
- Membro do grupo de apoio ao comissário geral da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, de 1981-1983.
- Director do Palácio Nacional da Pena, em Sintra, de 1983-2010.
- Conservador do Palácio Nacional de Sintra, de 2010-2012.
- Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, desde 2012.
- Participou em diversos colóquios, conferências e seminários com inúmeras comunicações.
- Publicou vários guias e roteiros do Palácio Nacional da Pena, catálogos de exposições e artigos em revista de Arte.
- Publicou *O imaginário romântico da Pena* e artigo sobre a aquisição pelo Estado dos dois pares de biombos Namban do MNAA.
- Recentemente deu à estampa um artigo sobre a colecção de arte de Ricardo Espírito Santo Silva.

EDUARDO DE SOUSA FERREIRA



Nasceu em Lisboa em 15 de Fevereiro de 1936. Realizou estudos superiores na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa e no Alfred-Weber-Institut da Universidade de Heidelberg, na Alemanha.

Graus Académicos:

Doutor em Economia (Dr. rer. pol.). Tese: *Ursachen und Formen der Auswanderung und ihre Bedeutung für die Entwicklung Portugals* (Causas e formas da emigração e seu significado para o desenvolvimento em Portugal) – Universidade de Heidelberg 1974.

Licenciatura em Economia (Dipl. Volkswirt). Tese: *Die Bedeutung der Lombardpolitik im Rahmen der Geld- und Kreditpolitik der EWG-Länder – ein Vergleich*. (A política de refinanciamento na política de moeda e crédito dos países do mercado comum – Um estudo comparativo) – Universidade de Heidelberg, 1969.

Categoria Profissional:

Professor catedrático jubilado no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Director do CEDEP – Centro de Estudos de Economia Internacional.

Áreas Científicas de Trabalho:

Economia Internacional;
Integração Europeia;
Mobilidade de Mão-de-Obra.

Publicações:

Numerosas publicações de livros e de contribuições para revistas e livros nacionais e internacionais nas áreas científicas de trabalho, nomeadamente na Alemanha e na Rússia.

Projectos de Investigação:

Múltiplos projectos de iniciativa própria e de colaboração com organismos nacionais e internacionais nas áreas da especialidade, nomeadamente na Alemanha e na Rússia.

PAULO FERREIRA DE CASTRO



Paulo Ferreira de Castro (PhD, Universidade de Londres, Royal Holloway College, com uma tese sobre as implicações musicais da filosofia de Wittgenstein) é musicólogo, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, e membro do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM, Lisboa). Tem publicado vários livros e ensaios, incluindo *História da música (Sínteses da cultura portuguesa)*, 1991 (com Rui Vieira Nery), *António Fragoso e o seu tempo*, 2010, *Consequences of Wagner. Proceedings of the International Conference*, 2012, *A dança e a música nas artes plásticas do século XX*, 2012 (com Margarida Acciaiuoli). Para além das suas actividades como investigador, conferencista e crítico musical, foi director do Teatro Nacional de S. Carlos e presidente da Sociedade Portuguesa de Investigação em Música. Os seus interesses como investigador abrangem a história e a filosofia da música, a retórica musical, a trans/intertextualidade e as ideologias do modernismo e pós-modernismo.

FERNANDO RIBEIRO



Professor auxiliar (1996) de nomeação definitiva (2002), leccionando unidades curriculares: Literaturas alemãs - Séculos XVIII, XIX e XX – e culturas alemã -Séculos XVIII, XIX e XX – em curso de licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas Modernas; prática de tradução literária Alemão-Português em licenciatura em Tradução; História das Relações Luso-Alemãs e Literatura Alemã em curso de mestrado em Línguas, Literaturas e Culturas e Tradução Literária Alemão-Português em curso de mestrado em Tradução, ambos como variante de Estudos Alemães no departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas da FCSH / NOVA, como professor doutor da secção de Estudos Alemães; Investigador Integrado do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da FCSH / NOVA, UAc.

Artigos recentes:

Fernando Ribeiro, 2010. «Von der Idee: Kultur” in *Kulturbau-Aufräumen, Ausräumen, Einräumen*. Berlim. 185-198.
—, 2010. «Das irreflexões». In AAVV, 2010. *A arte da cultura – Homenagem a Yvette Centeno*. Lisboa, Colibri, 131-148.

—, 2010-2011. «Viagem pela “rede de nervos” através da Europa». In *Dedalus – Revista Portuguesa de Literatura Comparada*, n.º 14-15. Lisboa, 341-362.

—, 2011. «La femme, le conte de Fées, la 1ère république au Portugal: Ana de Castro Osório», in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, nº 28, II série, Lisboa, 257-264.

—, 2013. «Alemanha por Portugal. Aspectos: Nexus e conexos – (XVIII-XIX-XX-XXI)» in AAVV, *Alemanha: Portugal I– Aspectos em Revista*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 85-87.

—, 2013. «Com Pessoa(s) & República(s).pt.» in *Representações da República*, V. N. Famalicão, Húmus, 800-824.

—, 2013. «Escrita no feminino – Ana de Castro Osório: Uma lição da história e às mulheres portuguesas», in *Faces de Eva*, n.º 29. Lisboa, 67-68.

—, 2013. «Realité de l’imaginaire: Solution pour le “mystère de l’existence” F. Pessoa et H. Hesse», in AAVV *Da letra ao imaginário. Homenagem à professora Irene Freire*

Nunes. Lisboa, Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário. 265-278.

—, 2014. «Portugal por viajantes: Lichnowsky / Rattazzi: XIX [LINK / Gorani: XVIII] – Constantes», in AAVV *Arte e discursos. Dos factos aos relatos construídos por estrangeiros acerca de Portugal*. Lisboa, FCSH/UNL. 101-118.

Índice

5	Nota prévia
9	Foreword
13	Prefácio Adriano Moreira
17	Introdução
49	Introduction
83	Da Alemanha Eduardo Lourenço
89	Deutschland, Portugal und die Krise Ulrich Brandenburg
93	Alemanha, Portugal e a crise Ulrich Brandenburg
97	Breve testemunho Mário Soares
101	Um alemão em Lisboa: Hein Semke (1899-1995) Teresa Balté e Paulo Henriques
129	Contributos germânicos para a obra da Pena em Sintra José Manuel Martins Carneiro
151	A dimensão internacional de List e sua recepção em Portugal Eduardo de Sousa Ferreira
157	Visto de Portugal: Verdi, Wagner e o teatro das nações Paulo Ferreira de Castro
175	Portugal-Alemanha: Fernando Pessoa? Fernando Ribeiro
195	Notas biográficas

A presente obra oferece um conjunto de reflexões, oriundas de vários campos do saber, sobre as relações entre Portugal e a Alemanha na época contemporânea. Ainda que nela se procure valorizar os aspectos relativos à interacção vantajosa entre os dois países, não deixa de suscitar as atenções para a questão premente da crise vivida no seio da Europa, que estes dois estados sempre integraram, e de salientar as diferenças culturais que constituem a riqueza da identidade europeia.

Não pode ser ignorado que, no espírito dos tratados, organizando a unidade e solidariedade europeia estava a memória, que se procurava amenizar, de que a Alemanha era a titular de uma tendência hegemónica a controlar. A metodologia diplomática abria caminho à valorização da parte que lhe cabe no património imaterial da Europa em particular, do Ocidente em comum e, finalmente, global, um objectivo que teria a UNESCO como responsável por uma visão estratégica inclusiva, da terra casa comum dos homens. Nesta percepção do futuro se inscreveram os Colóquios Alemanha-Portugal XIX-XXI, agora enriquecidos com os estudos que «constituem o cerne do II volume de ensaios intitulado Alemanha-Portugal» sobre o mesmo universo de aspectos históricos, culturais, diplomáticos, com a designação de «Aspectos e Momentos».

Adriano Moreira

Como vencida, a Alemanha impunha o respeito aos vencedores a oeste e a leste. Sem encargos militares, apenas dez anos após uma catástrofe a que poucos povos poderiam sobreviver, os alemães reconstruíram sobre as ruínas materiais de Hamburgo, Düsseldorf, Mannheim, Munique, Dresden, uma Alemanha nova em folha que, passados 50 anos, se tornou a primeira potência financeira, económica e tecnológica da Europa e uma das primeiras do mundo. Desarmada, colaborando sem problemas de consciência e mesmo de forma exemplar na construção da futura União Europeia, sem dúvida sabendo que o tempo corria a seu favor, a nova Alemanha não parece ter-se importado muito — ao menos na aparência — com o estatuto de «anão político» que outros vizinhos, que pareciam não ter aprendido nem esquecido nada, lhe desejavam reservar.

Eduardo Lourenço

A Europa é mais que um espaço económico comum. É um espaço de valores conjuntos, nomeadamente daquele conjunto de valores que há décadas atrás motivaram os concidadãos dos nossos dois países a manifestarem-se nas ruas em prol da democracia e de melhores condições de vida. São os valores de dois povos que demonstraram, respectivamente em 1974 e 1989, estar à altura da resposta às crises. Espero que, num contexto da maior integração que hoje temos entre os Estados-membros, estejamos todos juntos à altura do desafio que se coloca conjuntamente à família europeia.

Ulrich Brandenburg

Willy Brandt prometeu-me a solidariedade do SPD e não faltou à sua promessa. Antes pelo contrário. Anos mais tarde, quando eu já vivia no exílio, em França, foi o SPD que nos facultou as instalações em Bad Münstereifel para a realização do congresso, em Abril de 1973, onde seria fundado o Partido Socialista português.(...) teve a grande sorte de testemunhar a queda do muro de Berlim. Mas ele sabia que outros muros ficaram por derrubar os que separam os povos ricos dos pobres e passam pelo interior das sociedades mais desenvolvidas, os que têm que ver com os grandes flagelos da Humanidade: a fome, a miséria, a doença, a ignorância, o fanatismo e as actuais guerras. É que as respostas para tais flagelos se encontram na fidelidade aos seus valores de sempre – a solidariedade, a democracia, a liberdade, o respeito pelos outros, o espírito de diálogo, a tolerância e a paz.

Mário Soares